DIRETORIA DE GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO

DO CURSO DE DIREITO

ARACAJU/SE

2018

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....06
2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIVERSIDADE TIRADENTES.....09
2.1 Histórico da Instituição.....09
2.1.1 Campi, Infraestrutura e Cursos.....10
2.2 Missão, Valores, Princípios e Objetivos da Unit.....12
2.3 Organograma da Instituição.....14
2.4 Estrutura Acadêmica Administrativa.....15
3. ASPECTOS FÍSICOS, ECONÔMICOS E EDUCACIONAIS DE SERGIPE.....18
3.1. Aspectos Físicos e Demográficos.....18
3.2. Aspectos Econômicos [1].....20
3.3. Aspectos Educacionais[2].....22
3.4 Dados sobre a Saúde.....25
3.5 A Unit frente ao desenvolvimento do Estado e da Região.....28
3.6 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....29
3.7 Políticas de Ensino.....29
3.8 Políticas de Pesquisa.....30
3.9 Políticas de Extensão.....31
4. DADOS FORMAIS DO CURSO.....34
5. DADOS CONCEITUAIS DO CURSO.....36
5.1 Contextualização e justificativa da oferta do curso.....36
5.1.1 Bases Formativas e Pedagógicas do Curso Direito.....40
5.2 Objetivos do Curso.....41
5.2.1 Objetivo Geral.....41
5.2.2 Objetivos Especificos.....42
5.3 Perfil Profissiográfico.....43
5.4 Campo de Atuação.....44
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E METODOLÓGICA DO CURSO.....45
6.1 Outras características da estrutura curricular.....49

[1] Site: www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php

[2] BRASIL. Ministério da Educação - MEC. *Censo Escolar 2012.* Brasília, DF. Site: www.seed.se.gov.br/

6.1.1 Acessibilidade Metodológica.....49
6.1.2 Flexibilização na Estrutura Curricular.....49
6.1.3 Interdisciplinaridade na Estrutura Curricular.....50
6.1.4 Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino Da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena 51
6.1.5 Educação Ambiental 51
6.1.6 Educação em Direitos Humanos.....52
6.2 Estrutura Curricular.....52
6.2.1 Eixos Interligados de Formação.....57
6.3 Eixos Estruturantes.....60
6.3.1 O Eixo de Fenômenos e Processos Básicos.....60
6.3.2 O Eixo de Formação Específica.....61
6.3.3 O Eixo de Práticas Pesquisas 61
6.3.4 O Eixo de Práticas Profissionais.....61
6.3.5 O Eixo de Formação Complementar.....62
6.4 Temas Transversais.....62
6.5 Atividades Complementares.....64
6.6 Atividades Práticas Supervisionadas – APS 66
6.7 Integração Ensino/ Pesquisa/ Extensão / Núcleos de Pesquisa e Geradores de Extensão67
6.8 Programas/ Projetos/ Atividades de Iniciação Científica.....73
6.9 Interação Teoria e Prática - Princípios e Orientações quanto as Práticas Pedagógicas....75
6.10 Práticas Profissionais e Estágio.....77
6.10.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.....77
6.10.2 Núcleo de Práticas Jurídica.....80
6.10.3 Estágio Não Obrigatório 81
6.11 Trabalho de Conclusão de Curso.....82
6.12 Sistemas de Avaliação 83
6.12.1 Procedimentos e acompanhamento dos processos de avaliação de ensino e aprendizagem.....83
6.12.2 Avaliação do processo ensino/aprendizagem 85
6.12.3 Articulação da Auto Avaliação do curso com a Auto Avaliação Institucional 87
6.12.4 ENADE 91
7. PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DOCENTE E DISCENTE NOPROCESSO.....92
7.1 Núcleo Docente Estruturante - NDE.....95

7.2 Colegiado de Curso.....96
8. CORPO SOCIAL.....98
8.1 Corpo Docente.....98
8.2 Corpo Técnico Administrativo.....102
9. FORMAS DE ATUALIZAÇÃO E REFLEXÃO.....105
9.1 Modos de Integração entre a Graduação e a Pós Graduação.....107
10. APOIO AO DISCENTE.....110
10.1 Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial - NAPPS.....110
10.2 Programa de Formação Complementar e de Nivelamento Discente 111
10.3 Programa de Integração de Calouros 113
10.4 Monitoria.....114
10.5 Internacionalização.....116
10.6 Unit Carreiras 117
10.7 Programa de Bolsas 117
10.8 Ouvidoria 118
10.9 Acompanhamento dos Egressos 118
10.10 As Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs no processo ensino aprendizagem.....121
10.11 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).....122
11. CONTEÚDOS CURRICULARES 125
11.1 Adequação e Atualização.....125
11.2 Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas.....125
11.3 Adequação e Atualização das Ementas e Planos de Ensino.....125
11.4 Adequação, Atualização e Relevância da Bibliografia.....126
11.4.1. Bibliografia Básica.....126
11.4.2 Bibliografia Complementar.....127
11.4.3 Periódicos Especializados.....127
11.5 Planos de Ensino e Aprendizagem.....131
12. PLANO DE AÇÃO DO CURSO.....359
13. INSTALAÇÕES DO CURSO.....367
13.1 Salas de Aula.....367
13.2 Instalações Administrativas.....368
13.3 Instalações para docentes – Sala de Professores, Salas de Reuniões e Gabinetes de Trabalho.....369

13.3.1 Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral – TI.....370
13.3.2. Espaço de trabalho para o coordenador.....371
13.3.3 Sala Coletiva de Professores.....371
13.4 Auditório/Sala de Conferência.....371
13.5 Instalações Sanitárias – Adequação e limpeza 372
13.6 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.....373
13.7 Infraestrutura de Segurança.....373
14. BIBLIOTECA.....378
14.1 Estrutura Física.....380
14.2 Informatização da Biblioteca.....383
14.3 Acervo Total da Biblioteca.....384
14.4 Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo.....389
14.5 Serviços.....391
14.6 Serviço de Acesso ao Acervo.....394
14.7 Serviços Oferecidos.....396
14.8 Indexação.....398
14.9 Apoio na Elaboração de Trabalhos Academicos.....401
15. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS.....402
15.1 Núcleo de Práticas Juridicas.....402
15.2 Laboratórios de Informática.....406
16. CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES.....407
16.1. Manutenção e Conservação dos Equipamentos.....407
REFERÊNCIAS.....409

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito da Universidade Tiradentes – Unit é resultado da construção das diretrizes organizacionais, estruturais e pedagógicas, com a participação do corpo docente do curso por meio de seus representantes no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado. Encontra-se articulado com as bases legais e a concepção de formação profissional que favoreça o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional do Advogado, como a capacidade de observação, criticidade e questionamento, sintonizada com a dinâmica da sociedade nas suas demandas locais, regionais e nacionais, assim como com os avanços científicos e tecnológicos.

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da Universidade Tiradentes – Unit está em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Direito, Projeto Pedagógico Institucional da Unit – PPI e seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, fundamentado nas necessidades socioeconômicas, políticas, educacionais, demanda do mercado de trabalho no Estado de Sergipe e as condições institucionais da IES para expansão da oferta de cursos na área.

Cônscia de sua responsabilidade com a sociedade e com o desenvolvimento de Sergipe e do Nordeste, a Unit mantém o Curso de Direito tendo por base os princípios preconizados na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que enfatiza a importância da construção dos conhecimentos mediante políticas e planejamentos educacionais, capazes de garantir o padrão de qualidade no ensino, flexibilizando a ação educativa, valorizando a experiência do aluno, respeitando o pluralismo de ideias e princípios básicos da democracia.

O PPC está organizado de modo a contemplar os critérios indispensáveis à formação de um bacharel em Direito dotado das competências essenciais para o exercício profissional frente ao contexto sócio-econômico-cultural e político da região e do país.

A proposta conceitual e metodológica é entendida como um conjunto de cenários em que há a construção do perfil do estudante a partir da aprendizagem significativa, que promove e produz sentidos. Esta proposta está em conformidade com os princípios da UNESCO, isto é, educar para fazer, para aprender, para sentir e para ser; busca-se a construção de uma visão da realidade e de situações excepcionais e singulares na qual atuará o futuro profissional com o compromisso de transformar a realidade em que vive.

Nesse contexto, a Unit se compromete com a oferta de um curso de relevância social que assegura a qualidade na formação acadêmica, vistas a atender as necessidades dos avanços científicos e tecnológicos da população de Aracaju e região circunvizinha

considerando o binômio educação-tecnologia e como pilares essenciais para a construção da cidadania.

CONTEXTO INSTITUCIONAL

2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIVERSIDADE

2.1. Histórico da Instituição

A Universidade Tiradentes - UNIT é mantida pela Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda., também identificada pela sigla SET, sociedade simples, com sede e foro na cidade de Aracaju/SE, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do 10º Ofício na mesma Cidade sob n° 2232, Livro A-15, fls. 42 a 45, em 9 de dezembro de 1971. Localizada na Avenida Murilo Dantas, 300 – Bairro Farolândia. A Universidade Tiradentes iniciou a sua história com o Colégio Tiradentes em 1962, ofertando o Ensino Fundamental e Médio – Profissionalizante: Pedagógico e Contabilidade. Em 1972, a Instituição foi autorizada pelo Ministério da Educação e do Desporto a ofertar os cursos de Graduação em Ciências Contábeis, Administração e Ciências Econômicas, sendo cognominada Faculdade Integrada Tiradentes (FIT's), mantida pela Associação Sergipana de Administração – ASA, na época entidade de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida pela comunidade sergipana. Em 25 de agosto de 1994, a FIT's foi reconhecida como Universidade através da Portaria Ministerial nº 1.274 publicada no Diário Oficial da União n.º164 em 26 de agosto de 1994, denominando-se Universidade Tiradentes – UNIT.

Em 2000, a Universidade Tiradentes passou a ofertar Educação a Distância - EAD, com a finalidade de proporcionar formação superior de qualidade às comunidades que dela necessitam. Desde então, desenvolve ações no sentido de dispor cursos de graduação, de extensão e disciplinas nos cursos presenciais (Portaria nº 2253/MEC/2003) nessa modalidade de ensino. Com esse credenciamento e visando à necessidade de qualificar profissionais do interior do Estado, através de convênios com prefeituras municipais, a UNIT vem implantando, desde outubro de 2004, polos de Educação à Distância em Sergipe, nas cidades de: Aracaju, Carmópolis, Estância, Nossa Senhora da Glória, Itabaiana, Lagarto, Neópolis, Poço Verde, Porto da Folha, Propriá, Simão Dias, Nossa Senhora do Socorro, Tobias Barreto e Umbaúba além dos polos em outros Estados.

No ano de 2004, a IES foi credenciada para ofertar o Programa Especial de Formação Pedagógica para Portadores de Diploma de Educação Superior – PROFOPE, destinado aos professores da Educação Básica, nas áreas de Letras/Português e Matemática, que quisessem obter o registro profissional equivalente à licenciatura.

Atualmente, a Instituição, com 55 (cinquenta e cinco) anos de existência, disponibiliza um portfólio com 44 (quarenta e quatro) opções de cursos nas áreas de

Humanas e Sociais, Exatas e Biológicas e da Saúde, dos quais 28 (vinte e nove) são bacharelados, 06 (seis) licenciaturas e 09 (nove) são tecnológicos, ministrados em cinco campi: Aracaju - capital (Centro e Farolândia) e interior do Estado de Sergipe: Estância, Itabaiana e Propriá.

A autonomia universitária permitiu a expansão da IES também no campo da Pós-Graduação. Na modalidade *Lato Sensu*, a comunidade sergipana dispõe de 42 (quarenta e dois) cursos nas mais diversas áreas de conhecimento; 05 (cinco) cursos *Stricto Sensu* nas áreas de Engenharia de Processos, Saúde e Ambiente, Educação, Direitos Humanos e Biotecnologia, além de 04 (quatro) doutorados em Engenharia de Processos, Educação, Saúde e Ambiente e Biotecnologia Industrial em parceria com a Associação de Instituições de Ensino e Pesquisa da Região Nordeste do Brasil**.**

A Universidade Tiradentes, em sua macroestrutura, dispõe do Centro de Saúde e Educação Ninota Garcia, do Laboratório Central de Biomedicina, do Centro de Memória Lourival Batista, do Memorial de Sergipe, do Instituto Tobias Barreto de Menezes, da Farmácia-Escola e da Clínica de Odontologia, com o objetivo de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando aos acadêmicos os conhecimentos indispensáveis à sua formação, além de despertar e fomentar habilidades e aptidões para a produção de cultura.

A IES também conta com o Complexo de Comunicação Social - CCS, que faz parte da estrutura do campus da Farolândia, disponibilizando para os alunos dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Design Gráfico um dos mais completos centros de áudio e vídeo das escolas de comunicação do País; a Clínica de Psicologia, que objetiva oferecer orientação de estágio aos alunos, prestar serviços na área organizacional e no atendimento à comunidade; e com o Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito, que funciona como escritório modelo, oportunizando aos discentes a prática profissional na área jurídica, através da prestação de serviços jurídicos gratuitos à sociedade.

Para atender ao contexto apresentado, a UNIT mantém um amplo quadro de colaboradores distribuídos em diversos departamentos e setores, além dos docentes; todos empenhados em promover um ensino de qualidade, prestar atendimento acadêmico aos discentes e manter em andamento os diversos projetos sociais, culturais e esportivos da Instituição, visando sempre o desenvolvimento regional.

2.1.1. Campi, Infraestrutura e Cursos.

Campus Aracaju Centro – Localizado à rua Lagarto nº 264, Centro, CEP: 49010-390, telefax: (79) 3218-2100, Aracaju/SE; tem Biblioteca Setorial, Teatro Tiradentes, laboratórios de Informática e laboratórios de última geração para os cursos de Licenciatura em Letras- Inglês, Pedagogia e História. No campus Centro, encontra-se instalado também, o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) do curso de Direito, localizado à rua Lagarto, 253.

Campus Aracaju Farolândia – Localizado na av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, CEP 49032-490, telefax: (79) 3218-2100, Aracaju/SE, foi implantado em 1994; tem uma Vila Olímpica com quadras poliesportivas, pista de atletismo, campo de futebol, piscinas; laboratórios de informática; complexo laboratorial interdisciplinar para as áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e Tecnológicas. Em funcionamento há os seguintes cursos: Bacharelados em Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciências da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Design Gráfico, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Sistema de Informação; licenciaturas nas áreas de Ciências Biológicas, Educação Física, Matemática; cursos tecnológicos em Design de Interiores, Gastronomia, Estética e Cosmética, Design de Moda, Radiologia, Petróleo e Gás, Jogos Digitais e Sistemas para Internet.

Nesse campus, ainda está localizado o Instituto de Tecnologia e Pesquisa – ITP, integrante do seleto grupo dos Institutos do Milênio/CNPq, que facilita o desenvolvimento da pesquisa e tecnologia da Instituição. Esse espaço também tem uma estrutura oferecendo serviços que contemplam uma academia de ginástica, um minishopping com restaurantes, lanchonetes, banca de revista, salão de beleza, livraria e agência bancária.

Campus Estância – Localizado na travessa Tenente Eloy, s/nº CEP: 49200-000, telefax: (79) 3522-3030 e (79) 3522-1775, Estância/SE (a 68 km de Aracaju), foi implantado no segundo semestre de 1999. Dispõe de uma sede que privilegia uma ampla infraestrutura composta por: minishopping com lojas de conveniência e lanchonetes, biblioteca setorial, laboratórios, amplas salas de aula e área de convivência. Oferta os cursos de Direito, Administração, Nutrição e Enfermagem.

Campus Itabaiana – Localizado na rua José Paulo Santana, 1.254, bairro Sítio Porto, CEP: 49500-000, telefax: (79) 3431-5050, Itabaiana/SE (a 57 km de Aracaju), foi implantado em 25 de fevereiro 2002. Tem uma sede constituída por uma ampla infraestrutura composta por: minishopping com lojas de conveniência e lanchonetes, biblioteca setorial, laboratório de informática, amplas salas de aula e área de convivência. Os cursos em funcionamento são: Administração, Direito e Enfermagem.

Campus Propriá – Localizado à praça Santa Luzia, nº 105, Centro, CEP: 49900-000, telefax: (79) 3322-2774, Propriá/SE, foi implantado no 1º semestre de 2004. Oferta os cursos de Direito e Administração. E a sua infraestrutura contempla minishopping com lojas de conveniência e lanchonetes, biblioteca setorial, laboratório de informática, amplas salas de aula e área de convivência.

2.2. Missão, Valores e Objetivos da UNIT

Missão da Instituição

"Inspirar as pessoas a ampliar horizontes por meio do ensino, pesquisa e extensão, com ética e compromisso com o desenvolvimento social."

Valores

- Valorização do ser humano
- Ética
- Humildade
- Inovação
- Cooperação
- Responsabilidade Social

Seus princípios norteadores expressam-se por meio das seguintes diretrizes:

a) Autonomia universitária;
b) Fomento à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
c) Gestão participativa e eficiente;
d) Pluralidade de ideias;
e) Compromisso com a qualidade da oferta educacional;

f) Interação constante com a comunidade;
g) Inserção regional, nacional e internacional;
h) Respeito à diversidade e direitos humanos;
i) Atuação voltada ao desenvolvimento sustentável.

Objetivos da UNIT

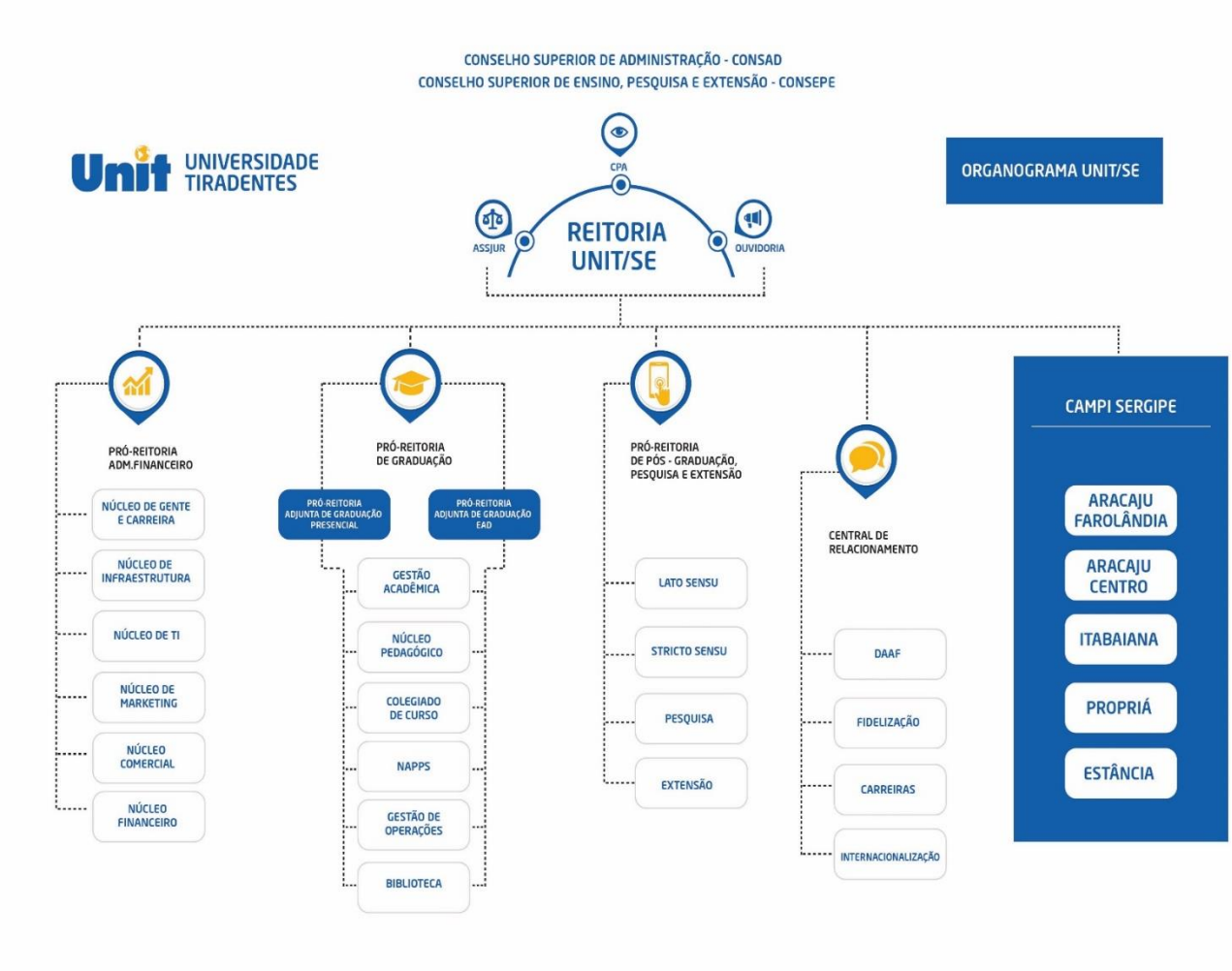
A Universidade Tiradentes está apta para ministrar cursos de graduação nas modalidades presencial e Educação a Distância (EAD), sequenciais, superiores de tecnologia, de pós–graduação *Lato Sensu* (presencial e EAD), *Stricto Sensu* e de extensão, fundamentados no desenvolvimento de pesquisas, estímulos à criação cultural e ao desenvolvimento científico, embasados no pensamento reflexivo, que propicie a promoção de intercâmbio e cooperação com instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais, nacionais e internacionais. Em seu Estatuto, nos Art. 2º e 3º, estabelece como objetivos:

- formar profissionais e especialistas em nível superior;

- promover a criação e transmissão do saber e da cultura em todas as suas manifestações;

- participar do desenvolvimento socioeconômico do País, em particular do Estado de Sergipe e da Região Nordeste.

2.3. Organograma da Instituição



Organograma da Universidade Tiradentes

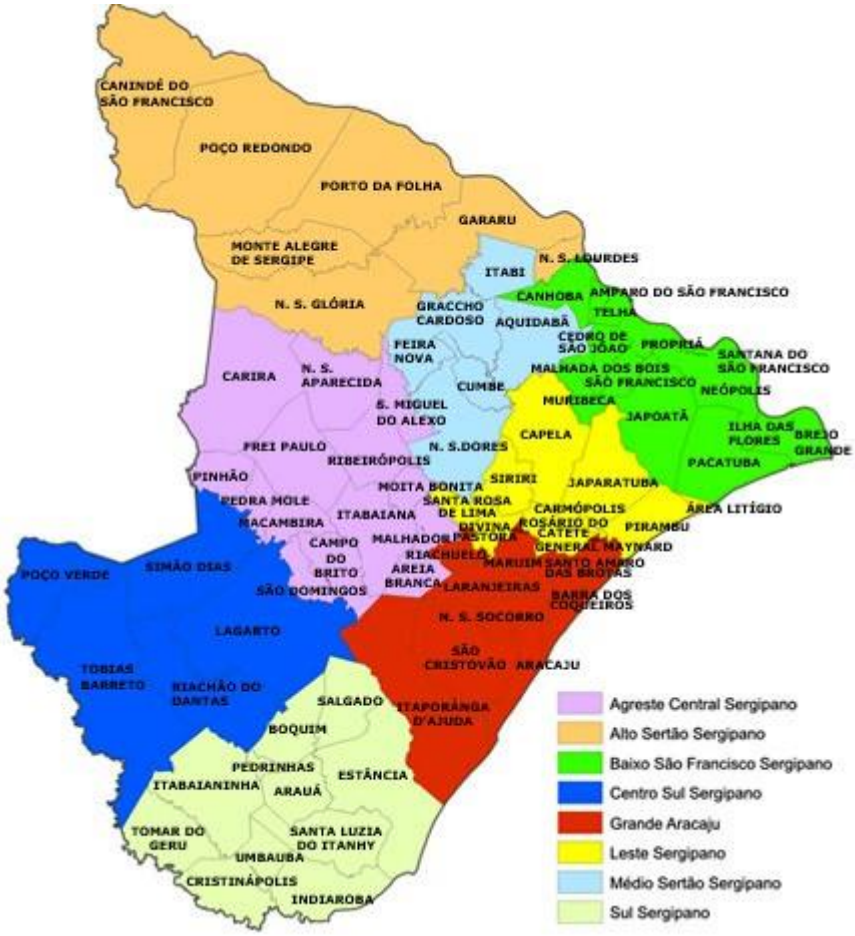
2.4. Estrutura Acadêmica e Administrativa

IDENTIFICAÇÃO	QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA
Reitor: Jouberto Uchôa de Mendonça	Especialista em Administração e Gerência de Unidade de Ensino – FIT's/SE/1992.
Vice-Reitora: Amélia Maria Cerqueira Uchôa	Especialista em Administração e Gerência de Unidade de Ensino - FIT's/SE/1992.
Vice-Reitora Adjunta: Marília Cerqueira Uchôa Santa Rosa.	Especialista em Medicina Preventiva e Social – HCFMRP/USP/1995.
Superintendente Geral: Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior	Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/2003.
Superintendente Acadêmico: Temisson José dos Santos.	Doutor em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - PEQ/COPPE/2000.
Diretora de Graduação: Arleide Barreto Silva	Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba/2003.
Diretora de Pesquisa e Extensão: Juliana Cordeiro Cardoso	Doutora em Ciências Farmacêuticas pela USP/2005.
Coordenador de Extensão: Geraldo Calasans Barreto Junior	Especialização para Gestores de Instituições de Ensino Técnico – SP/1988
Diretora do Sistema de Bibliotecas: Maria Eveli Pieruzi de Barros Freire	Especialista em Administração/ Universidade São Judas Tadeu – SP/1988.
Diretor de Saúde: Hesmoney Ramos de Santa Rosa	Mestre em Saúde e Ambiente pela Universidade Tiradentes / 2009.
Coordenador da Clínica Odontológica: Guilherme de Oliveira Caldeiras	Especialista em Didática do Ensino Superior – Faculdade Pio Décimo, 2010.
Coordenadora dos Laboratórios da Área de Ciências Biológicas e da Saúde: Lilian Lima de Barros	Técnica em Química – IFS,2001.

IDENTIFICAÇÃO	QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA
Coordenadora Técnica do Laboratório Central de Biomedicina: Simone Almeida Santos Rodrigues	Graduada em Administração – Faculdade São Judas Tadeu
Diretora da Clínica de Psicologia: Jacqueline Maria Alves de Santana Caldeira	Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Pio Décimo/ 2010.
Coordenador do Curso de Direito Aracaju: Mário Jorge Tenório Fortes Junior	Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2014

Quadro 01: Estrutura Acadêmica e Administrativa da UNIT

CONTEXTO REGIONAL



3. ASPECTOS FÍSICOS, ECONÔMICOS E EDUCACIONAIS DE SERGIPE.[3]

3.1. Aspectos Físicos e Demográficos

O Estado de Sergipe possui uma área de 21.910,348 km, o equivalente a 0,26% do território nacional e 1,4% da região Nordeste. Limita-se ao norte com o Estado de Alagoas, separado pelo Rio São Francisco, ao sul e a oeste pelo Estado da Bahia e ao leste com o Oceano Atlântico. O Estado possui 75 municípios agrupados pelo IBGE em 13 microrregiões político administrativas, que fazem parte de 3 mesorregiões.

[3] Site: www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=se

Algumas vantagens do Estado o potencializam como o portão de entrada para o turismo no Nordeste, tais como: posição geográfica, riqueza de patrimônio histórico e construído, beleza natural e paisagística e variada cultura popular.

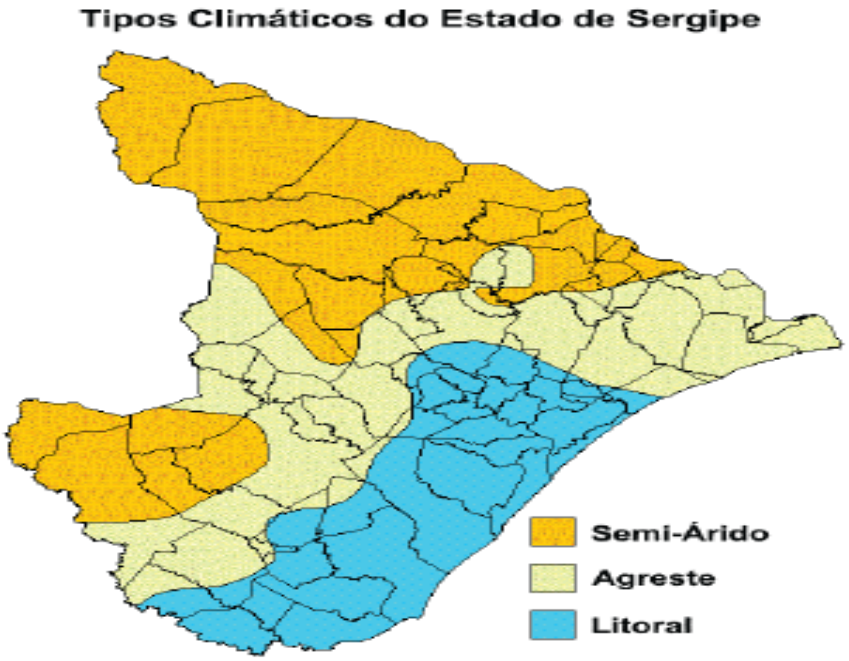
A capital sergipana, Aracaju, possui 35 km de litoral com praias de águas mornas e calmas e rios propícios para pesca artesanal. A vegetação predominante é o manguezal, que se concentra às margens dos rios; além dos mangues, também são consideradas áreas de preservação ambiental, algumas restingas e o Morro do Urubu, um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica, que atrai turistas de todas as partes do Brasil e do exterior.

A população de Sergipe se caracteriza pela mestiçagem resultante da presença de vários elementos étnicos, já que em seu histórico estão presentes indivíduos de origem europeia, indígena e africana, além de tipos humanos vindos de diversas partes do mundo.

O Estado de Sergipe possui como característica climática principal a distribuição espacial da precipitação pluviométrica decrescente do Litoral Leste para o Sertão Semiárido.

Figura 2. Fonte: Sergipe em Dados 2011

O estado de Sergipe possui como característica climática principal a distribuição espacial da precipitação pluviométrica decrescente do Litoral Leste para o Sertão Semiárido.



Fonte: Centro de Meteorologia de Sergipe – CEMESE/SRH/SEMARH

3.2. Aspectos Econômicos [4]

Apesar de sua pequena dimensão territorial Sergipe é um estado diferenciado dentro do Nordeste e possui os melhores indicadores econômicos e sociais da região. Nos últimos anos, tem apresentado desempenho superior à média do Brasil e do Nordeste em várias dimensões do desenvolvimento devido ao importante processo de transformação por que vem passando.

Sergipe, conforme dados censitários divulgados pelo IBGE, tem nos setores de serviços e indústria, sua principal fonte de geração de riqueza. A participação destes setores no Valor Adicionado Bruto – VAB é respectivamente, de 66,8% e 28,6%. O setor agropecuário, com menor expressividade, aparece com um percentual de 4,6%.

[4] Site: www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php

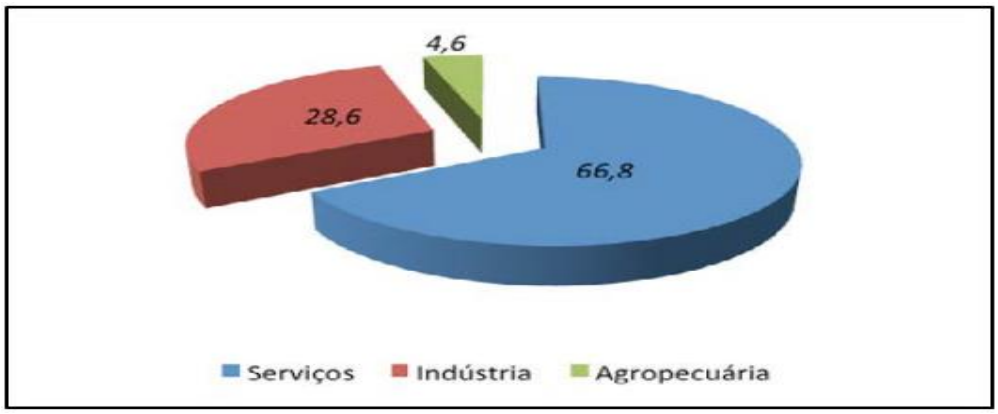


Figura 05: Distribuição de riquezas por setores no Estado de Sergipe

Fonte: Contas Regionais 2010, IBGE (2012)

A extração de riquezas minerais como o petróleo e gás natural, além de outros minérios como a silvinita e a carnalita, matérias-primas fundamentais para a fabricação de fertilizantes, tem sido um dos fatores de crescimento do Estado. Sergipe dispõe também de importantes jazidas de calcário, que o tornaram o maior produtor de cimento do Nordeste e o sexto maior do Brasil. Ao lado da riqueza mineral, que propiciou a formação de uma importante cadeia produtiva minero-química, Sergipe conta ainda com um parque produtivo diversificado, em que se destacam os segmentos de alimentos e bebidas; têxtil, calçados e confecções; produtos metalúrgicos e material elétrico.

Em pesquisa divulgada pelo IBGE, no ano de 2014, Sergipe registrou o maior PIB do Nordeste e um crescimento quatro vezes maior que o PIB do país. Enquanto o Brasil obteve um crescimento real de 0,9% no PIB, Sergipe alcançou 3,6%. Comparado ao restante dos Estados nordestinos, o PIB de Sergipe, de R$ 37,472 (IBGE 2014). , o coloca como o maior PIB do Nordeste. É importante ressaltar que o PIB do Brasil foi de R$ 22.402 e o da Região Nordeste, de R$ 11.044. Conforme os órgãos de estatística de todas as unidades da federação, o estudo sobre a composição do Produto Interno Bruto mostrou que o PIB sergipano representa 0,6% do PIB nacional. Os setores responsáveis pelos bons índices econômicos do estado foram serviços, indústria e agropecuária.

No que se refere ao cálculo de tudo o que Sergipe produziu dividido pela sua população os dados mostram que o sergipano obteve a maior renda média do Nordeste. Com uma população estimada em 2.288.116 habitantes (IBGE – 07/2017), a renda per capita do estado alcançou R$ 16.882 (IBGE 2014), sendo superior a de outros estados do Nordeste e deixando para trás estados maiores como Pernambuco (R$ 13.138,48) e Bahia (R$11.832,33). O setor industrial foi o maior responsável pelo desempenho de Sergipe, com um valor corrente

de R$ 7,08 bilhões e uma taxa de crescimento de 5,6%. Dentre as atividades que compõem o setor, merece destaque a construção civil, com incremento de 12,8%.

O setor de serviços somou R$ 16,41 bilhões, apresentando uma taxa de crescimento de 3,0%. Todas as atividades apresentaram avanço. A atividade de comércio aumentou 6,4%, registrando um valor de R$ 2,787 bilhões. Esses avanços se refletem na expansão do mercado de trabalho com crescimento real da massa salarial expandiu o crédito ao consumo, sustentando o crescimento das vendas no comércio varejista. O Governo do Estado, por meio do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), vem incentivando a implantação e crescimento do parque industrial de Sergipe. O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) aprovou mais 6 novas indústrias para Sergipe, além dos novos empreendimentos, foram analisados também os processos de ampliação de produtos.

Visualizamos com isso, que em Sergipe, especificamente em Aracaju, a proposta da criação do Curso de Graduação em Direito da Universidade Tiradentes – UNIT teve a sua concepção na demanda do próprio mercado de trabalho que se encontra em plena expansão, bem como das necessidades socioeconômicas, políticas, culturais e educacionais da região.

3.3. Aspectos Educacionais[5]

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a frequência do Ensino Médio entre os adolescentes sergipanos cresceu e que 40,9% deles estão cursando o Ensino Médio. Na faixa etária de 6 a 14 anos, Sergipe está mais próximo da universalização: 98,1% de frequência escolar. No grupo de 0 a 5 anos, a frequência é maior entre aqueles com idade de 4 e 5 anos (87,2%) e muito menor no grupo de 0 a 3 anos (15,2%). A proporção de jovens estudantes com idade de 18 a 24 anos que cursavam o nível superior cresceu de 27% em 2001 para 51,3% em 2011. Outra informação registrada pelo estudo é que jovens estudantes pretos e pardos aumentaram a frequência no Ensino Superior – de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011 – percentuais muito abaixo da proporção de jovens brancos, de 39,6% em 2001 para 65,7% em 2011. Tais índices mostram a democratização do acesso à educação e o investimento que vem sendo demandado para área.Com relação ao ensino superior, o Plano Nacional de Educação propõe como meta, matricular 33% dos jovens entre

[5] BRASIL. Ministério da Educação - MEC. *Censo Escolar 2012.* Brasília, DF. Site: www.seed.se.gov.br/

18 e 24 anos na educação superior até o ano 2016, o que representa mais do que dobrar os números hoje existentes.

Das 20 metas do Plano Nacional de Educação, três são dedicadas ao tema. Hoje o Brasil tem cerca de 11% dos adultos com idade entre 35 e 44 anos, com formação universitária, número muito defasado em relação a outros países, no Chile, esse percentual é de 27% e, nos Estados Unidos, chega a 43%. Conforme pesquisa do Inep, nos últimos dez anos, as matrículas na educação superior no Brasil, cresceu 73,6%, o qual se reflete na melhora da taxa líquida, que passou de 5,9% para 14,9%.

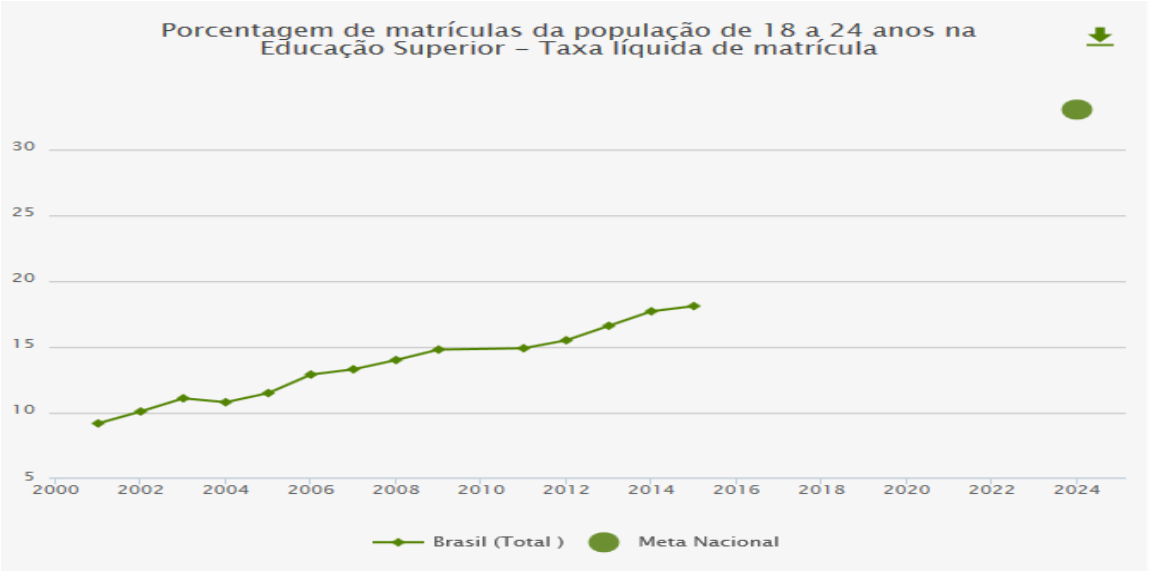
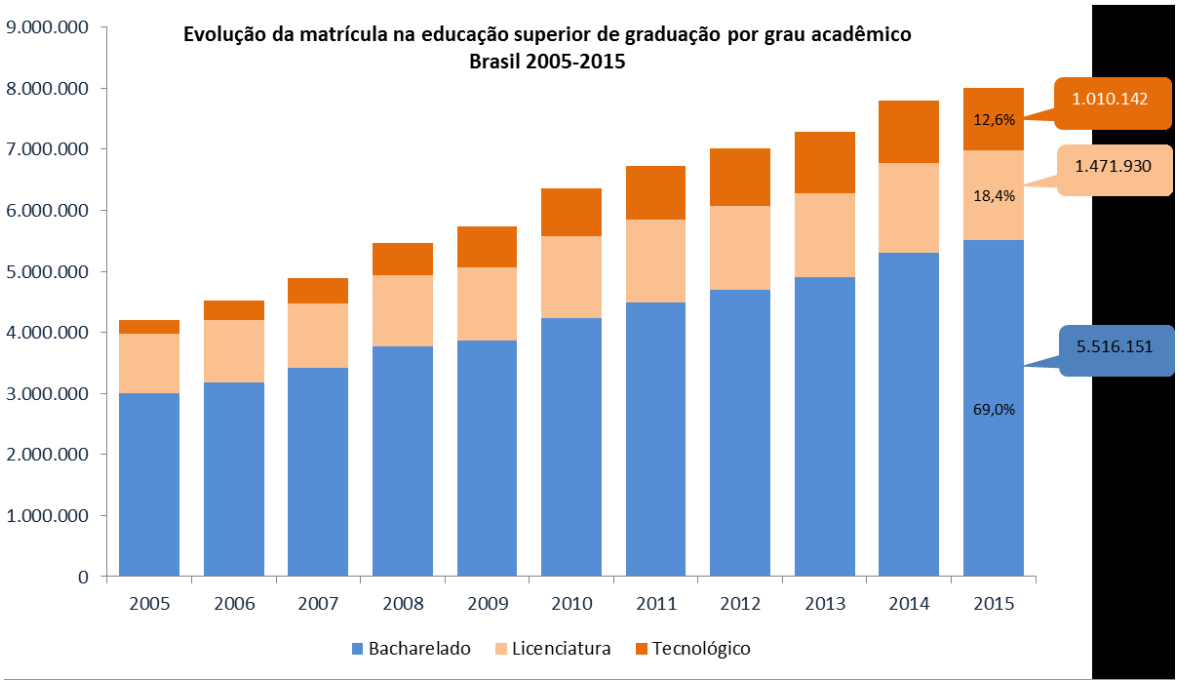


Figura 6. Fonte IBGE/Pnad. (2015).

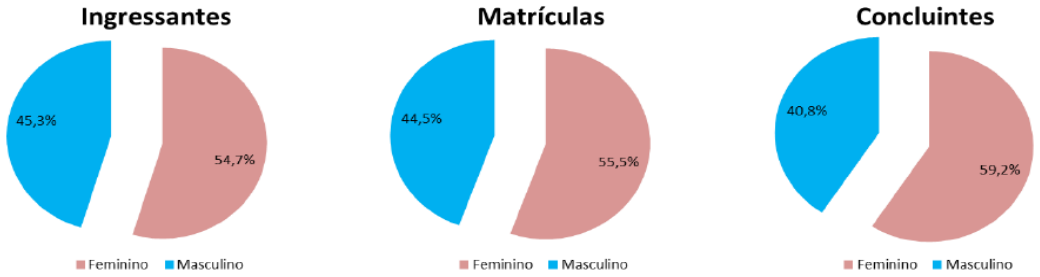
Segundo dados do IBGE, o Estado de Sergipe teve no ano de 2015, 343.734 matrículas no ensino fundamental e 81.768 matrículas no ensino médio. Desta forma, contamos com os inúmeros concludentes do ensino médio que ainda não tiveram acesso ao ensino superior. Isso, sem levar em conta os portadores de diploma que já se encontram inseridos no mercado de trabalho, mas que buscam outra graduação e/ou pós-graduação como forma de requalificação e ascensão na carreira profissional.

No ensino superior, o INEP apresenta o número de 61.783 matriculas no estado de Sergipe, no ano de 2015. Também de acordo com os números apresentados pelo INEP, verifica-se que os cursos de bacharelado, e entre eles a graduação em Direito, estão entre os de maior expressividade no País, sendo pois, de grande relevância a oferta do mesmo no Estado.



Fonte: MEC/Inep/Censo da Educação Superior

Ingressantes, Matrículas e Concluintes na Educação Superior por Gênero - Brasil - 2013



10 Maiores Cursos de Graduação em Número de Matrículas, por Gênero - Brasil - 2013

Curso	Feminino	Curso	Masculino
Pedagogia	568.030	Direito	355.020
Administração	445.226	Administração	354.888
Direito	414.869	Engenharia civil	183.297
Enfermagem	194.166	Ciências contábeis	136.733
Ciências contábeis	191.298	Ciência da computação	106.266
Serviço social	157.919	Engenharia de produção	97.658
Psicologia	146.347	Engenharia mecânica	91.802
Gestão de pessoal / RH	138.243	Engenharia elétrica	74.840
Fisioterapia	88.007	Formação de professor de educação física	71.215
Arquitetura e urbanismo	79.293	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	66.383

Fonte: MEC/Inep – Nota: Os cursos sem as cores estão entre os 10 maiores cursos nos dois gêneros.

Atualmente, segundo dados fornecidos pela Secretaria de estado da Educação – SEED, o Estado de Sergipe atendeu no ano de 2014 ao número de 57.582 matrículas no ensino médio. Desta forma, contamos com os inúmeros concludentes do ensino médio que ainda não tiveram acesso ao ensino superior. Isso, sem levar em conta os portadores de diploma que já se encontram inseridos no mercado de trabalho, mas que buscam outra graduação e/ou pós-graduação como forma de requalificação e ascensão na carreira profissional.

3.4 Dados sobre a saúde

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Estado do Planejamento a expansão da rede de atenção à saúde e na melhoria da gestão do SUS impactou fortemente nos indicadores de saúde em Sergipe. O número de casos de doenças associadas à miséria, como tuberculose, hanseníase, meningite, doença diarreica, entre outras, vem diminuindo constantemente. A mortalidade infantil sofreu uma queda de 57,2% na última década, estando muito próxima de atingir, antecipadamente, a meta dos Objetivos do Milênio (ODM) até 2015. A esperança de vida ao nascer do sergipano é a segunda maior do Nordeste, atingindo 72,3 anos, em 2011, um aumento de 3,4 anos comparado a 2001.

A esperança de vida ao nascer da população sergipana passou de 68,8 anos em 2001 para 72,2 anos em 2011, um incremento de 3,4 anos.

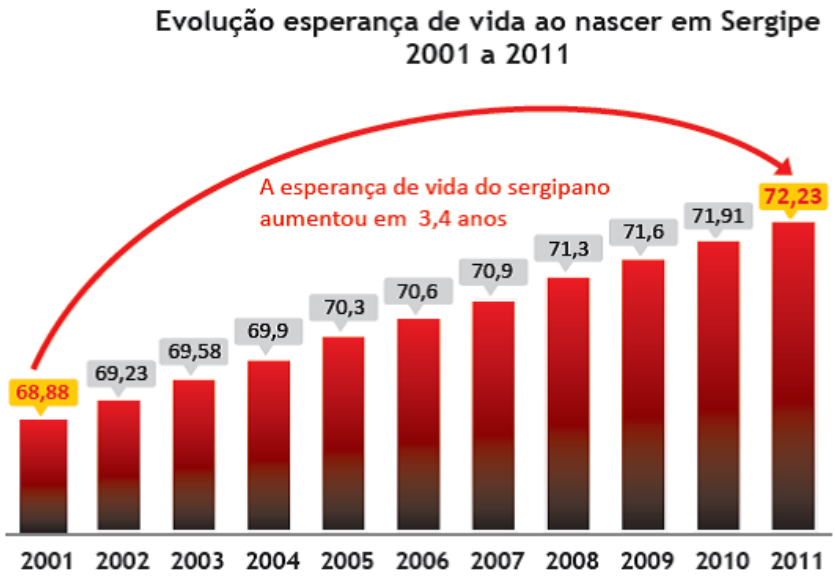


Figura 1: Fonte: IBGE/DPE/Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS

Ainda segundo dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento, o aumento da esperança de vida dos sergipanos é consequência da melhoria nas condições de vida e no acesso a serviços de saúde, observado praticamente em todos os estados do nordeste, com destaque para Bahia e Sergipe que apresentam as maiores expectativas de vida da região, aproximando-se, na última década, da média nacional.

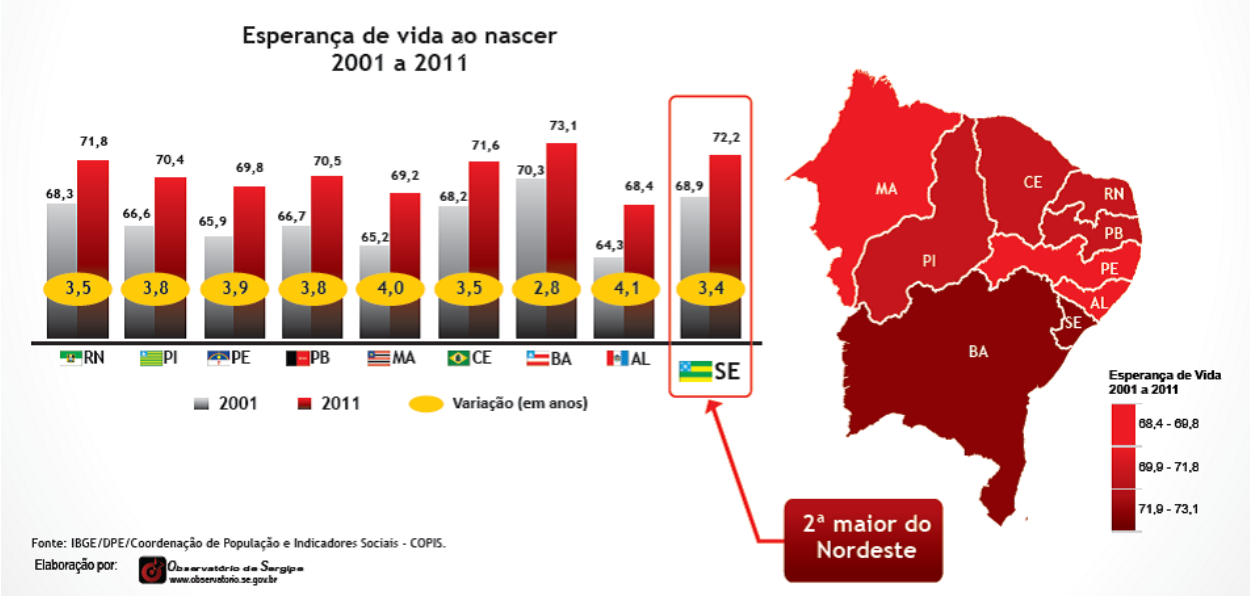


Figura 2: Fonte: IBGE/DPE/Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS

Ações de prevenção e controle desenvolvidas pelas secretarias municipais e estadual de saúde, com equipes multidisciplinares vem colaborando para mudanças de hábitos da população, tais ações evidenciam a redução nos índices de mortalidade por AVC no estado que tem como fatores de risco a idade avançada, hipertensão arterial e hábitos não saudáveis, a mortalidade por AVC – Acidente Vascular Cerebral vem caindo nos últimos cinco anos. A mortalidade por AVC, na faixa etária de até 70 anos, saiu de 8,26 em 2005, para 5,89 em 2010, representando uma queda de 28,7% no período.

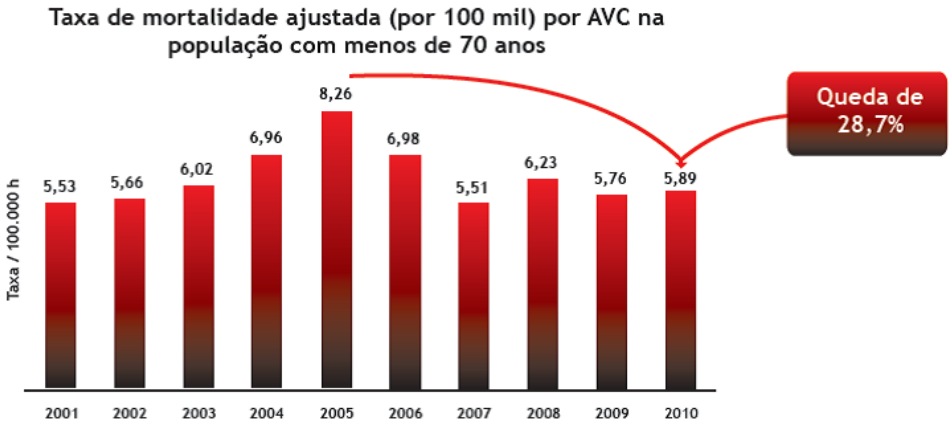


Figura 3: Fonte: SIM/NSI/DIVEP/SES/IBGE

No que se refere à redução da mortalidade infantil no estado de Sergipe se aproxima da meta de redução da mortalidade definida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, a taxa de mortalidade infantil (menores de um ano de idade), recuou de 37,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2001, para 16,1 por mil, em 2011. Com este resultado, Sergipe praticamente atingiu a meta da ODM, estipulada em 15,7 óbitos por mil nascidos vivos.

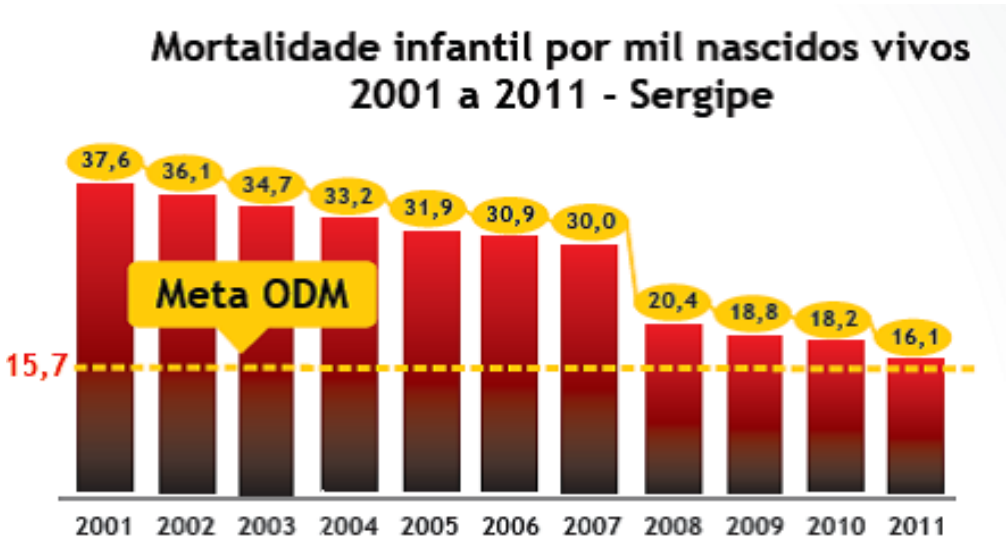


Figura 4: Fonte: MS/SVS – sistema de informações sobre nascidos vivos – SINASC/SIM

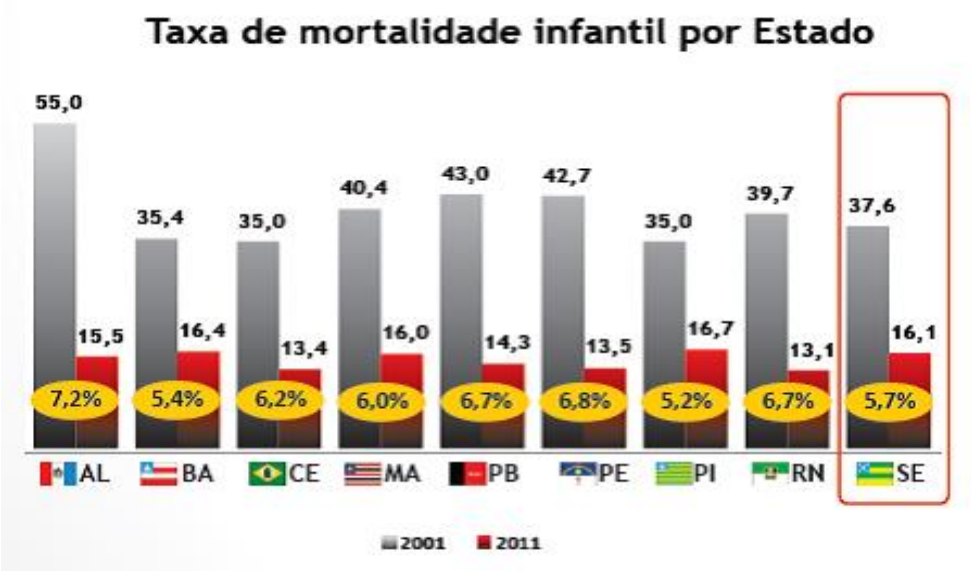


Figura 5: Fonte: MS/SVS – sistema de informações sobre nascidos vivos – SINASC/SIM

O declínio na mortalidade infantil pode ser observado em todos os estados do Nordeste. No ano 2001 a média de óbitos da região, que girava em torno de 40 por mil nascidos vivos, cai para cerca de 15 por mil nascidos vivos em 2011, uma redução de mais de 62%. A taxa de redução média em Sergipe ficou em torno de 5,7% (a.a.).

Também muito significativo foi a diminuição no índice de mortalidade materna estadual, o número de óbitos por mortalidade materna diminui entre os anos de 2002 e 2010, a taxa saiu de 79,22 para 67,57, por 100 mil, com queda de 14,7% no período. Esta redução é ainda mais significativa se considerada a melhora na identificação dos óbitos associados à gravidez no estado, com o expressivo aumento de óbitos investigados de mulheres em idade fértil entre 2008 e 2010, saindo de 9 casos para 554 casos.

Diante de tal cenário, manter e melhorar ainda mais os índices apresentados torna-se um desafio para os administradores municipais e para o governo estadual, identifica-se que o estado de Sergipe vive um momento favorável para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde o que trona imprescindível a necessidade de profissionais capacitado.

3.5 A UNIT frente ao desenvolvimento do Estado e da Região

O estado de Sergipe, conta com 14 instituições de ensino superior, entre as quais temos uma Universidade pública (UFS), uma Universidade particular (UNIT) e um Instituto Federal de Educação (IFS), sendo as demais constituídas por Faculdades.

Dentro deste cenário destacamos a atuação da Universidade Tiradentes na formação de profissionais das diversas áreas do saber, preparando-os para se destacarem pela excelência de sua capacitação. Atualmente são ofertados pela Instituição, 36 cursos de bacharelado, entre eles o curso de Direito - Aracaju. Destacamos que a Universidade Tiradentes foi a segunda instituição do Estado de Sergipe a ofertar o curso, oportunizando a formação e espaço nesta área do mercado de trabalho.

A UNIT tem sede na Capital do Estado de Sergipe, onde se localizam os Campi Aracaju - Centro e Aracaju - Farolândia. Atua também no interior do Estado através de campi avançados, na cidade de Estância, região sul de Sergipe; no município de Itabaiana, leste sergipano e em Própria, cidade fronteiriça situada na região norte do Estado.

Conforme demonstrado, a Instituição se destaca no cenário regional e local, na medida em que busca atualizar-se constantemente face às demandas requeridas pelo progresso e bem-estar da população, notabilizando-se inclusive como propulsora do desenvolvimento do estado por constituir-se numa agência de fomento e geração de emprego e renda no espaço

urbano em que atua. Um exemplo ilustrativo dessa sua vocação empreendedora está na própria instalação de um dos seus campi. O Campus Aracaju - Farolândia provocou uma explosão demográfica no bairro que leva o mesmo nome, dada a construção de diversos edifícios e instalação de pontos comerciais, concebidos quase que exclusivamente para atender a demanda estudantil da instituição. Há indícios de que esse mesmo processo de reordenamento urbano vem ocorrendo nas cidades interioranas que sediam outros campi da Universidade Tiradentes.

3.6 Políticas institucionais no âmbito do curso

A Universidade Tiradentes – Unit, em consonância com o contexto atual e atenta às novas tendências educacionais e profissionais, assume em seu Projeto Pedagógico o compromisso de formar profissionais dotados de um saber que se alicerça nas mais recentes teorizações da ciência, integradas com o desenvolvimento e melhoria das condições de vida das comunidades onde atua. Para tanto, busca na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o embasamento para uma atuação pedagógica qualificada. Nesta perspectiva concebe:

- **Ensino** como processo de socialização e produção coletiva do conhecimento.
- **Pesquisa** como princípio educativo a permear todas as ações acadêmicas da Universidade, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito da iniciação científica.
- **Extensão** como processo de interação com a comunidade, a partir de ações contextualizadas da aprendizagem e o cumprimento da função social da Instituição.

Ao assumir o desafio de promover a educação para a autonomia, propõe o questionamento sistemático, crítico e criativo pelos agentes formadores e em formação dos processos e das práticas a serem empreendidas. Em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional, que preconiza a articulação entre teoria e prática, o curso de Direito contempla, desde os primeiros períodos, ações que visam colocar o aluno em contato com a realidade social e profissional em que irá atuar, como forma de promover a ação-reflexão-ação sobre esta, a exemplo do eixo integrador e do eixo de práticas profissionais previstos na sua estrutura.

3.7 Políticas de ensino

A Universidade Tiradentes, focada nessa premissa norteadora, propõe uma educação capaz da promoção de situações de ensino e aprendizagem sintonizados na construção

de conhecimentos e no desenvolvimento de competências. Nessa perspectiva, aliam, na realização das situações de ensino e vivências acadêmicas, abordagens que propiciem:

- O desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado.
- A busca da unidade entre teoria e prática.
- A integração entre ensino, pesquisa e extensão.
- A integração dos conhecimentos efetivada nos níveis intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.
- A construção permanente da qualidade de ensino.

Desse modo, no âmbito do curso de Direito, serão propiciadas situações que favoreçam o desenvolvimento de profissionais capacitados para atender às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em sua área de atuação. Para tal, serão desenvolvidas ações, dentre as quais: adoção dos princípios pedagógicos da educação baseada em competências, capacitação didático-pedagógica permanente do corpo docente do curso; valorização dos princípios éticos, flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno autonomia na sua formação acadêmica, atualização permanente do projeto pedagógico, levando em consideração as DCNs, a dinâmica do perfil profissiográfico do curso.

3.8 Políticas de pesquisa

A pesquisa na UNIT se constitui como princípio pedagógico, de modo a incentivar a busca de informações nas atividades acadêmicas, assim como a realização de práticas investigativas por meio do Programa de Iniciação Científica. Desse modo, visa desenvolver uma ação contínua que, por meio da educação, da cultura e da ciência, busca unir o ensino e a investigação, propiciando, através dos seus resultados, uma ação transformadora entre a academia e a população.

Neste sentido, serão incentivadas as práticas investigativas que propiciem:

- Fomento ao aprofundamento do conhecimento científico, técnico, cultural e artístico por meio do incentivo permanente, em todas as práticas acadêmicas, da busca de informações nas mais diversas fontes de consulta disponíveis, de modo a desenvolver a curiosidade científica e o espírito investigativo dos alunos, dentre os quais:
  - Estímulo e incentivo ao pensar crítico em qualquer atividade didático-pedagógica.

- Fomento à realização de práticas de investigação focada na temática da região onde a UNIT se insere.
- Manutenção de serviços de apoio indispensáveis às práticas de investigação, tais como, biblioteca, documentação e divulgação científica.
- Promoção de iniciação científica através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PROBIC e Programa Voluntário de Iniciação Científica – PROVIC.
- Fomento às parcerias e convênios com organizações públicas e privadas para a realização das práticas investigativas de interesse mútuo.
- Incentivo à programação de eventos científicos e a participação em congressos, simpósios, seminários e encontros, tais como a Semana de Pesquisa e de Extensão-SEMPESQ.
- Apoio à divulgação dos trabalhos que foram e/ou estão sendo desenvolvidos em parceria entre os alunos e os professores.

No âmbito do curso de Direito, são incentivadas as atividades de pesquisa, por meio de diversos mecanismos institucionais, a exemplo de atribuição pela IES de carga horária para orientação das atividades de iniciação científica. Ademais, haverá promoção e incentivo à apresentação de produção técnica e científica em eventos a exemplo da Mostra de Práticas Integradoras e Jurídicas.

Para o corpo discente, a Universidade Tiradentes oferece bolsas de iniciação científica, bem como os alunos poderão ser beneficiados com bolsas destinadas por órgãos conveniados. Considerando situações em que essa oferta não contemple a todos os alunos inscritos, a Instituição irá estimular a participação voluntária, sem prejuízo da legitimidade institucional do projeto de pesquisa, regida pelo Programa Voluntário de Iniciação Científica – PROVIC.

Para fortalecer o eixo pesquisa, o curso de Direito dispõe de grupos de pesquisas, vinculados ao Diretório de Pesquisa do CNPq: a exemplo dos Grupos de Pesquisas de Execução Penal, sobre Gênero, Família e Violência, dentre outros.

3.9 Políticas de Extensão

A extensão é concebida como processo educativo, cultural e científico que se articula com o ensino e a investigação de forma indissociável, viabilizando a relação

transformadora entre a Instituição e a sociedade. Nessa direção, serão implementadas ações, pautadas nas seguintes diretrizes:

- Fomento ao desenvolvimento de habilidades e competências de discentes possibilitando condições para que esses ampliem, na prática, os aspectos teóricos e técnicos aprendidos e trabalhados ao longo do curso através das disciplinas e conteúdos programáticos.
- Estímulo à participação dos discentes nos projetos idealizados para o curso e para a Instituição de modo geral, possibilitando a interdisciplinaridade e transversalidade do conhecimento.
- Garantia da oferta de atividades de extensão de diferentes modalidades.
- Estabelecimento de diretrizes de valorização da participação do aluno em atividades extensionistas.
- Concretização de ações relativas à responsabilidade social da Universidade Tiradentes.

Nessa direção, a extensão ocorre mediante articulação com o ensino e a pesquisa, sob a forma de atividades em projetos, garantindo a disponibilidade de algumas atividades de forma gratuita para a população de baixa renda, em especial para as comunidades circunvizinhas, reafirmando assim seu compromisso com uma inclusão social e com o desenvolvimento regional.

Pautada nestas diretrizes sustenta-se que a articulação entre a Instituição e a sociedade por meio da extensão é um processo que permite a socialização e a transformação dos conhecimentos produzidos com as atividades de ensino e a pesquisa, recuperando e (re) significando saberes gerados a partir das práticas sociais, contribuindo para o desenvolvimento regional. No âmbito do curso de Direito, são implementadas ações que propiciem a extensão, de modo a aproximar, cada vez mais, os estudantes da realidade regional e local, a exemplo do Projeto Reformatório, instituído há mais de 20 anos, em parceria com a Defensoria Pública do Estado, por meio de diversas atividades na área de execução penal.

PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO DE DIREITO

4. DADOS FORMAIS DO CURSO

INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

Nome: Sociedade de Educação Tiradentes

Endereço: Rua Murilo Dantas, 300 – Bairro Farolândia.

Cidade: Aracaju

Estado: Sergipe

CEP: 49032-490

Tel: (079) 3218-2133 / 3218-2134

Home Page: http://www.UNIT.br

E mail: reitoria@UNIT.br

INSTITUIÇÃO MANTIDA

Nome: Universidade Tiradentes

Endereço: Rua Murilo Dantas, 300 – Bairro Farolândia.

Cidade: Aracaju

Estado: Sergipe

CEP: 49032 - 490

Tel: (079) 3218-2133 / 3218-2134

Home Page: http://www.UNIT.br

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Coordenador: Mario Jorge Tenório Fortes Júnior

Coordenador Adjunto: Martha Franco Leite

Identificação: Curso de Graduação em Direito

Habilitação: Bacharel em Direito

Modalidade: Presencial

Vagas: 400 vagas anuais

Turno: Vespertino e Noturno

Regime de Matrícula: Semestral

Duração: 05 anos

Carga Horária Total: O curso tem uma carga horária total de 4.320 horas

Tempo de Integralização:

- **Tempo mínimo:** 10 (dez) períodos letivos com duração de 05 (cinco) anos.
- **Tempo máximo:** 12,5 (doze e meio) períodos com duração de 7,5 (sete anos e meio).

Dimensão das turmas

- **Teóricas:** 60 alunos para aulas teóricas.
- **Práticas**: 20 alunos para atividades práticas.

ATO LEGAL DE AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO

Autorizado pelo Decreto Federal nº 84.733 de 26/05/1980, sendo implantado em Aracaju, no segundo semestre do mesmo ano. A mais recente renovação de reconhecimento, se deu pela Portaria MEC/SERES nº 546 de 05/06/2017 – DOU 06/06/2017.

LEGISLAÇÃO E NORMAS QUE REGEM O CURSO

- Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9.394/96;
- Parecer CNE/CES nº 55/2004, de 18 de fevereiro de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito;
- Parecer nº 211 de 08 de julho de 2004 do CNE/CES e a Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004;
- Resolução Nº 2, de 18/06/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- O Decreto nº 5.296/2004 - Regulamenta as Leis nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências;
- O Decreto nº 5.626/2005 - Regulamenta a Lei nº10436/2002, que dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o artigo 18 da Lei nº10098/2000.
- A Resolução 01/2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- A Resolução nº 01 de 17/06/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação

Superior - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante;

- A Resolução CNE nº 1/2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- A Lei 11.645/2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- Também a Lei 9.795/99 - Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Ainda o Decreto 4.281/2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso às informações do Curso de Graduação em Direito ocorre através do site da Universidade Tiradentes - UNIT – www.UNIT.br - disponibilizando no Catálogo do curso os objetivos, o perfil do egresso, administração acadêmica, campo de atuação, estrutura física, e valor da mensalidade do curso; bem como através do telefone (79) 3218 - 2143 e do e-mail: Direito <Direito@UNIT.br>

Para ingressar no Curso de Graduação em Direito, o candidato poderá concorrer ao Processo Seletivo a ser realizado semestralmente, que é organizado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo da Instituição; como portador de diploma ou ainda através de transferência externa ou interna. Essas vagas serão definidas por meio de política institucional consubstanciada pela Reitoria da Universidade Tiradentes, Coordenação Acadêmica e gerenciadas pelo Departamento de Assuntos Acadêmicos – DAA e pela Coordenação do Curso.

5. DADOS CONCEITUAIS DO CURSO

5.1. Contextualização e justificativa da oferta do curso.

Sergipe, geograficamente o menor estado da Federação, conta em seu território com 75 munícipios, dentre estes a cidade de Aracaju, *lócus* de funcionamento do Curso de Direito da Universidade Tiradentes. Nos últimos anos, o estado de Sergipe tem demonstrado uma capacidade de superar as expectativas, bem como em aproveitar as suas potencialidades, utilizando-se da implementação de ações estratégicas, envolvendo aos setores governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, além da forte participação do setor privado. Ademais, o crescimento experimentado pelo Estado tem exigido, cada vez mais, profissionais com formação sólida e de qualidade. O curso de Direito da UNIT tem respondido comprovadamente a essas expectativas, tendo em vista o seu destaque entre as IES locais e regionais.

Dada à representatividade que a formação do Bacharel em Direito tem na sociedade, o curso de graduação em Direito da Universidade Tiradentes faz jus a tal relevância, conquistando ao longo de seus anos de existência credibilidade pela comunidade sergipana e nacional, fato esse comprovado nas avaliações de reconhecimento e renovações de reconhecimento a qual é submetido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), bem como pelos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cujos resultados são expressivos. Conforme dados divulgados, a Universidade Tiradentes sozinha, aprova mais alunos de Direito nos exames nacionais da Ordem dos Advogados do Brasil, do que todas as outras instituições de ensino superior sergipanas juntas.

Este fato demonstra a relevância da oferta do curso e reafirma seu compromisso social, objetivando atender a comunidade sergipana e a de estados circunvizinhos. Ademais, o compromisso dos estudos jurídicos com a liberdade e a justiça e com a harmonia das instituições é ao mesmo tempo, a principal forma de colocar o desenvolvimento científico a serviço do homem e da sociedade, bem como o ensino do Direito a serviço do progresso e dos valores essenciais da pessoa humana.

Ao longo dos 37 anos de sua existência o curso observou a heterogeneidade sociocultural dos universitários, respeitando as diferenças individuais, implementando metodologias que visam à formação integral do indivíduo, preparando-o para galgar um espaço no mercado de trabalho e o exercício da cidadania, contribuindo de forma objetiva com o desenvolvimento sócio – econômico - político e cultural do Estado de Sergipe e da região Nordeste. O ensino jurídico no Brasil precisa contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira, procurando adaptar-se às inovações do conhecimento e absorver, ao mesmo tempo, as condições tecnológicas básicas para a acumulação de informações e conhecimento que respondam às exigências de seu próprio desenvolvimento e expansão.

O Direito, por um lado, pode participar de forma significativa da consolidação dos atuais e novos institutos jurídicos, como instrumentos de viabilização das demandas sociais emergentes e do acelerado processo integrativo das sociedades modernas. Por outro lado, deve estar integrado e voltado para as questões essenciais dos problemas jurídicos e demandas regionais de desenvolvimento. A formação do Bacharel em Direito na sociedade contemporânea não pode ficar restrita ao tecnicismo formativo do passado recente, sobretudo quando o poder público e a própria sociedade buscam os profissionais do Direito como agentes eficazes para contribuírem na consolidação das instituições sociais e da prática democrática.

A concepção ideológica do Curso de Direito evidencia-se pela interpretação e pela aplicação do direito, segundo as necessidades sociais, objetivando a solução do conflito e preservando o equilíbrio social. Nos diversos segmentos da sociedade, o Direito se insere como um monitor dos conflitos sociais, sendo, portanto, impossível estar alheio às transformações que ocorrem na sociedade, comportando-se como sistema fechado.

Nessa direção, não se limita, em descrever a ordem legal sem interferências ideológicas nem se baseia única e exclusivamente no aspecto formal da lei, mas amplia sua ação a partir do compromisso dos estudos jurídicos com a liberdade, a justiça, a harmonia das instituições, bem como de colocar o desenvolvimento científico a serviço do ser humano e da sociedade e para tal pauta-se em diferentes fatores, tais como:

- a complexidade das relações sociais, decorrentes das rápidas mudanças em todos os setores da sociedade, tem determinado constantes transformações no ordenamento jurídico, responsável por assegurar os direitos dos cidadãos, bem como de exigir os correspondentes deveres, razão pela qual se faz necessária a expansão e o aprofundamento do estudo de Ciências Jurídicas e Sociais, formando e preparando pessoas capazes de contribuir para a interpretação/aplicação do Direito de uma forma mais justa e equitativa, minimizando a angústia social e os consequentes conflitos;

- o fato de que a Universidade não pode ficar atrelada aos estreitos limites do mercado de trabalho existente, circunstancialmente em determinado tempo e espaço, nem tampouco pode vir desassociado das transformações sociais;

- a urgência da abertura de novas perspectivas de realização profissional, em nível pessoal e social, o que se revela uma exigência destes tempos de pós-modernidade (ou transmodernidade);

- a dinamicidade do mundo do trabalho que comporta inúmeras áreas de atuação e especializações em um leque de possibilidades dificilmente quantificáveis;

- a existência de uma população estudantil predisposta a profissionalizar-se em Direito, bem como o significativo número daqueles que desejam realizar o curso, a fim de redimensionar sua atuação nas diversas áreas de atividade humana, nas quais já estão estabilizados;

- a versatilidade do exercício do Direito, no que se refere às áreas e especialidades a elas inerentes, a considerar: Direito Civil, Criminal, Processual, das Instituições, das Organizações e Assessorias Jurídicas, bem como, potencialmente, a participação e a realização de concursos de Magistratura, Ministério Público, Procurador da República, dos Estados e dos Municípios, Defensoria, Fiscal, Órgãos de Segurança, entre outras;

- a abertura de perspectivas para a docência de 3º grau ou outros, por ser a formação do profissional em Direito multifacetada, à medida que se vincula a outras áreas, tais como a Sociologia, a História, a Economia e as Ciências Correlatas;

- a possibilidade da realização de cursos de pós-graduação em Direito, visando à capacitação de recursos humanos e aperfeiçoamento dos profissionais da região, respondendo a um anseio das pessoas que atuam neste campo;

- os sinais da modernidade que se anunciam sob a forma de iniciativas, como as de integração dos povos, as discussões ambientais, a defesa dos direitos transindividuais, o biodireito, a propriedade intelectual, a mediação e a arbitragem, bem como a proteção e o resguardo do menor, exigem uma postura mais científica da universidade em sua intervenção social e o Curso de Direito é o veículo para tal, haja vista, o trato do conhecimento nas diversas disciplinas.

Diante do exposto, a formação do aluno do Curso de Direito da Universidade Tiradentes em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) enfatiza o perfil do ser humano-profissional-cidadão(ã), consciente de suas responsabilidades e de seu papel fundamental na mudança das instituições, que permitam uma ação mais comprometida com a melhoria da qualidade de vida e, especialmente, com o desenvolvimento, progressivamente ameaçada pela violência dos conflitos multifatoriais e vilipendiada em sua dignidade.

Não destoando deste sentido, o Projeto Pedagógico do Curso prioriza o estudo, a pesquisa, a prática, a modernidade, a tecnologia, a bibliografia atualizada, o desenvolvimento intelectual e ético, como o alicerce de seu currículo. Deste modo, o citado Projeto Pedagógico, evolui ao longo da sua experiência, tanto em termos de paradigmas, quanto de estruturação, visando melhor capacitar o acadêmico no domínio do saber acumulado, via articulação do ensino/pesquisa/extensão, adequação à realidade social e produção de saber novo e ilimitado, na perspectiva de constituir-se eficaz instrumento de transformação sob a ótica da justiça social.

Com efeito, o curso de Direto da UNIT, propugna uma verdadeira educação jurídica, onde se coloca o estudante não só frente a um corpo de normas, conferindo-lhe um caráter lógico, mas prioritariamente, em face às controvérsias, conflitos de interesses e busca de soluções. Pretende-se dotar o bacharel em senso crítico, com vistas a diminuir o hiato existente entre o sistema educacional e a realidade.

Deste modo, destaca-se a relevância da concepção do Curso de Direito, como instrumento de ação política, sintonizada com o paradigma educacional e social emergente, as novas tecnologias e metodologias educacionais, de modo a assegurar o desenvolvimento pessoal do aluno e sua formação para o exercício profissional e da cidadania. Isso implica na adoção de estratégias de expansão que fortaleçam as linhas de ação já presentes e buscando desencadear outras novas, que priorizem, mediante um esforço articulado, a intensificação e compatibilização da qualidade, do crescimento e da inovação, refletindo questões próprias que envolvam a formação jurídica no complexo contexto do ensino, da cidadania e do mercado de trabalho.

5.1.1 Bases Formativas e Pedagógicas do Curso Direito

A ênfase dada ao aspecto humanista e publicista no seu currículo, possibilita formar profissionais de Direito aptos a assumirem postos nos quadros da organização jurídica, política, administrativa e social do Estado de Sergipe e da Região Nordeste. De acordo com esses princípios, a UNIT adota, no desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, as seguintes proposições gerais:

- integração entre ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão;

- utilização de novas metodologias de ensino e tecnologias inovadoras, que conduzam ao desenvolvimento do raciocínio jurídico e à reflexão crítica, exposições orais dialogadas, debates, seminários, discussão de textos, abordagem de situações-problemas, nos âmbitos políticos, jurídicos e sociais da atualidade, estudos de casos, painéis, simpósios e outros métodos didáticos apropriados ao ensino jurídico, com o uso de tecnologia educacional contemporânea;

- estímulo à interdisciplinaridade no ensino/pesquisa/extensão, de modo a inserir a análise do fenômeno jurídico na realidade social, política e econômica do Estado e da Região;

- socialização de trabalhos de professores e alunos, em revistas especializadas.

- valorização do Colegiado do Curso, sendo este composto democraticamente por membros do corpo docente, discente e da coordenação de curso, para tomada de decisões acadêmico-científicas;

- ampliação das atividades de monitoria e iniciação científica;

- implementação de formas variadas de avaliação do desempenho do educando, com a adoção, além das provas, de outras técnicas avaliativas, como participação em atividades de pesquisa e de extensão, contemplando princípios da avaliação contínua;

- institucionalização do Núcleo de Prática Jurídica (Escritório Modelo), como órgão de execução da interdisciplinaridade entre o ensino teórico e as atividades práticas;

- ampliação/atualização do acervo da Biblioteca, agregando novos volumes de obras jurídicas e de referência às matérias do curso, além de periódicos, de jurisprudência, doutrina, legislação e de biblioteca eletrônica.

Diante desse contexto, são realizadas discussões durante todo o processo formativo de linhas de pensamentos, de modo a permitir atitudes de intervenção e manifestação perante os grandes problemas da atualidade. Disso resulta a indicação de soluções novas e mediações eficazes para os conflitos e problemas sociais que sucedem, posto que estes sejam pressupostos do Direito, valorizando os movimentos sociais organizados, como novos sujeitos coletivos capazes de definir espaços sociais novos, criar direitos e construir novas práticas de cidadania, considerando, para tanto, as aspirações e as reais necessidades da sociedade.

Pelo exposto evidencia-se, que a preocupação ética, tônica do Curso de Direito implementado pela UNIT, propugna por uma ética pluralista, cujos valores principais passam pelo reconhecimento do diferente e pelo respeito às diferenças. Este projeto importa numa posição sempre crítica, reflexiva e empreendedora como condição que transcende a formação tecnicista insatisfatória, visando a uma melhor aplicação da hermenêutica com base na justiça, na legitimidade e nos valores intelectuais e morais, na busca da sintonia entre o exercício profissional e ético para o exercício da cidadania. A partir do exposto, a UNIT apresenta o curso Bacharelado em Direito, visando suprir a necessidade social de formação profissional comprometido com os valores éticos e profissionais.

5.2. Objetivos do Curso

5.2.1. Geral

Formar bacharéis em Direito dotados de uma formação geral, jurídica, humanística e axiológica, capaz de analisar e dominar conceitos e terminologias jurídicas com adequada capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, desenvolvendo uma postura reflexiva e de visão crítica que promova as competências e as habilidades necessárias a uma aprendizagem autônoma e dinâmica imprescindível para o exercício profissional, com vistas à prestação da justiça, da transformação social e do desenvolvimento da cidadania.

5.2.2. Específicos

São objetivos específicos do Curso de Direito da Universidade Tiradentes:

- exercitar uma visão transdisciplinar do Direito, compreendendo-o na sua íntima relação com os problemas humanos, e não apenas como conjunto de normas;

- incentivar a postura inovadora frente ao Direito, adequando-o à realidade socioeconômica e tecnológica emergente;

- desenvolver estratégias que permitam ao jurista superar a formação dogmática, pensar os códigos, e não apenas aplicá-los, e, ao mesmo tempo, compreender juridicamente os fatos sociais, base criadora do Direito;

- adaptar, com sensibilidade, habilidade e competência, o conhecimento jurídico à solução dos problemas humanos, no cotidiano forense e na vida social;

- repensar as relações entre o Direito, a Democracia, a Política e a Economia como especial forma de resguardar os valores de dignidade e justiça no plano do desenvolvimento, em face, inclusive, do processo de globalização;

- desenvolver, no futuro bacharel, a consciência de que, além da defesa dos direitos e interesses que lhes são confiados, o compromisso de zelar pelo prestígio de sua categoria profissional, o aperfeiçoamento das Instituições de Direito e do que interessa, em geral, à busca da justiça social na ordem jurídica estabelecida;

- contribuir para a construção de decisões judiciais que modifiquem a realidade atual da sociedade brasileira;

- interagir com a comunidade e ajudá-la na solução de seus problemas, através das atividades do Núcleo de Prática Jurídica;

- desenvolver postura investigativa por meio de atividades de ensino que permitam a construção do conhecimento, bem como através do fomento à pesquisa;

- atuar numa sociedade complexa e em constante transformação, apto a entender o momento histórico e oferecer respostas que atendam às demandas sociais;

- reconhecer a especificidade do desenvolvimento local e regional e seus problemas peculiares, contribuindo para a redução das desigualdades sociais; e,

- dominar tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

5.3 Perfil Profissiográfico

O perfil do profissional do Direito, delineado pela Universidade Tiradentes, está pautado nos estudos realizados pela OAB, que culminaram na reformulação das Diretrizes Curriculares para o curso de Direito, identificando a necessidade de coexistência da preparação técnico-jurídica e da formação sociopolítico dos estudantes. Desse modo, o Curso de Direito da Universidade Tiradentes – desenvolve um ensino voltado para uma formação geral, de base humanista, revelando-se condizente com a realidade brasileira e do Estado e em harmonia com a qualidade que a instituição se propõe a manter e o compromisso que tem com a Educação Jurídica Superior.

Cabe ressaltar, o fato de que grande número de bacharéis em Direito se direciona para as carreiras da Advocacia, Magistratura, do Ministério Público, da Advocacia Pública, de Delegado de Carreira, Defensorias, Magistério no Ensino Superior e Procuradorias e outras áreas, além dos que seguem como profissionais liberais ou como advogados-empregados.

Assim, pretende-se assegurar ao futuro profissional a capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais. Aliada a isso, o desenvolvimento de uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania, nos termos do Parecer 211/2004 do Conselho Nacional de Ensino/Comissão de Ensino Superior (CNE/CES) de 08 de julho de 2004 sobre as Diretrizes Curriculares do Curso de Direito.

Considerando que o curso objetiva formar profissionais com as habilidades e competências necessárias para atender as exigências de ingresso ao exercício das muitas profissões jurídicas, convém ressaltar que a formação não se exaure na graduação, sendo necessários estudos constantes de atualização, aperfeiçoamento e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos. Neste sentido, atendendo ao art.43 da LDB (9.394/96), em seu inciso segundo, expressa a necessidade de “formar diplomados nas diferentes áreas [...] e colaborar na sua formação contínua”, o curso, através da Instituição, possibilita a continuidade

dos estudos oferecendo cursos lato sensu e stricto sensu, que aprofundam os conhecimentos e ampliam as competências do seu egresso. Para que o profissional assuma tal perfil, o Curso ministrado pela UNIT desenvolve seu processo formativo, coerente ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, possibilitando o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- Senso ético profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade;
- Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliada ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização;
- Conhecimento para equacionar problemas e buscar soluções em harmonia com as exigências sociais;
- Habilidade de desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- Visão atualizada do mundo e, em particular, consciência dos problemas nacionais;
- Competência de atuação individual, associada e coletiva, no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;
- Domínio da gênese, dos fundamentos, evolução e conteúdo do ordenamento jurídico vigente.
- Capacidade para ler, interpretar, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
- Utilização correta da legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito.
- Adequada atuação técnico-jurídica nas diferentes instâncias, administrativas ou judiciárias, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
- Aplicação correta da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Desenvolvimento de raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e de reflexão crítica;
- Capacidade para julgar e tomar decisões;
- Domínio das tecnologias e métodos para permanente compreensão do Direito.

5.4 Campo de Atuação

O Bacharel em Direito, está apto tanto ao exercício da advocacia privada como ao ingresso nas carreiras jurídicas do serviço público. Contudo, para advogar ou prestar alguns concursos públicos, terá que submeter-se ao exame da Ordem dos Advogados do Brasil - cuja aprovação é condição *sine qua non*. As áreas de atuação são as seguintes: Magistério Superior, Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e Militar, Defensoria Pública, Procuradorias Municipais e Estaduais e Advocacia Geral da União. O profissional pode atuar como Advogado, Juiz, Promotor de Justiça, Defensor Público, Delegado de Polícia Civil ou Federal, prestar assessoria, consultoria e gestão jurídica, atuar na pesquisa e na docência do Direito em níveis de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, podendo ainda ser advogado independente. É um campo de atuação bastante amplo e está exigindo um profissional cada vez mais especializado, fato que direciona as ações pedagógicas do curso no sentido de oferecer a melhor formação aos seus discentes.

A Universidade Tiradentes possibilita uma sólida formação acadêmica, voltada para o desenvolvimento das habilidades e competências, porém sem deixar de enfatizar que a atualização e o aperfeiçoamento devem ser constantes.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E METODOLÓGICA DO CURSO

O currículo neste PPC foi concebido como uma instância dinâmica e flexível, alimentada pela avaliação constante do processo de aprendizagem e do curso. Buscou-se, superar a ação formativa escolarizada e limitada que prende o currículo em uma ideia de "grade curricular", concebendo-o como um conjunto de ações que cooperam para a formação humana em suas múltiplas dimensões. Desta forma, apresenta uma estrutura que faculta ao profissional a ser formado a articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além da articulação direta com a pós-graduação, especialmente no que se refere às atividades acadêmico-científico-culturais.

Os referenciais didático-pedagógicos do curso de Direito encontram-se pautados no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que ressalta a articulação constante das atividades de ensino, pesquisa e extensão e no desenvolvimento de habilidades e competências. Estes, por sua vez, caracterizam-se pelo exercício de ações que possibilitam e estimulam a aplicação dos saberes, conhecimentos, conteúdos e técnicas para intervenção na realidade profissional e social, na resolução de problemas e nos encaminhamentos criativos demandados por fatores específicos. Estão entre essas habilidades e competências, o enfrentamento e resolução de

problemas, construção de argumentações técnicas, trabalho em equipe, tomada de decisão, entre outras.

A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, marco referencial da organização metodológica e curricular, busca estabelecer um diálogo constante das unidades programáticas de um mesmo ou de diferentes campos do saber, cujas práticas possibilitam a diminuição da fragmentação dos conhecimentos e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado.

Como elemento caracterizador da estrutura que fundamenta o currículo inovador deste curso, pode-se identificar a composição do quadro de disciplinas que objetivam alcançar duas realidades na formação profissional universitária, que são justamente a formação conceitual e a instrumental, estas formações efetivam-se por meio das disciplinas componentes do curso e em sua alocação por períodos, de forma que se permita alcançar um alto nível de preparação, no qual o aspecto teórico atua como base e se vincula diretamente às questões práticas, estando estes dois elementos, teoria e prática perpassando o projeto do curso em sua totalidade. Desse modo, o aluno está em toda a sua formação lidando com aspectos e conhecimentos do campo conceitual e instrumental que sustentam e fomentam as ações profissionais para a formação jurídica.

O Currículo do Curso de Direito da Universidade Tiradentes abrange os diversos campos do conhecimento, identificando as disponibilidades e avaliando as relações homem/trabalho/meio-ambiente, despertando nos alunos o espírito crítico e criativo, habilitando-os para a gestão inter e transdisciplinar das atribuições do profissional da área jurídica e desenvolvendo no educando a capacidade de aprender a fazer, fazendo, conforme diretrizes adotadas por seu projeto pedagógico que estão amparados no PPI. Dessa forma, no Curso de Direito há uma busca permanente de aproximação da teoria à prática, à medida que se proporciona ao educando, paulatinamente no transcorrer do curso, oportunidades de vivenciar situações de aprendizagem que extrapolam as exposições verbais em sala de aula. Fazem parte dos recursos metodológicos utilizados pelo professor: exercícios, análise e resoluções de problemas que envolvam situações reais e atividades práticas realizadas nos laboratórios.

A metodologia de ensino prioriza o fortalecimento da autonomia e o compartilhamento de responsabilidade e compromisso com o processo ensino-aprendizagem, valorizando as potencialidades discentes, favorecendo o confronto de ideias e o desenvolvimento de conhecimentos significativos e funcionais. A interdisciplinaridade, marco referencial da organização metodológica e curricular, busca estabelecer um diálogo constante das unidades programáticas de um mesmo ou de diferentes campos do saber, cujas práticas

possibilitam a diminuição da fragmentação dos conhecimentos e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado.

A proposta do Curso de Direito na UNIT envolve em sua estrutura curricular, disciplinas das ciências sociais e humanas, contemplando o espírito de ajuste das comprovadas necessidades atuais do mercado de trabalho do Direito, e as inevitáveis transformações que este campo atravessa, a partir de um sólido embasamento teórico, sempre obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos e a legislação vigente.

A organização curricular do Curso de Graduação em Direito apresenta uma proposta de carga-horária total coerente com o que se prevê nos eixos de formação fundamental, eixos de formação profissional e eixos de formação prática; permitindo a articulação entre teoria e prática, através de metodologias ativas e assim atendendo a todos os pressupostos básicos fundamentados neste projeto pedagógico de objetivos do curso e perfil do egresso, garantindo uma sólida formação para o aluno de Direito.

Foi estabelecida a carga horária de 4.320 horas e o período de 05 anos para integralização do curso. As Atividades Complementares, que também fazem parte da integralização da carga horária, obedecem ao regulamento da Instituição. Dessa forma, o currículo é desenvolvido na perspectiva da educação continuada, concebido como uma realidade dinâmica e flexível, propiciando a integração entre teoria e prática, de forma interativa, propiciando o diálogo entre as diferentes ciências e saberes, e promovendo atividades facilitadoras da construção de competências. Proporciona aos seus discentes uma formação humanista, crítica e reflexiva, capacitando-os para a identificação e resolução de problemas através do uso de novas tecnologias, preparando-os para o exercício da cidadania e contribuição não só com o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural por meio de práticas pedagógicas inovadoras, essas atividades são realizadas através de aulas práticas, seminários, simulações, estudos de casos e atividades de investigação e extensão além de aplicação de metodologias ativas e do desenvolvimento de Atividades Práticas Supervisionadas - APS.

As disciplinas da matriz curricular do curso de Direito, estão organizadas em eixos, que buscam desenvolver no aluno as competências requeridas para o exercício da profissão, os quais são interligados pelas disciplinas Integradoras que oferecem aos discentes a visualização do encadeamento entre os diversos conhecimentos, contribuindo de forma interdisciplinar e dinâmica, para a construção de um saber com sólido embasamento e compreensão. Os temas transversais se unem ao processo, consolidando a base para uma atuação competente e eficaz do futuro profissional em Direito. Assim sendo, entendemos que o atual currículo atende de

maneira excelente às expectativas mais exigentes, tanto no que tange ao presente como em relação às demandas profissionais do mercado futuro.

Destaca-se a preocupação com à acessibilidade metodológica através da utilização de práticas diferenciadas, comunicação interpessoal e virtual, bem como instrumentos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e de avaliação diversificados que atendam aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Assim, a Unit utiliza diferentes cenários de aprendizagem oferecidos por inovações tecnológicas, advindas dos Serviços do *Google For Education*. Com estes recursos, o curso passou a ter acesso a versões ilimitadas do pacote educacional do aplicativo, incluindo o Drive, Gmail, Calendário e Docs, entre outros, o que possibilita inovações nas metodologias utilizadas no processo ensino aprendizagem, por meio de softwares colaborativos e da versatilidade proporcionada pelo Chromebooks, notebooks, tablets e smartphones.

A Universidade Tiradentes também conta com o Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem - *Brightspace* (da Desire2Learn), que propicia inovações no processo ensino-aprendizagem, por meio de ferramentas tecnológicas facilitadoras da construção do conhecimento, contribuindo, dessa forma, para a autonomia do aluno.

No curso de Direito destaca-se ainda a oferta de disciplinas *on line*, na forma da lei, o que consolida as experiências dos discentes com ambientes virtuais de aprendizagem. Além destes aspectos, destaca-se a biblioteca virtual, como recurso disponibilizado aos alunos, com acesso na IES e remoto, otimizando, desta forma, atividades extraclasse, consolidando a construção do conhecimento. Tais elementos proporcionam aprendizagens diferenciadas.

Ocorrem ainda, de forma integrada aos Planos Integrados de Trabalhos – PIT das disciplinas, as Atividades Práticas Supervisionadas - APS como efetivo componente do trabalho acadêmico, cujas atividades extrapolam a sala de aula. Além disso, os laboratórios específicos do curso de Direito são espaços de construção do conhecimento sendo estes, utilizados para desenvolvimento de práticas sejam elas simuladas ou para atendimento a comunidade a exemplo do “Mutirão Limpa Nome e o Mutirão Carcerário”, que abrangem o atendimento de cunho social a comunidade local. Tais atividades constituem-se importantes instrumentos na formação do egresso e de relação com a comunidade, possibilitando não só a produção de conhecimento e prestação de serviços, como também a consolidação da necessidade do profissional da área do Direito na sociedade, ampliando-se as possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

6.1 Outras características da estrutura curricular

6.1.1 Acessibilidade Metodológica

No currículo do curso de Direito a acessibilidade metodológica é entendida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes metodologias que favoreçam o processo de aprendizagem. Neste sentido, no curso de Direito as atividades desenvolvidas observam as necessidades individuais e os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes.

A comunidade acadêmica, em especial, os professores, concebem o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional promovendo processos e recursos diversificados a fim de viabilizar a aprendizagem significativa dos estudantes. Desta forma, concebe-se que a acessibilidade metodológica no curso de Direito deve considerar a heterogeneidade de características dos alunos para que se possa derrubar os obstáculos no processo de ensino aprendizagem promovendo assim a efetiva participação do estudante nas atividades pedagógicas e na apropriação dos conhecimentos e saberes que favoreçam uma formação integral no seu itinerário acadêmico.

Atentos a esses princípios, os conteúdos curriculares a serem abordados no Curso de Direito encontram-se organizados de modo a constituírem-se elementos que possibilitem o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando as características individuais. No que se refere à ampliação no atendimento educacional especializado ligado as questões de acessibilidade, o acadêmico da Universidade Tiradentes conta com as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial – NAPPS que oferece aos estudantes um serviço que objetiva acolhê-lo e auxiliá-lo a resolver, refletir e enfrentar seus conflitos emocionais, bem como suas dificuldades a nível pedagógico.

6.1.2 Flexibilização na Estrutura Curricular

A flexibilização curricular está fundamentada no PDI por mecanismos presentes no currículo do curso que se consolidam por meio de disciplinas optativas, eletivas e atividades complementares à formação acadêmica. Estas objetivam:

- Proporcionar a construção do percurso acadêmico, enriquecendo e ampliando o currículo;

- Oportunizar a vivência teórico-prática de disciplinas específicas em cursos que pertencem à mesma área ou área afim;
- Possibilitar a ampliação de conhecimentos teórico-práticos que aprimorem a qualificação acadêmico-profissional.
- Oportunizar a vivência de situações de aprendizagem que extrapolam as exposições verbais em sala de aula.

Assim posto, tais componentes flexibilizam o currículo, propiciando a organização de trajetórias individuais de formação. Essas atividades promovem ao discente o contato com conhecimentos, que transcendam os programas disciplinares, o que viabiliza vivências voltadas ao mundo da ciência e do trabalho, tendo em vista a busca da sua autonomia acadêmica, ao efetuar escolhas, que permitem a organização de trajetórias individuais, no decorrer da formação profissional.

Acompanhando os avanços na profissão, estão inseridas na estrutura curricular disciplinas de formação geral: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Filosofia e Cidadania, Metodologia Científica e ainda a disciplina de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. As disciplinas mencionadas utilizam mecanismos de EAD possibilitando aos estudantes o contato e o uso das TICs, adaptando-se ao espírito do aprendizado aberto e semipresencial centradas na autoaprendizagem por meio de ferramentas tecnológicas facilitadoras da construção do conhecimento, contribuindo, dessa forma, para a autonomia do aluno.

6.1.3 Interdisciplinaridade na Estrutura Curricular

A interdisciplinaridade é operacionalizada por meio da complementaridade de conceitos e intervenções entre as unidades programáticas de um mesmo campo do saber e entre diferentes campos, dialeticamente provocada através de conteúdos e práticas que possibilitam a diminuição da fragmentação do conhecimento e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado à realidade profissional e social. Busca, desse modo, favorecer uma visão contextualizada e uma percepção sistêmica da realidade, de modo a propiciar uma compreensão mais abrangente.

As disposições das disciplinas na estrutura curricular possibilitam um percurso formativo que contribui com a transversalidade e com a interdisciplinaridade, dessa forma, há uma busca permanente de aproximação da teoria à prática, à medida que se proporcionam

paulatinamente no transcorrer do curso, oportunidades de vivenciar situações de aprendizagem diferenciadas. Dentre as atividades interdisciplinares, podemos mencionar as que são desenvolvidas pelas componentes curriculares de Práticas de Pesquisa na área Jurídica, Práticas de Extensão na área Jurídica e Práticas Integradoras do Direito I e II, que são disciplinas do 2º, 3º, 4º e 6º períodos, cujas unidades curriculares devem desenvolver pesquisas de integração entre os conteúdos já estudados e fatos de interesse social, sendo um catalisador da integração dos temas conceituais e instrumentais que antecedem as mesmas. Nas disciplinas, são desenvolvidas pesquisas interdisciplinares que culminam na elaboração de banners, resumos e artigos acadêmicos.

6.1.4 Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino Da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Em relação ao preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena - (CNE/CP Resolução 1/2004), o curso trata destas questões:

- No projeto pedagógico e na matriz curricular estão incluídos em conteúdos de disciplinas e atividades curriculares pertinentes;
- Nas Atividades Complementares patrocinadas pelo curso e pela Universidade, como tema de iniciação científica e pesquisa, extensão, entre outros;
- Em disciplina como Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, que trata de questões socioculturais, por meio de desenvolvimento de temas que abordarão as questões socioculturais e História dos Povos Indígenas e Afrodescendentes, dos Movimentos sociais como fruto do comportamento coletivo, a plurietnia e o multiculturalismo no Brasil, entre outros, de modo a promover a ampliação dos conhecimentos acerca da formação destas sociedades e da sua integração nos processos físico, econômico, social e cultural da Nação Brasileira, além de disciplinas optativas em que tais questões também são tratadas.

6.1.5 Educação Ambiental

De acordo com a Lei Federal de 27/04/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, o Parecer CNE/CP nº

14/2012, de 6 de junho de 2012, a educação ambiental (EA) e a Resolução Nº 2 de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Esta se constitui como uma dimensão representada por processos nos quais cada indivíduo e coletividade edificam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores voltados para a construção de uma consciência ambiental, pautada na ética e sustentabilidade.

Desta forma, o Projeto Pedagógico e estrutura curricular do curso de Direito apresenta a Educação Ambiental, que será desenvolvida de diferentes formas, tais como:

- Transversalmente nos diversos componentes curriculares, como temática a ser desenvolvida nas disciplinas.
- Nas Práticas de Pesquisa e Extensão na Área Jurídica, Direito Ambiental e nas demais ações a serem desenvolvidas no curso, a exemplo das Semanas Acadêmicas e outras ações institucionais, como o Programa "Conduta Consciente".

6.1.6 Educação em Direitos Humanos

No tocante a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, cujo objetivo central é a formação para a vida e para a convivência no exercício cotidiano, consubstanciado como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural, no curso de Direito, a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos ocorrerá das seguintes formas:

- Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- Como um conteúdo específico na disciplina Direitos Humanos;
- De maneira mista na disciplina Filosofia e Cidadania, e combinando transversalidade e interdisciplinaridade, nos demais componentes, a exemplo das atividades complementares, de extensão, e de pesquisa, desenvolvidas ao longo do curso;
- Ações institucionais como Seminários e Fóruns de discussão.

6.2. Estrutura Curricular - Código de Acervo Acadêmico 122.1

1º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H118858	Introdução ao Estudo do Direito		4	80	00	80

H118840	Metodologia Científica		4	80	00	80
H118866	Psicologia Geral e Jurídica		2	40	00	40
H114704	Ciência Política		4	80	00	80
H114682	Teoria Econômica		2	40	00	40
H118874	Direito e Linguagem		4	80	00	80
	TOTAL		**20**	**400**	**00**	**400**

2º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H113341	Fundamentos Antropológicos e Sociológicos		4	80	00	80
H115280	Direito Constitucional I		4	80	00	80
H115263	Hermenêutica		2	40	00	40
H119480	Teoria Geral do Direito Civil		4	80	00	80
H119501	Práticas de Pesquisa na Área Jurídica		2	00	40	40
H119498	Fundamentos e Teoria do Crime		4	80	00	80
	TOTAL		**20**	**360**	**40**	**400**

3º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H119544	Direito Constitucional II	H115280	4	80	00	80
H113465	Filosofia e Cidadania		4	80	00	80
H119447	Práticas de Extensão na Área Jurídica		2	00	40	40
H119536	Teoria da Pena		4	80	00	80
H119528	Teoria Geral do Processo		4	80	00	80
H119510	Direito Das Obrigações		4	80	00	80
	TOTAL		**22**	**400**	**40**	**440**

4º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H119781	Responsabilidade Civil		2	40	00	40
H119749	Dos Contratos	H119510	4	80	00	80

H119730	Direito Constitucional III	H115280	4	80	00	80
H119757	Práticas Integradoras no Direito I		2	00	40	40
H119773	Dos Crimes em Espécie I	H119498	4	80	00	80
H119765	Direito Processual Civil I	H119528	4	80	00	80
	TOTAL		**20**	**360**	**40**	**400**

5º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H119790	Direito das Coisas		4	80	00	80
H119803	Direito Administrativo I	H115280	4	80	00	80
H119811	Direito Processual Civil II	H119765	4	80	00	80
H119820	Dos Crimes em Espécie II	H119498	4	80	00	80
H119838	Direito Internacional		4	80	00	80
	TOTAL		**20**	**400**	**00**	**400**

6º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H119846	Direito Administrativo II	H115280	4	80	00	80
H119889	Práticas Integradoras no Direito II		4	40	40	80
H119870	Direito Processual Penal I		4	80	00	80
H119862	Direito Processual Civil III	H119765	4	80	00	80
H119854	Direito de Família		4	80	00	80
	TOTAL		**20**	**360**	**40**	**400**

7º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H119897	Direito do Trabalho I		4	80	00	80
H119919	Direito Das Sucessões	H119854	2	40	00	40
H119927	Direito Processual Penal II	H119870	4	80	00	80
H117223	Filosofia Jurídica		2	40	00	40
H119935	Estágio Supervisionado na Área Jurídica I	H119528	4	00	80	80
H119900	Direito Processual Civil IV	H119765	4	80	00	80

	TOTAL	**20**	**320**	**80**	**400**

8º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H118939	Direito Empresarial		4	80	00	80
H119374	Ética Profissional		2	40	00	40
H119978	Estágio Supervisionado na Área Jurídica II	H119765	4	00	80	80
H119960	Direitos Humanos		4	80	00	80
H119951	Direito Processual Penal III	H119870	4	80	00	80
H119943	Direito do Trabalho II		2	40	00	40
	TOTAL		**20**	**320**	**80**	**400**

9º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H120003	Direito Ambiental		4	80	00	80
H120011	Estágio Supervisionado na Área Jurídica III	H119870	4	00	80	80
H119994	Direito Tributário I	H119544	4	80	00	80
H119986	Direito Processual do Trabalho	H119528	4	80	00	80
OPT0001	Optativa I		2	40	00	40
	TOTAL		**18**	**280**	**80**	**360**

10º PERÍODO						
Código	**Disciplina**	**Pré-requisito**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
				Teórica	**Prática**	
H120062	Estágio Supervisionado na Área Jurídica IV	H119986	4	00	80	80
H120054	Trabalho de Conclusão de Curso	162C	4	80	00	80
H120046	Direito Tributário II	H119994	2	40	00	40
H120038	Direito do Consumidor		2	40	00	40
OPT0002	Optativa II		4	80	00	80
	TOTAL		**16**	**240**	**80**	**320**

OPTATIVA I					
Código	**Disciplina**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
			Teórica	**Prática**	

H120305	Criminologia	02	02	00	40
H120089	Direito de Seguridade Social	02	02	00	40
H120097	Direito Eleitoral	02	02	00	40
H120100	Direito Financeiro	02	02	00	40
H120119	Medicina Legal	02	02	00	40
H120127	Magistratura	02	02	00	40

OPTATIVA II					
Código	**Disciplina**	**Crédito Total**	**C. Horária**		**Carga Horária Total**
			Teórica	**Prática**	
H120313	Direito Agrário	04	04	00	80
H120321	Falência e Recuperação Judicial	04	04	00	80
H120330	Direito da Criança e do Adolescente	04	04	00	80
H120348	Execução Penal	04	04	00	80
H113457	Libras	04	04	00	80
H118823	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	04	04	00	80
H118815	Relações Étnicos- raciais	04	04	00	80

QUADRO RESUMO DO TOTAL GERAL DE CRÉDITO E CARGA HORÁRIA

Créditos	**Carga Horária Teórica**	**Carga Horária Prática**	**C/H Estágio Supervisionado**	**C/H Atividades Complementares**	**Carga Horária Total**
216	**3440**	**160**	**320**	**400**	**4320**

6.2.1. Eixos Interligados de Formação

DCNs	Componentes curriculares
I - Eixo de Formação Fundamental/Básico - tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia. buscando propiciar uma visão propedêutica e epistemológica do Direito, estabelecendo uma compreensão de que há uma relação dialética fundamental para a formação jurídica do Direito para com outras áreas da formação humana, como a antropológica, a política, a sociológica, a econômica e a filosófica. Ademais, observa-se a construção do comportamento ético profissional a partir da conceituação de cidadania, moral, ética, humanidade e valores como a justiça e a equidade. Permitindo a iniciação na linguagem jurídica e sua aplicação na construção científica do Direito.	Metodologia Científica Fundamentos Antropológicos e Sociológicos Filosofia e Cidadania Psicologia Geral e Jurídica Introdução ao Estudo do Direito Hermenêutica Teoria Econômica Direito e Linguagem Fundamento e Teoria do Crime Teoria Geral do Processo Teoria Geral do Direito Civil Direito Constitucional I Ciência Política
II - Eixo de Formação Profissional - abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário,	Ética Profissional Filosofia Jurídica Teoria da Pena Direitos Humanos Direito das Obrigações Direito das Coisas Direito Internacional Direito Empresarial Direito de Família Direito das Sucessões Direito Ambiental

Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.	Direito do Consumidor Dos Crimes em Espécie I Dos Crimes em Espécie II Dos Contratos Responsabilidade Civil Direito Constitucional II Direito Constitucional III Direito Processual Civil I Direito Processual Civil II Direito Processual Civil III Direito processual Civil IV Direito Administrativo I Direito Administrativo II Direito Tributário I Direito Tributário II Direito Processual Penal I Direito Processual Penal II Direito Processual Penal III Direito do Trabalho I Direito do Trabalho II Direito Processual do Trabalho
III - Eixo de Formação Prática - objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.	Práticas de Extensão na área Jurídica Práticas de Pesquisa na área Jurídica Práticas Integradoras do Direito I Práticas Integradoras no Direito II Estágio Supervisionado na área Jurídica I Estágio Supervisionado na área Jurídica II Estágio Supervisionado na área Jurídica III Estágio Supervisionado na área Jurídica IV Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Atividades Complementares - contribuem para o enriquecimento da formação acadêmica, profissional e intelectual jurídica. No sentido de, permitir, a complementação, a atualização, a habilitação e a capacitação em amplas áreas do conhecimento que contribuem significativamente para a formação jurídica.	400 (quatrocentas) horas,

6.3 Eixos Estruturantes de Ensino (PPI)

No curso de Direito da UNIT, são adotados os princípios da interdisciplinaridade e da flexibilidade na formação profissional por meio de componentes curriculares, cujas unidades programáticas contemplam a formação geral, a formação específica (básica e própria da profissão) e a formação complementar. Estes, por sua vez, coadunam-se aos Eixos Estruturantes do Projeto Pedagógico Institucional – PPI (**Fenômenos e Processos Básicos, Práticas Investigativas, Formação Específica e Práticas Profissionais**), que objetivam sistematizar a complementaridade dos conteúdos, saberes, ações e competências verticalmente, em grupos de unidades programáticas e/ou disciplinas que guardam certa proximidade quanto às finalidades específicas da formação.

Nessa perspectiva, as competências estabelecidas ao longo de todo o curso, norteiam as disciplinas ou campos do saber consonante com a missão da UNIT, o objetivo do curso e o perfil profissiográfico do egresso.

6.3.1 Eixo de Fenômenos e Processos Básicos

Congrega conhecimentos e conteúdos associados à origem do campo de saber no qual está situado o curso, ao mesmo tempo em que fornece os subsídios necessários para a introdução do aluno naquele campo ou área de conhecimento.

Esse eixo contempla a **Formação Geral e Básica**, na medida em que capacita o estudante a entender a sociedade na qual ele está inserido, fornecendo subsídios teóricos acerca de conhecimentos filosóficos, sociológicos e antropológicos, com vistas à formação de um profissional cidadão, crítico e reflexivo.

Fazem parte desse eixo as disciplinas de formação geral, denominadas **Universais**, comuns a todos os cursos de Licenciatura e Bacharelado da instituição, tais como: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos e Filosofia e Cidadania. Além dessas, as disciplinas Metodologia Científica, Práticas de Pesquisa na área da Jurídica, Práticas de Extensão na área Jurídica, e Libras que fornecem os instrumentos necessários para ler, interpretar e produzir conhecimentos. Contemplam ainda esse eixo as disciplinas básicas, da área de formação, cujas unidades de aprendizagem podem ser partilhadas por áreas afins, denominadas de Nucleares.

6.3.2 Eixo de Formação Específica (PPI)

Aglutina as unidades programáticas que abordam os conhecimentos, saberes, técnicas e instrumentos próprios do campo do saber e/ou de atuação profissional. Neste eixo encontram-se as disciplinas de Formação Específica (própria de cada profissão) que permite ao estudante o desenvolvimento do conhecimento teórico e do domínio tecnológico de um determinado campo de atuação profissional, requerendo o conhecimento e o saber fazer de determinada profissão. Fazem parte desse eixo as disciplinas específicas da área de formação a exemplo de Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Administrativo, entre outras.

6.3.3 O Eixo de Práticas de Pesquisa

Congrega unidades de aprendizagens dirigidas para a apreensão de metodologias associadas investigação do cotidiano e à iniciação científica. Faz parte desse eixo a disciplina Prática de Pesquisa e Extensão na Área Jurídica, Práticas Integradoras do Direito I, II e atividades de investigação presentes nas disciplinas do curso.

6.3.4 Eixo de Práticas Profissionais (PPI)

Contempla a formação específica, na medida em que congrega as unidades de aprendizagem orientadas para o exercício e inserção do estudante em diferentes contextos profissionais, institucionais, sociais e multiprofissionais inerentes à sua área de atuação, com o intuito de promover a aquisição de habilidades e competências específicas do exercício profissional. Além disso, estão voltadas para o exercício e a inserção do estudante em diferentes contextos profissionais, institucionais, sociais e multiprofissionais inerentes a sua área ou campo de atuação, com o intuito de promover a aquisição de habilidades e competências específicas do exercício profissional em questão. Integra esse eixo as Práticas Profissionais e os Estágios Supervisionados. Dentre eles: Teoria da Pena, Fundamento e Teoria do Crime, Direito das Obrigações, Direito das Coisas, Direito Internacional, Direito Empresarial, Direito de Família, Direito das Sucessões, Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Dos Crimes em Espécie I, Dos Crimes em Espécie II, Dos Contratos, Responsabilidade Civil, Direito Constitucional II, Direito Constitucional III, Direito Processual Civil I, Direito Processual Civil II, Direito Processual Civil III, Direito processual Civil IV, Direito Administrativo I, Direito

Administrativo II, Direito Tributário I, Direito Tributário II, Direito Processual Penal I, Direito Processual Penal II, Direito Processual Penal III, Direito do Trabalho I, Direito do Trabalho II, Direito Processual do Trabalho.

6.3.5 O Eixo de Formação Complementar

É constituído por um conjunto de horas disponíveis para incluir, a qualquer tempo, os avanços conceituais e tecnológicos da área de formação profissional e atenderá a flexibilidade do currículo. Esse processo é desenvolvido por meio de práticas de estudos independentes, consubstanciado na participação dos estudantes em congressos, seminários, monitoria, iniciação científica, dentre outros.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e estágio supervisionado), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo a parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam seus interesses e seus ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia.

6.4 Temas Transversais

Conforme preconizado no PPI da Universidade Tiradentes, os temas transversais ampliam a ação educativa, adequando-se aos novos processos exigidos pelos paradigmas atuais e as novas exigências da sociedade pós-industrial, do conhecimento, dos serviços e da informação, visando promover a formação de cidadãos conscientes do seu papel no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil. Os temas transversais são temas ou assuntos que ultrapassam a abrangência dos conteúdos programáticos formalmente constituídos, abordando questões de ordem ética, política e pedagógica que transpassam as ações universitárias. Assim, visando acompanhar as mudanças que ocorrem no mundo, tornou-se necessário o desenvolvimento de temáticas de interesse da coletividade, extrapolando, a abrangência dos conteúdos programáticos das disciplinas.

Desse modo, por meio da transversalidade são abordadas as questões de interesse comum da coletividade como: meio ambiente, desenvolvimento sustentável, preservação cultural e diversidade, desigualdade e inclusão social, metas individuais versus metas coletivas, competitividade versus solidariedade, empreendedorismo, ética corporativista versus ética centrada na pessoa, dignidade da pessoa humana, cidadania, pluralidade cultural, justiça,

liberdade, democracia, desenvolvimento, solução pacífica dos conflitos e o combate a violência, questões de gênero e etnia, miséria e fome, buscando uma formação humanista e cidadã dos discentes, voltada para a missão institucional que visualiza a educação como um todo.

Os temas transversais para o curso de Direito consideram os seguintes aspectos:

- Propositura a partir de discussões fundamentadas no corpo docente envolvido em cada ação;

- Clara associação com demandas sociais e institucionais nos âmbitos nacional, regional e local;

- Identificação de temas atuais e complementares às políticas públicas de relevância social (inclusão, ampliação da cidadania, políticas afirmativas, formação ética, ecologia, direitos humanos e desenvolvimento, dentre outros).

Além dessas questões, em conformidade com as legislações vigentes, o curso de Direito fundamenta-se na premissa de que o discente deve estar consciente do seu papel profissional e de sua responsabilidade social, assim, encontram-se inclusas nos conteúdos, das diversas disciplinas do currículo do curso, temáticas que envolvem competências, atitudes e valores, atividades e ações voltadas para questões relativas às relações étnico-raciais com vistas ao respeito à diversidade cultural. O curso propicia aos alunos através das disciplinas História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, Relações étnicos-raciais e Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, a análise e reflexão acerca de questões que envolvem a formação histórica e cultural do povo brasileiro e a diversidade étnica, oportunizando aos discentes a participação em debates e Seminários que apresentam a temática sobre a diversidade do nosso povo e também através de ações desenvolvidas pela Instituição, como a **"Semana da Consciência Negra",** da qual participam todos os alunos da UNIT, contemplando palestras, campanhas e atividades de extensão.

Também são integrados de modo transversal, conteúdos que envolvem questões, referentes às Políticas de Educação Ambiental, Ética, Direitos Humanos, questões de gênero e etnia, Literatura e Linguagem e outras, através das disciplinas de Práticas de Pesquisa, Práticas de Extensão e Práticas Integradoras que desenvolvem com os discentes, projetos e ações visando o aprofundamento dos conhecimentos, o debate e a conscientização de alunos e sociedade sobre os temas. A UNIT por sua vez, visando incorporar a dimensão socioambiental nas ações da instituição e orientar a conduta de alunos e funcionários, em prol do desenvolvimento sustentável, mantém o Programa Conduta Consciente, que é permanente e envolve a temática Ambiental.

Nesse contexto, conforme preconizado no Projeto Pedagógico Institucional - PPI, no curso de Direito os temas transversais ampliam a ação educativa, adequando-se aos novos processos exigidos pelos paradigmas atuais, às exigências da sociedade pós-industrial, do conhecimento, dos serviços e da informação, visando promover a educação de cidadãos conscientes do seu papel no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil.

Diante do exposto, há no curso uma preocupação com a formação de ordem ética, política e pedagógica que transpassam as ações de sala de aula.

6.5 Atividades Complementares

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do formando, possibilitam a articulação entre a teoria, a prática e a pesquisa, favorecendo ainda a flexibilização e formação complementar do aluno.

Tais características propiciam a atualização constante do aluno, a criação do espírito crítico e que conduz a uma maior busca pelo saber na graduação, ampliando suas práticas profissionais possibilitando a articulando ensino/pesquisa/extensão. Deste modo a Universidade Tiradentes entende que as atividades complementares fortalecem a formação do profissional em Direito, permitindo aos alunos trocas importantes, tanto no âmbito acadêmico quanto no aspecto profissional.

Os discentes do curso de Direito da UNIT são constantemente estimulados a participar das atividades e sua efetivação ocorrerá através de seminários; participação em eventos; monitoria; atividades acadêmicas a distância; iniciação a pesquisa, vivência profissional complementar; workshops, congressos, trabalhos orientados de campo; artigos científicos; dentre outras. Além das atividades propiciadas pela coordenação do curso e pela instituição, os alunos são também incentivados a participar fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos, atividades independentes e transversais de interesse da formação do profissional em total consonância com a Resolução CNE/CES Nº 5, de 07 de novembro de 2001.

As Atividades Complementares possuem a característica de serem atemporais, respeitando o tempo de cada aluno, mantendo coerência com a proposta curricular institucional. Então, podem ser desenvolvidas durante todos os semestres, devendo estar contemplada até o final do curso de graduação, cujas normas foram apreciadas pela Coordenação e aprovadas pelo Colegiado do Curso.

Ciente de que o conhecimento é construído em diferentes e variados cenários, e conforme Art. 4º do Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Tiradentes, serão consideradas Atividades Complementares as atividades, descritas abaixo:

I - Monitorias (voluntária ou remunerada);

II - Disciplinas cursadas fora do âmbito da estrutura curricular do curso;

III - Estágios Extracurriculares;

IV - Iniciação Científica;

V - Participação em congressos, seminários, simpósios, jornadas, cursos, minicursos, feiras científicas, etc.;

VI - Publicação de trabalho científico em eventos de âmbito nacional, regional ou internacional;

VII - Elaboração de trabalho científico (autoria ou coautoria) apresentado em eventos de âmbito regional, nacional ou internacional;

VIII - Publicação de artigo científico completo (artigo publicado ou aceite final da publicação) em periódico especializado;

IX - Visitas técnicas fora do âmbito curricular;

X - Artigo em periódico;

XI - Autoria ou coautoria de livro ou de capítulo de livro;

XII - Participação na organização de eventos científicos;

XIII - Participação em programas de extensão promovidos ou não pela UNIT;

XIV - Participação em cursos de extensão e similares patrocinados ou não pela UNIT;

XV - Participação em jogos esportivos de representação estudantil;

XVI - Prestação de serviços e atividades comunitárias, através de entidade beneficente ou organização não governamental, legalmente instituída, com a anuência da Coordenação do Curso e devidamente comprovada, exceto o serviço e atividades obrigatórias do Tribunal do Júri, na condição de Jurado, que serão pontuadas na forma da Tabela Anexa;

XVII - Participação em palestra ou debate de mesas redondas e similares;

XVIII - Participação em Fóruns de Desenvolvimento Regionais promovidos ou não pela UNIT;

XVIV – Participação em Grupos de estudos e pesquisas da Universidade, vinculados à graduação e pós-graduação; Especificamente, quanto à graduação em Direito, os Grupos de Pesquisas de Execução Penal, Gênero, Família e Violência, Grupo de Pesquisa: Direitos Fundamentais, Novos Direitos e Evolução Social , Grupo de Estudos Pontes de Miranda e Grupo de Estudos Adélia Pessoa, dentre outros.

Para reconhecimento e validação das atividades, o aluno deverá comprovar por meio de certificados de valor reconhecido, a sua atividade complementar junto ao grupo de responsabilidade técnica e coordenação do curso, conforme quadro apresentado no Regulamento.

A carga horária das Atividades Complementares para o curso de Direito é de 400 (quatrocentas) horas, obedecendo aos critérios estabelecidos no Regulamento do curso e o seu cumprimento é obrigatório para a integralização do currículo.

Anexo: Regulamento das Atividades Complementares.

6.6. Atividades Práticas Supervisionadas - APS

Em consonância com a legislação educacional vigente a Unit regulamenta e normatiza as Atividades Práticas Supervisionadas da Universidade Tiradentes, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 575, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são concebidas na Instituição como parte integrante das metodologias ativas e participativas, que contribuem para o desenvolvimento das competências do perfil profissional, declaradas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. **S**ão atividades acadêmicas, presenciais e/ou não presenciais, desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes, dentro e fora da sala de aula, individualmente ou em equipe, durante o desenvolvimento dos componentes curriculares/disciplinas dos cursos.

Nesse contexto, o conceito de aula consubstancia-se no conceito de atividade acadêmica efetiva para além da sala de aula, levando a promoção e desenvolvimento de atividades acadêmicas sob a orientação e supervisão docente, em horários e espaços diferentes dos encontros presenciais e/ou não presenciais.

As Atividades Práticas Supervisionadas - (APS) são incluídas como componentes do trabalho acadêmico efetivo, através de sua inserção nos Planos Integrados de Trabalho pelos professores do curso de Direito. Entre as atividades desenvolvidas, citam-se

- estudos dirigidos presenciais e não presenciais,
- trabalhos individuais e em grupo,
- experimentos,
- desenvolvimento de projetos de iniciação científica,
- atividades em laboratório,
- atividades em biblioteca,
- atividades de campo, visitas técnicas e viagens de estudos,
- oficinas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos.

Cabe ressaltar que as APS detalhadas nos Planos Integrados de Trabalho das disciplinas, são submetidas à apreciação do NDE e Coordenação do Curso, a quem compete o acompanhamento de seu desenvolvimento.

Tais atividades propiciam aos discentes a participação ativa na construção do conhecimento, o desenvolvimento da autonomia intelectual e acadêmica e a constante interação entre o conteúdo trabalhado e a realidade social, propiciando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para sua atuação profissional.

Em anexo: Regulamento de Atividades Práticas Supervisionadas - (APS).

6.7 Integração Ensino/Pesquisa/Extensão/Núcleo de Pesquisa e Geradores de Extensão

Os Núcleos de Pesquisa e Geradores de Extensão são apresentados institucionalmente e convergem para a consecução da missão da Universidade e de seus princípios, gerando os respectivos produtos de interação de ensino – uma vez que são desenvolvidos no âmbito das disciplinas de forma complementar; de pesquisa – na medida em que promove a aquisição de competências inerentes ao ato investigativo no processo de ensino, identificando a necessidade de geração de novos conhecimentos; e de extensão – que possibilita a associação direta dos conteúdos e metodologias desenvolvidas no ensino e nas práticas investigativas com as ações de interação e intervenção social.

Na Universidade Tiradentes a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é concebida como princípio institucional e pedagógico indispensáveis para a formação profissional. O desenvolvimento das atividades acadêmicas associadas tem por objetivo possibilitar ao estudante os meios adequados para ampliar os conhecimentos indispensáveis à sua formação, além de despertar e fomentar suas habilidades e aptidões para a produção de cultura.

Nessa direção, incentiva o corpo docente a desenvolver práticas pedagógicas interdisciplinares e extraclasses, que não se restrinjam ao âmbito da sala de aula e a exposições teóricas. Além disso, a integração dos princípios articuladores das funções universitárias tem como referência a pesquisa como ação educativa, consubstanciada na prática pedagógica por meio da metodologia de ensino pautada na concepção de "aprender a aprender" para aprender, objetivando assegurar a autonomia intelectual do aluno.

A indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão pressupõe a articulação das três grandes áreas do conhecimento (ciências exatas, ciências biológicas e ciências humanas), nas atividades docentes e discentes previstas nas disciplinas integrantes no currículo do curso, produzindo conhecimentos e participando do desenvolvimento sócio regional.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a pesquisa deve acontecer no cotidiano, considerando o conjunto de atividades acadêmicas orientadas para a ampliação e manutenção do espírito de pesquisa, cuja articulação com o ensino e extensão ocorre a partir de núcleos de pesquisa, que são similares aos núcleos geradores de extensão. Constituem Núcleos de Pesquisa:

- **Desenvolvimento Tecnológico Regional**
  - Uso e transformação de Recursos Minerais e Agrícolas;
  - Otimização de Processos e Produtos;
  - Tecnologias Promotoras de Desenvolvimento;
- **Saúde e Ambiente**
  - Educação e Promoção de Saúde;
  - Enfermidades e Agravos de Impacto Regional;
  - Desenvolvimento e Otimização de Processos/Produtos e Sistemas em Saúde;
- **Desenvolvimento Socioeconômico, Gestão e Cidadania**
  - Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas;
  - Políticas de Gestão/Finanças e Tecnologias Empresariais;
  - Direito e Responsabilidade Social;
- **Educação, Comunicação e Cultura**

- Educação e Comunicação;
- Sociedade e Cidadania;
- Linguagens/Comunicação e Cultura.

Ressalta-se que os núcleos acima convergem para a consecução da missão institucional e para a articulação do ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos cursos e programas da IES, não restringindo, todavia, outras iniciativas de incremento das ações de ensino, pesquisa e de extensão possíveis por meio de outros mecanismos (projetos de ensino continuado, extensão e pesquisa fomentadas por políticas específicas propostas pelos órgãos da Instituição – Fóruns de Desenvolvimento Regional, Programas de Iniciação Científica, constituição de grupos de pesquisa etc.), sendo, porém, preservados os núcleos de interesse institucional citados. Assim, as iniciativas de extensão e de pesquisa (também de iniciação científica e/ou de práticas investigativas) devem estar associadas, declaradamente, a um dos Núcleos Geradores.

As práticas de pesquisa permeiam os conteúdos que compõem a matriz curricular do curso de Direito. Aliadas ao desenvolvimento de habilidades e competências, estas práticas têm promovido no curso uma interação entre o mundo do saber e o mundo do fazer. Consideram-se como práticas investigativas as pesquisas realizadas em campo e as atividades desenvolvidas nos laboratórios do curso.

Nestas práticas, os alunos conhecem métodos usados na pesquisa, rigor científico, ética na experimentação, realiza levantamento de dados, analisa e processa os resultados obtidos e discute os mesmos. A interação entre ensino e pesquisa é de suma importância para o desenvolvimento do futuro profissional, sendo a iniciação científica o primeiro passo para a concretização deste ideal.

Nas práticas de pesquisa os alunos conhecem métodos usados na pesquisa, rigor científico, ética na experimentação, realizam levantamento de dados, analisam e processam os resultados obtidos e discute os mesmos.

Além das ações de investigação e extensão, a UNIT instituiu os Fóruns de Desenvolvimento Regional com a finalidade de desenvolver ações de integração, envolvendo o corpo docente, discente e a população de cidades do interior do estado e da capital. Os fóruns realizam ações que permitem aos alunos desenvolver na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula de forma interdisciplinar.

Os Fóruns de Desenvolvimento Regional visam à melhoria da qualidade de vida das comunidades carentes e para isso têm realizado ações sequenciais que atendem principalmente a essas comunidades.

A UNIT oferece regularmente bolsas de monitoria e de iniciação científica, como parte do processo participativo do aluno nas atividades regulares de ensino e pesquisa. Neste pensamento foi implantado o Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Tiradentes - PROBIC-UNIT, do qual participam professores e estudantes da UNIT.

As bolsas de iniciação científica foram implementadas, inicialmente através de um programa mantido com recursos próprios e organizado através de critérios e normas regulamentadas e amplamente divulgados através de Editais da instituição.

A Universidade Tiradentes incentiva por meio destas bolsas, a participação dos discentes em projetos de pesquisa, visando o desenvolvimento e a transformação regional. Além disso a UNIT está investindo na formação de Grupos de Pesquisa, baseados na interdisciplinaridade de suas áreas de atuação.

Além dessas ações, nos demais períodos, são eleitas as disciplinas que trabalharão as práticas de pesquisa e extensão (incluindo sua vertente cultural) e os estudantes são acompanhados em tais atividades no transcorrer do semestre.

O curso de Direito, possui diversos grupos de pesquisa, articulados com os Programas de pós-graduação, tanto *latu* quanto *stricto sensu* em Direito da Instituição. Criado em 2009, o NPGD conta com professores pesquisadores voltados ao desenvolvimento de um programa de mestrado, tendo entre suas ações o fomento à pesquisa e à iniciação científica. Além dos docentes que integram o programa e que abrangem boa parte dos alunos de iniciação científica no curso, sejam bolsistas ou voluntários, há também grupos de pesquisa e estudos, vinculados a outros docentes, a exemplo do Grupo de Pesquisa de Execução Penal e Gênero, Família e Violência ao qual se somam professores de áreas interdisciplinares, como da área penal, de gênero e família que desenvolvem pesquisa em torno da temática.

No tocante à extensão, a atuação do curso também está pautada por diretrizes de incentivo e promoção de atividades que envolvam a comunidade, tendo no Projeto Reformatório e no Congresso Nacional de Direito - CONADI, exemplos da força das atividades de extensão desenvolvidas pelo Curso. Além destas atividades, que são permanentes, os docentes do curso desenvolvem diversos projetos de extensão, havendo uma oferta regular destes, tanto no decorrer do semestre quanto em períodos de recesso.

Entre os eventos promovidos pelo Curso de Direito Aracaju para fomentar as ações de Pesquisa e Extensão destacamos:

PROJETO REFORMATÓRIO

O Projeto Reformatório, implantado pelo curso de Direito em abril de 1995, passou por algumas reformulações antes de chegar aos moldes em que está funcionando atualmente e direciona-se para a avaliação de processos dos internos dos estabelecimentos penais no Estado de Sergipe. Este Projeto é fruto do estudo sobre a estatística da criminalidade desse Estado e da superpopulação nas penitenciárias, que originam o conceito de que o cárcere é hoje a forma mais comprovada de aperfeiçoar o crime.

O Projeto Reformatório, denominado Avaliação de Processos dos Internos de Estabelecimentos Penais do Estado de Sergipe, visa despertar no acadêmico de Direito a consciência quanto às distorções que formam o Sistema Penitenciário de Sergipe, ampliando a ação e compromisso da Instituição com as questões sociais, O desenvolvimento do projeto ocorre através de análise de processos, elaboração, análise e revisão de peças processuais, atendimento aos familiares dos internos (Fórum) atendimento individualizado dos internos em unidade prisional e atuação no núcleo de execuções penais da Defensoria Pública do Estado, entre outros.

Em vista da carência e deficiência do sistema prisional, fez-se necessário desenvolver ações no campo jurídico, que provoquem um levantamento do estado e da vida carcerária de cada um dos detentos, para que os estudantes de Direito ao mesmo tempo em que auxiliam na obtenção de soluções jurídicas para os casos, também acionem a ação pedagógica da UNIT identificando cada uma das condições que caracterizam a vida carcerária.

O encurtamento do tempo de prisão, através dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal, tais como Livramento Condicional, Progressão de Regime, Soma e Unificação de Penas, Saída Temporária, Remissão, Indulto e Comutação, são formas de atuação a que o Projeto Reformatório com fundamentos no PPI e no PPC se propõe.

O Projeto proporciona ao aluno, melhor conhecimento do sistema prisional brasileiro, em particular da realidade sergipana, viabilizando uma prática de participação crítica e atendente à função social do direito, ao sensibilizá-lo para as questões sociais, políticas, econômicas e criminológicas do sistema penal.

Em sua nova formatação, o Projeto amplia a participação dos acadêmicos, realizando processo seletivo para a participação dos discentes, a partir do segundo período do curso.

As atividades são desenvolvidas através de visitas periódicas aos diversos Presídios do Estado e requerimento de benefícios, juntamente a Defensoria Pública do Estado, faz-se a

inserção da atividade acadêmica e científica na resolução dos problemas das comunidades menos privilegiadas, consistindo em meio de transformação da sociedade.

Com a deficiência do Estado na resolução destes problemas sociais, a Universidade Tiradentes, cumprindo a missão declarada no PPI – Projeto Pedagógico Institucional e do PPC – Projeto Pedagógico do Curso, atua através do Projeto Reformatório, procurando atender parte desta demanda, na busca de uma sociedade mais igualitária, voltada sempre para o respeito à dignidade humana.

CONADI – CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO

O Congresso Nacional de Direito da UNIT, outrora denominado de Semana Jurídica Nacional da UNIT, tem como objetivo geral promover a discussão acadêmica sobre temas de relevância na atualidade jurídica, com o fito de intensificar o intercâmbio cultural com estudiosos da Ciência Jurídica e incentivar, estimular e divulgar a produção científica, tornando o Curso de Direito da UNIT um veículo propulsor de investigação e divulgação do fenômeno científico-jurídico em suas diversas áreas.

Entre os objetivos específicos do evento, pode-se destacar:

I - congregar alunos e professores do Curso de Direito da UNIT e de outras Instituições;

II - ensejar a atualização jurídica dos diversos profissionais do Direito;

III - possibilitar a oportunidade de realização de atividades complementares, por parte dos discentes;

IV - agregar, dentro do possível, a comunidade de egressos do Curso de Direito da UNIT;

V - estimular a produção científica de alunos e profissionais do Direito.

O CONADI vem se consolidando como o maior evento jurídico realizado em Sergipe, desenvolvendo temas atuais e de interesse da comunidade jurídica. Este evento conta com a realização de palestras, debates, lançamento de livros e atividades diversificadas com temas da área jurídica. Também são apresentados os GTs - Grupos de Trabalho, proporcionando aos discentes o debate e a discussão de temas pertinentes ao evento, ministrados pelos docentes integrantes da graduação e do mestrado da UNIT.

O evento conta sempre com a presença de profissionais do Direito do próprio Estado e de nomes expressivos do Brasil, propiciando o intercâmbio de experiências vivenciadas com vistas ao enriquecimento cultural de todos, já que a experiência jurídica é

dinâmica e modifica-se, tanto em conteúdo quanto em abordagem, a partir de estudos levados a efeito nos mais diversos espaços geográficos.

Desta forma, o Congresso Nacional de Direito, desenvolvido pelo curso, proporciona à comunidade a participação nas relevantes discussões ensejadas pelas Palestras, Fóruns, mesas de debates e demais atividades do evento ao mesmo tempo em que assegura extensivamente a formação de discentes mais reflexivos, críticos e criativos com condições de atuar positivamente na transformação da sociedade utilizando-se de todos os conhecimentos científicos e técnicos adquiridos, fomentando o desenvolvimento regional.

Em anexo, Política Geral de Extensão, Regulamento de Extensão, Regulamento de Iniciação Científica e Programa de Práticas Investigativas, Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa, Regulamento do Fórum de Desenvolvimento Regional.

6.8 Programas/Projetos/Atividades da Iniciação Científica

A Iniciação Cientifica é um instrumento que possibilita levar os estudantes, desde cedo, ao contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Nessa perspectiva propicia apoio teórico e metodológico para realização de projeto de pesquisa e um canal adequado para a formação de uma nova mentalidade de ensino aprendizagem.

Com a finalidade de incentivar a pesquisa, a instituição oferece regularmente bolsas de iniciação científica, como parte do processo participativo do aluno nas atividades regulares de ensino e pesquisa. Nessa perspectiva, foi implantado o Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Tiradentes - PROBIC-UNIT, do qual participam professores e estudantes da instituição.

As bolsas de iniciação científica foram implantadas inicialmente através de um programa mantido com recursos próprios e organizado através de critérios e normas que se pautaram pela transparência e acuidade, através de Editais amplamente divulgados na Instituição.

A Universidade Tiradentes conta ainda com bolsas do Programa de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC e Programa de Bolsa de Iniciação Científica Júnior – PIBICJ, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq.

O Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP) oferece oportunidade ao aluno de ingressar na pesquisa se engajando em projetos de pesquisas dos professores e pesquisadores do ITP como estagiários ou bolsistas, remunerados ou não.

Além desses programas, financiados por agências externas de fomento à pesquisa e/ou projetos contratados diretamente por empresas, a instituição disponibiliza o **PROVIC - Programa Voluntário de Iniciação Científica da UNIT,** quando o mérito científico já foi avalizado pelos respectivos comitês "*ad hoc*" e não há concessão de bolsa ao aluno vinculado ao projeto.

Os alunos do curso de Direito são estimulados a produzirem trabalhos acadêmicos e científicos, cuja divulgação pode ocorrer através dos seguintes meios:

- **SEMPESQ (Semana de Pesquisa da UNIT):** realizada anualmente, tem como objetivo divulgar os trabalhos acadêmicos, promovendo assim o incentivo à pesquisa;
- **Prêmio Universitário de Monografia da UNIT:** é um projeto criado pela Diretoria de Pesquisa e Extensão e destina-se a todos os alunos regularmente matriculados sobre a orientação de um professor da instituição;
- **Revista Interfaces:** tem como finalidade à divulgação dos trabalhos científicos provenientes de todos os cursos da Universidade Tiradentes e de outras instituições;
- **Biblioteca Central:** os trabalhos desenvolvidos (monografias, relatórios técnicos científicos, entre outros) são catalogados, selecionados e incluídos no acervo da Biblioteca Central para consulta pela comunidade acadêmica;
- **Portal da Universidade:** a produção acadêmica do corpo docente e discente pode ser divulgada nas páginas dos respectivos Cursos;
- **Cadernos de Graduação:** são publicados os artigos desenvolvidos pelos alunos.

O Programa de Iniciação Científica é administrado pela Diretoria de Pesquisa na figura do Coordenador de Pesquisa e Iniciação Científica. Encarando a Universidade como uma agência produtora de conhecimento e responsável por torná-lo acessível, a UNIT tem de um lado incentivado a publicação pelos professores e pesquisadores dos trabalhos por eles realizados e de outro, apoiado a participação dos docentes em eventos científicos através do seu Programa de Capacitação e Qualificação Docente, bem como a realização de diferentes eventos. Atualmente temos 31 Projetos de Iniciação Científica em desenvolvimento por docentes do curso, com participação discente.

O curso de Direito vem sendo focado para cumprir sua missão dentro do campo da pesquisa permitindo aos alunos o pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Os professores integrantes do Núcleo (NPGD) e da Graduação, orientam os alunos no desenvolvimento dos seus Projetos de Pesquisa.

As ações de ensino (em diversas modalidades e níveis), de pesquisa (em suas diversas instâncias institucionais) e de extensão, estão direcionadas ao atendimento de concepções definidas na missão institucional e princípios gerais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e contribuem para a operacionalização de tais elementos, constituindo referencial didático-pedagógico para o curso.

Anexo, Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa, Política de Publicações Acadêmicas, Política de Pesquisa e Pós-Graduação, Política de Implantação Lato Sensu.

6.9 Interação Teoria e Prática - Princípios e Orientações das Práticas Pedagógicas

As ações de ensino (em diversas modalidades e níveis), de pesquisa (em suas diversas instâncias institucionais) e de extensão, estão direcionadas ao atendimento de concepções definidas na missão institucional e princípios gerais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e contribuem para a operacionalização de tais elementos, constituindo referencial didático-pedagógico para o curso.

As práticas didáticas privilegiam o aprimoramento e aplicação de habilidades e competências claramente identificadas, caracterizada pelo exercício de ações que possibilitam e estimulam a aplicação dos saberes, conhecimentos, conteúdos e técnicas para intervenção na realidade profissional e social, na resolução de problemas e nos encaminhamentos criativos demandados por fatores específicos, tais como:

- Tomada de decisão;
- Enfrentamento e resolução de problemas;
- Pensamento crítico e criativo;
- Domínio de linguagem;
- Construção de argumentações técnicas;
- Autonomia nas ações e intervenções;
- Trabalho em equipe;
- Contextualização de entendimentos e encaminhamentos e
- Relação Competências/Conteúdos.

Conforme preconizado no PPI/UNIT, a aquisição de habilidades e competências são fundamentadas em conteúdos consagrados e essenciais para o entendimento conceitual da área de conhecimento ou atuação, e efetiva-se por meio de:

• **Interdisciplinaridade** – operacionalizada por meio da complementaridade de conceitos e intervenções entre as unidades programáticas de um mesmo campo do saber e entre diferentes campos, dialeticamente provocada através de conteúdos e práticas que possibilitem a diminuição da fragmentação do conhecimento e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado à realidade profissional e social.

• **Transversalidade** – temas de interesse comum da coletividade, comprometidos com a missão institucional, com a educação e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), operacionalizado nas diversas disciplinas que compõem o curso.

• **Abordagem Dialética em Disciplinas e Ações** – integração entre conceitos teórico-metodológicos e práticos, análise reflexiva das contradições eminentes da realidade com incremento de estudos de casos, simulações, debates em sala sobre questões do cotidiano etc.

• **Fomento à Progressiva Autonomia do Aluno** – implantação de práticas didáticas e pedagógicas que promovam a autonomia crescente do aluno no transcorrer de sua formação, por meio de métodos de estudos dirigidos, desenvolvimento de pesquisas, intervenções técnicas com orientação/acompanhamento etc.

• **Promoção de Eventos** – intensificação de atividades extraclasse no âmbito das disciplinas, das unidades programáticas do curso ou da Instituição no que diz respeito à promoção de eventos científicos e acadêmicos, de extensão e de socialização dos saberes, de sorte a possibilitar a autonomia e diversidade de metodologias educacionais e de informação/análise da realidade profissional.

• **Orientação para a Apreensão de Metodologias** – as ações de aulas e/ou de formação possibilitam aos alunos a aquisição de competências no sentido da utilização de metodologias adequadas para a busca de informações e/ou desenvolvimento de formas de atuação, utilizando-se de métodos consagrados pela ciência, bem como outros disponibilizados pela tecnologia e pelo processo criativo.

• **Utilização de Práticas Ativas/Ênfase na Aprendizagem** – desenvolvimento de atividades em que os alunos participem ativamente de desenvolvimento/construção de projetos, definição de estratégias de intervenções, execução de tarefas supervisionadas, avaliação de procedimentos e resultados e análises de contextos. Ênfase especial é dada ao processo de aprendizagem possibilitado pela participação efetiva do aluno na construção de saberes úteis, evitando-se o simples processo de transmissão de conhecimento emitido por docente.

• **Utilização de Recursos Tecnológicos Atuais** – qualificação dos agentes universitários (docente, discente e pessoal técnico-administrativo) para utilização de recursos tecnológicos disponíveis na área e/ou campo de atuação.

• **Concepção do Erro Como Etapa do Processo** – nas avaliações precedidas, os erros eventualmente verificados devem ser identificados, apontados e corrigidos pelos discentes, de forma a contribuir com a sua aprendizagem.

• **Respeito às Características Individuais** – insistente orientação no sentido de prevalecer o respeito às diferenças: culturais, afetivas e cognitivas presentes nas relações.

Considerando os preceitos acima definidos, o curso de graduação em Direito, através de seus componentes curriculares e ações acadêmicas, objetiva a formação de um profissional apto a atuar no mundo do trabalho como agente crítico e transformador. Para tanto, os professores são incentivados a desenvolver no discente espírito crítico em relação aos conhecimentos para que esses vivenciem a sua aplicabilidade no contexto social em que estão inseridos.

O curso de Direito da UNIT, por meio de princípios e orientações quanto às práticas pedagógicas, prioriza a relação teórico–prática, contribuindo de forma substancial para a formação de profissionais capazes de atender o mercado de trabalho com bases sólidas e de acordo com as legislações vigentes no país em consonância com as Diretrizes Curriculares, garantindo o ensino com conteúdo essenciais relacionados ao processo de formação do indivíduo, família e comunidade.

6.10. Práticas Profissionais e Estágios

6.10.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado na área Jurídica faz parte do eixo articulador entre teoria e prática e como tal é desenvolvido atendendo a diferentes etapas. Nesse momento de sua formação, o estudante terá contato com a realidade profissional onde irá atuar não apenas para conhecê-la, mas também para desenvolver as competências e habilidades específicas da formação profissional.

As atividades de estágio estão ligadas ao Eixo Estruturante de Formação Prática que compreende as unidades orientadas para o exercício e inserção dos estudantes em atividades

inerentes a sua profissão, bem como promover a interação multiprofissional, culminando na apreensão de habilidades e competências do seu campo de atuação.

Seguindo o que recomenda as Diretrizes Curriculares Nacionais, os estágios curriculares são desenvolvidos sob supervisão docente de forma articulada ao longo do processo de formação. Este deverá ser desenvolvido quando possível no âmbito interno e ainda no âmbito externo a universidade sempre através de convênios previamente estabelecidos e em ambientes que permitam o desenvolvimento de práticas relacionadas ao exercício do Direito.

As disciplinas de Estágio contemplam um total de 320 (trezentas e vinte) horas de atividades práticas e são desenvolvidas nos 7º, 8º, 9º e 10º períodos, através dos Estágios Supervisionados na Área Jurídica I, II, III e IV, conforme consta no Regulamento de Estágio Supervisionado e Núcleo de Práticas Jurídicas. As atividades ocorrem com o apoio de instrumentos virtuais e acesso à Internet, possibilitando o acompanhamento dos processos do judiciário.

Os Estágios desenvolvidos no NPJ oportunizam ao discente, o contato com o público através da prestação de assistência judiciária gratuita. O curso conta com excelentes instalações para a simulação de Júri e Audiência e de sede própria para o NPJ, em local acessível à comunidade. Após convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) foi implantado o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Estado, nas instalações do NPJ, ampliando ainda mais a possibilidade de práticas variadas dentro do curso, além de trazer um aspecto inovador à prática jurídica dos discentes capacitando-os com a oferta permanente de curso de conciliação judicial e estágio supervisionado de conciliador, tornando-os aptos a exercerem a funções de conciliador nas audiências realizadas nas instalações do NPJ e dos Tribunais de Justiça. Além das práticas orientadas, também são realizadas visitas e comparecimentos às secretarias e cartórios, às sessões dos Tribunais, ao Ministério Público, a OAB, as Procuradorias, a Defensoria, as Delegacias, assistência às audiências e entidades correlatas de interesse das profissões jurídicas, feitura de pesquisas jurisprudenciais e participação em processos.

A relação aluno/professor, na orientação de prática jurídica, dá-se em grupos, onde além do acompanhamento virtual dos processos há distribuição de tarefas, supervisão daquelas já desenvolvidas e reforço com elaboração de peças. Estas atividades são orientadas e acompanhadas pela Coordenação do NPJ e os professores/orientador, cuja metodologia utilizada constitui-se de aulas práticas (elaboração de textos, peças jurídico-legais e assistência presencial aos processos - que inclui a identificação da natureza da ação, solicitação dos documentos indispensáveis para a propositura da ação, confecção da petição inicial e protocolo

eletrônica desta no portal dos advogados.). Os alunos devem apresentar ao término de cada unidade, relatórios das audiências.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), onde o aluno além de prestar atendimento à população ajuíza ações e acompanha o desenrolar de todo o processo, tem como um dos seus principais objetivos, salvaguardar ou restabelecer os direitos ameaçados ou violados daqueles, cuja situação econômica não lhes permite pagar as custas processuais e os honorários advocatícios; inicialmente e preferencialmente através da prática de negociação, conciliação e mediação e, subsidiariamente, com a judicialização do caso concreto. Também são realizadas no NPJ, atividades simuladas de arbitragem com visualização de todo o processo e proporcionadas palestras sobre o procedimento através do convênio com o ISAM.

Respeitando-se os objetivos e as exigências expressas no Regulamento de Estágio Supervisionado e NPJ, são adotados os seguintes procedimentos nas disciplinas referidas:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: Da Organização Judiciária.

- Atuar junto à população, via Serviço de Atendimento Jurídico da UNIT, no Núcleo de Práticas Jurídicas.
- Contatos forenses com seus integrantes e acompanhamento de rotinas.

Objetivo: Apresentar uma visão teórica e prática das instituições, seus regimentos, suas competências e os respectivos procedimentos resultantes das atividades inerentes de cada uma.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: Laboratório Criminal.

- Atuar junto à população, via Serviço de Atendimento Jurídico da UNIT, no NPJ.
- Contato com a esfera penal através da feitura de trabalhos de prática jurídica penal forense e não forense.

Objetivo: Adquirir prática sobre o exercício profissional na área específica e seus operadores: acusação e defesa.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: Laboratório Cível.

- Atuar junto à população, via Serviço de Atendimento Jurídico da UNIT, no NPJ.
- Contato com a esfera cível através da feitura de trabalhos de práticas jurídicas cíveis, forense e não forense.

Objetivo: Adquirir prática sobre o exercício profissional nas áreas específicas e seus diversos operadores: autor, réu, intervenientes, Ministério Público, Defensoria e demais

instituições e órgãos, públicos e privados, que exercem, direta ou indiretamente, funções qualificadas constitucionalmente como essenciais à Justiça.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: Prática Trabalhista

- Atuar junto à população, via Serviço de Atendimento Jurídico da UNIT, no NPJ.

Objetivo: Desenvolver atividades inerentes à prática profissional através do atendimento ao público externo, em plantões semanais, orientados por um professor, auxiliando no atendimento de reclamações trabalhistas e acompanhamentos, com elaboração de peças iniciais, contestações, respostas, réplicas, defesas, arrazoados, acompanhamento processual e orientação das partes, participação nas audiências respectivas.

Todos os trabalhos desenvolvidos através de visitas a órgãos judiciais e entidades correlatas, salas de audiências, sala de júri, Projeto Reformatório e NPJ, culminam com a entrega por parte dos alunos, de relatórios das atividades realizadas. A avaliação compreende uma valoração das atividades desenvolvidas em forma de relatórios, laboratórios e confecção de peças realizadas durante os estágios. Todas as informações, etapas e procedimentos encontram-se no Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso.

Anexo, Regulamento de Estágio Supervisionado e do NPJ.

6.10.2 Núcleo de Prática Jurídica

O Núcleo de Práticas Jurídicas tem como objetivo atuar junto às comunidades carentes, prestando Assistência Judiciária gratuita, garantindo assim sua atuação social junta à comunidade. O trabalho é desenvolvido pelos estagiários dos quatro últimos períodos do curso de Direito com acompanhamento docente e corpo técnico administrativo permanente, contando com o apoio do curso de Assistência Social e com o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). Diariamente são realizadas análises dos casos e elaboração de peças processuais após os atendimentos efetivados.

A assistência prestada consiste no atendimento preliminar para análise social e econômica, realizado por estudantes do Curso de Serviço Social, supervisionados por uma profissional da área; seguido de atendimento pelos acadêmicos do curso de Direito, supervisionados por professores-advogados, culminando com pareceres orais, propositura de ações e/ou defesas judiciais, propiciando acompanhamento até o trânsito em julgado das decisões judiciais pertinentes.

Em convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe a UNIT disponibiliza ainda atendimento no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), primeiro do Estado. Nele são prestados os serviços de – Negociação, Conciliação e Mediação de Conflitos. O atendimento é realizado após recebimento do processo pelo NPJ, onde os discentes orientados pelos professores realizarão a atermação do processo, sendo posteriormente efetuada a sessão de negociação, mediação ou conciliação e restando frutífero será feito o encaminhamento para homologação do juiz, evitando-se assim, inúmeras demandas judiciais. Também é oferecido aos discentes, práticas simuladas de arbitragem onde são visualizados todas as etapas do processo e visitas ao ISAM, onde os alunos participam de palestras sobre a atividade.

O Núcleo de Práticas Jurídicas presta hoje, os seguintes serviços à comunidade:

- Atendimento direto à comunidade carente na forma da Lei 1060/50, com a participação dos acadêmicos do Curso de Direito, devidamente acompanhados de professor-orientador;
- Orientação jurídica a todos que procuram os serviços do NPJ;
- Ajuizamento de peças processuais, elaboradas pelos acadêmicos do curso de Direito, devidamente supervisionadas pelo professor - orientador.

Assim, observamos que o Curso de Direito da Universidade Tiradentes - UNIT disponibiliza importantes serviços em busca de atender a comunidade local, propiciando ao nosso aluno prática real das atividades desenvolvidas, visto que o funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica oportuniza um excelente campo de prática para o discente (desenvolvendo-se nos aspectos jurídicos e sociais, pois propicia o contato com pessoas físicas, jurídicas, associações, movimentos sociais, dentre outros espaços assemelhados) e um importante instrumento de concretização do acesso à justiça para as camadas mais desfavorecidas da sociedade sergipana e para soluções de conflitos como um todo.

6.10.3. Estágio não obrigatório

O Estágio Supervisionado não obrigatório, destinado a alunos regularmente matriculados no Curso de Direito da UNIT, tem sua base legal na **Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, § 2º do Art. 2º,** que define estágio não obrigatório como **"aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória".**

A caracterização e a definição do estágio em tela requerem obrigatoriamente a existência de um contrato entre a UNIT e pessoas jurídicas de direito público ou privado, coparticipantes do Estágio Supervisionado não obrigatório, em que devem estar acordadas todas as condições, dentre as quais: matrícula, frequência regular do educando, compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso e acompanhamento da instituição e da parte concedente.

A validação desse respectivo estágio como atividade complementar será norteada pelos procedimentos e normas previstas na Portaria Institucional que estabelece as diretrizes acerca das Atividades Complementares.

Para facilitar não só o estágio, mas também a inserção no mercado de trabalho, a Instituição mantém de forma gratuita, um serviço destinado aos alunos e egressos da UNIT, que buscam colocação ou recolocação no mercado de trabalho e também às empresas parceiras que buscam profissionais para seus quadros.

O UNIT Carreiras é um espaço voltado para os alunos da graduação, pós-graduação e egressos da UNIT com foco na capacitação profissional, no gerenciamento e divulgação de oportunidades profissionais e de estágios, na orientação individual ao plano de carreira e na interação social por meio das redes sociais.

Sempre atuando de forma estratégica, o UNIT Carreiras disponibiliza vagas de empregos e estágios**,** por meio de parcerias com renomadas empresas de dentro e fora do Estado, além de oferecer diversos serviços visando a capacitação profissional.

6.11 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório e necessário para a integralização curricular. Configura-se como um momento de reflexão, crítica e aprofundamento da pesquisa e da descoberta de novos saberes na área de interesse do estudante, contemplando uma diversidade de aspectos fundamentais para a formação acadêmica e profissional.

No curso de Direito pode ser desenvolvido a partir do 9º período, através da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, a pesquisa deve versar em qualquer área do Direito, construída individualmente pelo estudante com orientação de um professor do curso, denominado professor-orientador, designado pela Coordenação de TCC sendo finalizada em forma de artigo científico.

A pesquisa constitui-se em estratégia curricular de grande importância, pois permite o aprofundamento do conhecimento e a produção de novas formas de conceber o Direito e de compreender o fenômeno jurídico, através de ações integradoras das experiências vivenciadas pelos acadêmicos, exortando a sua capacidade investigativa.

O TCC possibilita aos estudantes a ampliação de seus conhecimentos a partir da prática de pesquisa dos fenômenos sociais e jurídicos, integralizando conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvendo a capacidade de análise e crítica dos fenômenos sociais e jurídicos, valorizando a competência investigativa e estimulando a autonomia do aluno para atuar na sua área.

As normas que orientam o desenvolvimento do Artigo foram elaboradas obedecendo a mais atual bibliografia de Metodologia Científica e as normas da ABNT, considerando um enorme acervo de experiências, informações, normas e pesquisas, ordenadamente disposto.

O acompanhamento é feito através do preenchimento do diário de classe, cujo cumprimento da carga horária é obrigatório, sob a supervisão geral do Coordenador de TCC, responsável por estabelecer os prazos e cumprimento dos procedimentos estabelecidos em regulamentação específica do curso. No geral, o TCC se desenvolve em três etapas, a saber:

I. A primeira etapa consiste em matrícula na turma do professor-orientador escolhido, via Sistema Magister;

II. A segunda etapa versa sobre a escrita do trabalho e culmina no depósito oficial, virtual, via Google for Education e autorização digitalizada do professor orientador, para depósito;

III. Na terceira etapa ocorrem as defesas orais em bancas, dos artigos depositados.

A banca é composta por três professores da casa, sendo um deles o orientador, que irá presidir os trabalhos. Após a explanação, o estudante é submetido aos questionamentos e às correções, caso seja necessário. Ao final, a banca lançará a nota do aluno, que para a sua aprovação terá que atingir a média mínima de 6,0 (seis). O trabalho que alcançar a nota igual ou superior a 9,0 (nove) poderá opcionalmente, ser depositado em forma de CD, junto à Coordenação de TCC sendo por esta, encaminhado à Biblioteca da Instituição para consultas posteriores.

6.12 Sistemas de Avaliação

6.12.1 Procedimentos e acompanhamento dos processo de avaliação de ensino e aprendizagem

Consonante aos princípios defendidos na prática acadêmica, a sistemática de avaliação do processo ensino/aprendizagem concebida pela Unit, no curso de Direito resguarda a contextualização para estimular o desenvolvimento de competências, através de metodologias de intervenção.

A avaliação não é utilizada para punir ou premiar o aluno, ela é um instrumento que verifica a intensidade ou nível de aprendizagem, permitindo ao docente planejar intervenções pedagógicas que possibilitem a superação de dificuldades e os desvios observados. Neste processo, valoriza-se a autonomia, a participação e o desenvolvimento de competências focadas no aprendizado previstos no planejamento das disciplinas. Avaliar, neste Projeto Pedagógico do Curso, não significa verificar a classificação dos estudantes e sim verificar a produção de conhecimentos, a redefinição pessoal, o posicionamento e a postura do educando frente às relações entre conhecimento existente nesta determinada área de estudo e a realidade sócio educacional em desenvolvimento. A avaliação deve estar voltada para as competências, traduzidas no desempenho, deixando de ser pontual, punitiva e discriminatória, orientada à esfera da cognição e memorização; para transformar-se num instrumento de acompanhamento de todo o processo ensino-aprendizagem, como forma de garantir o desenvolvimento das competências necessárias à formação profissional.

As avaliações são efetuadas durante as unidades programáticas, sendo o mínimo de 04 a cada período letivo conforme calendário acadêmico. A composição é expressa em notas, abrangendo Prova Contextualizada, que aborda os conteúdos ministrados, verificada por meio de exame aplicado e Medida de Eficiência, obtida através da verificação processual do rendimento (individual ou em grupo) de investigação (pesquisa, iniciação científica), de extensão, trabalhos de campo, seminários, resenhas e fichamentos.

O sistema de avaliação adotado pelo curso obedece aos princípios norteadores do PPI, tais como: a quantidade de avaliações, suas modalidades, média para aprovação, número de provas entre outros. Nessa direção, são adotados os procedimentos que objetivam verificar a aprendizagem através de instrumentos que estejam em sintonia com técnicas e metodologias de intervenção profissional além de buscar mecanismos de superação de desvios, explicitadas as premissas iniciais sobre a avaliação do processo ensino/aprendizagem. Seguem a seguir (entre outros) os diferentes meios de avaliação que poderão ser utilizados no processo de ensino-aprendizagem e que deverão constar do Plano Integrado de Trabalho do professor elaborado a cada semestre:

- AVALIAÇÃO OBJETIVA (MÚLTIPLA ESCOLHA): Possibilita maior cobertura dos assuntos ministrados em aula, satisfazendo ao mesmo tempo o critério da objetividade e permitindo que examinadores independentes e qualificados cheguem a resultados idênticos. Entretanto, as questões de múltipla escolha não podem ultrapassar 20% do total da avaliação.
- AVALIAÇÃO CONTEXTUALIZADA: Possibilita ao estudante a formulação de respostas de maneira livre, facilitando a crítica, correlação de ideias, síntese ou análise do tema discutido. Permite, ainda, a avaliação da amplitude do conhecimento, lógica dos processos mentais, organização, capacidade de síntese, racionalização de ideias e clareza de expressão.
- SEMINÁRIOS: Possibilita o desenvolvimento da capacidade de observação e crítica do desempenho do grupo, bem como de estudar um problema, em diferentes ângulos, em equipe e de forma sistemática. Além disso, permite o aprofundamento de um tema, facilitando a chegada a conclusões relativas ao mesmo.
- RELATÓRIOS DE PRÁTICAS: representa uma descrição sintética e organizada dos procedimentos realizados durante as atividades práticas, possibilitando a análise e discussão desses procedimentos.
- ESTUDOS DE CASOS: Desenvolve nos alunos a capacidade de analisar problemas e criar soluções hipotéticas, preparando-os para enfrentar situações reais e complexas, mediante o estudo de situações problemas.
- AVALIAÇÃO PRÁTICA: Possibilita avaliar os conhecimentos práticos adquiridos, que complementam os conteúdos teóricos e que poderão dar subsídios para a resolução de problemas.

Destaca-se que todas as orientações em relacionadas aos critérios de avaliação ao que se refere a aprovação, estão descritas no PPC do curso assim como no regulamento acadêmico que é de livre acesso do estudante através da página da Universidade, do repositório institucional e ainda na forma impressas no ato da matrícula Guia do DAAF.

6.12.2 Avaliação do processo ensino/aprendizagem

Os princípios defendidos no Projeto Pedagógico Institucional e pela prática acadêmica, ao que se refere a avaliação do processo ensino/aprendizagem concebida pela Universidade Tiradentes, resguarda a contextualização da avaliação para estimular o

desenvolvimento de habilidades e competências, através de técnicas e metodologias de intervenção em situações possíveis de atuação.

As avaliações são efetuadas ao final de cada unidade programática (UP), em número de duas a cada período letivo. A composição das avaliações é expressa em notas e desenvolvida em cada unidade programática, abrangendo:

Prova Contextualizada (PC) - que aborda os conteúdos ministrados e as habilidades e competências adquiridas, verificados por meio de exame aplicado;

Medida de Eficiência (ME) - obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades (individual ou em grupo) de investigação (pesquisa, iniciação científica), de extensão, trabalhos de campo, seminários, resenhas, fichamentos, entre outros. A aferição da Medida de Eficiência tem como princípio o acompanhamento do aluno em pelo menos duas atividades, previstas no plano de curso de cada unidade de aprendizagem (disciplina).

A apuração da nota da disciplina nas unidades programáticas (UP1 e UP2) é expressa em índices que variam de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos considerando-se:

- **Prova Contextualizada (PC)** – Compõe uma parcela da nota, correspondente a no mínimo 0,0 (zero) e no máximo 8,0 (oito) pontos da nota de cada unidade programática, estando o restante da pontuação vinculada ao valor da Medida de Eficiência (ME).

- **Medida de Eficiência (ME)** – Compõe, necessariamente, a avaliação das unidades programáticas, podendo representar de 0,0 (zero) até 2,0 (dois) pontos do total da nota de cada unidade programática;

- A nota de cada unidade programática (UP1 e UP2) é obtida pela soma da nota aferida pela Prova Contextualizada (PC) e a nota da Medida de Eficiência (ME);

- Para efeito de Média Final (MF) de cada disciplina, a nota da primeira unidade programática (UP1) tem peso 04 (quatro) e a da segunda (UP2) tem peso 06 (seis).

IV- A Média Final (MF) da disciplina é obtida pela equação:

$$MF = \frac{(UP\ 1 \times 4) + (UP\ 2 \times 6)}{10}$$

Para aprovação, o aluno deverá obter média igual ou superior a 6,0 (seis), resultante da média aritmética das unidades, além de no mínimo, 75% de frequência. Para os estágios curriculares e para os cursos que tenham Trabalho de Conclusão de Curso – TCC os critérios para aprovação estão descritos nos respectivos regulamentos.

No primeiro semestre de 2014, foi adotado pela Universidade Tiradentes a prova final no processo de avaliação, que tem por objetivo, permitir que os estudantes quando necessário, se debrucem ainda mais sobre o conteúdo do semestre e aprendam o suficiente para a construção da sua carreira profissional.

O benefício da prova final é concedido somente aos estudantes que cumprirem a frequência mínima exigida de 75% e obtiverem média entre 4,0 (quatro pontos) e 5,9 (cinco pontos e nove décimos). Desse modo, o sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem busca conciliar a concepção de formação, cujo caráter processual e contínuo, busca contemplar, dentre outras habilidades, a participação, a produção individual e coletiva, a associação prática/teoria, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o PPI e as Normas Acadêmicas Institucionais.

Ressalta-se que a Prova Final não é válida para as avaliações do Curso de Medicina, para as disciplinas de Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Práticas Profissionais, de Pesquisa e de Extensão e ainda para as que envolvam situações especiais descritas no Projeto Pedagógico (PPC) do curso, devido às especificidades da Metodologia de Ensino e Avaliação que deverão seguir regulamentação específica.

6.12.3 Articulação da Auto Avaliação do curso com a Auto Avaliação Institucional

Com o objetivo de instaurar um processo sistemático e contínuo de autoconhecimento e melhoria do seu desempenho acadêmico a Universidade Tiradentes iniciou em 1998 o Programa de Avaliação Institucional, envolvendo toda a comunidade universitária, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

O processo de autoavaliação implementado reflete adequadamente o compromisso da Unit e do curso de Direito com a qualidade dos serviços prestados a comunidade acadêmica, bem como com a formação profissional.

Nesse sentido, o curso de Bacharelado em Direito realiza periodicamente ações que decorrem dos processos de avaliação dirigidas pela CPA (autoavaliação e avaliação nominal docente), mas também fundamenta suas ações a partir dos resultados dos processos de avaliações externas a exemplo do ENADE, e relatórios de avaliação interna simulados. Nessa direção a partir das observações colhidas nos processos de avaliação descritos acima muitas mudanças foram introduzidas no curso, como por exemplo, a reestruturação da matriz curricular, adequando aos objetivos desejados no PPC e às mudanças da própria da Direito no que se refere às normas e legislações, num contexto globalizado.

A Avaliação Interna do Curso de Bacharelado em Direito é realizada pela Coordenação do curso por meio de reuniões sistemáticas com o NDE e Colegiado através da análise da avaliação interna e externas (ENADE e outros) e do PPC, identificando os pontos de fragilidade e propondo alternativas para sua superação; gerando ações de compatibilização dos objetivos e princípios preconizados no PPC com o PPI, Diretrizes Curriculares Nacionais, e a proposta de formação de profissionais.

Assim, podemos afirmar que se encontram previstas e implementadas as ações decorrentes dos processos de avaliação do curso conforme descrição:

1. Redimensionamento das Disciplinas de Práticas de Pesquisa e de Extensão;
2. Intensificação das ações voltadas à política de monitoria;
3. Ampliação da participação dos alunos no Programa de Nivelamento e Formação Complementar;
4. Divulgação do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico - NAPPS, para alunos e docentes;
5. Ampliação no número de professores do curso no Programa de Capacitação Docente;
6. Ampliação à participação de professores e alunos no processo de avaliação interna;
7. Ampliação do campo de estágio dos alunos do curso;
8. Ampliação do número de mestres e doutores e o regime de trabalho dos docentes do curso, com vistas ao atendimento do referencial de qualidade;
9. Atualização e ampliação do acervo bibliográfico do curso e intensificação de sua utilização;
10. Ampliação do acervo do laboratório e ações efetivas de utilização e acompanhamento.

A atenção a tais aspectos contribui para percepção do curso através do olhar do aluno e do docente. Destaca-se que a CPA disponibiliza a gestão do curso relatório dos resultados dos processos internos e que estes servem de instrumento norteador de ações futuras desenvolvidas pelo curso de Direito na busca pelo acompanhamento contínuo e pela excelência nos serviços prestados a comunidade acadêmica.

A avaliação institucional é entendida como um processo criativo de autocrítica da Instituição, como política de autoavaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária e para prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade.

A operacionalização da avaliação institucional dá-se através da elaboração/revisão e aplicação de questionários eletrônicos para aferição de percepções ou de graus de satisfação

com relação com relação à prática docente, a gestão da coordenação do curso, serviços oferecidos pela IES e política/programas institucionais, as dimensões estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES envolvendo todos os segmentos partícipes em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso.

A avaliação sistematizada dos cursos e dos professores é elaborada pela CPA, cuja composição contempla a participação de segmentos representativos da comunidade acadêmica, tais como: docentes, discentes, coordenadores de cursos, representantes de áreas, funcionários técnico-administrativos e representante da sociedade. Em consonância com a meritocracia, a Unit tem premiado os melhores docentes avaliados semestralmente.

Os resultados da avaliação docente, avaliação dos coordenadores de cursos e da avaliação institucional são disponibilizados no portal Magister dos alunos, dos docentes e amplamente divulgados pela instituição.

Além disso, o Projeto Pedagógico é avaliado a cada semestre letivo por meio de reuniões sistemáticas da Coordenação com o Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso, corpo docente, corpo discente, direção e técnicos dos diversos setores envolvidos. Essa ação objetiva avaliar e atualizar o Projeto Pedagógico do Curso - PPC, identificando fragilidade para que possam ser planejadas novas estratégicas e ações, com vistas ao aprimoramento das atividades acadêmicas, necessárias ao atendimento das expectativas da comunidade universitária.

Aspectos como concepção, objetivos, perfil profissiográfico, ementas, conteúdos, metodologias de ensino e avaliação, bibliografia, recursos didáticos, laboratórios, infraestrutura física e recursos humanos são discutidos por todos que fazem parte da unidade acadêmica, visando alcançar os objetivos propostos, e adequando-os ao perfil do egresso.

Essas ações visam à coerência dos objetivos e princípios preconizados no curso e sua consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as reflexões empreendidas com base nos relatórios de avaliação externa, além de formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento econômico, social e político do Estado, da Região e do País.

Nesse contexto, o corpo docente é avaliado, semestralmente, através de instrumentos de avaliação planejados e implementados pela CPA e aplicados com os discentes via Internet. Nessa perspectiva, são observados os seguintes indicadores de qualidade do processo de ensino-aprendizagem:

a) Domínio de conteúdo;

b) Prática docente (didática);

c) Cumprimento do conteúdo programático;

d) Pontualidade;

e) Assiduidade;

f) Relacionamento com os alunos.

Além da avaliação realizada pelo corpo discente, os professores também são avaliados pelas respectivas coordenações de curso que observam os seguintes indicadores:

a) Elaboração do Plano de Curso;

b) Cumprimento do conteúdo programático;

c) Pontualidade e assiduidade (sala de aula e reuniões);

d) Utilização de recursos didáticos e multimídia;

e) Escrituração do diário de classe e entrega dos diários eletrônicos;

f) Pontualidade na entrega dos trabalhos acadêmicos;

g) Atividades de pesquisa;

h) Atividades de extensão;

i) Participação em eventos;

j) Atendimento as solicitações do curso;

k) Relacionamento com os discentes.

O comprometimento de todos com o Projeto Pedagógico do Curso é obtido através de uma ampla divulgação do seu conteúdo nas discussões, encontros, reuniões e na própria dinâmica do curso, buscando cada vez mais a participação, o envolvimento dos professores e dos alunos quanto à conduta pedagógica e acadêmica mais adequada para alcançar os objetivos propostos.

O envolvimento da comunidade acadêmica no processo de construção, aprimoramento e avaliação do curso vêm imbuídos do entendimento de que a participação possibilita o aperfeiçoamento do mesmo. Nessa direção, cabe ao cabe ao Colegiado, a partir da dinâmica em que o Projeto Pedagógico é vivenciado, acompanhar a sua efetivação e coerência junto ao Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional, constituindo-se etapa fundamental para o processo de aprimoramento.

A divulgação, socialização e transparência do PPC contribuem para criação de consciência e ética profissional, no aluno e no professor, levando–os a compreender que fazem parte da Instituição e a desenvolver ações coadunadas ao que preconiza o referido documento.

Visando ao aperfeiçoamento do processo, os resultados das avaliações são analisados pela Diretoria de Graduação - DG**,** para implementação de alternativas que contribuam à melhoria das ações. Nesse sentido, as dificuldades evidenciadas são trabalhadas

pela Coordenação do Curso e pela DG, que orienta os professores com vistas ao aprimoramento de suas atividades, promovem cursos de aperfeiçoamento e dão suporte nas fragilidades didático-pedagógicas.

A Diretoria de Graduação também é responsável pela análise e implementação de modelos acadêmicos, desenvolvimento de capacitações, tecnologias educacionais, organização de Jornadas e Semanas Pedagógicas, acompanhamento e atualizações do Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico de Curso junto às coordenações, garantindo qualidade e adequação às diretrizes curriculares e normas institucionais.

Anexo Política de Avaliação Contínua – PAIC e Comissão de Avaliação Institucional Contínua- CAIC e Programa de Formação Docente.

6.12.4 ENADE

A Instituição considera os resultados da auto avaliação e a avaliação externa para o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade dos cursos. Nessa direção, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constitui-se elemento balizador da qualidade da educação superior.

A Coordenação do curso, o Colegiado e o NDE realizam análise detalhada dos resultados dos Relatórios do Curso e da Instituição, Questionário Socioeconômico e Auto Avaliação Institucional do Curso, identificando fragilidades e potencialidades, com a finalidade de atingir as metas previstas no planejamento estratégico institucional, bem como, elevar o conceito do curso e da instituição junto ao Ministério da Educação.

Visando conscientizar os alunos da importância da avaliação, a UNIT implantou o Projeto ENADE constituído de atividades que envolvem orientação e preparação, nos aspectos acadêmicos e psicológicos. Com o objetivo de fornecer apoio e motivação para os discentes na realização do exame, foi realizada também, uma parceria com a Clínica de Psicologia da instituição.

Além disso, visando o aperfeiçoamento do processo, os resultados das avaliações são analisados pela Coordenação de Avaliação e Acreditação e Diretoria de Graduação, para implementação de alternativas que contribuam para a excelência das ações. Nesse sentido, as dificuldades evidenciadas são trabalhadas pela Coordenação do Curso que orienta os professores com vista ao aprimoramento de suas atividades, promovendo cursos de aperfeiçoamento e dando suporte nas fragilidades didático-pedagógicas.

Desse modo, encontram-se previstas e implementadas diversas ações decorrentes dos processos de avaliação do Curso conforme descrição: Ampliação da participação dos alunos nas Capacitações e Simulados; Divulgação do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico - NAPPS, para alunos e docentes; Ampliação no número de professores do curso no Programa de Capacitação e Qualificação Docente; Ampliação da participação de professores e alunos no processo de avaliação interna; Ampliação do número de mestres e doutores e do regime de trabalho dos docentes do curso, com vistas ao atendimento do referencial de qualidade; Atualização e ampliação do acervo bibliográfico do curso e intensificar sua utilização; Ampliação número de laboratório e equipamentos, promoção de ações efetivas de utilização e acompanhamento.

Em anexo: Programa de Avaliação Institucional Contínua – PAIC, Comissão de Avaliação Institucional Contínua- CAIC e Programa de Capacitação e Qualificação Docente.

7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DOCENTE E DISCENTE NO PROCESSO PEDAGÓGICO

A participação do corpo docente e discente no Projeto do Curso é obtida pela reflexão das ações com vistas a uma conduta pedagógica e acadêmica que possibilite a consecução dos objetivos nele contidos, bem como da divulgação do PPI, ressaltando a importância dos documentos como agentes norteadores das ações da instituição, dos cursos e das atividades acadêmicas.

A participação de todos (docentes e discentes) no processo de construção, execução e aprimoramento do PPC vem imbuída da concepção de que a conhecimento possibilita aperfeiçoamento, divulgação, socialização e transparência, de modo a contribuir para criação de consciência e ética profissional, com vistas a compreensão e desenvolvimento de ações coadunadas ao que preconiza o referido documento.

Nessa direção, as instâncias consultivas e deliberativas como o Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE e o Conselho Superior de Administração – CONSAD, possuem representantes dos diversos segmentos da instituição e a alternância dos mesmos anualmente, vislumbra a participação representativa dos diversos atores. Nessas instâncias, participam a Diretoria de Graduação, Coordenação de Extensão, Pós-Graduação e Pesquisa, além da Superintendência Acadêmica, Diretoria Administrativa, e demais representantes de órgãos que se relacionam direta e indiretamente com as atividades

acadêmicas, com o objetivo de desenvolver integralmente as funções universitárias de ensino/pesquisa/extensão.

No âmbito do curso, o Núcleo Docente Estruturante, o Colegiado, por meio de seus representantes do Corpo Docente e discente são constantemente envolvidos nas decisões acadêmicas, onde são discutidas e deliberadas questões peculiares à vida universitária, objetivando o aprimoramento das atividades.

A interação entre ensino e pesquisa é de suma importância para o desenvolvimento do futuro profissional, sendo a iniciação científica o primeiro passo para a concretização deste ideal. Com esse intuito, foi implantado o Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Tiradentes (PROBIC-UNIT) do qual participam professores e alunos da UNIT.

As bolsas de iniciação científica foram implantadas na instituição, inicialmente através de um programa mantido com recursos próprios e organizado por meio de critérios e normas que se pautaram pela transparência e acuidade através de Editais amplamente divulgados na Instituição.

Desta forma, a Universidade Tiradentes incentiva a participação dos discentes em projetos de pesquisa, visando o desenvolvimento e a transformação regional. Além disso a IES está investindo na formação de Grupos de Pesquisa, baseados na interdisciplinaridade de suas áreas de atuação. Atualmente temos 09 Grupos de Pesquisa sendo desenvolvidos por docentes do curso e do NPGD.

Ressalta-se que diversos alunos participam voluntariamente das pesquisas desenvolvidas na Instituição, principalmente no Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP) e outros setores da IES, bem como de monitoria remunerada ou voluntária, projetos de pesquisa, projetos de extensão, estágios extracurriculares e eventos acadêmicos.

A articulação do ensino, pesquisa e extensão é determinante para a formação do profissional reflexivo, comprometido com a transformação social e o desenvolvimento regional. Nessa direção, o corpo docente do Curso de Direito, liderado pelo seu Coordenador procura estimular a participação dos discentes nas diferentes atividades da vida acadêmica, como Iniciação Científica, participação em projetos de pesquisa institucionalizados ou não, monitorias remuneradas ou voluntárias, projetos de extensão, eventos e estágios extracurriculares.

A participação dos professores e alunos no Colegiado do Curso se dá a partir das representantes titulares e suplentes, os quais possuem mandatos e atribuições regulamentados pelo Regimento Interno da Universidade.

Os professores do curso participam sistematicamente de reuniões acadêmicas e administrativas, nas quais são discutidas e deliberadas questões peculiares à vida universitária, objetivando o aprimoramento das atividades. Desses fóruns participam também os Diretores de Graduação, Assuntos Comunitários e Extensão, Pós-Graduação e Pesquisa, além da Superintendência Acadêmica, Diretoria Administrativa e demais representantes de órgãos que se relacionam direta e indiretamente com as atividades acadêmicas, com o objetivo de desenvolver integradamente as funções universitárias de ensino – pesquisa – extensão.

Os professores e os alunos são ainda representados, mediante processo eleitoral, no Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE e no Conselho Superior de Administração – CONSAD, com a alternância de representantes anualmente.

No processo de construção do Projeto Pedagógico do curso de Direito valorizou-se a participação dos corpos docentes e discentes, seja através de reuniões periódicas através do Colegiado e dos representantes de sala, seja ainda através de cursos de capacitação promovidos pela Universidade através das Pró Reitorias, na perspectiva de envolvimento e comprometimento dos que fazem o Curso.

A participação e o acompanhamento na execução do Projeto Pedagógico do Curso têm se efetivado, por meio de palestras, seminários, reuniões entre outros, com o corpo docente e discente para que a prática de ensino em cada disciplina atenda e esteja articulada com a concepção, os objetivos e o perfil profissiográfico do Projeto Pedagógico. O comprometimento do corpo docente e discente com o Projeto Pedagógico tem sido obtido através de divulgação do seu conteúdo no Curso, buscando a participação dos professores e estudantes no que se refere principalmente à determinação da conduta pedagógica e acadêmica mais adequada para alcançar os objetivos nele contidos.

A Universidade Tiradentes oferta regularmente bolsas de Monitoria e de Iniciação Científica, como parte do processo participativo do aluno nas atividades regulares de ensino e pesquisa, cabendo aos Cursos a divulgação semestral dos editais para seleção de alunos e preenchimento de vagas de monitoria, de acordo com as necessidades das disciplinas, exercendo atividade remunerada ou voluntária.

Anexo, segue o Programa de Acompanhamento do PDI, Manual de Monitoria da IES, Política de Publicações Acadêmicas, Programa de Formação Complementar e de Nivelamento Discente, Política de Pesquisa e Pós-Graduação, Edital de Seleção de Projetos de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UNIT nº 01/2008, Edital de Seleção de Projetos de Iniciação Científica – PROBIC/UNIT nº 01/2008 e Política de Implantação Lato Sensu.

7.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Em conformidade com as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) em sua Resolução nº 1 de 17/06/2010, o Curso de Direito da UNIT conta com Núcleo Docente Estruturante – NDE que é um órgão consultivo da coordenação do curso, responsável pelo processo de concepção, implementação, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. O Núcleo Docente Estruturante é constituído por 05 (cinco) docentes do curso, dos quais 80% possuem titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu e 100% possui tempo integral e ou parcial na IES. A nomeação é efetuada pela Reitoria para executar suas atribuições e atender a seus fins, tendo o coordenador do curso como presidente. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante NDE:

I. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação;
II. Participar da revisão e atualização periódica do projeto pedagógico do curso, submetendo-o a análise e aprovação do Colegiado de Curso;
III. Propor permanente revisão ao que se refere a concepção do curso, definição de objetivos e perfil de egressos, metodologia, componentes curriculares e formas de avaliação em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
IV. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
V. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as atividades de ensino constantes no currículo;
VI. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as Diretrizes Curriculares;
VII. Analisar os planos de ensino dos componentes curriculares dos cursos, sugerindo melhorias e atualização;
VIII. Propor alternativas de melhoria a partir dos resultados das avaliações internas e externas dos cursos em consonância com o Colegiado;
IX. Assessorar a coordenação do curso na condução dos trabalhos de alteração e reestruturação curricular, submetendo a aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
X. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada.

XI. Acompanhar as atividades do corpo docente no que se refere às Práticas de Pesquisa e Práticas de Extensão;

XII. Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo corpo docente, sobretudo no que diz respeito à integralização dos Planos de Ensino e Aprendizagem e Plano Integrado de Trabalho;

XIII. Elaborar semestralmente cronograma de reuniões;

XIV. Encaminhar relatórios semestrais a coordenação do curso sobre suas atividades, recomendações e contribuições.

XV. Propor alternativas de integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos nos respectivos projetos pedagógicos e nas Diretrizes Curriculares Nacionais;

Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral e para o curso de Direito da UNIT são compostos de:

DOCENTES	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Mario Jorge Tenório Fortes Júnior	Mestre	Integral
Vilobaldo Cardoso Neto	Mestre	Parcial
Grasielle Borges Vieira de Carvalho	Mestre	Integral
Luciana Rodrigues Passos Nascimento	Mestre	Parcial
Ellen de Oliveira Fumagali	Mestre	Parcial
Marlton Fontes Mota	Mestre	Integral

Quadro 02: Composição do NDE

7.2. Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso constitui-se instância de caráter consultivo e deliberativo, cuja participação dos professores e estudantes ocorre a partir dos representantes titulares e suplentes, os quais possuem mandatos e atribuições regulamentados pelo Regimento Interno da Universidade Tiradentes.

Composto pelo Coordenador do Curso, que o presidirá, e por representantes docentes, que desempenham atividades no curso, indicados pelo coordenador e referendados pela Reitoria, conta ainda com representantes do corpo discente, regularmente matriculados no Curso e indicados pelo Centro Acadêmico competente. Todos os membros do Colegiado possuem um mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos, à exceção do seu presidente,

o Coordenador do Curso, membro nato.

Nessa direção, o comprometimento do corpo docente e discente ocorre através da participação dos professores e alunos no que se refere principalmente à determinação da conduta pedagógica e acadêmica mais adequada para alcançar os objetivos acadêmicos.

São atribuições do Colegiado do Curso de Direito:

I. Assessorar na coordenação e supervisão do funcionamento do curso;

II. Avaliar e aprovar as proposições de atualização do Projeto Pedagógico de Curso - PPC, encaminhadas pelo NDE;

III. Apreciar e deliberar sobre as sugestões apresentadas pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, pelos demais docentes e discentes quanto aos assuntos de interesse do Curso;

IV. Propor e validar alterações na estrutura curricular do curso observando os indicadores de qualidade determinados pelo MEC e pela instituição, quando for o caso;

V. Analisar e aprovar os Planos de Ensino e Aprendizagem, propondo alterações, quando necessário, encaminhadas pelo NDE;

VI. Analisar e aprovar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias próprias para o ensino das disciplinas do curso;

VII. Garantir que sejam estabelecidas e mantidas as relações didático-pedagógicas das disciplinas do curso, respeitando os objetivos e o perfil do profissional, definido no projeto pedagógico do curso;

VIII. Definir e propor as estratégias e ações necessárias e/ou indispensáveis para a melhoria de qualidade da pesquisa, da extensão e do ensino ministrado no curso, a serem encaminhadas à Diretoria de Graduação;

IX. Examinar e responder, quando possível, as questões suscitadas pelos docentes e discentes, ou encaminhar ao setor competente, cuja solução transcenda as suas atribuições.

X. Apresentar a coordenação propostas de atividades extracurriculares necessárias para o bom funcionamento do curso;

XI. Avaliar e emitir parecer sobre o Plano Individual de Trabalho - PIT, quando solicitado;

XII. Aprovar os projetos de pesquisa, de pós-graduação e de extensão relacionados ao Curso, submetendo-os à apreciação e deliberação;

XIII. Colaborar com os diversos órgãos acadêmicos nos assuntos de interesse do Curso;

XIV. Analisar e decidir os pleitos quebra de pré-requisitos e adaptação de disciplinas, mediante requerimento dos interessados;

XV. Deliberar sobre aproveitamento de estudos quando solicitado pelos alunos;

XVI. Manter registrado todas as reuniões e deliberações, através de atas que devem ser devidamente arquivadas

Atualmente o corpo docente e discente do curso é representado pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DOCENTES	
Titulares	Prof. Mario Jorge Tenório Fortes Júnior
	Prof. Wladimir Correa e Silva
	Prof. Helder Leonardo de Souza Góes
	Prof. Diogo de Calasans Melo Andrade
Suplente	Profa. Acácia Gardênia Santos Lélis
Suplente	Prof. José Washington Nascimento de Souza
REPRESENTANTES DISCENTES	
Titular	Maurício Ettinger Freitas
Suplente	Jully Anny Barroso Oliveira

Quadro 03 – Composição do Colegiado

8. CORPO SOCIAL (CORPO DOCENTE E TÉCNICO – ADMINISTRATIVO)

8.1. Corpo Docente

O corpo docente do Curso de Direito é constituído por profissionais dotados de experiência e conhecimento na área que leciona e a sua seleção leva em consideração a formação acadêmica e a titulação, bem como o aproveitamento das experiências profissionais no exercício de cargos ou funções relativas ao universo do campo de trabalho que o curso está inserido, valorizando o saber prático, teórico e especializado que contribui de forma significativa para a formação do perfil desejado do egresso do curso.

A UNIT dispõe de um Plano de Carreira do Magistério Superior, cujo objetivo é estimular o alcance das metas e missão de cada curso, bem como de programa de qualificação docente, motivando-os para o exercício do magistério superior, aperfeiçoando exercício profissional.

O Plano de Carreira da Instituição contempla ascensão profissional horizontal (promoção sem mudar de função, entretanto com aumento nos rendimentos) e vertical (crescimento profissional em cargo e rendimento), bem como motivar o corpo docente e ser justo com os profissionais nos aspectos de qualificação profissional e dedicação à instituição – tempo de atividade como professor universitário na IES.

No sentido de motivar o professor à formação exigida para o exercício da docência, os dirigentes da Universidade Tiradentes, tem se concentrado em aprofundar o conhecimento, seja ele prático (decorrente do exercício profissional) ou teórico/epistemológico (decorrente do exercício acadêmico), através de Programas de Formação docente por meio de jornadas pedagógicas, oficinas e minicursos desenvolvidos ao longo dos períodos, que contribuem na formação exigida para a docência no ensino superior.

Estes programas voltados à formação pedagógica do professor universitário despertam naqueles que o realizam, o comprometimento com as questões educacionais, não se limitando aos aspectos práticos (didáticos ou metodológicos) do fazer docente, mas englobando dimensões relativas às questões éticas, afetivas e político-sociais envolvidas na docência, fundamentando-se numa concepção de práxis educativa e do ensino como uma atividade complexa, que demanda dos professores uma formação que supere o mero desenvolvimento de habilidades técnicas ou, simplesmente, conhecimento aprofundado de um conteúdo específico de uma área do saber.

O corpo docente do curso de Direito é composto por 88 (oitenta e oito) docentes dos quais 86,36% possuem titulação *stricto sensu*, destes, 20,45% são doutores. Dentre outras atividades são os responsáveis por analisar e atualizar os conteúdos dos componentes curriculares, além da bibliografia proposta para os respectivos planos de ensino relacionando-os a conteúdos de pesquisa de ponta, visando atingir aos objetivos das disciplinas e ao perfil proposto de formação do egresso.

O curso de Direito conta em seu quadro com 88 docentes sendo que destes, 86,361% possuem titulação *strictu sensu*. Deste quadro 39,77% possuem regime de trabalho em tempo parcial ou integral e todos têm ampla experiência no magistério superior.

O curso é composto por docentes com titulação de doutor, mestre e especialista

DOCENTES	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
ACÁCIA GARDÊNIA SANTOS LELIS	MESTRE	PARCIAL
ADRIANA MARIA ANDRADE	ESPECIALISTA	PARCIAL
AGRIPINO ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO	DOUTOR	HORISTA
ALISSON FONTES DE ARAGÃO	MESTRE	PARCIAL
ALYSSON SANTOS DE JESUS	MESTRE	INTEGRAL
ALVACI FREITAS RESENDE	DOUTOR	PARCIAL
ANA CRISTINA ALMEIDA SANTANA	DOUTOR	HORISTA
ANTONIO JOSE DE SANTANA	MESTRE	HORISTA
ARIEL SALETE DE MORAES JUNIOR	MESTRE	HORISTA
CAIO HUMBERTO FERREIRA DÓRIA DE SOUZA	MESTRE	HORISTA
CARLA JEANE HELFEMSTELLER COELHO DORNELLES	DOUTOR	INTEGRAL
CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO	DOUTOR	PARCIAL
CARLOS COSTA	MESTRE	HORISTA
CÉLIO RODRIGUES DA CRUZ	MESTRE	HORISTA
CLAUDIA LAIS COSTA DA SILVA CAMPOS	MESTRE	HORISTA
CLÁUDIO DIONÍZIO ROCHA SANTOS	DOUTOR	INTEGRAL
CLARA CARDOSO MACHADO JABORANDY	DOUTOR	INTEGRAL
CLÉCIA LIMA FERREIRA	DOUTOR	HORISTA
DANIEL NEVES PINTO	MESTRE	PARCIAL
DAVIDSON ALESSANDRO DE MIRANDA	MESTRE	INTEGRAL
DIOGO DE CALASANS MELO ANDRADE	DOUTOR	HORISTA
DIMAS PEREIRA DUARTE JUNIOR	DOUTOR	INTEGRAL
EDSON PAULO SANTOS LIMA	MESTRE	HORISTA
EDUARDO SANTIAGO PEREIRA	MESTRE	HORISTA
EDUARDO TORRES ROBERTI	MESTRE	HORISTA
ELLEN DE OLIVEIRA FUMAGALI	MESTRE	PARCIAL
FERNANDA OLIVEIRA SANTOS	MESTRE	HORISTA
FLÁVIA MOREIRA GUIMARÃES PESSOA	DOUTOR	INTEGRAL
FRANCIELE FAISTEL	MESTRE	HORISTA
FRANCISCO JOAQUIM BRANCO DE SOUZA FILHO	ESPECIALISTA	HORISTA
GABRIELA MAIA REBOUÇAS	DOUTOR	INTEGRAL
GRASIELLE BORGES VIEIRA DE CARVALHO	DOUTOR	INTEGRAL
GUILHERME DA COSTA NASCIMENTO	MESTRE	HORISTA
HENRIQUE RIBEIRO CARDOSO	DOUTOR	INTEGRAL
HELDER LEONARDO DE SOUZA GOES	MESTRE	PARCIAL
HORÁCIO VITALIANO LUCAS DOS SANTOS	MESTRE	HORISTA
ILZVER DE MATOS OLIVEIRA	DOUTOR	INTEGRAL

JADSON TAVARES DE JESUS	MESTRE	INTEGRAL
JEFFSON MENEZES DE SOUSA	MESTRE	HORISTA
JOELMA DOS SANTOS LIMA	MESTRE	HORISTA
JOHELINO MAGALHÃES DO NASCIMENTO	MESTRE	HORISTA
JORGE RAIMUNDO VALENÇA TELES DE MENEZES	ESPECIALISTA	PARCIAL
JORGE RENATO JOHANN	DOUTOR	PARCIAL
JOSE EDUARDO DE SANTANA MACEDO	MESTRE	HORISTA
JOSÉ FONTES FÉLIX	MESTRE	HORISTA
JOSÉ GOMES DE BRITTO NETO	MESTRE	HORISTA
JOSÉ WASHINGTON NASCIMENTO DE SOUZA	MESTRE	HORISTA
JULIANE STRADA	MESTRE	HORISTA
JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO RABELO	MESTRE	HORISTA
KARINA FERREIRA SOARES DE ALBUQUERQUE	MESTRE	HORISTA
KELLEN JOSEPHINE MUNIZ DE LIMA	MESTRE	HORISTA
LUCIANA RODRIGUES PASSOS NASCIMENTO	MESTRE	PARCIAL
LUIZ RICARDO SANTANA DE ARAÚJO JÚNIOR	MESTRE	HORISTA
MANOEL COSTA NETO	ESPECIALISTA	PARCIAL
MARCIA MARIA CAVALCANTI MACEDO	MESTRE	PARCIAL
MARCIO CESAR FONTES SILVA	MESTRE	PARCIAL
MARCOS ALEXANDRE COSTA DE SOUZA PÓVOAS	MESTRE	PARCIAL
MARIA ANÁBER MELO E SILVA	DOUTOR	HORISTA
MARIA LÚCIA RIBEIRO DOS SANTOS	MESTRE	HORISTA
MARIA LUIZA FIGUEIREDO HEINE	DOUTOR	HORISTA
MARIA SOCORRO CARVALHO MOURA	MESTRE	HORISTA
MARILIA MENDONÇA MORAIS SANT'ANNA	MESTRE	PARCIAL
MARLTON FONTES MOTA	MESTRE	INTEGRAL
MARIO JORGE TENÓRIO FORTES JÚNIOR	MESTRE	INTEGRAL
MARTHA FRANCO LEITE	MESTRE	INTEGRAL
MAURÍCIO GENTIL MONTEIRO	MESTRE	PARCIAL
MICHELLE MARRY COSTA CAMPOS	MESTRE	PARCIAL
MILDES FRANCISCO DOS SANTOS FILHO	MESTRE	HORISTA
NELSON TEODOMIRO SOUZA ALVES	MESTRE	HORISTA
PATRÍCIA VERÔNICA NUNES CARVALHO SOBRAL	DOUTOR	PARCIAL
PAULO GOMES DE LIMA JÚNIOR	MESTRE	PARCIAL
RAFAEL ARAUJO DE SOUSA	ESPECIALISTA	HORISTA
RAFAEL SOARES DE CERQUEIRA	ESPECIALISTA	PARCIAL
RAIMUNDO JOSÉ OLIVEIRA VEIGA	ESPECIALISTA	HORISTA
RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO	DOUTOR	INTEGRAL
RENATA MENDONÇA MORAIS BARBOSA MARINS	MESTRE	HORISTA
RENATO CARLOS CRUZ MENESES	ESPECIALISTA	HORISTA

RITA DE CASSIA BARROS DE MENEZES	MESTRE	PARCIAL
RIVALDO SALVINO DO NASCIMENTO FILHO	ESPECIALISTA	HORISTA
RONALDO ALVES MARINHO DA SILVA	MESTRE	INTEGRAL
ROSANE BEZERRA DO NASCIMENTO	MESTRE	HORISTA
SAMYLE REGINA MATOS OLIVEIRA	MESTRE	HORISTA
TANISE ZAGO THOMASI	DOUTOR	HORISTA
TATIANA DE CARVALHO SOCORRO	DOUTOR	HORISTA
ULISSES PEREIRA RIBEIRO	MESTRE	PARCIAL
VITOR COSTA OLIVEIRA	MESTRE	PARCIAL
VILOBALDO CARDOSO NETO	MESTRE	PARCIAL
WLADIMIR CORREA E SILVA	MESTRE	INTEGRAL

Quadro 04 – Composição Quadro Docente

Anexo, Plano de Carreira do Magistério Superior, Programa de Capacitação e Qualificação Docente, Programa de Acompanhamento Docente.

8.2 Corpo Técnico Administrativo

Selecionado a partir de critérios coerentes com as atividades profissionais que irão desempenhar, o corpo administrativo e pedagógico do curso é selecionado, considerando os conhecimentos específicos e necessários a atuação, com vistas ao bom andamento dos trabalhos acadêmicos. Desse modo, vislumbra-se nesses profissionais a formação, experiência e atuação compatível com função.

O quadro funcional que dá assistência às atividades administrativas ao curso de Direito é composto por:

Coordenador do Curso: O Curso de Direito é coordenado pelo professor Me. Mario Jorge Tenório Fortes Júnior. Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)(2014), possui Especialização em Direito Processual pela Escola Superior de Magistratura de Alagoas(2007) e Graduação em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (2003). Além da formação na área processual e constitucional, tem experiência profissional com ênfase em Direito Público: Direito Tributário, Administrativo, Financeiro e Constitucional. Exerce ainda a advocacia no campo do direito público, em causas sindicais e de movimentos sociais. Professor da Universitário Tiradentes desde o ano de 2009, assumiu a coordenação do curso de Direito Aracaju, no primeiro semestre de 2018.

O Coordenador desenvolve suas atividades em tempo integral, dedicadas a gestão do curso, desenvolvendo as seguintes atividades:

– Atualização do Projeto Pedagógico do Curso e promovendo a implantação e a execução da proposta de curso, avaliando continuamente sua qualidade juntamente com o corpo docente e com os alunos;

– Acompanhamento e cumprimento do calendário acadêmico;

– Elaboração da oferta semestral de disciplinas e atividades de trabalhos finais de graduação e estágios, vagas e turmas do curso;

– Participação na qualidade de presidente nas reuniões do Colegiado e NDE, coordenando suas atividades e fazendo cumprir as decisões e as normas emanadas dos órgãos da administração superior;

– Orientação e supervisão do trabalho docente relacionados aos registros acadêmicos para fins de cadastro de informações dos alunos nos prazos do Calendário de Atividades de Graduação;

– Elaboração do planejamento semestral de eventos e atividades complementares do curso;

– Análise dos processos sobre os pedidos de revisão de frequência e de prova, aproveitamento de disciplinas, transferências, provas de segunda chamada e demais processos acadêmicos referentes ao curso;

– Participação no processo de seleção, admissão, treinamento e afastamento de professores, vinculados ao curso;

– Providenciar a substituição de professores nos casos de faltas planejadas;

– Incentivo a participação da comunidade acadêmica nas avaliações internas (nominal docente e institucional);

– Atendimento e orientação de ordem acadêmica aos alunos;

– Participação nas ações institucionais voltadas à captação, fixação e manutenção de alunos;

– Providenciar todos os trâmites para o reconhecimento/renovação de reconhecimento de curso junto ao MEC;

– Liderar e participar efetivamente dos processos de avaliação *in loco* externas do MEC e desempenho das demais funções que lhes forem atribuídas no Estatuto/Regimento da UNIT.

Coordenação Adjunta: A coordenadora Adjunta do curso de Direito é a professora Ma. Martha Franco Leite, Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes - UNIT. Especialista em Didática do Ensino Superior e em Direito Processual. Professora de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu. Pesquisadora dos grupos de pesquisa: Acesso à justiça, direitos humanos e resolução de conflitos e Execução Penal, ativos no diretório do CNPq. Professora do curso de graduação em Direito da Universidade Tiradentes desde o ano de 2007, no segundo semestre de 2017 assumiu a coordenação adjunta, auxiliando na gestão do curso, com carga horária de 40h.

Diretora do D.A.A.

A diretora do Departamento de Assuntos Acadêmicos, Ângela Sanches Peres Leal. Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física, pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP (1995), especialização em Gestão de Marketing pela Universidade Tiradentes (2004). É colaboradora da Universidade Tiradentes desde 1998. Possui experiência em Gestão Acadêmica, Comissão de Processo Seletivo, Projetos de Extensão, Controle Orçamentário, Processos de Recursos Humanos.

Assessoria Pedagógica da Diretoria de Graduação:

A Assessoria Pedagógica da Diretoria de Graduação para o curso de Direito é exercida pela pedagoga professora Michelline Roberta Simões do Nascimento, Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes

O curso conta hoje com três colaboradores ligados diretamente à Coordenação do Curso, no acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas:

- Professor Marlton Fontes Mota – Responsável pelo setor de TCC e Processos do Curso de Direito - Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes - SE (2012), Especialista em Direito Processual Civil - Faculdade Unhyana - BA (2007) e Graduado em Direito pela Universidade Tiradentes em Sergipe (2002). Também é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Tiradentes de Sergipe (1992). É professor do Curso de Direito da Universidade Tiradentes – SE. Atualmente é coordenador da escola superior de advocacia (ESA) - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Sergipe (SE), Conselheiro Estadual OAB/SE. com 25 anos de experiência profissional e 11 anos em atuação pedagógica.

- Professora Márcia Regina Marques Paiva – Responsável pelo setor Pedagógico do Curso de Direito - Especialista em Psicopedagogia Educacional e Graduada em Pedagogia, com 40 anos de experiência profissional na área administrativo/educacional e 28 anos em atuação pedagógica.

- Professor Davidson Alessandro de Miranda – Responsável pelo Núcleo de Práticas Jurídicas – Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara (2014). Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Izabela Hendrix (2006). Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna (UIT - 2004). Professor e tutor de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos, Franchising, Relações Institucionais e Gestão de Projetos. Professor do curso de graduação em Direito na Universidade Tiradentes, com 13 anos de experiência profissional e 13 anos em atuação pedagógica.

O curso de Direito possui ainda, dois assessores e uma assistente, ligados diretamente ao apoio à Coordenação, Setor Pedagógico, docentes e discentes do curso.

Assessores Administrativos

- Ana Cristina Santos de Andrade, a colaboradora possui graduação em Letras e atua no corpo técnico administrativo desde 1991.
- Rafael Costa Santos, o colaborador possui graduação em Tecnologia em Petróleo e Gás e atua no corpo técnico administrativo desde 2015.

Assistente Acadêmico

- Keliane dos Santos Luz possui graduação em Gestão de Recursos Humanos e atua no corpo técnico administrativo desde 2016.

9. FORMAS DE ATUALIZAÇÃO E REFLEXÃO

A Universidade Tiradentes, através da Superintendência Acadêmica e da Diretoria de Graduação, desenvolve programas de apoio didático-pedagógico aos docentes através de capacitações constantes com membros das comunidades externa e interna.

O Programa de Capacitação e Qualificação Docente implantado na Instituição desenvolve suas ações objetivando qualificar e capacitar os docentes em três modalidades: Capacitação Interna; Capacitação Externa e Estudos de Pós-Graduação.

Na UNIT, a formação continuada dos docentes constitui-se em um processo de atualização dos conhecimentos e saberes relevantes para o aperfeiçoamento da qualidade do ensino, caracteriza-se como uma exigência não apenas da instituição como também da sociedade contemporânea com vistas ao desenvolvimento de competências, habilidades e valores necessários à prática.

Nesse contexto, a Superintendência Acadêmica em parceria com a Diretoria de Graduação, priorizando o processo pedagógico como forma de garantir a qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão, desenvolve o **Programa de Formação Docente para o Ensino Superior**, com o objetivo promover ações pedagógicas que possibilitem aos docentes da uma formação permanente, como meio de reflexão do trabalho teórico-metodológico e aprimoramento das práxis, através de discussão e troca de experiências.

Devidamente articulado com programas de auxílio financeiro, busca estimular e aperfeiçoar o seu quadro docente possibilitando o acesso a informações, métodos, tecnologias educacionais/pedagógicas modernas.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação ofertados pela UNIT obedecem a uma política educacional centrada na visão global do conhecimento humano, realizada através do exercício da interdisciplinaridade e indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Nessa direção, esse documento é constantemente acompanhado e atualizado por todos seus atores nas diversas instâncias de representações.

A Diretoria de Graduação tem como finalidade acompanhar sistemática e qualitativamente as atividades do ensino de graduação, assessorando o NDE na elaboração/execução/avaliação dos respectivos projetos pedagógicos; prestar apoio pedagógico aos docentes e coordenadores de cursos – inclusive na elaboração/execução/avaliação dos Planos Individuais de Trabalho (PITs), desenvolver programas de educação continuada do corpo docente e desenvolvimento das competências deles demandadas pela sociedade contemporânea, dentre outros.

A coordenação e os docentes do curso de Direito estimulam a participação dos discentes nas diferentes atividades que dizem respeito à vida acadêmica, como o envolvimento dos alunos nas atividades promovidas pela coordenação do curso como, por exemplo, os projetos de extensão no planejamento, execução e avaliação.

A participação política dos discentes na instância do Curso de Direito também é valorizada e se dá de forma efetiva nas atividades acadêmicas realizadas. Os discentes são incentivados a participar de forma democrática e ativa na construção do Curso, seja pela participação dos representantes discentes nas reuniões pedagógicas, seja informalmente, através de críticas e sugestões diretamente manifestadas à coordenação do curso.

São promovidos encontros, seminários, entre outros com a participação de multiprofissionais no sentido de discutir temas relevantes no que diz respeito à educação, saúde, ética, cidadania e política, entre outros.

Na reunião de planejamento, que acontece no final de cada semestre letivo, o Coordenador convoca todos os professores do Curso para discutir, entre outros pontos, a atuação dos docentes em sala de aula; avaliações realizadas via *Internet* pelos alunos; mecanismos de aperfeiçoamento da atuação do docente em sala de aula (planejamento da prática ensino-aprendizagem); atualização dos conteúdos programáticos; elaboração do plano de ação do curso; avaliação do mercado profissional; além de avaliar o Projeto Pedagógico do Curso.

A Coordenação do Curso de Direito procura adotar elementos e procedimentos que aproximem educadores e educandos das realidades geográficas locais, regionais e nacionais, posicionando-se como instrumento de integração.

9.1 Modos de integração entre a Graduação e a Pós-Graduação

Os Cursos de Pós-Graduação, em nível de Especialização, vinculados às áreas de conhecimento relacionadas aos Cursos de Graduação, objetivam a continuidade do processo de formação, oportunizando o aprofundamento do conhecimento teórico e instrumental prático, relacionados aos diversos aspectos que envolvem os conhecimentos da área.

Institucionalmente, os cursos de especialização ***lato sensu*** estão vinculados a Diretoria de Pesquisa e Diretoria de Extensão, porém, mantêm vínculos com os cursos de graduação, embora em níveis e de formas diferenciadas. Os cursos *lato sensu* têm as suas formas de proposição de acordo com as diferentes manifestações teórico-práticas e tecnológicas aplicadas à área de graduação, de acordo com as demandas profissionais.

A Coordenação e NDE, a partir das características do processo formativo do curso de Direito, propõem cursos de especialização lato sensu aos seus egressos, objetivando o aprofundamento em campos de atuação no qual se situa o curso, os quais são ofertados pela Instituição oportunizando a continuidade da sua formação.

Os discentes do curso de Direito da Universidade Tiradentes tem a possibilidade ainda de ingressarem nos programas *stricto sensu*, a exemplo do Mestrado em Direitos Humanos, que tem como objetivo central desenvolver pesquisas e estudos avançados na área do Direito, com concentração em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva crítica, não eurocentrista, que contemple as experiências latino-americanas e as especificidades e potencialidades dos saberes locais, da cultura brasileira e das narrativas históricas que constituem a nossa tradição, para o enfrentamento de dimensões que atualmente geram importantes desafios ao universo jurídico: as complexidades sociais, as novas tecnologias e o ambiente natural.

Em anexo: Política de Implantação de Cursos de Pós Graduação Lato Sensu.

ESTRATÉGIAS DE APOIO AO DISCENTE PREVISTAS E IMPLEMENTADAS

10. APOIO AO DISCENTE

A UNIT empreende uma excepcional Política de apoio, orientação e acompanhamento ao Discente, oferecendo condições extremamente favoráveis à continuidade dos seus estudos, independentemente de sua condição física ou socioeconômica. Tais preceitos estão contemplados nos documentos institucionais e em particular no PPI, quando expressa que: ***"A educação como um todo deve ter como objetivo fundamental fazer crescer as pessoas em dignidade, autoconhecimento, autonomia e no reconhecimento e afirmação dos direitos da alteridade" (principalmente entendidos como o direito à diferença e à inclusão social).***

A implementação desse princípio se consubstanciou na elaboração de políticas e programas, dentre os quais se destacam: Financiamento da Educação: FIES, PROUNI e bolsas de desconto ofertadas pela própria Instituição; Apoio pedagógico: Projeto Mentoria, Política de Monitoria, Programa de Bolsas de Iniciação Científica, Intercâmbio, Atividades de Participação em Centros Acadêmicos, Programa de Inclusão Digital, Curso de línguas, Política Geral de Extensão, Política de Publicações Acadêmicas e Política de Estágio; Apoio médico: Departamento Médico, Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial – NAPPS e Programa de Acompanhamento de Egressos.

10.1. Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial

O Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial - NAPPS tem como finalidade atender ao corpo discente, integrando-os à vida acadêmica, a Unit oferece um importante serviço que objetiva acolhê-lo e auxiliá-lo a resolver, refletir e enfrentar seus conflitos emocionais, bem como suas dificuldades a nível pedagógico. O Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial - NAPPS é constituído por uma equipe excelentemente preparada e multidisciplinar que busca contribuir para o desenvolvimento e adaptação do aluno à vida acadêmica, a partir de uma visão integradora dos aspectos emocionais e pedagógicos.

Nessa perspectiva, são desenvolvidas diversas ações, entre as quais:

- **atendimento individualizado -** destinado a estudantes com dificuldade de relacionamento interpessoal e de aprendizagem, visando a identificação da área problemática: profissional, pedagógica, afetivo-emocional e/ou social, envolvendo a escuta do docente quanto à situação;

- **acompanhamento extraclasse** - para estudantes que apresentam dificuldades em algum componente curricular, mediante reforço personalizado desenvolvido por professores das diferentes áreas;
- **encaminhamento para profissionais e serviços especializados** - caso seja necessário, a exemplo da Clínica de Psicologia, vinculada ao curso de Formação de Psicólogo da Instituição, onde os discentes podem receber atendimento especializado gratuito. Vale salientar que tal iniciativa inscreve-se nos debates da Unit sobre o direito de todos à educação e na igualdade de oportunidades de acesso e permanência nessa modalidade de ensino.

Vale salientar que tal iniciativa inscreve-se nos debates da UNIT sobre o direito de todos à educação e na igualdade de oportunidades de acesso e permanência nessa modalidade de ensino. Outro aspecto que merece destaque é que a Universidade Tiradentes estruturou todos os seus *campi* no que se refere à mobilidade dos seus discentes disponibilizando rampas de acesso, elevadores, piso tátil, banheiros adaptados, vagas específicas de estacionamento, entre outros o que demonstra o olhar atento da UNIT as questões de igualdade de oportunidades de acesso e permanência na Educação Superior bem como contempla a Educação em Direitos Humanos como parte do processo educativo, a IES adota como referência a Norma Técnica 9050/2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em relação aos alunos com deficiência visual, a IES está comprometida, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, a proporcionar sala de apoio contendo: máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada a computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; acervo bibliográfico em fitas de áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, réguas de leitura; scanner acoplado a um computador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em braile. Quanto aos alunos com deficiência auditiva, a IES está igualmente comprometida desde o acesso até a conclusão do curso, e disponibiliza intérpretes de língua brasileira de sinais.

Ressalta-se ainda que o NAPPS é o setor responsável por acompanhar e atender ao que estabelece a **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012** que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista fazendo o acompanhamento especializado dos estudantes com tais necessidades.

10.2. Programa de Formação Complementar e de Nivelamento Discente

A Universidade Tiradentes - UNIT prevê em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ações e políticas para formação complementar e de nivelamento discente. O referido programa encontra-se na pauta das medidas tomadas pela UNIT que buscam soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência dos alunos no ensino superior dados as fragilidades da educação básica, que interferem no desenvolvimento acadêmico. Neste sentido, sistematiza e fixa ações que já fazem parte do processo histórico da Universidade Tiradentes e que estão presentes na sua missão institucional, com o objetivo de contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos

O Programa de Formação Complementar e Nivelamento Discente da Universidade Tiradentes se justifica, em razão das próprias políticas nacionais, para o ensino superior, que estabelecem condições institucionais mínimas para o atendimento processual e permanente aos discente. Dessa forma, as políticas de apoio ao estudante na UNIT são viabilizadas, fundamentalmente, pela Superintendência Acadêmica por intermédio da sua equipe pedagógica, que implementa, junto às coordenações, as políticas de atendimento e relacionamento com os estudantes. Estas atividades são sistematizadas por meio da promoção, execução e acompanhamento de programas e projetos que contribuam para a formação dos alunos, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

Incorpora também a adoção de mecanismos de recepção e acompanhamento dos discentes, criando condições para o acesso e permanência no ensino superior. Para tal são objetivos do Programa:

Objetivo Geral

Promover a integração e a generalização de conhecimentos e saberes por meio de disciplinas, programas, projetos e outras atividades educacionais específicas relacionadas aos cursos ofertados pela instituição.

Específicos:

I – Oferecer disciplinas especiais e conteúdos básicos e complementares de forma presencial ou *on line,* através do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA*;*

II – Promover a ampliação de conhecimentos por meio da constante atualização do processo formativo através de projetos, programas e outras atividades de formação complementar com vistas aos mecanismos de nivelamento;

III – Possibilitar o exercício da reflexão em grupos heterogêneos, quanto à formação básica e complementar.

IV - Identificar alunos com carências educacionais e realizar ações de superação das dificuldades;

V - Realizar ações de acompanhamento aos alunos que necessitam de atendimento especial;

VI - Contribuir para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, visando à utilização de forma integrada dos recursos intelectuais, psíquicos e relacionais.

A Universidade Tiradentes desenvolve mecanismos de nivelamentos e formação continuada com vistas a favorecer o desempenho de forma integral e continuada dos acadêmicos. Esse mecanismo é compreendido pelos seguintes serviços:

- Oferta de monitoria para disciplinas com maior percentual de evasão identificadas a partir de diagnostico gerado pelo sistema Magister;
- Oferta do Programa de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa, visando aprimorar o uso da língua portuguesa para desenvolvimento de competências e habilidades de interpretação e escrita de textos;
- Oferta do programa de Aperfeiçoamento em Matemática Básica, utilizando as ferramentas do KAN ACADEMY
- Oferta de disciplinas de formação complementar;
- Oferta de cursos *on line*, em Ambiente Virtual de Aprendizagem, em consonância com as demandas de nivelamento de estudos;
- Oferta de minicursos e oficinas específicas por área de conhecimento nos eventos promovidos, tanto institucionalmente, quanto nas semanas de curso, de caráter acadêmico – científico – cultural;
- Semana de Acolhimento Discente.

A oferta de disciplinas de formação complementar, nivelamento discente, bem como da oferta de monitoria, será formalizada a partir das demandadas específicas de cada curso de graduação da Universidade Tiradentes.

10.3 Programa de Integração de Calouros

A UNIT empreende sua política de apoio e acompanhamento ao discente, oferecendo condições favoráveis à continuidade dos estudos independentemente de sua condição física ou socioeconômica. Para tal, oferta a todos os alunos ingressantes nos cursos de graduação da instituição o Programa de Integração de Calouros em auxilio ao discente em sua trajetória universitária, tal proposta tem como finalidade o enriquecimento do perfil do aluno nas mais variadas áreas do conhecimento, essências para a formação geral do indivíduo e a

integração e generalização de conhecimentos e saberes por meio de disciplinas relacionadas aos cursos ofertados pela instituição.

O Programa de Integração de Calouros tem como objetivo principal oferecer um acolhimento especial aos ingressantes, viabilizando sua rápida e efetiva integração ao meio acadêmico e encontra-se estruturado em dois módulos:

- **Módulo I** – Programa de Apoio Pedagógico Integrado – PAPI, ofertado através de componentes básicos de estudo em Matemática e Língua Portuguesa. Neste módulo os discentes ingressantes têm acesso a um conjunto de conteúdos fundamentais para melhor aproveitamento dos seus estudos no âmbito da universidade, a oferta é formalizada a partir das demandadas específicas de cada curso de graduação da Universidade Tiradentes;
- **Módulo II** – Por dentro da UNIT, ação que se caracteriza na socialização de informações imprescindíveis sobre o seu Curso e a Instituição. Neste módulo os alunos participaram de eventos e palestras onde podem conhecer o histórico, a infraestrutura, os processos acadêmicos, programas e projetos que a UNIT desenvolve.

Através do Programa de Apoio Pedagógico e Integração de Calouros os cursos desenvolvem ações diversificadas que visam um acolhimento integral dos estudantes, entre as atividades, ocorrem visitas aos espaços distintos da instituição, bem como aos laboratórios dos cursos e ainda atividades culturais.

Em anexo: Política de Acompanhamento e Orientação Discente

10.4. Monitoria

A política de Monitoria da UNIT tem como objetivo, oportunizar aos discentes o desenvolvimento de atividades e experiências acadêmicas, visando aprimorar e ampliar conhecimentos, fundamentais para a formação profissional; aperfeiçoar e complementar, as atividades ligadas ao processo de ensino, pesquisa e extensão e estimular a vocação didático-pedagógica e científica inerente à atuação dos discentes.

O Curso de Direito desenvolve semestralmente a política de Monitoria, possibilitando aos alunos do curso obter um aprimoramento dos conhecimentos adquiridos, além de vivenciar com os professores orientadores as atividades desenvolvidas em salas de aulas, através do atendimento aos alunos solucionando dúvidas referentes ás disciplinas e trabalhos de pesquisa, entre outras atividades pertinentes ao programa de monitoria.

O processo seletivo dá-se após a divulgação do Edital, expedido pela Diretoria de Graduação, onde os alunos submetem-se a provas escritas das disciplinas que foram divulgadas e entrevistas, para terem a oportunidade de se tornarem monitores. A monitoria pode ser remunerada ou voluntária, na qual fica estabelecida uma carga horária semanal a ser cumprida pelo discente (monitor). Os professores orientadores, juntamente com a Coordenação elaboram todo o processo seletivo, composto de prova, títulos e entrevista, e são aprovados os alunos que obtiverem melhor classificação. A cada semestre são selecionados entre 08 e 15 monitores para o curso. No último processo de seleção de monitoria foram selecionados os seguintes alunos:

CH Sem.	Aluno	Matrícula	Período	Disciplina	Orientador
16h	Ane Caroline dos Santos	1181141491	3º	Direito e Linguagem	Cláudia Laís
12h	Caio Bispo Santiago	1161103446	4º	Direito e Linguagem	Cláudia Laís
12h	Valdervan Santos Oliveira	1162142917	4º	Direito das Obrigações	Carlos Costa
16h	Gabriel Santana Vasco Viana	2141105417	9º	Direito Processual Penal II	Vilobaldo Neto
16h	Karine Mércia dos Santos Silva	1161167240	5º	Dos Contratos	Diogo Calasans
12h	Jully Anny Barrozo Oliveira	2141174770	9º	Direito Internacional	Samyle Matos
12h	Hannah Silva Linhares	2141111972	9º	Introdução ao Estudo do Direito	Marlton Mota
12h	Caroline Fontes Bispo	1161107590	5º	Dos Crimes em Espécie I	Grasielle Vieira
12h	Victória Rodrigues Barreto	1152104974	9º	Direito Processual Civil II	Martha Franco
12h	Daniel Ighor Leite Mota	2142149590	10º	Direito Processual Civil IV	Alisson Aragão
16h	Brisa Larissa Andrade Viana	2142123508	9º	Direito Constitucional I	Clara Machado
16h	Lara Costa Barroso Andrade de Oliveira	1151107449	7º	Direito Constitucional I	Clara Machado
12h	Marcos Henrique Menezes Dias	2141167587	9º	Direito Administrativo I	Patrícia Verônica

12h	Letícia Feliciana dos Santos Cruz	1151182890	7º	Direito das Coisas	Wladimir Correia
12h	Hilbert Melo Soares Pinto	1151108330	7º	Direito Processual Civil II	Alisson Aragão
12h	Nadine Hora da Silva	1161107786	5º	Dos Crimes em Espécie I	Ronaldo Marinho
08h	Matheus de Lima Andrade	2141179062	9º	Fundamentos e Teoria do Crime	Samyle Matos
08h	Lúcio Tenório de Santana	1161106585	5º	Fundamentos e Teoria do Crime	Samyle Matos
08h	Karine Caitano Fontes	1162149024	4º	Introdução ao Estudo do Direito	Marlton Mota
08h	Bruno Emmanuel Alves Lima	2141175067	10º	Introdução ao Estudo do Direito	Marlton Mota

Anexo: Política de Monitoria.

10.5. Internacionalização

O departamento de Internacionalização está vinculado à Reitoria da Universidade Tiradentes e ao Grupo Tiradentes, e tem por missão ampliar as possibilidades de alunos, professores e corpo administrativo se mobilizarem internacionalmente, através da realização de intercâmbios acadêmicos e científicos, proporcionando informação e oportunidades internacionais de estudo.

O setor de Internacionalização da UNIT oportuniza aos discentes, através de diversos convênios e programas, como o Programa de Intercâmbio Fellow Mundus, o Programa de Bolsas Ibero-americanas para Estudantes de Graduação – Santander Universidades, e outras iniciativas, o ingresso em instituições do exterior, ampliando assim o seu desenvolvimento internacional e sua percepção sobre os diferentes matizes que compõem o mundo globalizado.

Vale salientar que a Universidade Tiradentes, no ano de 2017, tornou-se a primeira instituição a atuar fora do Brasil com um centro de Educação Superior, o **Tiradentes Institute, no campus da Universidade de Massachusetts** – **UMass Boston,** que tem a missão de compartilhar conhecimento, inovação, ideias, cultura e línguas que ambas as instituições possuem. Vale salientar que A UMass Boston é referência em pesquisa e inovação no mundo.

10.6 Unit Carreiras

Trata-se de um espaço com foco na capacitação profissional, no gerenciamento e divulgação de oportunidades profissionais e de estágios, na orientação individual ao plano de carreira e na interação social, por meio das redes sociais.

O Serviço é destinado aos alunos e egressos da IES, de forma gratuita, que desejam colocação ou recolocação no mercado de trabalho. Sempre atuando de forma estratégica, a Unit Carreiras disponibiliza vagas de empregos e estágios, por meio de parcerias, com renomadas empresas no Estado e no país, além de oferecer diversos serviços, visando à capacitação profissional. O setor é responsável pelo desenvolvimento do Programa Acompanhamento de Egressos, bem como pelos eventos de empregabilidade e convênios para estágios extra curriculares.

10.7 Programa de Bolsas

A Unit possui programas de apoio aos seus discentes, nas diversas modalidades de ensino. Dentre as possibilidades, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, do Governo Federal, além de outros de natureza própria, tais como bolsas de extensão para participação em atividades, como, por exemplo, o Projeto Mentoria.

Também, destacam-se:

- Programa de Bolsa de Iniciação Científica, permite introduzir os estudantes de graduação com vocação no âmbito da pesquisa científica;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Extensão, que visa iniciar o estudante em atividades de iniciação científica e extensão desenvolvida pela IES;
- Programa de Apoio a Eventos e Capacitação, que subsidia a participação de discentes e docentes em atividades de aperfeiçoamento contínuo;
- Programa de Apoio Institucional à Pós-Graduação *Stricto Sensu*, que concede bolsas a discentes de mestrado e doutorado, contribuindo para a manutenção de padrões de excelência e eficiência dos Programas de Pós-graduação;

Todos os programas e ações implementadas na instituição podem receber recursos oriundos da Unit e/ou de agências de fomento e/ou parceiros institucionais. A Unit também disponibiliza aos seus discentes, formas de financiamento da educação por meio do FIES,

Financiamento Estudantil Facilitado – FIEF e o Pra-Valer, além de programas de descontos oriundos de convênios com empresas.

10.8 Ouvidoria

A Ouvidoria da Universidade Tiradentes, que se encontra implantada desde 2010, é órgão independente e tem a responsabilidade de tratar as manifestações dos cidadãos sejam eles alunos, fornecedores, colaboradores e sociedade em geral, registradas sob a forma de reclamações, denúncias, sugestões e/ou elogios. Trata-se de um canal de comunicação interna e externa.

Tem como objetivo oferecer ao cidadão a possibilidade irrestrita da interatividade, de forma rápida e eficiente. É uma atividade institucional de representação autônoma, imparcial e independente, de caráter mediador, pedagógico e estratégico, que permite identificar tendências para orientação e recomendação preventiva ou reativa, fomentando assim a promoção da melhoria contínua dos processos Institucionais.

Os atendimentos efetuam-se presencialmente, ou via telefone e site. A Ouvidoria traduz, por meio da estratificação dos dados registrados, as principais manifestações e demandas em relatórios demonstrados às Instâncias competentes, o que propicia análise e considerações para as providências necessárias, para a melhoria contínua das ações institucionais.

10.9 Acompanhamento dos Egressos

A Universidade Tiradentes instituiu como política o Programa de Acompanhamento do Egresso com a finalidade de acompanhar os egressos e estabelecer um canal de comunicação permanente com os alunos que concluíram sua graduação na Instituição, mantendo-os informados acerca dos cursos de pós-graduação e extensão, valorizando a integração com a vida acadêmica, científica, política e cultural da IES.

O programa também visa orientar, informar e atualizar os egressos sobre as novas tendências do mercado de trabalho, promover atividades e cursos de extensão, identificar situações relevantes dos egressos para o fortalecimento da imagem institucional e valorização da comunidade acadêmica.

O UNIT Carreiras**,** espaço dedicado aos alunos da graduação, pós-graduação e egressos tem foco na capacitação profissional, no gerenciamento e divulgação de oportunidades profissionais e de estágios, dando orientação individual ao plano de carreira. Foca também na interação social por meio das redes sociais. O serviço oferecido pelo UNIT Carreiras é destinado aos alunos de forma gratuita, que desejam colocação ou recolocação no mercado de trabalho, bem como empresas parceiras que buscam profissionais para seus quadros.

Anexo Regulamento do Programa de Acompanhamento do Egresso

FERRAMENTAS DE TECNOLOGIAS PREVISTAS E IMPLEMENTADAS

10.10. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs no processo ensino aprendizagem

As tecnologias da informação e comunicação podem ser definidas como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum e a sua utilização na educação presencial vem potencializando os processos de ensino – aprendizagem, além de possibilitar o maior desenvolvimento – aprendizagem – comunicação entre os envolvidos no processo.

Nessa direção, os alunos do curso de Direito da Universidade Tiradentes tem a oportunidade desde o primeiro período, de vivenciarem a utilização de ferramentas tecnológicas de Informação e Comunicação, no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo de modo interativo sua autonomia nos estudos acadêmicos. Além disso, é disponibilizado para os professores e estudantes o Sistema MAGISTER que oferece ferramentas aos docentes e discentes, tais como, postagem de avisos, material didático, fórum, chat das disciplinas do curso, propiciando maior comunicação e, consequentemente melhoria do processo de aprendizagem.

Outra funcionalidade do Portal MAGISTER da UNIT é a possibilidade do aluno acompanhar o Plano de Integrado de Trabalho do professor, as notas e frequências de modo a imprimir transparência das ações acadêmicas e pedagógicas no curso. Ainda há ferramenta que o aluno e professores possuem é o acesso à biblioteca on-line, podendo realizar pesquisa em livros ou periódicos acerca de assuntos sobre sua área de formação e/ou de interesse diversos. Além disso, são constantemente utilizadas ferramentas como datashow e outras mídias a exemplo de aulas nos laboratórios de informática.

A Universidade Tiradentes disponibiliza ainda o Sistema de Protocolo, onde o discente tem acesso para inserção de processos de petições de documentos, solicitação de revisão de notas, justificativas de faltas entre outros serviços, com acompanhamento on line de todos os pareceres. Desse modo, as várias formas de atualização do conhecimento são oportunizadas aos alunos do curso por meio da tecnologia da informação e comunicação, oportunizando a atualização e a atuação no mercado de trabalho.

Desta forma, afirmamos a adoção de alternativas didático-pedagógicas, tais como utilização de recursos audiovisuais e de multimídia em sala de aula, utilização de equipamentos de informática com acesso à Internet de alta velocidade, simulações por meio de softwares específicos às áreas de formação. Também é relevante as possibilidades oferecidas por inovações tecnologias, advindas dos Serviços do Google For Education.

Com estes recursos, os professores do curso de Direito passaram a ter acesso a versões limitadas do pacote educacional do aplicativo, incluindo o Drive, Gmail, Calendário e

Docs, entre outros, o que possibilita às mesmas inovações nas metodologias utilizadas no processo ensino aprendizagem, por meio de softwares colaborativos e da versatilidade proporcionada pelo Chromebooks, notebooks, tablets e smartphones. Também a IES conta com o Brightspace (da Desire2Learn), que propicia inovações no processo ensino-aprendizagem, por meio de ferramentas tecnológicas facilitadoras da construção do conhecimento, contribuindo, dessa forma, para a autonomia do discente.

10.11 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

As transformações advindas das tecnologias da informação e comunicação possibilitaram a criação de novos espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxos não lineares, que se reorganizam conforme os objetivos ou contextos nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva.

Atenta a este momento evolutivo da educação com a utilização das tecnologias é que a Universidade Tiradentes - UNIT proporciona aos estudantes da Graduação a oportunidade de ter no desenho curricular do seu curso disciplinas semipresenciais, cujas aulas são acompanhadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, um recurso que utiliza-se de várias mídias para divulgação, ampliação e interação entre os participantes, fazendo com que os mesmos construam conhecimento, desenvolvendo habilidades e competências necessárias para futuras atuações no mercado de trabalho - tendo como base de apoio a Metodologia da Educação a Distância.

O objetivo principal é possibilitar aos alunos da Graduação da Universidade Tiradentes a experiência de estudar utilizando os recursos das tecnologias da informação e comunicação, adaptando-se ao espírito do aprendizado aberto e a distância no cotidiano, além de uma educação colaborativa e ao mesmo tempo cooperativo em rede. Salienta-se que a oferta de disciplinas semipresenciais atende a Portaria do Ministério de Educação – MEC - nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004, revogada pela Portaria nº 1.134, de 10 de Outubro de 2016 que autoriza as instituições de ensino superior a ofertarem nos desenhos curriculares dos seus cursos, disciplinas na modalidade semipresencial, centrados na autoaprendizagem e com a mediação das TICs.

O suporte técnico e o acompanhamento pedagógico ocorrem em momentos presenciais organizados em: Seminário Introdutório – acontece no início de cada semestre letivo. Este momento é destinado a apresentação da metodologia de estudo da disciplina e do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Encontro Presencial Interativo – ocorre em cada Unidade

de estudo, objetivando ampliar a discussão dos conteúdos e possibilitar a interação entre aluno/aluno e aluno/professor. Os horários e locais dos encontros são disponibilizado no AVA da disciplina que o aluno está matriculado. Avaliação Presencial – é agendada pelo aluno de acordo com a sua disponibilidade e ainda em momentos a distância através de: Fóruns – recurso que possibilita a análise, discussão e troca de informações entre alunos e professor off-line, cujos temas fazem parte do material didático disponível no AVA, Chat – São encontros online que permite comunicação em tempo real entre professor e alunos, Medidas de Eficiência – ME - são questões objetivas contextualizadas online que estão disponíveis no AVA, Produção da Aprendizagem Significativa – PAS - tem caráter obrigatório e o objetivo é ser o fio condutor do processo de aprendizagem, Fale conosco – canal de comunicação para dirimir dúvidas de conteúdo, acadêmicas e técnicas.

A reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e os aspectos que envolvem a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional das mesmas ocorrem por meio de reuniões sistemáticas, do resultado das auto avaliações que resultam em ações de melhoria contínua na oferta. Para todo esse suporte é utilizado o Brightspace (da Desire2Learn) que possui um modelo de estruturação do sistema que é baseado por competências, desta forma o professor pode desenvolver suas atividades pedagógicas de forma mais estruturada e avaliando o desempenho do aluno com base nas competências e habilidades adquiridas. O Brightspace disponibiliza ainda uma série de agentes inteligentes que notificam os alunos de atividades, acesso, rendimentos atingidos, lembretes e etc. Estes agentes inteligentes possibilitam dar um acompanhamento individualizado para o aluno, o que irá estimular o aluno a acessar mais a sua sala de aula virtual, além de retirar esta tarefa do professor, que passará a dedicar o tempo desta atividade para a mediação online.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

11. CONTEÚDOS CURRICULARES

11.1. Adequação e Atualização

Para estabelecer a perfeita sintonia do curso de Direito, é realizada semestralmente a atualização do Projeto Pedagógico do Curso, pela Coordenação, NDE, Colegiado e Corpo Docente, realizando-se a análise dos conteúdos programáticos quanto às ementas, objetivos, metodologias e bibliografias, ajustando-as se necessário, passando estas adaptações inclusive pela criação de novas disciplinas ou modificação das já existentes, demonstrando assim a preocupação com a qualidade do curso e o acompanhamento da evolução e necessidades do campo de trabalho e perfil do egresso, bem como as mudanças ocorridas no âmbito da Legislação. Todas as adequações são realizadas com acompanhamento da Pedagoga do curso e da Pedagoga da Diretoria de Graduação.

11.2. Dimensionamento da carga horária das disciplinas

A carga horária das disciplinas está dimensionada com base nos objetivos gerais e específicos do curso e o perfil profissional do egresso, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as necessidades do contexto nacional, regional e local.

Assim, o curso de Direito tem hoje, uma carga horária distribuída da seguinte forma:

a) Carga Horária Teórica: 3.440 horas
b) Carga Prática: 160 horas
b) Estágio Supervisionado: 320 horas
c) Atividades Complementares: 400 horas

11.3. Adequação e atualização das ementas e planos de ensino

A elaboração, adequação e atualização das ementas das disciplinas e os respectivos planos de ensino do curso de Direito oferecido pela UNIT é resultado do esforço coletivo do Corpo Docente e Núcleo Docente Estruturante, sob a supervisão do Colegiado e Coordenação do Curso, tendo em vista a integração horizontal e vertical do currículo, no âmbito de cada período e entre os mesmos, considerando a multi, inter e transdisciplinaridade como paradigma que melhor contempla o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico.

Definidas as competências e habilidades a serem desenvolvidas; os conteúdos foram identificados e sistematizados na forma de ementas das disciplinas curriculares, considerando a produção recente na área. Vale ressaltar que as atualizações e adequações são construídas a partir do perfil desejado do profissional, em face das novas demandas sociais do século XXI, das constantes mudanças na produção do conhecimento, das Diretrizes Curriculares Nacionais, do PDI, do PPI e das características sociais e culturais da região.

Os planos de ensino das disciplinas são detalhados no Plano Integrado de Trabalho - PIT do professor, analisados pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE e Coordenação do curso sendo posteriormente encaminhados à Diretoria de Graduação que emite parecer pedagógico. Após esse processo, são amplamente divulgados no Portal Magister e pelos docentes nas suas respectivas disciplinas.

11.4. Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

A bibliografia dos planos de ensino e aprendizagem é fruto do empenho coletivo do corpo docente que seleciona semestralmente dentre a literatura, aquela que atende com excelência as necessidades do curso. Os livros e periódicos recomendados, tanto em termos de uma bibliografia básica quanto da complementar, são definidas buscando-se a adequação ao perfil do profissional em formação, a partir da abordagem teórica e/ou prática dos conteúdos imprescindíveis ao desenvolvimento das suas competências e habilidades gerais e específicas, considerando os diferentes contextos.

11.4.1. Bibliografia Básica

A política de atualização do acervo de livros e periódicos está calcada na indicação prioritária dos professores e alunos, solicitação avaliada na sua importância pelo Núcleo Docente Estruturante e deliberada pelo Colegiado do Curso.

A IES se encontra em plena execução dessa política, não apenas para atender às demandas do MEC, mas prioritariamente às necessidades e solicitações do corpo docente e discente. Através da Campanha de Atualização do Acervo, semestralmente as bibliografias dos cursos de graduação são avaliadas quantitativa e qualitativamente, para contemplação das atualizações e ampliação do acervo. A quantidade de exemplares adquirida para cada curso é definida com base no número de estudantes e norteada pelas recomendações dos indicadores de padrões de qualidade definidos pelo MEC.

Toda a comunidade acadêmica tem acesso ao sistema online de sugestão de compra e acompanhamento do pedido disponível no sistema *Pergamum*. É importante ressaltar que as referências bibliográficas básicas dos conteúdos programáticos de todos os Planos de Ensino e Aprendizagem das disciplinas do curso se encontram adequadas no que refere à quantidade (três referências) ao conteúdo das disciplinas e atualidade considerando os últimos cinco anos, sem desconsiderar as referências clássicas.

Todos os exemplares são tombados junto ao patrimônio da IES. A Universidade Tiradentes disponibiliza de Biblioteca On-line, com consulta ao acervo virtualmente através de plataformas On-Line, pelo site www.unit.br link Biblioteca, o usuário pode acessar os serviços on-line de consulta, renovação e reserva das bibliotecas, gerenciadas pelo *Pergamum*. O acervo virtual também possui exemplares físicos a disposição para consulta. Através dos serviços de pesquisa em bases de dados acadêmicas/científicas, os estudantes podem acessar mais de quatro mil títulos em texto completo, de artigos publicados em periódicos de maior relevância dos centros de pesquisa do mundo.

Na Base de Dados por Assinatura – A Biblioteca assina e disponibiliza bases de dados nas diversas áreas de conhecimento. Como forma de apoio aos estudantes a Biblioteca disponibiliza espaço para apoio e estudos individuais e em grupo além de laboratório de informática para pesquisas e *Chromebooks que ficam disponíveis aos estudantes.*

11.4.2 Bibliografia Complementar

O acervo da bibliografia complementar do curso de Direito está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES e atende de forma excelente o mínimo de cinco títulos por unidade curricular. A bibliografia complementar atende adequadamente aos programas das disciplinas e as suas unidades programáticas.

O curso conta ainda com a Biblioteca virtual Universitária, com livros eletrônicos de várias editoras e em diversas áreas do conhecimento. A política de atualização do acervo de livros e periódicos está calcada na indicação prioritária dos professores e alunos, solicitação avaliada na sua importância pelo Núcleo Docente Estruturante e deliberada pelo Colegiado do Curso.

11.4.3 Periódicos Especializados

As assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada; bases de dados específicas (revistas e acervo em multimídia) atendem adequadamente aos programas de todos os componentes curriculares e à demanda do conjunto dos alunos matriculados no curso de Direito da UNIT. O curso conta periódicos de maneira a ilustrar as principais áreas temáticas do curso. Um acervo de significativas publicações periódicas na área de Direito, de distribuição mensal ou semanal, é atualizado em relação aos últimos três anos.

São periódicos disponíveis para os alunos de Direito:

ADV - Advocacia Dinâmica
Prática Jurídica
Revista Dialética de Direito Tributário
Revista Jurídica
Revista LTR: Legislação do Trabalho
Revista de Direito Ambiental Internacional

BASE DE DADOS DA RT:

Revista dos Tribunais
Revistas dos Tribunais SUL, SP, RJ e NE;
Revista de Processo
Direito do Consumidor
Direito Privado
Direito Ambiental
Direito Tributário e Finanças Públicas
Revista Brasileira de Ciencias Criminais
Revista de Arbitragem e Mediação
Direito Bancário e Mercado de Capitais
Ciências Penais
Direito Constitucional e Internacional
Direito do Trabalho
Direito da Concorrência, Consumo e Comercio Internacional
Direito das Comunicações
Direito Desportivo
Direito Educacional
Direito Imobiliário
Instituto dos Advogados de São Paulo
Tributária das Américas
Revista de Direito Brasileira
Revista do Direito da Infância e da Juventude
Direito Empresarial
Direito Previdenciário
Direito Civil
Direito Constitucional
Direito da Seguridade Social

Consumo e Comércio Internacional
Revista de Direito Administrativo Contemporâneo

BASE DE DADOS DA FORUM:
Revista Direito Urbano e Ambiental – FDUA
Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A&C
Revista Brasileira de Direito Púbico – RBDP
Revista de Direito do Terceiro Setor - RDTS
Revista Direito Financeiro e Econômico – RFDFE
Revista Fórum de Ciências Criminais - RFCC
Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC
Revista de Direito Administrativo Digital
Revista de Direito Empresarial - RDEMP
Revista Fórum de Direito Civil -RFDC

Base IOB:
Revista Trabalhista e Previdenciária
Revista de Estudos Tributários
Revista de Direito de Família
Revista de Direito Civil e Processual Civil
Revista de Direito Penal e Processual Penal
Revista de Direito Público
Revista de Direito Desportivo
Revista de Direito Imobiliário
Revista de Direito Empresarial
Revista de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário
Revista de Direito Ambiental
Revista Jurídica
Revista Sintese de Direito Previdenciario
Revista de Estudos Criminais
Revista de Direito Administrativo

ON LINE:
Boletín Mexicano de Derecho Comparado
Dataveni@
Direito & Justiça
Direito em Construção
Forum Administrativo - Direito Público
Fórum De Direito Urbano E Ambiental
Fronesis : Revista de Filosofia Jurídica, Social Y Política
International Law: Revista Colombiana de Direito Internacional
Journal Of Criminal Justice And Popular Culture
Lex Humana
Pratica Juridica
Prisma Jurídico
Revista Âmbito Jurídico
Revista Bioética
Revista Brasileira de Direito Internacional - Rbdi
Revista Brasileira de Direito Publico- Rbdp

Revista de Estudos Criminais
Revista de Direito Público
Revista Cej
Revista de Direito Administrativo
Revista Cesumar : Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Revista Científica Sensus: Direito
Revista Contexto Internacional
Revista da Abet - Associação Brasileira de Estudos Do Trabalho
Revista da Faculdade de Direito da Uerj
Revista da Faculdade de Direito da Ufg
Revista da Faculdade de Direito da Ufpr
Revista da Faculdade Mineira de Direito
Revista de Derecho de La Universidad Austral de Chile
Revista de Derecho de La Universidad Católica del Norte
Revista de Direito da Unigranrio
Revista de Direito Público e Regulação: Cedipre
Revista de Direito Sanitário: Sp, Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitario
Revista de Estudios Penales Y Criminológicos: Universidad de Santiago de Compostela
Revista de Estudos Tributários- Impressa
Revista de Historia Del Derecho
Revista de Informação Legislativa:Senado Federal, Subsecretaria de Edicoes Tecnicas
Revista de Jurisprudência do Estado do Rio Grande do Sul
Revista Dialetica de Direito Tributario
Revista Direito & Política-Univali
Revista Direito Gv: Fgv
Revista Direito, Estado e Sociedade
Revista Direitos Fundamentais & Democracia : Unibrasil
Revista do Curso de Direito - Unifor
Revista do Direito – Unisc
Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos: Ibdh
Revista do Tre/Rs
Revista Electrónica De Derecho Ambiental
Revista Eletrônica da Reforma do Estado
Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico
Revista Eletrônica Diálogo Jurídico
Revista Eletrônica do Cej
Revista Eletrônica do Curso de Direito – Puc Minas
Revista Eletrônica do Curso de Direito Da Ufsm
Revista Estudios Socio-Jurídicos
Revista Estudos Legislativos
Revista Fórum de Direito Tributário
Revista Internacional de Direito Ambiental
Revista Juridica Unigran
Revista Jurídica Âmbito Jurídico
Revista Jurídica Eletrônica Ceunsp
Revista Jurídica: Senado Federal, Subsecretaria de Edicoes Tecnicas (Brasília)
Revista Justiça E Educação
Revista LTR: Legislação do Trabalho- Impressa
Revista Projeção, Direito E Sociedade
Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos

Além disso, os usuários têm acesso livre a periódicos eletrônicos Nacionais e Internacionais, através do convênio firmado com a Capes, de acesso gratuito. São disponibilizadas aos docentes e discentes as bases de dados providas pela empresa EBSCO – Information Services, com o objetivo de auxiliar nas pesquisas bibliográficas dos trabalhos realizados por professores e alunos da Instituição. Este banco de dados é atualizado diariamente por servidor EBSCO, que por sua vez, gerencia bases de dados e engloba conteúdos em todas as áreas do conhecimento. São disponibilizados também, através de assinatura junto à Coordenação do Portal de Periódicos da CAPES, o acesso à base de dados da American Chemical Society – ACS contendo a coleção atualizada e retrospectiva de títulos de publicações científicas editadas pela renomada Instituição.

Em anexo: Política de Atualização e Expansão do Acervo das Bibliotecas.

11.5. Planos de Ensino e Aprendizagem

Estabelecem o direcionamento pedagógico para o trabalho docente, elencando os conteúdos e estratégias a serem trabalhados com os discentes, no empenho em oferecer as mais variadas formas de desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação sólida e humanista do futuro profissional de Direito, prevista no perfil profissional do egresso deste curso.

Os planos de ensino e aprendizagem são constantemente analisados, revisados e atualizados a fim de acompanharem as mudanças do mercado de trabalho, de legislação e as inovações pedagógicas, tão necessárias para o excelente desenvolvimento educacional dos discentes.

A atualização bibliográfica dos planos de ensino realizada periodicamente, mantem o compromisso da Instituição e do curso, de oferecer aos seus alunos um conhecimento atual, efetivo e primoroso, contando para isso, com a contribuição e participação efetiva dos seus docentes e Coordenação.

Os planos de ensino do Curso de Direito, possuem estreita relação com o Plano Integrado de Trabalho e o Projeto Pedagógico, garantindo assim a coerência e integração de ações. Eles são construídos com base no perfil profissiográfico e as competências propostas para o mesmo; busca-se a oferta dos conhecimentos necessários para uma atuação profissional

efetiva, levadas em consideração as necessidades e possibilidades dos alunos, são flexíveis e abertos, permitindo os ajustes sempre que necessário, mantendo visibilidade para o processo e acompanhando o cronograma estabelecido para cada disciplina.

O modelo de Currículo por Competências tem como premissa, que o processo de formação profissional ocorrerá de maneira interdisciplinar e gradativa. Os resultados a serem obtidos norteiam o processo educacional. As ações didático–pedagógicas devem privilegiar o desenvolvimento e o aprimoramento de competências essenciais ao exercício profissional. Visando preparar a transição, com sucesso, para o mundo do trabalho, considerando os diferentes graus de maturidade do aluno em sua trajetória acadêmica, são designadas competências a serem desenvolvidas pelos alunos em cada período, numa perspectiva interdisciplinar.

1º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA **DIRETORIA DE GRADUAÇÃO**	**Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas**		
	DISCIPLINA: Introdução ao Estudo do Direito		
	CÓDIGO	**CRÉDITOS**	**CARGA HORÁRIA**
	H118858	**04**	**80**
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA: Sociedade e Direito. Natureza e Cultura. Conceito de Direito. Instrumentos de Controle Social. História do Direito. Direito Natural. Direito Positivo. Fontes do Direito. Sanção e Coação. Sistema Jurídico. Norma Jurídica. Estrutura Tridimensional do Direito. Direito Objetivo. Direito Subjetivo.

OBJETIVO

Oferecer uma visão geral e sedimentada do mundo jurídico, preparando o estudante para que possa transitar com efetividade pelos diversos ramos do direito.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Absorver sobre o Direito uma visão propedêutica, bem como a concatenação entre seus aspectos teóricos e a realidade social.
- Conhecer os objetivos principais a que se corresponde o termo “direito”, bem como o aspecto panorâmico de toda a árvore jurídica.
- Reconhecer o direito como um fenômeno multifário, encarando-o como elemento de conservação e transformação das estruturas sociais.
- Ser capaz de ler, interpretar, construir sínteses, trabalhar em equipe, visando o desenvolvimento de uma postura analítica, crítica e reflexiva sobre temas jurídicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1 Sociedade e Direito.

Homem, Sociedade e Direito.

O Direito como forma de adaptação social

Natureza e Cultura.

2 Conceito de Direito.

Etimologia da palavra Direito

Acepções da palavra Direito

Noção elementar de Direito

3 Instrumentos de controle social

Direito e justiça.

Direito, Moral e Religião.

Regras de Trato Social.

4 História do Direito

Famílias do Direito.

Sociedades Primitivas e Primeiras Civilizações.

Direito na Grécia Clássica. Direito Romano.

Direito Feudal. Direito Canônico.

Direito na Modernidade. E Direito Contemporâneo.

5 Direito Natural

Noções e Evolução

Escola do Direito Natural

6 Positivismo

Noções

O Primado do Direito Positivo e a Lei

Escola do Direito Positivo

7 Fontes direito

Fontes históricas. Fontes materiais

Fontes formais estatais e não estatais

A Lei. A jurisprudência. O costume jurídico. A Doutrina.

Princípios gerais do Direito, Analogia e Equidade.

8 Sanção e Coação

Conceito de sanção

O papel do Estado e a aplicação da sanção

Espécies de sanção

Acepções da palavra coação

Coação jurídica e antijurídica.

UNIDADE II:

1 Sistema jurídico

Conceito e desdobramentos

2 Norma Jurídica

Conceito. Estrutura. Características. Classificação

Validade, Legitimidade, Heteronomia.

Técnica Legislativa

3 Estrutura Tridimensional do Direito

Antecedentes

Teoria Tridimensional do Direito

O direito como fato. O direito como valor. O direito como norma.

Tridimensionalidade Axiológica do Direito

4 Direito Objetivo

Conceito

Categorias do Direito Objetivo

Direito Público e Direito Privado

Direito Interno e Direito Externo

5 Direito Subjetivo

Conceito

Elementos: sujeito, objeto, relação e proteção jurídica.

Direito subjetivo público e privado

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, pesquisas, atividades online, reflexão. Com isso o discente poderá apreender de forma teórica e prática a essência da disciplina. Em sala de aula serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e a capacidade metodológica do docente.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e será efetivado através de Avaliações Integradas, Atividades Contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), culminando em uma nota única, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito.** 38. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016. 422p.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed., 14. tir. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 391p.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas.** 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 317p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico.** 2. ed. reimp. São Paulo, SP: Edipro, 2016. 174p.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação.** 8. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 334p.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do Direito**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 224p.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito: com exercícios para sala da aula e lições de casa.** 14. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Saraiva 2017. 463 p.

ACESSO VIRTUAL

BETIOLI. Antonio Bento. **Introdução ao direito**. 14 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação.** 9. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**, 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito.** 39. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Metodologia Científica		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H118840	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Características do conhecimento científico. A linguagem científica, sua estrutura e sua lógica. O papel da teoria: conceitos, proposições, relações. Explicação, causalidade - tipos e problemas - diretrizes metodológicas para o trabalho científico.

OBJETIVOS

- Ensinar a linguagem científica;
- Conhecer e saber aplicar os métodos e técnicas na pesquisa científica
- Utilizar o raciocínio analítico, sistemático, crítico e reflexivo e o conhecimento científico;

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- O aluno terá condições para a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos, a elaboração de projetos de pesquisa, fazendo a relação teoria-prática e o desenvolvimento do raciocínio analítico, sistemático, crítico e reflexivo e de acordo com procedimentos metodológicos e Normas da ABNT.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Procedimentos didáticos, Acadêmicos e Científicos.

Metodologia Científica e técnicas de estudo

Finalidade e importância

Organização dos estudos

Técnicas de sublinhar e esquema

Resumos e fichamento

Trabalhos acadêmicos - científicos

Pesquisa científica / Ética e Pesquisa

Pesquisa bibliográfica e normas de referências, citações e notas de rodapé.

Artigo e Relatório Técnico-científico

Monografia e Seminário

UNIDADE II: Conhecimento, Ciência, Método Científico e Projeto de Pesquisa.

Conhecimento, Ciência e Método.

O Conhecimento

A Ciência

Métodos de abordagens

Métodos de procedimentos

Elaboração do Projeto de Pesquisa.

Tema e problema de pesquisa

Questões, hipóteses e objetivos da pesquisa

Técnicas de coleta de dados

Estrutura do projeto de pesquisa

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, sendo desenvolvidas de acordo com os conteúdos a serem trabalhados, através de filmes, debates, dinâmica de grupos para apresentação dos conceitos fundamentais relacionados ao tema; para discussão de questões relacionadas ao tema, fixando os conceitos (re) construídos na interação professor-aluno-conhecimento.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e será efetivado através de Atividades Contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), cujas notas serão obtidas nos trabalhos em grupo e individuais com efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminando em uma nota única, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito.** 12. ed., 4. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 304p

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC).** 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 322p.

MEZZAROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 6. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva Siciliano S/A, 2015. 367p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. 7. reimpr. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2014. 158 p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, P. A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed., 10. reimpr. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2014. 162 p.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 2. ed., reimpr. São Paulo, SP: Avercamp, 2014. 168 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed., 8. impr. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 297 p.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de Artigos Científicos.** São Paulo, SP: Atlas, 2016. 288p.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica.** 5. ed. Aracaju, SE: UNIT, [2014]. 211 p. (Série Bibliográfica UNIT; 1).

ACESSO VIRTUAL

HENRIQUES, Antônio; **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica.** 9. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas,2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 7. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas,2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica,** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

SORDI DE, José Osvaldo. **Elaboração de pesquisa científica,** 1. ed. Saraiva, 2013.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	**Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas**		
	DISCIPLINA: Psicologia Geral e Jurídica		
	CÓDIGO	**CRÉDITOS**	**CARGA HORÁRIA**
	H118866	**02**	**40**
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Análise da evolução da Psicologia, buscando compreender a função do psicólogo, quais os campos de trabalho e como se dá sua atuação em diferentes contextos sociais. Contextualização histórica da Psicologia Jurídica e a interface entre Psicologia e Direito. Estudo sobre os processos básicos em Psicologia: percepção, sensação, atenção, motivação, emoção, memória, origem e desenvolvimento da Personalidade.

OBJETIVO

- Conhecer a origem e desenvolvimento da Psicologia, numa perspectiva evolutiva interdisciplinar;
- Ter uma visão científica e geral da Psicologia, bem como sua aplicabilidade na área jurídica;
- Analisar o processo perceptivo, diferenciando-o de sensação, bem como detectar seu papel no ajustamento saudável do indivíduo e também os fatores que neste interferem;
- Identificar e compreender problemas humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva em diversos contextos: individual, grupal, social e institucional.
- Entender a motivação e emoção humana, bem como os fatores que nestas interferem;
- Conhecer a origem e desenvolvimento da personalidade humana, levando em consideração as principais perspectivas teóricas clássicas da Psicologia: Psicanálise, Cognitivismo e Humanismo.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender os fenômenos psicológicos e sua aplicação prática no Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Origem, desenvolvimento e interdisciplinaridade da Psicologia

As origens e o desenvolvimento da Psicologia

Psicologia como: Senso comum e Ciência

Noções Básicas e breve histórico da Psicologia

Estudo sobre conflito

A importância do estudo das funções mentais superiores para o profissional de direito: Atenção

Estudo sobre a Percepção e Sensação

Memória a curto e a longo prazo

As Emoções

Origem e desenvolvimento da Personalidade

Estudo sobre os diferentes tipos de Personalidade

UNIDADE II – Estudo sobre o comportamento criminoso, bem como, a importância das funções mentais superiores e da personalidade para o advogado.

Breve Histórico da Psicologia Jurídica

Conceito sobre Psicologia Jurídica

Funções do Psicólogo Jurídico

Áreas de intervenção do Psicólogo Jurídico

A interface entre Psicologia e direito

O Psicólogo no âmbito Jurídico

Estudo sobre o comportamento criminoso

O advogado no contexto interpessoal

METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas através de aulas contextualizadas, seguidas de debates, questionamento, reflexões e contextualização. Exibição de filmes e músicas educativas sobre assuntos referentes ao conteúdo programático e posterior debate; seminários de temas e de assuntos que serão realizados de forma individual e ou em grupo, com revisão bibliográfica, bem como apresentação oral deste. Além disso, serão realizadas atividades de dinâmicas de grupo, oficinas e vivências grupais. Os recursos didáticos e tecnológicos para tais fins compreendem: quadro, data show, vídeo, aparelho de som, DVD e outros, conforme a necessidade.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e será efetivado através de Avaliações Integradas, Atividades Contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), por meio de trabalhos em grupo e

individuais com efetiva participação do aluno nas atividades propostas, estudo dirigido; seminários, levando-se em consideração apresentação e produção escrita; no decorrer do curso ocorrerão debates, questionamentos, indagações para a verificação da aprendizagem considerando as habilidades e competências, princípios e valores, culminando em uma nota única, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia aplicada ao Direito.** 4. ed. São Paulo, SP: LTC, 2015. 272 p.

JESUS, Fernando. **Psicologia Aplicada À Justiça** – 4. Ed. Goiânia, GO: Ab Editora, 2016.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.) **Psicologia jurídica no Brasil**. 3. Ed. 3. reimp. Rio de Janeiro, RJ: NAU, 2015. 351p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; MIRANDA, Vera Regina (Org). **Psicologia jurídica**: temas de aplicação. 4.reimpr. Curitiba, PR: Juruá, 2014. 287p.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**. 3. ed. 12 reimp. São Paulo, SP: Makron, 2014. 798p.

MORRIS, Charles G.; MAISTO, Alberto A. **Introdução à psicologia**. 6. ed. 5 reimp. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2015. 551p.

SPADONI, Lila. **Psicologia Realmente Aplicada ao Direito** – 2. Ed. São Paulo, SP: LTR, 2016, 127p.

TRINDADE, Jorge. **Manual de psicologia jurídica: para operadores do direito**. 7. ed., rev., atual., ampl. São Paulo, SP: Livraria do Advogado, 2014. 856 p.

ACESSO VIRTUAL

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia jurídica**. 8. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

FELDMAN, Robert S. **Introdução à psicologia**. 10. Ed. Porto Alegre RS: AMGH,2015.

HÜBNER, Maria Martha Costa, MOREIRA, Márcio Borges. **Fundamentos de Psicologia - Temas Clássicos de Psicologia Sob a Ótica da Análise do Comportamento. Guanabara**. Koogan, 2012.

PINHEIRO, Carla. **Psicologia jurídica**. 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ:Forense,2016

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	**Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas**		
	DISCIPLINA: Ciência Política		
	CÓDIGO	**CRÉDITOS**	**CARGA HORÁRIA**
	H114704	**04**	**80**
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

A Política como atividade essencialmente humana e no âmbito de sistematização própria às Ciências Sociais; Fundamentação teórica das concepções dos conceitos de Poder, Política e Estado. As ideias políticas a partir dos pensadores clássicos. Sistemas e formas de governo na contemporaneidade; Democracia e Políticas Públicas e suas fundamentações teóricas construídas historicamente.

OBJETIVO

Proporcionar uma reflexão acerca dos conceitos de Poder, Política e Estado e suas implicações na formação humanistica do bacharel em Direito.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Caracterizar, nos seus traços gerais, a Ciência Política e o campo da atividade política;
- Identificar e caracterizar as principais teorias políticas;
- Desenvolver as capacidades de argumentação e de reflexão.
- Problematizar ideologias e soluções políticas;
- Refletir de modo sistemático e crítico sobre a Política.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

1. Introdução à Ciência Política

Relação da Ciência Política com ciências afins.

Conceito de Política: Sócrates, Aristóteles, Platão.

O conceito de Estado

O Poder Político e o Estado

2. Os clássicos da Política

Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “ Federalista”, Hegel, Alexis de Tocqueville, Stuart Mil, Marx, Immanuel Kant,.

II UNIDADE:

3. Sistemas de Governo: Parlamentarismo, Presidencialismo.

4 . Formas de Governo: Monarquia, República.

5. Sistemas Eleitorais

6. Democracia e Políticas Públicas

6.1 Conceito de Democracia

6.2 Política pública: de Governo e de Estado

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia é desenvolvida através de aulas contextualizadas, seminários, debates, pesquisa, elaboração de resenhas e fichamentos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e desenvolvido através de Avaliações Integradas, atividades contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), obtida nas atividades de trabalhos em grupo e individuais com efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminando em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC, considerando as habilidades e competências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 23. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2016. 550p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado.** 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 304 p.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política:** Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "o Federalista'. 14. ed., 9. impr. São Paulo, SP: Ática, 2014. v.1 (Série Fundamentos ; 62). 287p.

_____. **Os clássicos da política:** Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 11.ed., 10. impr. São Paulo, SP: Ática, 2014. v.2. 280p. (Série Fundamentos).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**. 2. Ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Atlas. 2013. 305p.

FRIEDE, Reis. **Curso de ciência política e teoria geral do estado:** teoria constitucional e relações internacionais. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2013. 521p.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência política & teoria do estado.** 8. ed. rev. e atual. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2014. 224 p.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política.** 2. ed., 2. reimpr. São Paulo, SP: Globo, 2014. 402 p.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Relações entre poderes e democracia:** crise e superação. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2014. 105 p.

ACESSO VIRTUAL

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Teoria Geral do Estado e Ciência Política**, Forense, 2014.

RAMOS, Flamarion Caldeira. **Manual de Filosofia Política:** para os cursos de teoria do estado e ciência política, filosofia e ciências sociais, 2. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Teoria Econômica		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H114682	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

O objeto de estudo da ciência econômica; considerações metodológicas em economia; noções sobre as principais escolas do pensamento econômico; noções de microeconomia e macroeconomia com ênfase para o papel do Estado na atividade econômica; e noções de economia internacional.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender fenômenos econômicos e construir argumentações inerentes à análise econômica.
- Distinguir correntes do pensamento econômico e compreender processos históricos, sociais e econômicos.
- Enfrentar situações-problema próprias das economias de mercado.
- Dominar a linguagem consagrada pela ciência econômica e elaborar propostas fundamentadas na teoria econômica.
- Confrontar interpretações diversas de fatos de natureza socioeconômica, comparando diferentes pontos de vista e identificando os pressupostos de cada interpretação.
- Dado um conjunto de informações sobre uma realidade socioeconômica, compreender a importância dos fatores econômicos e políticos.
- Compreender processos de formação socioeconômica, relacionando-os com seu contexto histórico e geográfico.
- Analisar fatores socioeconômicos associados às condições de vida e saúde de populações humanas, por meio da interpretação de diferentes indicadores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - CONCEITOS BÁSICOS DE MICROECONOMIA

1 - **Noções Preliminares**

1.1 - Conceitos Básicos de Economia

2 - **Princípios e Modelos Básicos da Teoria Econômica Convencional**

2.1 - Os Princípios da Economia Liberal

2.2 - Modelo de Fronteira de Possibilidades de Produção

2.3 - Modelo de Fluxo Circular de Renda

3 - **Noções de Teoria Microeconômica**

3.1 - A Teoria Elementar da Demanda e da Oferta

3.2 - Equilíbrio de Mercado

3.3 - Análise Estático-Comparativa: alterações no equilíbrio de Mercado.

UNIDADE II – ESTRUTURAS E REGULAMENTAÇÃO DOS MERCADOS E NOÇÕES DE MACROECONOMIA

4 – **Estruturas e Regulamentação do Mercado**

4.1 – Estruturas do Mercado

4.2 – Regulamentação do Mercado

5 - **Conceitos Básicos**

5.1 - Conceitos Básicos de Macroeconomia.

5.2 - Noções de Contabilidade Social e medição dos principais agregados macroeconômicos.

6 - **Noções de Política Econômica**

6.1 - Política Fiscal

6.2 - Política Monetária

7 - **Noções de Economia Internacional**

7.1 - Noções de Economia Internacional

7.2 - Regimes Cambiais

METODOLOGIA DE ENSINO

O ensino se desenvolverá através de aulas contextualizadas, seminários, debates, leituras e elaboração de trabalhos (resenhas e exercícios) realizados pelos alunos em sala de aula e também como atividade extraclasse.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e desenvolvido através de Avaliações Integradas, atividades contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), onde as pontuações obtidas nas atividades de

trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2014. 824p.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). **Manual de economia.** 6. ed. 5. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 670p.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, Manuel Henriques. **Fundamentos de Economia**. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 332p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Antônio Barros de; LESSA, Carlos Francisco. **Introdução à economia: uma abordagem estruturalista.** 38. ed. 3. impr. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015. 151p.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 780 p.

MATESCO, Virene Roxo e SCHENINI, Paulo Henrique**. Economia para não economistas: princípios básicos de economia para profissionais em mercados competitivos.** 7. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: SENAC Rio, 2013. 154p.

O'SULLIVAN, Arthur. SHEFFRIN, Steven M.; NISHIJIMA, Marislei. **Introdução à economia: Princípios e Ferramentas**. 4. reimpr. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2014. 471p.

PARKIN, Michael. **Economia.** 8. ed. 4. reimp. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2015. 814 p.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro : teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos.** 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 461 p

VICECONTI, Paulo Eduardo V.; NEVES, Silvério das. **Introdução a economia.** 12. ed. 4. tiragem. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 565 p.

ACESSO VIRTUAL

ALBERGONI, Leide. **Introdução à Economia: aplicações no cotidiano.** São Paulo, SP: Atlas, 2015.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia.**21.ed. Rio de Janeiro ,RJ: Atlas, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito e Linguagem		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H118874	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

As especificidades da comunicação e da escrita no âmbito jurídico; A estrutura frásica na linguagem jurídica; Organização textual e Redação Jurídica; Prática Forense: produção e recepção de textos jurídicos; Oratória Forense; Noções básicas de latim para o direito.

OBJETIVOS

Habilidades como as de saber ouvir, falar e ler.

Preparar o futuro profissional do direito para no desenvolver de suas atividades, expressar-se com clareza, correção e coerência tanto na linguagem oral como na escrita.

Demonstrar aprimoramento na eloquência forense e capacidade na redação jurídica.

COMPETÊNCIA E HABILIDADES

- Capacidade de elaborar textos com logicidade e eficácia argumentativa usando a linguagem jurídica adequada aos tempos atuais.
- Ser capaz de colocar-se criticamente a respeito das notícias de cunho social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

1. As especificidades da comunicação e da escrita no âmbito jurídico

1.1 Análise da língua com base na produção textual

1.2 Conceitos básicos de linguística e comunicação jurídica

1.3 Especificidades do vocabulário jurídico

1.4 O sentido da palavra: denotação e conotação

1.5 Campos semânticos da linguagem jurídica: unívocos, equívocos e análogos.

2. A estrutura frásica na linguagem jurídica

2.1 Frase, oração e período

2.2 Organização dos aspectos coesivos do texto: subordinação e coordenação

2.3 Aspectos estilísticos da estrutura oracional

2.4 Critérios de textualização: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade e informatividade

II UNIDADE

3. Organização textual e Redação Jurídica

3.1 Estrutura do parágrafo

3.2 O encadeamento dos parágrafos

3.3 Organização do parágrafo: descritivo, narrativo e dissertativo

3.4 Texto como evento comunicativo: o contexto no processo de comunicação

4. Prática Forense: produção e recepção de textos jurídicos

4.1 Procuração: conceitos e tipos

4.2 Requerimento: conceito e estruturas

4.3 Ata e relatório

4.4 Parecer

4.5 Particularidades da linguagem em peças jurídicas

4.6 Gêneros textuais acadêmicos

5. Oratória Forense

6. Noções básicas de latim para o direito

METODOLOGIA DE ENSINO

O ensino se desenvolverá através de contextualizadas, com uso dos recursos tecnológicos disponíveis em sala, seminários, debates, pesquisas, leituras e elaboração de trabalhos (resenhas e exercícios) realizados pelos alunos, tanto em sala como em atividades extraclasse.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e será efetivado através de Avaliações Integradas, atividades contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas através dos trabalhos em grupo e individuais com efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminarão em uma nota única, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. **Curso de português jurídico.** 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 274p.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.** 27. ed. 7. reimpr. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2015. 548 p.

GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. **Comunicação e linguagem.** reimp. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil Ltda., 2014. 258 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística.** [17. ed. 3. reimpr.]. São Paulo, SP: Contexto, 2014. 219 p.

BARROSO, Darlan; BOLOGNESI, João; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. **Manual de redação jurídica e língua portuguesa para a OAB.** 4. Ed., rev. e atual. São Paulo, SP: RT, 2015. 136p. (Coleção Prática Forense n.8)

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** 7. reimpr. São Paulo, SP: Parábola, 2014. 295p.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico conciso**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense, 2012. 613p.

ACESSO VIRTUAL

MARTINO, Agnaldo. **Português.** 6. Ed. São Paulo, SP: Saraiva,2016.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Forense: língua portuguesa para cursos de Direito.** 8. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

SABBAG, Eduardo. **Português jurídico**. 1. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. (Sinopses Jurídicas 34).

DAMIÃO Regina Toledo. **Curso de Português Jurídico**, 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2015. TRUBILHANO, Fábio. **Linguagem jurídica e argumentação: teoria e prática.** 5. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017

VALVERDE, Alda da Graça Marques; **Lições de Linguagem Jurídica - Da Interpretação à Produção do Texto**, 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

2º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	**Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas**		
	DISCIPLINA: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos		
	CÓDIGO	**CRÉDITOS**	**CARGA HORÁRIA**
	H113341	**04**	**80**
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

O surgimento da Antropologia e da Sociologia como Ciências. Seus idealizadores e principais teóricos. Análise antropológica e sociológica do processo identitário do homem cultural e social. O homem e a organização da sociedade. A perspectiva da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira. Saberes e fazeres antropológicos e sociológicos nas distintas áreas de atuação.

OBJETIVOS

- Proporcionar subsídios teóricos que possibilitem interpretações de fenômenos antropológicos e sociológicos calcadas em conceitos científicos.
- Compreender os mecanismos existentes na sociedade que controlam as ações dos indivíduos.
- Propiciar o desenvolvimento do espírito científico e atento aos problemas que envolvem a função social dos diversos ramos da formação profissional.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Construir conhecimentos numa perspectiva antroposociológica;
- Compreender os sujeitos e seus modos de organização social, compartilhando de uma visão ampla das questões sociais e suas relações com as situações vivenciadas no cotidiano;
- Refletir os diversos saberes e contribuições da Sociologia e da Antropologia, visando contribuir para resolução de problemas sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE - Eixo Temático: A Antropologia e a Sociologia como ciências

TEMA 1 - A institucionalização da Antropologia e da Sociologia

Princípios que norteiam o ensino da Antropologia e da Sociologia: a ruptura com o senso comum

A trajetória da Antropologia e da Sociologia e seus principais teóricos

O homem como ser cultural e social

A relação indivíduo e sociedade

TEMA 2 - O conhecimento antropológico e sociológico como base para a compreensão da sociedade

Estrutura social, grupos sociais e organizações;

Disparidades sociais

O homem e suas instituições sociais

Dinâmica Econômica e trabalho

II UNIDADE - Eixo Temático: A construção do olhar antroposociológico em alguns de seus principais debates

TEMA 3 - A Antropologia e a Sociologia no conhecimento das realidades sociais

A composição populacional como problema social

Movimentos sociais como fruto do comportamento coletivo

Globalização e diversidade cultural

A mudança cultural e a mudança social

TEMA 4 - A Antropologia e a Sociologia em suas especificidades

Educação

Direito

Saúde

Comunicação e tecnologias

METODOLOGIA DE ENSINO

Apresentação de vídeo-aula; acompanhamento dos alunos por meio de ambiente virtual de aprendizagem; atividades on-line, chats e fóruns de debates, objetivando a troca de conhecimento professor-aluno, bem como interação, assimilação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias (DVD, livro impresso, podcast), as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização das bibliotecas para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e desenvolvido através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), obtidos nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminando em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 4. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2016. 488 p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 27. reimpr. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2015. 117p. (Coleção Antropologia Social).

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução.** 7. ed., 6. reimpr. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 331p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Fundamentos antropológicos e sociológicos.** 2. ed. Aracaju, SE: Atlas, 2012. 184p.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística.** Rio de Janeiro, RJ: Vozes, [2014]. 205 p.

GOMES, Mercio Pereira. **Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura.** São Paulo, SP: Contexto, 2014. 237 p.

MATOS, Cândida Margarida Oliveira [et al.]. **Fundamentos Antropológicos e Sociológicos**. 3. ed. Aracaju, SE: UNIT, 2014. 254 p.

MORIN, Edgar; UNESCO. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. rev. 3. reimp. São Paulo, SP: UNESCO, 2015. 102 p.

ACESSO VIRTUAL

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Sociologia Jurídica: fundamentos e fronteiras.** 4. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

SANTOS, Pedro António dos. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

WITT, Jon. **Sociologia.** 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC,2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	**Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas**		
	DISCIPLINA: Direito Constitucional I		
	CÓDIGO	**CRÉDITOS**	**CARGA HORÁRIA**
	H115280	**04**	**80**
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Constitucionalismo. Constituição. Direito Constitucional. Norma Constitucional: Eficácia e Aplicabilidade. Hermenêutica e Interpretação Constitucional. Poder Constituinte. Princípios Fundamentais da Constituição. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos Individuais. Direitos Sociais. Nacionalidade. Direitos Políticos. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica neste conteúdo, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para as questões éticas, políticas e pedagógicas.

OBJETIVO

Conhecer e compreender em caráter geral, os principais conceitos de Direito Constitucional.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender o Poder Constituinte, sua instauração e dissolução.
- Compreender a face política e jurídica do Estado brasileiro
- Dominar as noções básicas sobre a teoria dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais
- Saber utilizar os mecanismos constitucionais em prol da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Constitucionalismo.

Formação da teoria Constitucional.

Antecedentes Históricos.

Constitucionalismo e Estado de Direito.

Evolução do Constitucionalismo no Mundo e no Brasil.

Constituição.

Conceito material de Constituição.

Sentidos sociólogo, político e jurídico.

Conceito formal.

Constituições rígidas e Constituições flexíveis.

Constituições costumeiras e Constituições escritas.

Constituições codificadas e Constituições legais.

Constituições outorgadas, Constituições pactuadas e Constituições populares.

Teoria formal e material da Constituição.

A moderna concepção do sistema jurídico.

O Direito Constitucional.

Conceito.

Origem, formação e crise do Direito Constitucional.

Direito Constitucional Geral, Direito Constitucional Especial e Direito Constitucional Comparado.

Hermenêutica e Interpretação da Constituição.

Poder Constituinte.

A Teoria e legitimidade do Poder Constituinte.

O conceito político de Poder Constituinte: o Poder Constituinte originário.

O conceito jurídico de Poder Constituinte: o Poder Constituinte constituído.

A natureza do Poder Constituinte constituído.

A teoria do Poder Constituinte segundo a doutrina da soberania popular.

O Poder Constituinte legítimo e o Poder Constituinte usurpado na história constitucional do Brasil.

Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais.

Classificações.

Princípios fundamentais.

Conceito de princípios.

Os princípios e sua hierarquização contemporânea de valores.

A teoria dos princípios como coração da Constituição.

O conflito de regras e a colisão de princípios.

Direitos e Garantias Fundamentais.

A teoria dos direitos fundamentais.

Liberdades públicas.

A Declaração Francesa.

A Declaração Americana.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O conteúdo e eficácia das Declarações.

As dimensões dos direitos fundamentais.

UNIDADE II: Princípios Fundamentais da Constituição de 1988

Estado Democrático de Direito

República

Federação

Fundamentos da República Federativa do Brasil: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político

Objetivos da República Federativa do Brasil.

Princípios regentes das relações internacionais do Brasil

Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.

Destinatários dos direitos fundamentais.

Direito à vida humana e proibição da tortura.

Princípio da isonomia.

Princípio da legalidade.

Princípio da Liberdade.

Liberdade de pensamento.

Liberdade religiosa.

Liberdade de profissão.

Liberdade de locomoção.

Liberdade de reunião e associação.

Liberdade de expressão.

Direito à intimidade, à vida privada e à honra e à imagem.

Inviolabilidade do domicílio.

Inviolabilidade da correspondência e comunicações telefônicas.

Direito à propriedade – Função social da propriedade.

Acesso amplo ao Judiciário.

Segurança.

Direito adquirido – Ato Jurídico perfeito – Coisa Julgada.

Direito a não extradição.

Direito ao devido processo legal.

Direito ao contraditório, à ampla defesa à duração razoável do processo.

Direitos Sociais.

Fundamentos constitucionais sociais.

Conceito de direitos sociais.

Nacionalidade.

Nacionais e estrangeiros.

Critérios para atribuição da nacionalidade.

Perda da nacionalidade.

Reaquisição da nacionalidade.

Direitos Políticos.

Características.

Distinção entre nacional e cidadão.

Direitos políticos ativos e passivos.

Suspensão e perda dos direitos políticos.

Dos Partidos Políticos.

Conceitos.

Partidos políticos no Brasil.

Fidelidade partidária.

METODOLOGIA DE ENSINO

O ensino será desenvolvido através de aulas contextualizadas, trabalhos em grupo, realização de estudos de casos, seminários temáticos, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e será efetivado através de Avaliações Integradas, atividades contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas através dos trabalhos em grupo e individuais com efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminarão em uma nota única, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 20. ed. 5. tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2017. 1590 p.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional.** 11. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 1504 p.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1008p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 5. ed. 3. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 511p.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional.** 11. ed. rev. ampl. e atual. Salvador, BA: JUSPODIVM, 2017. 1270p.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Curso de direito constitucional: supremacia constitucional, interação da constituição, princípios constitucionais, direitos fundamentais, o Estado: poder e controle, ordem econômica e social.** 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fórum , 2016. 992 p.

PINHEIRO NETO, Othoniel. **Curso de direito constitucional.** Curitiba, PR: Juruá, 2016. V.1.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 40. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2017. 936 p.

ACESSO VIRTUAL

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de direito constitucional.** 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais do direito constitucional: o estado da questão no início do século XXI, em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro**, 4. ed. Saraiva, 2014.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017

NOVELINO, Marcelo. **Manual de direito constitucional.** 9. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2014.

TAVARES, André. **Curso de direito constitucional**, 15. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

VASCONCELOS, Clever. **Curso de direito constitucional.** 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Hermenêutica		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H115263	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Hermenêutica, direito e linguagem. Interpretação, integração e aplicação do Direito. Hermenêutica e interpretação constitucional. Compreensão e contexto social no processo hermenêutico. Retórica e argumentação. A influência dos modelos de Estado e das teorias jurídicas no processo interpretativo.

OBJETIVO

Desenvolver de forma crítica e consciente a habilidade do aluno para aplicar os métodos jurídicos de interpretação das normas jurídicas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreensão dos fundamentos e estruturas do processo interpretativo.
- Identificação e classificação dos métodos e tipos de interpretação, como ferramentas de realização do direito.
- Identificação e classificação dos meios de integração, dentro de uma função racionalizadora do direito.
- Compreensão da decisão jurídica a partir da retórica e da argumentação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Noções gerais de Hermenêutica.

Hermenêutica, direito e linguagem. Fundamentos da interpretação jurídica.

Conceito de hermenêutica, interpretação e aplicação do Direito.

Métodos de interpretação:

Sintáticos: gramatical, sistemático e lógico.

Semânticos: histórico, sociológico e evolutivo.

Pragmáticos: teleológico e axiológico.

Tipos de interpretação (quanto ao resultado): declarativa, extensiva e restritiva.

Meio de Integração do Direito.

UNIDADE II: Hermenêutica aplicada e decisão jurídica

Retórica e Argumentação na construção da decisão jurídica.

Hermenêutica e Constituição.

A Nova Hermenêutica Jurídica e os novos métodos de interpretação.

A influência dos direitos fundamentais e dos princípios constitucionais no processo hermenêutico.

O método concretista.

O método tópico.

Proporcionalidade como método de interpretação.

METODOLOGIA DE ENSINO

O ensino será desenvolvido através de aulas contextualizadas, trabalhos em grupo, realização de estudos de casos, seminários temáticos, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização da pesquisa para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e será efetivado através de Avaliações Integradas, atividades contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas através dos trabalhos em grupo e individuais com efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminarão em uma nota única, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação.** 8. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 334p.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito.** 20. ed., 3. tirag. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014. 335p.

STRECK, Lênio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito.** 11. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2014. 455p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora.** 7. ed. rev. 3 tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 432p.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. **Hermenêutica.** 2. ed. 2. tirag. São Paulo, SP: Malheiros, 2013. 285p.

OLIVEIRA, João Alberto Santos de. **Métodos adecuados de solución de conflictos: una perspectiva en Brasil.** Aracaju, SE: Infographics, 2015. 100 p.

REIS, Fried. **Ciência do Direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica.** 9. Ed. Barueri, SP: Manole., 2015. 210p.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica.** São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 272p.

ACESSO VIRTUAL

MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. **Curso de Hermenêutica Jurídica**, 4. ed. Atlas, 2013.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 21. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica.** 4. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Teoria Geral do Direito Civil		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119480	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Sedimentação dos conceitos gerais do Direito Civil. Distinções em Direito. O Código Civil Brasileiro. Princípios Gerais do Direito. Conceito de Pessoa. Capacidade. Extinção da Pessoa Natural. Pessoa Jurídica. Capacidade da Pessoa Jurídica. Fim da Pessoa Jurídica. Bens: conceito, caracteres, classificação. Fatos e atos jurídicos. Elementos acidentais dos atos jurídicos. Das nulidades dos atos jurídicos. Dos atos ilícitos. Prescrição. Discussão de temas atuais, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para as questões éticas, políticas e pedagógicas.

OBJETIVO

- Ensinar aos alunos: os conceitos jus civilistas fundamentais; aplicar conhecimentos em situações práticas; correlacionar pessoa Jurídica e suas capacidades; manusear corretamente o Código Civil Brasileiro; distinguir fatos jurídicos de atos e negócios jurídicos e demais aspectos do Direito civil.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Estabelecer a ligação existente entre os sujeitos de direito (as pessoas naturais e jurídicas), a ligação destes com o objeto do direito, qual sejam, os bens; uni-los através das relações jurídicas (os negócios jurídicos).

Conhecer e compreender as técnicas e princípios que regem a disciplina da Teoria Geral do Direito Civil, relacionando-o com o momento jurídico-político contemporâneo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

1.1 Etiologia histórica do Código Civil brasileiro:

-Código Civil de 1916: tentativas de codificação: O projeto de Teixeira de Freitas e Clovis Bevilácqua. Valores adotados. Características.

-Código Civil de 2002: projeto coordenado por Miguel Reale. Constituição Federal de 1988, nova tábua axiológica. Novos valores. Características.

1.2 Princípios gerais do Direito Civil:

Personalidade. Autonomia da Vontade. Autonomia Privada.

1.3 Das Pessoas:

Pessoa Natural.

- Os sujeitos da relação jurídica.
- A pessoa como elemento da relação jurídica. Pessoa natural. Começo da personalidade. O nascituro.
- Capacidade da pessoa natural. Incapacidade absoluta. Incapacidade relativa.
- Proteção aos incapazes. Cessação da incapacidade.
- Individualização da pessoa natural; nome, estado, domicílio.
- Extinção da pessoa natural.
- Dos Direitos da Personalidade.
- Da Ausência.

Das Pessoas Jurídicas.

- Natureza Jurídica.
- Requisitos para constituição.
- Classificação da pessoa jurídica.
- Desconsideração da Personalidade Jurídica
- Responsabilidade civil da pessoa jurídica.
- Domicílio da pessoa jurídica.
- Pessoa jurídica e grupos despersonalizados.

-Extinção da pessoa jurídica.

1.3 Dos Bens.

- Conceito, caracteres, classificação.
- Bens reciprocamente considerados.
- Bens considerados em relação ao titular do domínio.
- Bens fora do comércio.

UNIDADE II:

2.1 Dos Fatos Jurídicos.

- Fatos.
- Fato jurídico “lato sensu” e “stricto sensu”.

- Classificação dos fatos jurídicos e negócio jurídico.

- Efeitos: Modos de aquisição do direito. Modificação do direito. -Conservação do direito. Extinção do direito. Perecimento do direito.

- Classificação dos negócios jurídicos.

- Planos do negócio jurídico: Existência, validade e eficácia

- Elementos do Negócio Jurídico

- Da representação.

2.2 Da Autolimitação da Vontade.

- Condição.

- Termo.

- Modo ou Encargo.

2.3 Dos Defeitos dos Negócios Jurídicos.

- Erro.

- Dolo.

- Coação.

- Estado de Perigo.

- Lesão.

- Fraude contra credores.

2.4 Da invalidade do Negócio Jurídico

- Atos nulos.

- Atos anuláveis.

- A simulação.

2.5 Dos atos ilícitos.

- Violação de direitos.

- Da culpa.

- Caso fortuito.

- Força maior.

- Noções de responsabilidade civil.

2.6 Prescrição e Decadência

- Da forma e prova dos negócios jurídicos – noções gerais.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisas, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e será efetivado através de Avaliações Integradas, atividades contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas através dos trabalhos em grupo e individuais com efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminarão em uma nota única, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro 1: teoria geral do direito civil.** 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 1. 640p.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro 1: parte geral.** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 1. 571p.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. v. 1 (Coleção Direito Civil).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: parte geral e LINDB**. 15. ed. rev. ampl. atual. Salvador, BA: JUSPODIVM, 2017. v.1

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil 1: parte geral.** 16. ed. 2. Tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2014. v. 1

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: lei de introdução e parte geral.** 10. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Método, 2014. V. 1.

ACESSO VIRTUAL

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: parte geral,** vol. 1., 7. ed. Saraiva, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil, v. 1: parte geral**. 19. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade: rev. e atual.** 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Práticas de Pesquisa na Área Jurídica		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119501	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Pesquisar sobre tema vinculado à área de formação. Desenvolvimento de pesquisa bibliográfica e/ou documental. Produção de texto acadêmico, atendendo às normas da ABNT.

OBJETIVO

Estimular a aquisição básica em pesquisa, por meio de práticas que possibilitem ao discente participar ativamente do processo de aprendizagem, favorecendo a construção e socialização de conhecimentos e saberes para sua formação profissional.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Selecionar informações, utilizando métodos, instrumentos e tecnologia adequados;
- Realizar uma pesquisa, considerando cada etapa;
- Elaborar fichamentos, esquemas e resumos;
- Respeitar os princípios éticos acerca da autoria e produção do conhecimento;
- Apresentar atitudes e comportamentos necessários para o trabalho em equipe;
- Produzir um projeto de pesquisa, de acordo com princípios e normas metodológicas.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

UNIDADE I: Pesquisa Científica

- Base conceitual sobre pesquisa;
- Características da pesquisa: quanto à natureza, quanto aos meios, quanto aos objetivos, quanto à abordagem, quanto à obtenção de informações.
- Fases da pesquisa científica;
- Elementos textuais: o problema a ser abordado, a(s) hipóteses (s), quando couber (em), bem, como o (s) objetivo (s) a ser (em) atingido (s) e a (s) justificativa (s), referencial teórico

que o embasa, a metodologia a ser utilizada, assim como os recursos e o cronograma necessários à sua consecução. Elaboração de relatório de pesquisa.

- Delimitação de tema de pesquisa.

UNIDADE II: Projeto de Pesquisa

- Elaboração e apresentação do Projeto de Pesquisa;

METODOLOGIA DE ENSINO

Orientação individual/coletiva, estudos de texto, discussões, estudo dirigido e trabalho em equipe.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através de elaboração de Artigo de pesquisa, apresentação de Relatório, Seminário e Medida de Eficiência (ME) obtida através da participação nas atividades de trabalhos em grupo ou individuais, culminando em uma nota única, por seu caráter específico, esta disciplina não é avaliada através de provas, observando os critérios estabelecidos pelo regulamento acadêmico e PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito.** 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. 334 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed., 8. impr. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 297 p

MEZZAROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 6. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 367p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, RJ: 2002.

_____. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação.** Rio de Janeiro, RJ: 2002.

_____. **NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos.** Rio de Janeiro, RJ: 2011.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, [2014]. 127 p.

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica.** reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 112 p

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 2. ed., reimpr. São Paulo, SP: Avercamp, 2014. 168 p.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 288 p.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos**: **como redigir, publicar e avaliar.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014. 383p.

ACESSO VIRTUAL

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; Arruda Filho, Emílio J. M.. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

MEZZAROBA, Orides. **Manual de Metodologia da Pesquisa de Direito**. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

NUNES, Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**. 11 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Fundamentos e Teoria do Crime		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119498	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Direito Penal. Princípios. Espécies de Norma Penal. Fontes do Direito Penal. Interpretação da lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Extratividade. Tempo e lugar do crime. Fato típico, fato antijurídico, culpabilidade e fato punível. Excludentes. Ação e omissão. Crime consumado, tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível. Erro de tipo, erro de proibição, descriminantes putativas.

OBJETIVO

Posibilitar ao aluno apreender conhecimentos colocando em prática as técnicas adquiridas no sentido de melhor servir ao ordenamento jurídico penal, na defesa da ordem e da paz social, adotando atitudes de tolerância, de solidariedade, de cooperação e de não discriminação, especialmente no contexto em que está inserido.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Capacidade de desenvolver atividades de maneira autônoma, planejando-as, implementando-as e avaliando-as. Fazendo uma autoavaliação permanente se os conhecimentos até então adquiridos são suficientes para alcançar e desempenhar bem os papéis sociais inerentes a sua atuação.

Capacidade de organizar, relacionar, interpretar dados e informações apresentadas de diferentes formas, para enfrentar situações-problema segundo uma visão crítica com vistas à tomada de decisões, construção de argumentações consistentes, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

1. HISTÓRICO

1.1. Direito Penal: denominação, conceito, caracteres, relação com outras disciplinas. Evolução histórica do Direito Penal. Lei de Talião e Compositio;

1.2. O direito penal no Brasil. O período colonial e as Ordenações Portuguesas. Código Criminal de 1830. Código penal de 1890. Consolidação das Leis Penais. Movimento de Reforma. Código Penal de 1940. Lei 7.200/84;

2. LEI NORMAL PENAL

2.1 A Norma Penal. Conceito e conteúdo. Princípios Penais de garantia. Fontes do Direito Penal e seu exclusivismo;

2.2 A interpretação da lei penal. Formas de interpretação. A analogia do Direito Penal. Concurso aparente e Lei Penal;

2.3 A lei penal no tempo. Generalidades. Princípio da irretroatividade da lei penal. A lei mais benigna. Abolítio criminis. Conjugação de leis. Leis intermediárias e temporárias. Tempo do crime;

2.4 A Lei Penal no espaço. Princípios gerais. Conceito de território. Lugar do crime extraterritorialidade. Eficácia da sentença penal estrangeira.

2.5 Contagem de prazo. Frações não computáveis na pena. Legislação especial. Conflito aparente de normas.

3. INTRODUÇÃO A TEORIA DO CRIME

3.1 O crime na teoria geral do direito. Conceito formal, material e analítico do crime. Ilícito penal e outras formas de ilícito;

3.2 Divisão bipartida e tripartida das infrações penais. Sujeito e objeto do crime.

4. TEORIA DO CRIME

4.1 A ação. Conceito e aspectos. Conduta: teorias. Conduta comissiva e omissiva. Ausência de conduta;

4.2 Resultado: conceito e teorias;

4.3 O nexo causal: teorias. Causalidade na omissão. O nexo de causalidade no Código Penal;

4.4 Tipicidade e tipo. Conceito, estrutura, elementos, função e classificação dos tipos penais. Tipo objetivo e tipo subjetivo;

4.5 O dolo. Teorias, elementos, espécies. Elementos subjetivos do injusto. Causas de exclusão do dolo;

4.6 A culpa: conceito e fundamentos. Elementos e forma de culpa. Presunção e compensação da culpa. Excepcionalidade do crime culposo;

4.7 Crimes qualificados pelo resultado. Preterintencionalidade. Responsabilidade objetiva;

4.8 Inter criminis: Consumação e tentativa. Punibilidade da tentativa. Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior, crime impossível;

4.9 Causas de exclusão do fato típico: Erro de tipo: Erro culposo. Erro provocado por terceiro. Erro na discriminante putativa. Erro acidental;

4.10 Da ilicitude. Ilicitude formal e material. Caráter objetivo da ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude;

4.11Estado de necessidade: conceito, fundamentos, teorias e requisitos. Exclusão do estado de necessidade;

4.12 Legítima defesa: teorias, elementos, requisitos. Excesso de legitima defesa;

4.13 Outras causas de exclusão de ilicitude: estrito cumprimento do dever legal. Exercício regular do direito;

4.14 A culpabilidade. Concepção psicológica e concepção normativa da culpabilidade. Teorias. Elementos e formas de culpabilidade;

4.15 Imputabilidade. Imputabilidade e responsabilidade. Concepções de imputabilidade. Fundamentos. Sistemas. Causas de inimputabilidade diminuída. Actio Libera in Causa;

4.16 Outras condições que podem influir na imputabilidade: Emoção e paixão. Embriaguez. Menoridade. Legislação especial aplicável aos menores. Potencial consciência da ilicitude. Erro de proibição;

4.17 Inexibilidade de outra conduta: coação irresistível, obediência hierárquica.

5. CONCURSO DE PESSOAS

5.1 Conceito, teorias, requisitos. Autoria: critérios delimitadores. Coautoria. Participação: natureza jurídica, punição partícipe. Participação de menor importância. Desvio subjetivo de condutas;

5.2 Comunicabilidade e incomunicabilidade de condições. Elementares e circunstâncias.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão divididas em teórico contextualizada, práticas por meio de estudo e discussão de casos reais e atuais e pesquisas pertinentes à temática que esteja sendo trabalhada, com utilização de metodologias ativas de aprendizagem.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e será efetivado através de Avaliações Integradas, atividades contextualizadas e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas através dos trabalhos em grupo e individuais com efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminarão em

uma nota única, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal 1: parte geral**. 22. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. v. 1.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: parte geral.** 36. Ed. São Paulo,SP: Livraria Saraiva, 2015. V. 1. 807p.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral (arts. 1 a 120 do código penal).** 18. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2016. v. 1. 885p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal: parte geral arts. 1º a 120 do CP. 30**. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Atlas, 2014. v. 1. 470p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 12. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais,2016. 1247p.

PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. **Curso de direito penal brasileiro**. 15. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: RT, 2017. V.1. 1630 p.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; FABRETTI, Humberto Barrionuevo. **Introdução ao direito penal: criminologia, princípios e cidadania.** São Paulo, SP: Atlas, 2016. 256 p.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral.** 11. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 796 p.

ACESSO VIRTUAL

JUNQUEIRA, Gustavo. **Manual de direito penal: parte geral**. 3. ed. Saraiva, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 13. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017. PENTEADO FILHO, Nestor. **Manual esquemático de criminologia**, 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

PACELLI, Eugenio. **Manual de Direito Penal: parte geral.** 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

3º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Constitucional II		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119544	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Organização do Estado. Organização dos Poderes. Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário, Processo Legislativo. Funções Essenciais à Justiça. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Das Forças Armadas. Da Segurança Pública. Disposições Constitucionais Gerais. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

OBJETIVO

Viabilizar o adequado estudo, compreensão e aplicação do Direito Constitucional Positivo.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Aplicar os conhecimentos apreendidos em relação às políticas de ação.
- Utilizar os mecanismos constitucionais em prol da sociedade.
- Dominar a tripartição de poderes e a razão de sua existência
- Entender os ritos do processo legislativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Organização do Estado

Formas de Estado

Federação e Confederação

Princípio Federativo

A Federação brasileira

Entes federativos. União, Territórios, Regiões. Estados-membros, regiões metropolitanas. Municípios. Distrito Federal

Repartição de competências

Intervenção federal e intervenção estadual

Organização dos Poderes

Considerações teóricas: Aristóteles, Locke, Montesquieu

Separação de Poderes e Tripartição das Funções Estatais

Separação de Poderes no constitucionalismo brasileiro

As funções estatais. Funções típicas e atípicas. Independência e harmonia entre os poderes.

Estrutura dos Poderes - Poder Legislativo

Estrutura do Poder Legislativo

Funções do Poder Legislativo

Atribuições do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal)

Estatuto dos Congressistas: prerrogativas e impedimentos

Espécies Normativas: Emendas à Constituição, Leis Complementares, Lei Ordinária, Medidas Provisórias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos, Resoluções

Processo legislativo: discussão e votação - sanção e veto - promulgação - publicação.

UNIDADE II:

Estrutura dos Poderes - Poder Executivo

Estrutura do Poder Executivo: a) Presidente e Vice-Presidente; b) Ministros; c) Conselho da República e Conselho da Defesa Nacional

Funções do Poder Executivo

O presidencialismo brasileiro

Responsabilização do Presidente da República: crimes comuns e crimes de responsabilidade. Hipóteses de perda do cargo.

Estrutura dos Poderes - Poder Judiciário

Estrutura do Poder Judiciário

Funções do Poder Judiciário

Garantias constitucionais da magistratura

Vedações aos magistrados

Garantias do Poder Judiciário

Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Conselho Nacional de Justiça.

Princípios da Magistratura.

Funções Essenciais Justiça

Do Ministério Público. Generalidades. Princípios. Estruturas. Garantias e Funções.

Advocacia Pública. Advocacia e Defensoria Pública.

Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

Do Estado de defesa. Conceito. Pressupostos e objetivos. Efeitos e execuções. Controle.
Do Estado de Sítio. Conceito. Pressupostos e objetivos. Efeitos. Controle.
Das Forças Armadas. Organização. Composição. Objetivos.
Da Segurança Pública. Conceito. Diferença entre segurança e política. Composição. Objetivos.
Das Disposições Constitucionais Gerais.
Generalidades.
Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Generalidades.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisas: bibliográfica, doutrinária e jurisprudencial, elaboração de relatórios de pesquisa, estudos de casos, atividades online, etc...

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é continuada e desenvolvida através de Avaliação contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas pontuações serão somadas, culminando em uma única nota, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 20. ed., rev., atual. e amp. 5. Tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2017. 1590 p.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional.** 11. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 1504 p.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 40. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2017. 936 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 5. ed. 3 tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 511p.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 32. ed. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2017. 863p.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional.** 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: JUSPODIVM, 2017. 1270p.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Curso de direito constitucional: supremacia constitucional, interação da constituição, princípios constitucionais, direitos fundamentais, o Estado: poder e controle, ordem econômica e social.** 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2016. 992 p.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Curso de Direito Constitucional.** 9 ed. São Paulo, SP: Atlas,2017. 1008p.

PINHEIRO NETO, Othoniel. **Curso de Direito Constitucional.** Curitiba, PR: Juruá,2016. V1.

ACESSO VIRTUAL

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional.** 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Curso de Direito Constitucional.** 9 ed. São Paulo, SP: Atlas,2017. NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional - volume único**, 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2014.

PIRES, Antonio Fernando. **Manual de Direito Constitucional.** 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Filosofia e Cidadania		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H113465	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Origem e evolução do conhecimento: as relações homem-mundo, conhecimento filosófico, o homem cidadão, reflexão crítica. Filosofia, ideologia e educação: processo de ideologização, escola e sociedade, ciência e valores, educação e transformação. Ética, cidadania e sociedade: ética, moral, o compromisso ético, a construção da cidadania. A pluridimensionalidade humana. Ação educativa e cidadania: educação, ética e labor, ética e trabalho, ética e ação, a integralidade do homem na Sociedade.

OBJETIVO

Proporcionar aos estudantes a reflexão, a investigação e a síntese do pensamento e da prática sobre os grandes temas que desafiam o ser humano na sua relação consigo, com os outros e com o mundo; aprimorar as habilidades de argumentação, de embasamento de pontos de vista e de articulação do raciocínio em um discurso claro e conceitual; desenvolver a liberdade e a solidariedade humana, estimulando o cultivo de valores que enfatizem a dignidade do indivíduo como cidadão.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender o processo de desenvolvimento do conhecimento humano e da sua origem, à luz da construção de diferentes leituras de mundo: entre elas a interpretação filosófica até a ciência contemporânea;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: EIXO TEMÁTICO: Aspectos Filosóficos, Ideológicos e Educacionais

TEMAS: Origem e Evolução do Conhecimento/ Filosofia, Ideologia e Educação

Relações homem-mundo

Conhecimento filosófico

O homem cidadão

Reflexão crítica

Processo de ideologização

Escola e sociedade

Ciência e valores

Educação e transformação

UNIDADE II - EIXO TEMÁTICO: Ética, Cidadania e Sociedade

TEMAS: Ética e Cidadania/ Ação Educativa e Cidadania

Ética e moral

O compromisso ético

A construção da cidadania

A pluradimensionalidade humana

Educação, ética e labor

Ética e trabalho

Ética e ação

A integralidade do homem na sociedade

METODOLOGIA DE ENSINO

Apresentação de vídeo-aula; acompanhamento dos alunos por meio de ambiente virtual de aprendizagem; atividades on-line, chats e fóruns de debates, objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias (DVD, livro impresso, podcast, plataforma de aprendizagem), as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Será desenvolvida por intermédio de prova contextualizada e atividades em grupo e individuais (fóruns, chats e questões temáticas) desenvolvida em sala e extra classe, como ME (Medida de Eficiência).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à filosofia.** 7. Ed. reimp. São Paulo, SP: Cortez, 2015. 237p.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein.** 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2015. 303 p.

MORIN, Edgar; UNESCO. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. rev. 4. reimp. São Paulo, SP: UNESCO, 2017. 102 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Rubem, **Conversas com quem gosta de ensinar: (+ qualidade total na educação).** 14. ed. São Paulo, SP: Papirus, 2014. 128p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia.** 4. ed. rev. 3. reimp. São Paulo, SP: Moderna, 2014. 479p.

CHAUÍ, Marilena de Souza; GUIZZO, João; MINEY, José Roberto. **Convite à filosofia.** 14. ed., 7. impr. São Paulo, SP: Ática, 2015. 520 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014. 344p.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito.** 20. ed. 14. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 708 p.

ACESSO VIRTUAL

MASCARO, Alysson Leandro Barbate. **Filosofia do direito.** 5. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MORAIS, Alexandre. **Cidadania: O novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos.** São Paulo, SP: Atlas, 2013.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito.** 24. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Práticas de Extensão na Área Jurídica		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119447	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Estudo sistemático dos marcos conceituais e diretrizes da extensão universitária. Desenvolvimento de práticas de extensão no contexto interdisciplinar. Elaboração e implementação de Projeto de Extensão.

OBJETIVO

Compreender a importância das práticas de extensão nas universidades brasileiras e exercita-las.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Identificar as questões conceituais e modalidades de extensão na Universidade para disseminação e aplicação de conhecimentos.
- Desenvolver Projetos de Extensão aliando à teoria da sala de aula a prática na comunidade.
- Compreender a importância das Práticas de Extensão para a sua formação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Discutindo à Extensão Universitária

1 - Extensão no sentido do Ensino e da Pesquisa.

2 – Extensão universitária: Equívocos, exigências, prioridades e perspectivas.

3 – Lugar de Extensão.

4 – Elaboração do Projeto de Extensão

UNIDADE II:

Implementação do Projeto de Extensão

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula dialogada para levantamento dos temas, problematização e construção dos projetos de extensão a serem executados, debates, pesquisa de campo, estudo dirigido, oficinas e atividades extraclasse. Culminância dos trabalhos / Relatórios das atividades realizadas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua, realizada através de atividades de extensão desenvolvidas no decorrer das unidades e da apresentação nas Mostras de Práticas. Na primeira unidade através da discussão de textos em sala de aula, elaboração dos projetos e apresentação de relatórios. Na segunda unidade os alunos serão avaliados através da implementação dos projetos de extensão, apresentação de relatório final e participação nas Mostras de Práticas, devido sua especificidade a disciplina não é avaliada através de provas, conforme regulamento acadêmico e PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORTOLAI, Luiz Henrique. **Projetos de Extensão Universitária nas Faculdades de Direito**. 1. ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2014. 200p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, P. A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed., 10. reimpr. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2014. 162p.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 2. ed., reimpr. São Paulo, SP: Avercamp, 2014. 168 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI.** Porto Alegre, RS: Penso, 2015. 159 p.

CAPUTO, Maria Constantina (Organizadora). **Universidade e sociedade: concepções e projetos de extensão universitária.** Salvador, BA: Edufba, 2014. 299 p.

MEZZAROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 6. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 367 p.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014. 383 p.

ACESSO VIRTUAL

BENDER, Willian N. **Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI.** Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CHRISTENSEN, Clayton M. **A Universidade Inovadora: Mudando o DNA do Ensino Superior de fora para dentro.** Porto Alegre, RS: Bookman, 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

MEZZAROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Teoria da Pena		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119536	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Teoria da Pena. Fundamento e Finalidades da Pena. Evolução. Espécies. Comunicação. Aplicação. Suspensão e Livramento Condicional. Medidas de Segurança. Extinção da Punibilidade. Perdão judicial. Prescrição, decadência e perempção.

OBJETIVO

Levar o aluno a compreender os principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais inerentes à matéria, apreendendo conhecimentos e colocando em prática as técnicas adquiridas no sentido de melhor servir ao ordenamento jurídico penal, na defesa da ordem e da paz social, adotando atitudes de tolerância, de solidariedade, de cooperação e de não discriminação, especialmente no contexto em que está inserido.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

-Conhecer as principais teorias sociais relacionadas à pena.

-Desenvolver pensamento crítico-criativo.

-Solucionar casos concretos relacionados aos temas estudados utilizando a legislação em vigor.

-Elaborar pareceres e trabalhos técnicos - profissional.

-Adquirir uma visão científica do Direito Penal, habituando-se ao manuseio das regras gerais que dão dinamismo e vida à parte especial, preparando-se, especialmente, para o exercício da crítica e renovação do Direito.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

1.TEORIA GERAL DAS PENAS

1.1. Conceito e visão constitucional dos princípios e garantias individuais da aplicação da pena.

2. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

2.1. Regimes Penais. Regras

2.2. Fixação do regime inicial

2.3. Progressão e Regressão

2.4. Superveniência de doença mental

2.5. Detração

2.6. Incidentes da execução

3. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

3.1. Características

3.2. Cominação e critérios para a substituição

3.3. Conversão

3.4. Inconversibilidade da pena pecuniária

4. PENA DE MULTA

4.1. Cominação e Aplicação

4.2. O sistema dias-multa. Limites

4.3. Multa substitutiva

4.4. Execução

5. COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DA PENA

5.1. A individualização

5.2. O critério trifásico

5.3. Circunstâncias judiciais e fixação da pena base

5.4. Circunstâncias agravantes e atenuantes

5.4.1. Reincidência

5.4.2. Formas e Espécies

5.4.3. Pressupostos

5.4.4. Principais efeitos

5.4.5. Critério da temporariedade

5.4.6. Desconsideração para efeito de reincidência dos crimes militares próprios e políticos

II UNIDADE

6. CONCURSO DE CRIMES

6.1. Espécies

6.2. Requisitos

6.3. Fixação da pena no concurso de crimes

6.4. Desígnios autônomos

7. ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

8. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

8.1. Conceito e natureza jurídica

8.2. Sistemas. Formas e requisitos

8.3. Período de provas e condições

8.4. Revogação e seus efeitos

8.5. Prorrogação

8.6. Extinção da pena

9. LIVRAMENTO CONDICIONAL

9.1. Conceito e natureza jurídica

9.2. Requisitos

9.3. Período de provas e condições

9.4. Suspensão

9.5. Revogação e seus efeitos

9.7. Prorrogação

9.8. Extinção da pena

10. EFEITOS DA CONDENAÇÃO

10.1. Penais e extrapenais

10.2. Principal e secundários

10.3. Genéricos e específicos

10.4. Motivação

11. MEDIDAS DE SEGURANÇA

11.1. Conceito, finalidade e requisitos

11.2. Periculosidade

11.3. Espécies. Cabimento e prazo

11.4. Execução, desinternação ou liberação condicional e extinção da medida de segurança

11.5. Superveniência de doença mental do condenado

11.6. Extinção da punibilidade e cálculo prescricional na medida de segurança

12. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

12.1. Punibilidade: conceito e condições objetivas

12.2. Escusas absolutórias

12.3. Imunidade.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, estudos de casos, trabalhos em grupo como: seminários e debates, pesquisas: bibliográfica, doutrinária e jurisprudencial, apresentação de relatórios de pesquisa atividades online e outras metodologias ativas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Provas contextualizadas, seminários, trabalhos diversos e debates em sala, que serão avaliados como Medida de Eficiência (ME), observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral (arts. 1 a 120 do código penal).** 18. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2016. v. 1

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal 1: parte geral.** 36. ed. 2. Tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. v.1. 807p.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral.** 11. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 796p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal** 22. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2016 vol. 1. 378p.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal: parte geral.** arts. 1º a 120 do CP. 32. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Atlas, 2016. v. 1.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal.** 12. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro.** 15. ed. rev. atual. ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2017. Vol. 1

ACESSO VIRTUAL

CARVALHO, Salo de. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro: fundamental e aplicação judicial,** 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

JESUS, Damásio E. de. **Código penal anotado.** 23. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

JUNQUEIRA, Gustavo. **Manual de direito penal: parte geral.** 3. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal.** 13. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Individualização da pena.** Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

PACELLI, Eugênio. **Manual de direito penal: parte geral.** 3. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da pena: limites, princípios e novos parâmetros**, 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

ROSSETTO, Enio Luiz. **Teoria e Aplicação da Pena**. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119528	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Soluções de conflitos: autocomposição e heterocomposição. Conciliação, Mediação e Arbitragem. Organização do Poder Judiciário Brasileiro. Normas processuais civis. A função jurisdicional: jurisdição e ação; competência. Dos sujeitos do processo. Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Juízes e auxiliares da Justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. Atos processuais.

OBJETIVO

Levar o aluno a compreender as noções iniciais do Direito Processual, sua importância para a efetivação de direitos, bem como ensinar e orientar o aluno acerca da aplicabilidade das normas processuais e seus desdobramentos, promovendo a reflexão quanto à relação teoria/prática, sempre visando à formação de profissionais críticos, com sólida base teórica e com raciocínio capaz de adequar situações fáticas às normas legais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Diferenciar as formas de solução de conflitos;
Compreender a organização do Poder Judiciário Brasileiro;
Conhecer as normas processuais civis fundamentais e sua aplicação;
Compreender os institutos basilares do processo;
Conhecer os principais atores do processo, sua atuação e importância;
Compreender a dinâmica da prática de atos processuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

Soluções de conflitos. Autocomposição e heterocomposição;
Conciliação, Mediação e Arbitragem;

Organização do Poder Judiciário Brasileiro;

Normas processuais civis: normas fundamentais e sua aplicação;

Função jurisdicional: Jurisdição e ação; limites da jurisdição nacional; cooperação internacional;

Competência: competência interna; cooperação nacional;

Sujeitos do processo: partes e procuradores

UNIDADE II

Litisconsórcio; intervenção de terceiros;

Juiz e Auxiliares da Justiça; Ministério Público; Advocacia Pública; Defensoria Pública;

Atos processuais: forma, tempo e lugar; prazos; comunicação dos atos; nulidades; distribuição e registro; valor da causa.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas; seminários temáticos; leitura de textos; trabalhos práticos a serem apresentados pelos alunos; estudos de caso em grupo; leitura e reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é continuada e deve ser desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência(ME), podendo ser utilizados seminários, trabalhos diversos e debates em sala, observando os critérios estabelecidos pelo PPI (Projeto Pedagógico Institucional).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do novo processo civil.** 2. Ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2017. 263 p.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo do conhecimento.** 19. ed. Salvador, BA: PODIVM, 2017. v. 1

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sérgio Cruz. **Novo curso de processo civil: teoria do processo civil.** 3. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2017. v 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DONIZETTI, Elpidio. **Curso de Direito Processual Civil**. 19 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1460p.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo curso de direito processual civil: teoria geral e processo de conhecimento (1ª parte).** 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v.1. 461p.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil.** 12. ed. reform. atual. 2. tirag. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1146p.

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria geral do processo: em conformidade com o Novo CPC**. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016. 337 p.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo 16**. Ed. São Paulo, SP: RT, 2016. Vol. 1.

ACESSO VIRTUAL

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria geral do processo.** 20. Rio de Janeiro, RJ: Método 2017.

DONIZETTI, Elpidio. **Novo código de Processo Civil comentado.** 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016. GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo curso de direito processual civil.** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v.1.

SOUZA, André Pagani; [et al}. **Teoria geral do processo contemporâneo**. 2. Rio de Janeiro, RJ: Atlas 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, v.1.** 58.ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Das Obrigações		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119510	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Teoria Geral das Obrigações: conceito, fontes, importância. Classificação das obrigações. Transmissão das Obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Do Adimplemento das Obrigações e Extinção das Obrigações. Do enriquecimento sem causa. Estrutura da Obrigação. Lugar e Tempo do Pagamento.

OBJETIVOS

Gerar uma visão dinâmica e crítica sobre o Direito das Obrigações

Conduzir o estudante à compreensão dos diversos tipos de relações obrigacionais presentes do ordenamento civil, da estrutura da relação obrigacional, à luz da doutrina, jurisprudência e legislação em vigor.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Refletir sobre **c**onhecimento científico do Direito das Obrigações
- Caracterizar o Direito das Obrigações
- Conhecer a Natureza Jurídica do Direito das Obrigações.
- Identificar as diversas espécies de obrigações e seus efeitos jurídicos.
- Avaliar os efeitos da inexecução das Obrigações
- Aplicar conhecimentos em situações práticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Direito das Obrigações: Conceito e natureza.

Conceito. Direitos de crédito. Âmbito e importância do direito das obrigações. Distinção entre relações jurídicas de direitos reais e de direitos pessoais

Natureza jurídica. Estrutura da obrigação: características e elementos. Fontes das obrigações: Classificação das obrigações. Obrigações civis, naturais e “propter rem” Espécies de Obrigações: Dar coisa certa, fazer e não fazer. Conceito. Natureza jurídica. Divisão. Riscos

Obrigação de restituir, de dar coisa incerta, alternativas, facultativas. Concentração e escolha. Impossibilidade da prestação. Obrigação divisível e obrigação indivisível: Conceito, fontes e natureza jurídica. Espécies. Características. Obrigação solidária. Distinção entre a obrigação solidária e a indivisível. Cessão de crédito, de débito e da posição no contrato. Assunção da dívida.

UNIDADE II: Transmissão, extinção e inexecução das Obrigações

Pagamento: noção de pagamento. Pagamento indevido e consequência. Quem deve pagar. A quem se deve pagar (credor putativo). Objeto do pagamento e sua prova. Lugar e tempo do pagamento. Pagamento por consignação: Cabimento. Pressupostos. Efeitos do julgamento. Pagamento por consignação bancária. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Confusão. Remissão. Disposições gerais. Mora e inadimplemento. Juros legais e constitucionais. Juros moratórios e compensatórios. Perdas e danos. Danos emergentes. Lucros cessantes. Cláusula Penal. Conceito, natureza jurídica, finalidades. Espécies e características. Das Arras ou Sinal.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão desenvolvidas através de aulas contextualizadas, com inserção dos debates em classe; leituras dirigidas; estudo de casos hipotéticos e reais; análise jurisprudência, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo desenvolvido através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações.** 32. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. v. 2.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro 2: teoria geral das obrigações.** 14. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2017. v. 2.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: obrigações e responsabilidade civil.** 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: obrigações.** 17. ed. Salvador, BA: JUSPODIVM, 2017. v.2.

LOBO, Paulo. **Direito civil: obrigações**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 297 p.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil.** 9. ed. rev., atual. e amp. São Paulo, SP: Método, 2014. v. 2. 656p.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: obrigações e responsabilidade civil.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. v.2

ACESSO VIRTUAL

FIGUEIREDO, Fábio Vieira. **Direito civil II: Direito das Obrigações,** 1. ed. Saraiva, 2012. (Coleção saberes do direito) v. 16.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil, v. 2: obrigações.** 18. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações.** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 2.

LOBO, Paulo. **Direito civil:** obrigações. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MIRAGEM, Bruno. **Direito civil: direito das obrigações.** São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil, v.2: obrigações.** 8. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 2: direito das obrigações e responsabilidade civil.** 12. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.

4º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Responsabilidade Civil		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119781	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Noções Preliminares sobre Responsabilidade Civil; Elementos da Responsabilidade Civil: conduta, dano e nexo de causalidade; Noção de Culpa e atividade de Risco; Causas Excludentes de Responsabilidade Civil; Responsabilidade Civil por ato de terceiro e pelo fato da coisa e do animal; Reparação: métodos para fixação da indenização; Responsabilidade Civil: abordagem temática do cotidiano brasileiro.

OBJETIVO

Abordar temas referentes à responsabilidade civil, colocando o aluno a par das noções preliminares sobre o que vem a ser a responsabilidade civil e as demais questões pertinentes ao assunto para integrá-lo nesta seara do direito.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Abordar a estrutura e as funções da responsabilidade civil;
- Discernir adequadamente sobre os diferentes danos e a quem cabe a responsabilidade pelos mesmos
- distinguir entre dano e nexo de causalidade;
- Interpretar adequadamente sobre a noção de culpa;
- Evidenciar os principais aspectos da responsabilidade civil por ato de terceiro, principalmente a responsabilidade por fato de outrem, a responsabilidade pelo fato da coisa e a responsabilidade por fato de animais;
- Apontar as excludentes da responsabilidade civil, consistentes na culpa exclusiva da vítima e culpa concorrente, fato exclusivo de terceiro, caso fortuito e força maior e cláusula de não indenizar, sobretudo a partir da análise de julgados que versem sobre a matéria.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

- Noções preliminares sobre responsabilidade civil;
- Elementos da responsabilidade civil: conduta, dano, e nexo de causalidade
- Nexo causal: teoria da equivalência das condições, teoria da causalidade adequada, teoria do dano direto e imediato, concorrência de causas;
- Dano material: danos patrimoniais, perda da chance;
- Dano moral: conceito, natureza da indenização por dano moral, prova e arbitramento do dano moral;
– Dano moral e pessoa jurídica;
- Dano estético, dano material reflexo, dano à imagem, dano moral e liberdade de informação;
- Noção de culpa e atividades de risco; conceitos, exemplos, conduta.
- Causas excludentes de responsabilidade – tipos de causas
- Risco e responsabilidade objetiva: teoria do risco, modalidades do risco – risco proveito, risco profissional, risco excepcional, risco criado, risco integral, o fundamento da responsabilidade objetiva;
- Excludentes da responsabilidade civil: culpa exclusiva da vítima e culpa concorrente, fato exclusivo de terceiro;

II UNIDADE

- Responsabilidade Civil por ato de terceiro e pelo fato da coisa e do animal;
- Reparação: métodos para fixação da indenização;
- Responsabilidade civil por ato de terceiro: responsabilidade por fato de outrem - responsabilidade objetiva dos responsáveis, responsabilidade dos pais pelos filhos menores, responsabilidade do empregador;
- Responsabilidade Civil: abordagem temática do cotidiano brasileiro.
- Responsabilidade contratual: distinção entre a responsabilidade contratual e a extracontratual, pressupostos da responsabilidade contratual;
- Responsabilidade contratual: inadimplemento, mora, cláusula penal.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão divididas em teóricas e práticas trabalhando com estudo de casos do cotidiano para que o aluno tenha uma vivência real do que acontece. Também serão propiciadas atividades de pesquisa com apresentação em seminários, bem como o uso dos recursos multimeios.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será composta por meio de Prova contextualizada e ME, através da efetiva participação do aluno nas atividades propostas em aula e apresentação de trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil.** 31. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. v. 7.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro 4: responsabilidade civil.** 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. v. 4.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: obrigações e responsabilidade civil.** 17. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. V. 2. (Coleção Direito Civil).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Código civil anotado.** 17. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 1542 p.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil.** 12. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. v. 3.

WALD, Arnoldo; GIANCOLI, Brunno Pandori. **Direito civil: Responsabilidade civil**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. V. 7. 327 p.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil.** 9. ed., rev., atual. e amp. São Paulo, SP: Método, 2014. v. 2

ACESSO VIRTUAL

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil.** 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 3.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: responsabilidade civil.** 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. v. 4.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**, **v.7: responsabilidade civil,** 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Dos Contratos		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119749	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Relações contratuais. Fontes. Evolução histórica. Função social do contrato. Condições de validade dos contratos. Formação dos contratos. Princípios gerais do direito contratual. Interpretação dos contratos. Revisão Contratual. Do Pacto Sucessório. Da estipulação em favor de terceiros. Da promessa de fato de terceiro. Contrato para a pessoa a declarar. Dos vícios redibitórios. Da Evicção. Da Extinção dos contratos. Dos contratos em espécie.

OBJETIVO

Dar ao aluno uma visão científica do Direito contratual, fornecendo-lhe elementos suficientes para entendimento e aplicação dos Institutos previstos no conteúdo programático.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Oportunizar situações de aprendizagem nas quais seja possível possibilitar ao aluno.
a distinção entre os diferentes tipos de contratos,
- Análise e interpretação do conteúdo contratual,
- Saber adequar os diferentes tipos de contratos com as diferentes situações que se apresentem;
- Redigir adequadamente um contrato

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1 – **UNIVERSO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS**

1.1 – Teoria das obrigações. Fontes das obrigações.

1.2 – Historicidade do conceito de Contrato: no Direito Romano, no Direito Moderno e na pós-modernidade. Estado de Direito, Estado Social de Direito, Estado Democrático de Direito. Constitucionalização do direito contratual.

1.3 – Elementos do contrato: capacidade das partes, objeto e forma. Consentimento.

1.4 – Princípios Gerais do Direito Contratual: Autonomia da Vontade, Obrigatoriedade, Supremacia da Ordem Pública, Relatividade, Consensualismo, Probidade e Boa-fé. Função Social.

1.5 – Revisão contratual: histórico, princípio geral do enriquecimento sem causa jurídica, cláusula "rebus sic stantibus", teoria da imprevisão, cláusula abusiva e outros fundamentos revisionistas.

2 – DA CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

2.1 – Unilaterais e bilaterais. Relevância dessa classificação. Exceção de contrato não cumprido. Cláusula resolutiva tácita e expressa.

2.2 – Onerosos e gratuitos.

2.3 – Comutativos e aleatórios. Aleatório por natureza e por acidente.

2.4 – Nominados e inominados.

2.5 – Formais e informais.

2.6 – Consensuais e reais.

2.7 – Paritários e de adesão.

2.8 – Personalíssimo e impessoal.

2.9 – Execução instantânea, diferida e periódica.

2.10 – Principais, Acessórios, Coligados e Derivados.

2.11 – Preliminar e definitivo.

3 – DA FORMAÇÃO E CONCLUSÃO DOS CONTRATOS

3.1 – A manifestação da vontade. O Silêncio. Fase pré-contratual.

3.2 – Proposta ou Oferta. Força vinculante.

3.3 – Aceitação. Regras de vinculação.

3.4 – Momento da conclusão do contrato. Teorias e solução legal.

3.5 – Lugar em que se reputa celebrado o contrato.

3.6 – Do pacto sucessório.

4 – INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS

4.1 – Sentido e particularidades da interpretação.

4.2 – Regras subjetivas e objetivas.

4.3 – Regime legal, crise e perspectivas interpretativas diante do Código Civil.

5 – RELATIVIDADE DOS CONTRATOS, EFEITOS COM RELAÇÃO A TERCEIROS

5.1 – Terceiros e o contrato. Oponibilidade.

5.2 – Estipulação em favor de terceiro.

5.3 – Promessa de fato de terceiro.

5.4 – Contrato para pessoa a declarar.

6 – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

6.1 – Modo normal de extinção.

6.2 – Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato. Nulidade e anulabilidade. Cláusula resolutiva. Direito de arrependimento convencionado.

6.3 – Causas supervenientes à formação do contrato. Resolução por inexecução voluntária, involuntária ou por onerosidade excessiva. Resilição bilateral ou distrato e unilateral. Morte de um dos contratantes. Rescisão.

7 – DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS

7.1 – Conceito. Breve comparativo com o direito do consumidor.

7.2 – Fundamento jurídico e elementos caracterizadores.

7.3 – Ações cabíveis. Prazos.

8 – DA EVICÇÃO

8.1 – Conceito.

8.2 – Campo de incidência. Pessoas. Requisitos.

8.3 – Exclusão da responsabilidade. Reforço da garantia.

8.4 – Evicção Parcial.

8.5 – Verbas que traduzem a indenização.

UNIDADE II – DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

1 – COMPRA E VENDA

1.1 – Conceito. Caráter obrigacional.

1.2 – Natureza jurídica.

1.3 – Elementos constitutivos.

1.4 – Efeitos principais e secundários da compra e venda.

1.5 – Limitações à compra e venda.

1.6 – Vendas especiais.

1.7 – Das cláusulas especiais à compra e venda.

2 – DOAÇÃO

2.1 – Conceito.

2.2 – Traços característicos.

2.3 – Da aceitação.

2.4 – Forma de doação e efeitos.

2.5 – Espécies de Doação.

2.6 – Restrições à liberdade de doar.

2.7 – Da revogação.

3 – COMODATO

3.1 – Conceito. Natureza. Objeto. Forma.

3.2 – Prazo.

3.3 – Direitos e obrigações do comodante e do comodatário.

3.4 – Riscos. Extinção.

4 – MÚTUO

4.1 – Conceito. Natureza. Objeto. Forma.

4.2 – Caracteres do contrato.

4.3 – Obrigações das partes.

4.4 – Da onerosidade do mútuo.

4.5 – Extinção.

5 – DEPÓSITO

5.1 – Conceito. Natureza e objeto.

5.2 – Traços caraterísticos do contrato: Entrega da coisa, Natureza móvel da coisa, Guarda e Restituição da coisa, Gratuidade.

5.3 – Espécies: Voluntário e Necessário. Legal e Miserável. Depósito Regular e Irregular.

5.4 – Obrigações das partes.

5.5 – Extinção.

6 – MANDATO

6.1 – Conceito. Natureza. Procuração. Substabelecimento.

6.2 – Representação e Mandato.

6.3 – Poderes conferidos no Mandato.

6.4 – Obrigações das partes.

6.5 – Extinção. Revogação.

7 – FIANÇA

7.1 – Conceito e Natureza.

7.2 – Espécies de fiança.

7.3 – Extensão e efeitos da Fiança.

7.4 – Extinção.

8 – DA TRANSAÇÃO

8.1 – Conceito e Natureza Jurídica.

8.2 – Elementos. Modalidades. Forma. Objeto.

8.3 – Capacidade. Poder de transigir, Extensão e Efeitos da Transação.

8.4 – Nulidade e anulabilidade.

8.5 – Interpretação.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas com análise da doutrina e da jurisprudência, exercícios com textos buscando situações práticas da realidade, seminários, palestras e trabalhos em grupo com apoio de quadro e recursos audiovisuais.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Provas contextualizadas e Medida de Eficiência abrangendo seminários e trabalhos em grupo e/ou individual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais.** 14. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2017. v. 3.

_____. **Direito civil brasileiro: responsabilidade civil.** 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. v.4.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: contratos.** 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. v. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: contratos em espécie.** 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. v. 4, t.2.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil – Contratos.** 2. Ed. São Paulo, SP: Saraiva 2014. 448 p.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 12. ed., rev., atual. e amp. São Paulo, SP: Forense, 2017. v. 3**.**

WALD, Arnold. **Direito civil: Contratos em espécie.** 20. ed. reform. São Paulo, SP: Atlas. 2015. v. 3. (Coleção Direito Civil).

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: contratos em espécie.** 15. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. v. 3 (Coleção Direito Civil).

ACESSO VIRTUAL

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil.** 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 3.

_____ **Manual de Direito Civil**. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais.** 14. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. v. 3

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil** – Contratos. 3. Ed. São Paulo, SP: Saraiva 2016.

MELO, Nehemias Domingos de. **Lições de Direito Civil: dos contratos e dos atos unilaterais.** São Paulo, SP: Atlas, 2014. v. 3.

VENOSA, Sílvio. **Direito civil: contratos em espécie.** 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016. v. 2.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Constitucional III		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119730	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

A Constituição Federal e o processo constitucional no Estado Democrático de Direito. Os princípios constitucionais aplicáveis ao processo. O Supremo Tribunal Federal (STF) e a Jurisdição Constitucional. Controle Difuso e controle concentrado. Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. *Writs* constitucionais. *Habeas Corpus.* Ação Popular. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. *Habeas data*. Ação civil pública.

OBJETIVO

Viabilizar o adequado estudo do Direito Constitucional Positivo.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer o Processo Constitucional e o problema da satisfação dos direitos fundamentais.
- Situar-se no problema da jurisdicionalização e da fragilidade dos remédios protetores.
- Constituição e garantias fundamentais: as ações constitucionais: mandado de segurança, habeas corpus, habeas data.
- Compreender os direitos fundamentais nas relações privadas. O problema do conflito entre os direitos fundamentais.
- Conhecer o Processo como forma de solução justa dos conflitos: o devido processo legal e o processo justo, onde imperam a lealdade e a boa fé objetiva.
- Apreender os deveres processuais das partes e dos procuradores como modelo de comportamento justo e ético. Abuso dos direitos processuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

A Constituição Federal como Processo:

Definição e significado do Processo Constitucional;

Processo Constitucional no Estado Democrático de Direito;

Princípios processuais constitucionais;

Aplicação dos princípios constitucionais no processo: judicial review, devido processo legal, ampla defesa, contraditório, inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.

A jurisdição constitucional: Definição

O poder judiciário e a constitucionalidade das leis;

O controle jurisdicional constitucionalidade das leis por via de defesa (controle difuso) e por via de ação (controle concentrado).

Ações de controle de constitucionalidade:

Ação Direta de Inconstitucionalidade genérica: Lei 9.868/1999.

Legitimidade Ativa e Passiva, Competência, Medida Cautelar, Processo e Efeitos das decisões.

Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva:

Legitimidade Ativa, Competência, Processo e Efeitos.

Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão: Lei nº 12.063, de 27 de outubro de 2009.

Legitimidade Ativa, Competência, Processo e Efeitos. Diferença com o Mandado de Injunção;

Ação Declaratória de Constitucionalidade: Lei 9.868/99.

Legitimidade Ativa e Passiva, Competência, Medida Cautelar, Processo e Efeitos das decisões.

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: Lei 9.882/99.

Legitimidade Ativa e Passiva, Competência, Medida Cautelar, Processo e Efeitos das decisões.

UNIDADE II

Tutela Constitucional das Liberdades

As ações constitucionais: definir os instrumentos constitucionais de garantia e seu embasamento legal.

Habeas Corpus: Origem e histórico. Objeto, legitimidade ativa e passiva, competência e processo. Código de Processo Penal (arts. 647 a 667).

Ação Popular. Evolução constitucional. Legitimidade ativa e passiva, competência e processo. Recursos.

A Lei nº 4.717/65.

Mandado de Segurança: Origem e histórico, legitimidade ativa e passiva, competência e processo.

Mandado de Segurança coletivo;

Liminar em Mandado de Segurança;

A Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009.

Mandado de injunção: Origem constitucional, legitimidade ativa e passiva, competência e processo. Mandado de injunção na jurisprudência do STF.

Habeas data: Origem, legitimidade ativa e passiva, competência e processo.

Lei nº 9.507/97

Ação Civil Pública: Conceito e objeto: legitimidade ativa e passiva, competência e processo. A Lei 7.347/85 e o Código de Defesa do Consumidor.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, leituras dirigidas e comentadas, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Avaliação contínua desenvolvida através Medida de Eficiência – ME obtida nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas e Prova Contextualizada, culminando em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 452 p

MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. **Mandado de segurança e ações constitucionais.** 37. ed., atual., ampl. São Paulo, SP: Malheiros, 2016. 944 p.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 20. ed., rev., atual. e amp. 5. tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2017. 1590p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 5. ed. 3. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 511p.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Curso de direito constitucional: supremacia constitucional, interação da constituição, princípios constitucionais, direitos fundamentais, o Estado: poder e controle, ordem econômica e social.** 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fórum , 2016. 992 p.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional.** 11. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 1504 p.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 32. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 970 p.

PINHEIRO NETO, Othoniel. **Curso de direito constitucional.** Curitiba, PR: Juruá, 2016. v.1.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 40. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2017. 936 p.

ACESSO VIRTUAL

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

_____ **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

BRANCO, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** 7. ed. Saraiva, 2015.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** 40. ed. Saraiva, 2014.

_____. **Princípios fundamentais do direito constitucional: o estado da questão no início do século XXI, em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro,** 4. ed. Saraiva, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 33. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**, 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

VASCONCELOS, Clever. **Curso de direito constitucional.** 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Práticas Integradoras do Direito I		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119757	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Debates relacionados à vivências/experiências dos alunos (as) com as disciplinas cursadas. Análise de casos com base em decisões judiciais e pesquisa de jurisprudência. Aplicabilidade do princípio da dignidade da pessoa humana relacionando-o com os conceitos articuladores das disciplinas já cursadas. Desenvolvimento de pesquisa sobre tema delimitado.

OBJETIVOS

Promover a compreensão da integração entre as disciplinas dos períodos anteriores, utilizando seus conceitos articuladores, através do desenvolvimento de pesquisas.

Proporcionar a compreensão da articulação das noções práticas de conceitos e sua aplicabilidade entre as disciplinas dos períodos anteriores;

Situar e inter-relacionar a aplicação dos princípios constitucionais com as disciplinas dos períodos anteriores;

Utilizar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas estudadas, estabelecendo um diálogo articulado com os direitos humanos;

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Identificar em análise de casos judiciais, a forma de articular conceitos teóricos estudados nas disciplinas dos períodos anteriores, com a sua aplicação prática nas diversas demandas judiciais;

- Utilizar em situações concretas vivenciadas no dia-dia, conceitos apreendidos nas disciplinas estudadas nos períodos anteriores;

- Utilizar os conceitos articuladores entre as disciplinas dos períodos anteriores com os aspectos políticos, sociais e econômicos das carreiras jurídicas;

- Incorporar na prática profissional os valores relativos à pessoa humana, integrando a noção de direitos humanos a todas as ações diárias e atividades realizadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1-Leitura e debate de textos, com base em decisões judiciais.

2-Análise de casos e levantamento das relações com as disciplinas cursadas.

3-Identificação de temas, divisão de grupos e orientações para elaboração das pesquisas.

4 – Apresentação de relatório das atividades desenvolvidas.

UNIDADE II

1-Tutorial de pesquisa de jurisprudência

2- Desenvolver pesquisa sobre a aplicabilidade do princípio da dignidade da pessoa humana relacionando-o com conceitos articuladores das disciplinas dos primeiros períodos do curso.

3- Apresentação de trabalho escrito sobre pesquisa realizada.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos individuais e em grupo, estudos de caso, análise de problemas reais e fictícios, elaboração de projetos de pesquisa e apresentação escrita.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Atividade Contextualizada e Medida de Eficiência observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso), devido a sua especificidade, a disciplina não é avaliada através de provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial.** 3. reimp. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2014. 132p.

_____ **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 5. ed. 3. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 511p.

RIDOLA, Paolo. **A dignidade humana e o 'princípio liberdade' na cultura constitucional europeia.** Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2014. 116p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre, RS: Penso, 2015. 159 p.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 598p.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro 1: teoria geral do direito civil.** 33. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. v. 1

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed., reimpr. São Paulo, SP: Avercamp, 2014. 168 p.

ACESSO VIRTUAL

BRANDÃO, Cláudio. **Direitos Humanos e Fundamentais em Perspectiva.** Atlas, 2014.

MALHEIRO, Emerson. **Direito internacional e direitos humanos: questões comentadas,** 2. ed. Saraiva, 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Dos Crimes em Espécie I		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119773	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Dos crimes contra a pessoa: crimes contra a vida, das lesões corporais, da periclitação da vida e da saúde, da rixa, dos crimes contra a honra, dos crimes contra a liberdade; Dos crimes contra o patrimônio.

OBJETIVOS

- Reconhecer a relevância da subsunção das normas penais aos preceitos constitucionais e fundamento e finalidade da aplicação da sanção penal como forma de controle social.
- Aplicar os institutos previstos na parte geral do Código Penal aos crimes em espécie.
- Diferenciar dos crimes contra a vida, das lesões corporais, da periclitação da vida e da saúde;
- Distinguir: rixa – dos crimes contra a honra
- Identificar os crimes contra a liberdade e os crimes contra o patrimônio.
- Compreender as principais figuras típicas do delito de homicídio.
- Identificar, mediante a análise e estudo de casos concretos apresentados, a incidência de causas de aumento, diminuição e qualificadoras, para fins de individualização das penas.

COMPETENCIAS E HABILIDADES

- Capacidade de analisar e interpretar criticamente os diferentes tipos de crimes;
- Verificar a importância da leitura e interpretação do C.P, para a correta aplicabilidade da lei.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

a) homicídio;

b) induzimento, instigação ou auxílio a suicídio;

c) infanticídio;

d) aborto.

- Das lesões corporais

- a importância do bem jurídico tutelado pelo art. 129 do Diploma Repressivo.
- As lesões corporais podem ser sistematicamente divididas:
a) elemento subjetivo;
b) Intensidade da lesão;
- Objeto Jurídico
- Objeto material;
- Sujeito ativo;
- Sujeito Passivo;
- Tipo Objetivo;
- Tipo Subjetivo;
- Consumação e tentativa;
- Formas qualificadas;
- Lesões corporais de natureza grave (art.129§ 1º, do CP);
- Lesões corporais de natureza gravíssima (art. 129, § 2º, do CP);
- Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP);
- Lesão corporal praticada no contexto da violência doméstica;
- Lesão corporal culposa;
- Lesões corporais dolosas – diminuição da pena
- Lesões corporais e princípio da insignificância.

II UNIDADE

- Da periclitação da vida e da saúde
- perigo abstrato e perigo concreto;
- perigo individual e perigo coletivo comum;
- o problema da constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato;
- perigo de contágio venéreo e de moléstia grave;
- perigo para a vida ou a saúde de outrem;
- abandono de incapaz;
- exposição ou abandono de recém - nascido;
- omissão de socorro;
- maus-tratos
- Da rixa: rixa simples e rixa qualificada
- Elementos característicos do crime contra a honra;
- Dos crimes contra a honra: Calúnia, Difamação, injúria

- Dos crimes contra a liberdade pessoal
- Crime contra a inviolabilidade de domicílio
-Dos crimes contra o patrimônio
- Furto;
- Roubo;
- Extorsão;
- Extorsão mediante sequestro;
- da usurpação e do dano;
- Apropriação indébita;
- Estelionato;
- Receptação.

METOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão desenvolvidas através de exposições dialogadas, leituras para posterior debate e discussão de casos pertinentes à temática desenvolvida. Uso de data show para apresentação dos conteúdos e outros dados considerados relevantes para o aprendizado do aluno

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será por meio de provas contextualizadas, apresentação de seminários, trabalhos de pesquisa e ME em consonância ao que especifica o PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa**. 16. ed. rev., ampl., atual. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. v. 2.

_____. **Tratado de direito penal 3**: parte especial : dos crimes contra o patrimônio até dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. 12. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 3.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal 2: parte especial : Crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio.** 35. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. v.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: legislação penal especial.** 8. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2013. v. 4.

CUNHA, Rogerio Sanches. **Manual de direito penal: parte especial (arts.121 ao 361).** 8. ed., Salvador, BA: Juspodivm, 2016. 941p.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial (arts.155 a 249 do CP).** 12. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015. v. 3.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal 2: parte especial arts. 121 a 234-B do CP.** 32. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2015. v. 2.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro.** 15. ed., rev. atual. ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2017. v. 2.

ACESSO VIRTUAL

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral,** 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal: parte especial.** 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017. v. 2.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: parte especial.** 23. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

_____ **Curso de direito penal: parte especial:** arts 184 a 359 **H.** 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

SUPERINTENDENCIA ACADEMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	**Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**		
	DISCIPLINA: Direito Processual Civil I		
	CÓDIGO	**CRÉDITOS**	**CARGA HORÁRIA**
	H119765	**04**	**80**
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Tutela provisória. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de Conhecimento (1ª parte): procedimento comum.

OBJETIVO

Levar o aluno a compreender institutos centrais do Direito Processual, o desenvolvimento do processo e sua importância para a efetivação de direitos, bem como ensinar e orientar o aluno acerca da aplicabilidade das normas processuais e seus desdobramentos, promovendo a reflexão quanto à relação teoria/prática, sempre visando à formação de profissionais críticos, com sólida base teórica e com raciocínio capaz de adequar situações fáticas às normas legais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreender a necessidade e importância das tutelas provisórias como meios de efetividade do processo e garantia de realização de direitos;

Identificar a necessidade de provocação da atividade jurisdicional e acompanhar a formação do processo de conhecimento em suas fases e motivos que podem levar à sua suspensão e extinção;

Manusear os instrumentos processuais (petição inicial, contestação etc.) e reconhecer como participar das diversas etapas de um processo;

Capacidade para integrar o conteúdo teórico adquirido com a prática processual desejável a um operador do direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Tutela Provisória: tutelas de urgência e tutelas de evidência;

Formação, suspensão e extinção do processo;

Procedimento comum: petição inicial; improcedência liminar do pedido; audiência de conciliação ou de mediação; contestação; reconvenção; revelia; providências preliminares e saneamento; julgamento conforme o estado do processo.

UNIDADE II:

Audiência de Instrução e Julgamento;

Provas;

Sentença e coisa julgada.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas; seminários temáticos; leitura de textos; trabalhos práticos a serem apresentados pelos alunos; estudos de caso em grupo; leitura e reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é continuada e será desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), podendo ser utilizados também, seminários, trabalhos diversos e debates em sala, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC lei n.13.256, de 4-2-2016.** 2. ed. 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 780 p.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sérgio Cruz**. Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum.** 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. v 2.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil.** 9. ed. rev.atual. São Paulo, SP: JUSPODIVM, 2017. 1807p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo do conhecimento.** 19. ed. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. v. 1

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória**. 12. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. v. 2.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil.** 20. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1460 p.

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria geral do processo: em conformidade com o Novo CPC.** 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016. 337 p.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil 1: teoria geral do processo.** 16. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.

ACESSO VIRTUAL

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: volume único**. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil.** 20. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017. GONÇALVES, Marcus Vinicius. **Novo Curso de Direito Processual Civil: processo de conhecimento (2ª parte) e procedimentos especiais.** 11. Ed. De acordo com o novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 04/02/2016. São Paulo: Saraiva, 2016.

MACHADO JÚNIOR, Dario Ribeiro & Outros. **Novo Código de Processo Civil: anotado e comparado – Lei nº 13.105, de 04/02/2016.** Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil.** 16. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. v. 1.

5º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito das Coisas		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119790	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Direito das Coisas: conceito, natureza, evolução, distinções, características, classificação, constituição. Posse: teorias, aquisição e efeitos. Propriedade: conceito, modos de aquisição e perda. Direitos de vizinhança. Condomínio geral e especial. Direitos Reais sobre Coisas Alheias. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica neste conteúdo, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para as questões éticas, políticas e pedagógicas.

OBJETIVO

Propiciar a compreensão dos institutos do Direito das Coisas, seus princípios e fundamentos; proporcionando o conhecimento, distinção e análise da posse e propriedade, seus efeitos, proteção e função social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ter aptidão para identificar a natureza do Direito das Coisas.
- Distinção entre Posse e Propriedade.
- Reconhecer os modos e razões de aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel.
- Capacidade para identificar condomínios: geral e especial.
- Conceituar usucapião e entender a definição constitucional.
- Aplicar conhecimentos em casos reais e hipotéticos.
- Conhecer o aspecto legal, doutrinário e jurisprudencial, adquirindo a cultura jurídica específica necessária para o desempenho da atividade jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Direito das Coisas.

Noções Gerais: Conceito. Natureza. Características dos Direitos Reais. Classificação dos Direitos Reais. Domínio e Importância do Direito das Coisas. Constituição dos Direitos Reais. Posse: Conceito. Natureza Jurídica. Distinção entre domínio e propriedade. Teorias sobre posse: Subjetiva de Savigny. Objetiva de Jhering. Posse dos Diretos Pessoais. Composse. Transmissão da posse. Continuidade da posse. Composse.

Espécies e qualificações da posse: servidores da posse e detenção. Posse direta e indireta. Posse justa e injusta. Posse de boa e de má fé. Convalidação dos vícios da posse. Posse ad interdicta. Posse ad usucapione. Posse Ius possidendi e Ius Possessionis.

Aquisição da Posse: Modos de Constituição: originária e derivada. Quem pode adquirir a posse. Modos de perda da posse.

Efeitos da posse: interditos possessórios: turbação, esbulho, interdito proibitório. Espécies de frutos. Benfeitorias. Acessões. Distinções entre ambas. Principais efeitos da posse: indenizações, retenção, percepção dos frutos, usucapião.

Propriedade: Filosofia da propriedade e sua função social. Modos de aquisição: conceito. Tradição. Transcrição. Critérios: originária, derivada, sucessão singular, sucessão universal. Sujeito. Objeto. Modalidades: Perpétua. Resolúvel. Fiduciária. Plena. Restrita. Urbana. Rural. Aquisição da propriedade imóvel: transcrição. Acessão. Usucapião. Das construções e plantações. Do usucapião: especial, ordinário, extraordinário e novas modalidades.

Teoria do uso normal da coisa. Uso nocivo da propriedade: conceito. Consequências.

Das árvores limítrofes. Da passagem forçada. Dos limites entre prédios. Do direito de construir. Do direito de tapagem.

Da perda e da aquisição da propriedade imóvel: modos de perda da propriedade imóvel.

Da aquisição da propriedade móvel: ocupação, caça, pesca, invenção, tesouro.

Da especificação, confusão, comistão e adjunção. Do usucapião de bens móveis. Da tradição.

UNIDADE II – Direito das coisas e direitos reais sobre coisas alheias.

Do Condomínio: conceito. Natureza jurídica. Indivisão. Espécies de indivisão. Direitos e deveres dos condôminos. Administração do condomínio. Extinção do condomínio. Condomínio forçado. Do condomínio em edifícios: teoria da unidade autônoma. Natureza jurídica. Constituição. Direitos e deveres dos condôminos. Administração. Assembléia Geral. Extinção. Direitos Reais sobre coisas alheias.

Superfície: Conceito. Sujeitos. Denominações. Modo de constituição. Onerosidade ou gratuidade. Alienação onerosa ou gratuita. Resgate.

Terrenos da Marinha. Legislação pertinente.

Servidões prediais. Conceito. Fundamento. Sujeitos. Princípio. Constituição.
Classificação. Modo de exercício. Extinção.
Usufruto: Conceito. Características. Objeto. Modos de Constituição. Espécies. Classificação. Direitos e deveres. Extinção.
Uso e Habitação: Conceito. Características. Distinção entre Uso e Usufruto.
Compromisso de Compra e Venda: Conceito. Natureza. Características. Legislação. Comparação com CDC. Súmulas.
Alienação Fiduciária em Garantia: Conceito. Partes. Propriedade Fiduciária. Posse Direta e Indireta. Busca e Apreensão. Purgação da Mora. Legislação: Lei 4.728/65, Lei 9.514/97 e Código Civil.
Direitos Reais em Garantia: Noções Gerais. Penhor
Penhor: Conceito: Objeto. Características. Constituição. Requisitos. Registro. Sujeitos. Direitos e deveres.
Penhor Legal: Conceito. Constituição. Requisitos. Beneficiários.
Penhor Rural: Noções Gerais. Legislação.
Hipoteca: Conceito. Sujeitos. Objeto. Princípios. Forma. Tipo. Grau. Prenotação e Prioridade de inscrição.
Hipoteca Legal: Conceito. Beneficiários. Modos de Constituição.
Extinção da Hipoteca.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, debates, leitura e discussões de textos, estudos de casos, apresentação de relatórios de pesquisa, questões orais e escritas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e contínua desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência – ME, cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas.** 30. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. v. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das coisas.** 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 5

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais.** 15. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. v. 5 (Coleção Direito Civil).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: direito reais.** 9. ed., rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Jus Podivm, 2013. v.5

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado: parte especial: direito das coisas: direitos reais de garantia, hipoteca, penhor, anticrese**. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012. t. 20

_____. **Tratado de direito privado: parte especial: direitos das coisas: condomínio, edifício de apartamentos, compácuo, terras devoltas, terras de silvícolas.** São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012. t. 12.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito civil: direito das coisas.** 42. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2012. v. 3

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das coisas.** 6. ed., rev., e atual. São Paulo, SP: Método, 2014. v.4.

ACESSO VIRTUAL

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito das coisas**. São Paulo, SP: Atlas,, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das coisas** .12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 5.

_____ **Direito das coisas** .17. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MELO, Nehemias Domingos de. **Lições de direito civil, v. 4: direito das coisas.** São Paulo, SP: Atlas,2014.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: direito das coisas**. 44. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil - Vol. 4 – Direito das Coisas,** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**, 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das coisas.** 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016. v.4.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Administrativo I		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119803	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Origem, objeto, interpretação, codificação do Direito na Administração Pública. Relações do Direito Administrativo com os demais ramos do Direito. O Direito Administrativo como sistema de doutrina. Administração Pública. Organização administrativa brasileira. Os Poderes do administrador público. Garantias judiciais dos administrados. Do Controle da Administração Pública. Princípios Informativos do Direito Administrativo. Atos Administrativos.

OBJETIVOS

Transmitir noções gerais da disciplina, do conceito de Direito Administrativo até os dias atuais, com especial enfoque aos Princípios,

Conhecer a Estrutura e Organização da Administração Pública, os Poderes da Administração Pública, as Garantias judiciais, Controle da Administração Pública e os Atos Administrativos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ter capacidade para compreender as questões de origem, objeto e interpretação do Direito Administrativo.
- Dominar os conceitos e os princípios do Direito Administrativo.
- Conhecer a organização administrativa brasileira.
- Aptidão para apreender os princípios da Constituição Federal de 1988 no que tange ao Direito Administrativo.
- Conhecimentos dos atos administrativos.
- Capacidade de visão crítica do Direito Administrativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Concepção Histórica, Teórica e Principiológica

Direito Administrativo - Origem, Conceito e Objeto.

Seu caráter como disciplina autônoma.

O caráter recente da disciplina.

Prerrogativas de autoridade e sujeições especiais.

Interpretação do Direito Administrativo.

Posição do Direito Administrativo no universo da ciência jurídica.

Relações do Direito Administrativo com disciplinas afins.

Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Princípios essenciais do Direito Administrativo.

Administração Pública.

Características da Função Administrativa.

Origem e Acepções da Expressão Administração Pública.

Estrutura e Organização da Administração Pública Brasileira

Estrutura interna – Agentes Públicos E Suas Espécies, Cargos Públicos, Funções Estatais – Noções Introdutórias Necessárias.

A Administração Pública na Constituição Federal.

Administração Federal: Organização Legal.

A Administração Federal Direta e Indireta - detalhar todas as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado que integram a Administração Pública

Terceiro Setor

Serviço Público – Noções Introdutórias. Formas De Prestação E Formas De Execução Do Serviço Público.

Inovações Legislativas – Lei Das Estatais

UNIDADE II: Dos Poderes, do Controle da Administração Pública e dos Atos Administrativos.

Poderes da Administração Pública

O Sentido da palavra “Poder” na Constituição Brasileira.

A Ideia do Poder-Dever.

O Poder Hierárquico.

O Poder Discricionário e o Poder Vinculado.

O Poder Regulamentar.

O Poder de Polícia.

Discricionariedade Administrativa.

Improbidade Administrativa – correlacionar com temas afins e atuais

Garantias Judiciais dos Administrados: relações entre Administração Pública e Poder Judiciário.

Controle da Administração Pública: controle administrativo, controle legislativo e controle judiciário.

Atos Administrativos: Conceito, Características e Elementos do Ato Administrativo.

Classificação do Ato Administrativo.

Vícios do Ato Administrativo.

Sanatório das Normas Administrativas.

Prescrição.

Revogação e Nulidade do Ato Administrativo.

Impugnação Via Administrativa. Via Judicial.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas, leituras e discussões de textos, trabalhos em grupo como: seminários, debates, atividades lúdicas, desafios, pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, dentre outras formas de integrar o aluno e provocar o interesse na disciplina.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência obtida nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminando em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 30. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1311p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 28. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 1038p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado.** 23. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2015. 1102p.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo.** 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1111p.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Décio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro.** 42. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2016. 975p.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno.** 19. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 507p.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 32. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 1150p.

ACESSO VIRTUAL

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito administrativo.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método,2017.

BOLZAN, Fabrício. **Direito Administrativo para concursos**. 2. Ed. São Paulo, SP: Saraiva Educação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo,** 31. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 30. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo.11**. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

MAZZA, Alexandre. **Direito Administrativo # na prática**, 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**, 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito administrativo:** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

PESTANA, Marcio. **Direito Administrativo Brasileiro**, 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Processual Civil II		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119811	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais. Ordem dos processos, processos de competência originária dos tribunais, incidentes processuais. Recursos.

OBJETIVO

Levar o aluno a compreender as especificidades do processo no seu desenvolvimento no âmbito dos tribunais, tanto no que se refere à sua competência originária quanto recursal, enfatizando as garantias de princípios como duplo grau de jurisdição e ampla defesa e promovendo a reflexão quanto à relação teoria/prática, sempre visando à formação de profissionais críticos, com sólida base teórica e com raciocínio capaz de adequar situações fáticas às normas legais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Conhecer a ordem de processamento das causas perante os tribunais;

Compreender o trâmite dos processos até o nível dos últimos recursos cabíveis e as funções dos tribunais, em seus aspectos jurídico e político;

Manusear corretamente o instrumento processual adequado para cada caso concreto, relacionando assim a teoria e a prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Da Ordem dos Processos e dos Processos de Competência Originária dos Tribunais: Disposições Gerais (Precedentes); Ordem dos Processos nos Tribunais;

Incidente de assunção de competência;

Incidente de arguição de inconstitucionalidade;

Conflito de competência;

Ação rescisória;

Incidente de resolução de demandas repetitivas;

Reclamação.

UNIDADE II:

Recursos: disposições gerais;

Apelação;

Agravo de Instrumento;

Agravo Interno;

Embargos de Declaração;

Recursos para o STF e STJ: Recurso Ordinário, Recurso Extraordinário e Recurso Especial, Agravo em Recurso Extraordinário e em Recurso Especial, Embargos de Divergência.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, relatórios de pesquisa e contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é processada continuamente, desenvolvida através de Prova Contextualizada e da Medida de Eficiência (ME), obtida nas atividades de trabalho em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminando em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPI (Projeto Pedagógico Institucional).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil.** 20. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1460 p.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sérgio Cruz. **Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum.** 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. v 2.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil.** 9. ed. rev.atual. São Paulo, SP: JUSPODIVM, 2017. 1807p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC lei n.13.105, de - 04/02/2016.** 2. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 780p.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória.** 12. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. v. 2.

_____ CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil – Meios de Impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais.** 14. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. V.3.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao código de processo civil: novo CPC - Lei 13.105/2015.** 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 2845 p.

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria geral do processo: em conformidade com o Novo CPC.** 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016. 337 p.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo 16.** Ed. São Paulo, SP: RT, 2016. Vol. 1.

ACESSO VIRTUAL

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: volume único.** 2. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Marcus Vinicius. **Novo Curso de Direito Processual Civil: processo de conhecimento (2ª parte) e procedimentos especiais.** 11. Ed. De acordo com o novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 04/02/2016. São Paulo: Saraiva, 2016.

MACHADO JÚNIOR, Dario Ribeiro & Outros. **Novo Código de Processo Civil: anotado e comparado – Lei nº 13.105, de 04/02/2016.** Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil,** 12. ed. Atlas, 04/2016.

_____ **Novo código de processo civil comentado**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

PINHO, Humberto Dalla de. **Direito Processual Civil Contemporâneo** vol. 2 - Processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais, 3. ed. Saraiva, 2/2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Dos Crimes em Espécie II		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119820	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a paz pública. Crimes de falsidade em geral. Dos crimes contra a administração pública. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica neste conteúdo, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para as questões éticas, políticas e pedagógicas.

OBJETIVO

Instruir o aluno para torná-lo capaz de lidar com a doutrina e com a jurisprudência em Direito Penal, estimulando-o para o pensamento crítico em relação a eles; por meio de um estudo sistematizado dos crimes em espécie, com a análise detalhada de cada um dos tipos legais de crimes.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Aplicar a norma penal fundamentadamente a casos concretos;
- Solucionar de forma técnico-jurídica os problemas empíricos atinentes à disciplina;
- Discutir crítica e tecnicamente, textos informativos (jornalísticos e científicos) relacionados com os crimes debatidos em sala de aula;

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

I UNIDADE

Crimes Contra a Dignidade Sexual

. Lenocínio e tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual

- Estupro;
- violação sexual mediante fraude;
- assédio sexual;
- estupro de vulneráveis;
- corrupção de menores;

- satisfação lascívia mediante presença de criança ou adolescente;
- favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de vulneráveis;
- ultraje público ao pudor;

Ato obsceno – escrito ou objeto obsceno.

Crimes Contra a Paz Pública

- Objeto da tutela penal: incitação ao crime e apologia de crime ou criminoso;
- associação criminosa

II UNIDADE

Crimes de Falsidade em Geral

- moeda falsa;
- falsidade de documento público;
- Falsidade de documento particular;
- falsidade ideológica;
- uso de documento falso

Crimes Contra a Administração Pública

- crimes praticados por funcionários públicos contra a administração geral;
- crimes praticados por particulares contra a administração geral;
- crime praticado por particulares contra administração pública estrangeira
- crimes contra administração da justiça;
- dos crimes contra as finanças públicas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas e sequenciadas, de acordo com o conteúdo programático, trabalhando teoria e aspectos práticos, com a apresentação da jurisprudência atualizada, análise de julgados relevantes sobre os temas. Será incentivada a pesquisa em revistas jurídicas e "sites" da internet para enriquecimento da aprendizagem.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua, desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos em grupo ou individual e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública.** 10. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 4

_____. **Tratado de direito penal: parte especial : dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos**. 11. ed., rev. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. v. 5

CUNHA, Rogerio Sanches. **Manual de direito penal: parte especial (arts.121 ao 361).** 7. ed., 2. tiragem. Salvador, BA: Juspodivm, 2015. 912 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal:** legislação penal especial. 8. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2013. v. 4

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial (arts. 121 a 154 do CP).** 10. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2013. v. 2

_____. Curso de direito penal: parte especial (arts. 155 a 249 do CP). 12. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015. v. 3

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal 3: parte especial: crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública.** 23. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. v. 3

_____. **Direito penal: parte especial: crimes contra a fé pública a crimes contra a administração pública.** 17. ed., 2. tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2013. v. 4

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal: parte especial arts. 121 a 234-B do CP.** 31. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2015. v. 1

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro.** 13. ed., 2. tirag. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 1630p.

ACESSO VIRTUAL

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 17. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 2.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial.** 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. v. 4

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial esquematizado.** 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Internacional		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119838	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Elementos e instrumentos do Direito Internacional Público. Dimensão e fundamentos da globalização. Fundamentos e função do Direito Internacional Privado. Direito Internacional Privado no mundo globalizado. Competência internacional e elementos de conexão. Autonomia da vontade e arbitragem. Arbitragem nacional e internacional.

OBJETIVO

Capacitar o aluno a utilizar as fontes de direito internacional público e de direito público interno para a solução de problemas a partir dos conhecimentos básicos sobre a sociedade internacional.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

-Ter conhecimento sobre sociedade internacional e os processos transformadores políticos.
-Analisar acontecimentos internacionais de repercussão mundial político-jurídica.
-Compreender a diferença funcional entre direito internacional público e privado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Introdução ao Direito Internacional Público

1.Conceito de Direito Internacional Público
2.Evolução do Direito Internacional Público.
3.Sociedade internacional e comunidade de Estados.
4.Fontes do Direito Internacional Público; Conceito e classificação. Art.38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
5.Dos atos internacionais. Definição; espécies. Produção e tipos de normas jurídicas internacionais. Processo de elaboração dos tratados internacionais.
6.Aplicação e interpretação de atos internacionais.
7.Sujeitos do Direito Internacional Público.

8.O Estado e os elementos essenciais;

9.Sucessão e responsabilidade internacional.

10.Organizações Internacionais; ONU Objetivos e sistema da ONU.

11.Globalização e blocos econômicos. MERCOSUL e ALCA.

12.Litígios internacionais e soluções de Conflitos. Violação de tratados e consequências

UNIDADE II: Elementos introdutórios de Direito Internacional Privado.

1. Noções; Definição e fundamentos.
2. Fontes: conceito e classificação
3. Objeto
4. Elementos de conexão.
5. Ordem Pública. Moral e bons costumes.
6. Direito de família: homologação e execução de sentença de divórcio.
7. Prestação de alimentos no estrangeiro.
8. Contratos internacionais
9. Cartas Rogatórias
10. Arbitragem nacional e internacional.

METODOLOGIA DE ENSINO

Leitura e discussão de temas pertinentes à disciplina, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas obtidas nas atividades de trabalhos: individual e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público.** 22. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. 1000 p.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Saraiva, 2016. 703 p.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar.** 15. ed., rev. atual. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. 469 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direito internacional público: parte geral.** 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 256 p.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado: incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário.** 9. ed., rev. ampl., atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. 1136p.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática**. 18. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. 421 p.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional público.** 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 561p.

ACESSO VIRTUAL

BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de Direito Internacional Privado**, 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar.** 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva Educação, 2016.

VARELLA, Marcelo D. **Direito internacional público**. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

6º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Administrativo II		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119846	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Contratos Administrativos e Licitação. Serviços Concedidos, Permitidos e Autorizados. Função Pública. Servidores Públicos. Responsabilidade Civil do Estado. Intervenção do Estado na Propriedade Privada: Desapropriação. Bens Públicos.

OBJETIVO

- Incentivar a discussão sobre as possibilidades de que ele dispõe no exercício de atividades relacionadas à Administração Pública.
- Atuar no processo de desenvolvimento de capacidades analíticas que lhe permitam o reconhecimento da diversidade de interpretação de doutrinas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Aplicar os conhecimentos teóricos da disciplina em situações concretas.
- Ter aptidão para desenvolver do estudo com vinculação dos aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais.
- Ter habilidade para aplicar os princípios constitucionais de forma coesa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: **Dos atos administrativos bilaterais. Contratos administrativos.**

Procedimento de licitação.

Contratos administrativos: Conceito, características, elementos, tipos.

Formação dos contratos administrativos.

Execução e desfazimento de contrato administrativo.

Contrato de obra pública.

Concessão de serviços públicos: regime jurídico, conceito, principais características, tipos.

Àlia ordinária alia administrativa e alia econômica.

UNIDADE II: **Servidores públicos, bens públicos, responsabilidade e restrições do Estado na propriedade privada**.

Teorias sobre a relação do agente público com o Estado.

Servidores públicos: Classificação, Investiduras, Direito e deveres dos servidores.

A responsabilidade dos servidores públicos: Noções gerais.

A teoria do risco. Responsabilidade Estatal por atos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Bens Públicos: Noções gerais.

Restrições do Estado nas propriedades privadas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação e contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 28. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 1311p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 28. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 1038p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado.** 23. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2015. 1102p.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo.** 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1111 p

MEIRELLES, Hely Lopes,; ALEIXO, Décio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro.** 42. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2016. 975p.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno.** 19. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 507p.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 32. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 1150p.

ACESSO VIRTUAL

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito administrativo.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método,2017.

BOLZAN, Fabrício. **Direito Administrativo para concursos**. 2. Ed. São Paulo, SP: Saraiva Educação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo,** 31. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 30. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo.11**. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

MAZZA, Alexandre. **Direito Administrativo # na prática**, 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**, 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito administrativo:** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

PESTANA, Marcio. **Direito Administrativo Brasileiro**, 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Práticas Integradoras no Direito II		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119889	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Aprendizado articulado do Direito. Construção da argumentação jurídica. Desenvolvimento de projeto de pesquisa jurisprudencial e doutrinaria. Elaboração de trabalho científico.

OBJETIVOS

- Promover a compreensão e integração transversal de disciplinas do curso, a partir dos seus conceitos articuladores.
- Orientar a articulação transversal de disciplinas;
- Auxiliar a análise de decisões judiciais e de argumentação jurídica, relacionando-as com as demais disciplinas cursadas;
- Compreender e relacionar de forma articulada o Direito, estabelecendo relações transversais entre as disciplinas estudadas e o Direito Agrário, a Magistratura, a Medicina Forense e a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.
- Desenvolver projeto integrador de pesquisa e artigo científico.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Integrar os conceitos teóricos estudados nas disciplinas do curso com a aplicação prática, nas diversas demandas judiciais;
- Utilizar em situações concretas, conceitos apreendidos nas disciplinas estudadas referentes à jurisprudência;
- Capacidade de elaboração de trabalhos científicos.
- Utilizar a argumentação jurídica na elaboração de artigo científico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1-Leitura e debate de textos sobre técnicas de análise de decisões judiciais e sua relação com as disciplinas: Direito Agrário, Magistratura, Medicina Forense e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.
2- Escolha de tema e revisão sobre itens do Projeto de pesquisa
3- Desenvolvimento de pesquisa sobre o tema escolhido para elaboração de artigo.

UNIDADE II

1- Orientação de pesquisa sobre o tema escolhido para elaboração de artigo
2- Apresentação oral do trabalho
3 – Elaboração e entrega de artigo.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos de pesquisa e elaboração de artigo científico de forma individual ou em grupo com análise de problemas reais e fictícios.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Atividade Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminarão em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso), devido a sua especificidade, a disciplina não é avaliada através de provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito.** 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. 334 p.
DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro 1: teoria geral do direito civil**. 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 1. 640p.
MEZZAROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 6. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 367p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado.** 23. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2015. 1102p.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI.** Porto Alegre, RS: Penso, 2015. 159 p.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 600p.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de Artigos Científicos**. São Paulo, SP: Atlas 2016. 288p.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014. 383 p.

ACESSO VIRTUAL

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito.** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação de Artigos Científicos**. Rio de Janeiro, RJ: Atlas 2016.

MEZZAROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Processual Penal I		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119870	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Teoria geral do processo penal. Princípios do processo penal. Fontes, interpretação e sistemas processuais penais. Lei processual penal no tempo e no espaço. Inquérito Policial. Ação penal. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e competência. Questões prejudiciais, exceções, medidas assecuratórias e processos incidentes.

OBJETIVO

Conhecer e compreender todos os temas propostos na ementa, correlacionando-os e contextualizando-os sob os pontos de vista doutrinário, legal e jurisprudencial.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreensão dos principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais inerentes à disciplina.

Ter conhecimento das principais teorias sociais relacionadas ao Direito.

Aptidão para o desenvolvimento crítico, analítico, criativo dentro da logicidade do Direito Processual Penal.

Aplicação da Legislação em vigor a casos práticos e nos casos hipotéticos.

Acompanhar a evolução doutrinária e jurisprudencial.

Ter capacidade para relacionar o Direito Constitucional e o Direito Processual Penal no que tange aos remédios e os princípios constitucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Teoria geral do processo penal.

Princípios do processo penal.

Fontes, interpretação e sistemas processuais penais.

Lei processual penal no tempo e no espaço.

Inquérito Policial.

Ação penal.

Ação civil *ex delicto*.

UNIDADE II:

Jurisdição e competência.

Questões prejudiciais, exceções, medidas assecuratórias

Processos incidentes.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisas bibliográfica, doutrinárias e jurisprudenciais, contextualização das pesquisas, estudos de casos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), as notas obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminarão em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 13. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Forense, 2016. 1053p.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal.** 21. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1104p.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 24. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1157p.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. **Processo penal**. V. 1. 35. ed. rev. atual. 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 717p.

_____. **Processo penal.** V. 2. 35. ed. 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 954p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto. **Processo penal esquematizado**. 7. ed., rev. e atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2015. 1445 p.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 24. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2017. 886p.

GIACOMOLLI, Nereu José. **O Devido Processo Penal.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 431p.

LOPES JUNIOR. Aury. **Direito processual penal**. 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1148p.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal.** 12. ed., rev., amp. e atual. Salvador, BA: JusPODIVM, 2017. 1840 p.

ACESSO VIRTUAL

AVENA, Norberto. **Processo penal**. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 24. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

GIACOMOLLI, Nereu José. **O Devido Processo Penal.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

LOPES JR, Aury. **Direito processual penal,** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 25. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Direito processual penal esquematizado**. 6. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Processual Civil III		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119862	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Procedimentos especiais do CPC. Procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis (Estaduais, Federais, Fazenda Pública).

OBJETIVO

Levar o aluno a compreender os diversos tipos de procedimentos possíveis para o desenvolvimento de um processo e sua importância para a efetivação de direitos, bem como ensinar e orientar o aluno acerca da aplicabilidade de normas específicas para cada tipo de procedimento, promovendo a reflexão quanto à relação teoria/prática, sempre visando à formação de profissionais críticos, com sólida base teórica e com raciocínio capaz de adequar situações fáticas às normas legais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreender e Saber utilizar o conhecimento teórico na prática forense.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Ação de consignação em pagamento;

Ação de Exigir contas;

Ações possessórias;

Ação de dissolução parcial de sociedades;

Inventário e partilha;

Embargos de terceiro;

Oposição;

Habilitação;

Ações de família;

Ação monitória;

Homologação do penhor legal;

UNIDADE II:

Procedimentos especiais de jurisdição voluntária: disposições gerais; humanos alienação judicial; divórcio consensual, extinção consensual de união estável e alteração de regime de bens do matrimônio; testamentos e codicilos; herança jacente; bens dos ausentes; coisas vagas; interdição; tutela e curatela; organização e fiscalização de fundações;

Procedimento dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais;

Procedimento dos Juizados Cíveis Federais;

Procedimento dos Juizados da Fazenda Pública.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas; seminários temáticos; leitura de textos; trabalhos práticos a serem apresentados pelos alunos; estudos de caso em grupo; leitura e reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é continua e será desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME),observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC lei n.13.105, de - 04/02/2016.** São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 780p.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sérgio Cruz. **Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados.** 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. v. 3

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil.** 9. ed. rev. atual. São Paulo, SP: JUSPODIVM, 2017. 1807p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil.** 20. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1460 p.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios / (Coord.),Pedro Lenza. **Direito Processual Civil Esquematizado** – 7. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 936p.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil.** 12. ed. reform. atual. 2. tirag. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1146p.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo código de processo civil comentado - artigo por artigo.** 2. Ed. rev. e atual. . Salvador, BA: JUSPODIVM, 2017. 1919p.

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria geral do processo: em conformidade com o Novo CPC.** 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016. 337 p.

ACESSO VIRTUAL

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil.** 20. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado.** 8. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil.** 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

PINHO, Humberto Dalla de. **Direito Processual Civil Contemporâneo** vol. 2 - Processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais, 3.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil, v. 2.** 16. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito de Família		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119854	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Direito de Família Contemporâneo. Dos Princípios. Das Entidades Familiares. Das relações de parentesco. Da Filiação. Do Direito de Família Assistencial. Do direito de Família patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família.

OBJETIVO

Apreender os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais, para posteriormente aplica-los na lide cotidiana do direito de família.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ter conhecimento do Direito de Família, nas relações de parentesco.
- Aptidão para identificar os institutos que o integram o Direito de Família na relação patrimonial.
- Apreender os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais do Direito de Família.
- Identificação dos diferentes regimes de bens.
- Tomar conhecimento dos interesses familiares dentro da perspectiva legal, doutrinária e jurisprudencial.
- Aplicar as teorias em situações reais e hipotéticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Lineamentos históricos do Direito de Família. Constitucionalização do Direito de Família: Constituição Federal de 1988, nova tábua axiológica do Direito de Família.

Princípios gerais e específicos do Direito de Família.

Formas de entidades e familiares.

Casamentos: Disposições gerais. Processo de Habilitação. Capacidade. Impedimentos e causas suspensivas. Espécies. Celebração. Registro. Inexistência e invalidade do casamento: Causas de nulidade e anulabilidade. Direitos e Deveres. Responsabilidade civil entre os cônjuges.
Divorcio Judicial: consensual e litigioso. Divorcio administrativo.
Da Proteção da pessoa dos filhos. Guarda Exclusiva e compartilhada. Da alienação parental.
Da União Estável. Uniões paralelas. Uniões poliafetivas

UNIDADE II

Da relação de parentesco.
Direito de Filiação: igualdade entre filhos. Presunções de filiação. Reconhecimento de filhos: voluntário e forçado (da investigação de paternidade). Dúvidas e impugnações a filiação: negatória de paternidade e anulatória de registro Paternidade socioafetiva. Posse do estado de filho.
Adoção.
Poder Familiar. Responsabilidade civil por abandono afetivo
Direito Assistencial: Tutela e Curatela.
Direito Patrimonial de Família: Alimentos. Regime de bens. Bem de Família. Usufruto e administração dos bens dos filhos menores.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, leituras e discussões de textos, trabalhos individuais e em grupo, seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão, análises de situações concretas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Medida de Eficiência ME e Prova, ujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família.** 30. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. v. 5.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro 6: direito de família.** 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v.6.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: família.** 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. v. 5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias.** 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. v.6

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil 6: direito de família: as famílias em perspectiva constitucional.** 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 6. 784p.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito civil: familias.** 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 399 p.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: direito de Família** - 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense: 2016. Vol. 5.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil 5: direito de família.** 10. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2015. v. 5.

ACESSO VIRTUAL

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro v. 6: direito de família.** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito civil: familias.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

PEREIRA, Caio Mário da; PEREIRA, Tânia da Silva. **Instituições de Direito Civil**, v. 5: **direito de família,** 25. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

7º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito do Trabalho I		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119897	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Evolução do Direito do Trabalho. Evolução do Direito do Trabalho no Brasil. Estrutura do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Interpretação e atuação do Direito do Trabalho. Relação de Trabalho. O empregado. O empregador. Identificação profissional. Contrato individual de emprego. Contrato individual de emprego e contratos afins. Elementos do contrato individual de emprego. Espécies do contrato individual de emprego. Efeitos do contrato individual de emprego. Salário. Proteção e isonomia do salário. Remuneração.

OBJETIVOS

- Analisar o Direito do Trabalho em conexão com a realidade social, a partir dos preceitos constitucionais.
- Verificar a relação de emprego como o objeto de estudo do Direito do Trabalho.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ter a compreensão do campo teórico e prático do Direito do Trabalho;
- Analisar critérios para o exercício do Direito do Trabalho.
- Compreender a importância dos princípios constitucionais e demais princípios gerais para o Direito do Trabalho.
- Interpretar as normas jurídicas em conformidade com o Direito do Trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Evolução Universal do Direito do Trabalho.

Revolução tecnológica.

Flexibilização e desregulamentação de direitos.

Evolução do Direito do Trabalho no Brasil.

Relações trabalhistas no Brasil colonial, no regime escravagista.

Abolição da escravatura e Proclamação da República.

O Tratado de Versalhes.

A Revolução de 1930.

A Legislação outorgada.

O movimento de 1964.

A constituição Federal de 1988.

Estrutura do Direito do Trabalho.

Conceito.

Denominação.

Divisão interna.

Autonomia.

Relações com outros ramos do Direito.

Fontes do Direito do Trabalho.

Conceito de fontes.

Hierarquia das fontes.

Conflitos e suas soluções.

Princípios do Direito do Trabalho.

Conceito e importância dos princípios do Direito.

Princípios peculiares do Direito do Trabalho.

Princípios gerais aplicáveis ao Direito do Trabalho.

Interpretação e Atuação do Direito do Trabalho.

Conceito e Métodos de interpretação.

Interligação dos métodos interpretativos.

Integração das normas do Direito do Trabalho.

Campo de atuação do Direito do Trabalho.

Relação de Trabalho.

Natureza jurídica.

Teorias.

Relação de trabalho e relação de emprego.

Caracterização da relação de emprego.

Critérios para a caracterização.

Sujeitos da relação de emprego.

O Empregado.

Definição.

Trabalhadores autônomos, avulsos, eventuais e temporários.
Empregados domésticos.
Trabalhador rural.
O empregador.

UNIDADE II: Elementos do contrato individual de emprego.
Identificação profissional.
Contrato individual de emprego, e
Contratos afins.
Diferenças entre contrato de emprego e locação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria.
Espécies de contrato individual de emprego.
Efeitos do contrato individual de emprego.
Salário.
Proteção e isonomia do salário.
Remuneração.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, Trabalhos individuais e em grupo, seminários, debates, pesquisa bibliográfica, exposições orais dialogadas, análises de casos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 16. ed. São Paulo, SP: LTR, 2017. 1691p.
GOMES, Orlando, **Curso de direito do trabalho.** 19. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2012. 797p
MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho.** 33. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1295 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho.** 11. ed. São Paulo, SP: LTR, 2017. 1104p.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho.** 12. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Método, 2016. 1349 p.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho.** 40. ed. São Paulo, SP: LTR, 2015. 608p.

SARAIVA, Renato. **Direito do trabalho.** São Paulo, SP: Método, 2014. 540p. (Concursos Públicos).

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de legislação social: direito do trabalho.** 14. ed. rev. atual. ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 155 p.

ACESSO VIRTUAL

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho Esquematizado**. 6. ed. São Paulo, SP: Método, 2016.

ROMAR, Carla. **Direito do Trabalho Esquematizado.** 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	ÁREA: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Das Sucessões		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119919	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Direito das Sucessões: da sucessão em geral: Espécies de Sucessões e Sucessores. Abertura da sucessão, aceitação e renúncia da herança. Herança jacente. Os que não podem suceder. Direito de representação. Sucessão legítima e testamentária.

OBJETIVO

Entender e ser capaz de aplicar os conceitos e teorias apreendidas no estudo do direito das sucessões na prática profissional.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer o Direito das Sucessões.
- Conhecer as espécies de sucessões e sucessores
- Identificar os institutos que o integram.
- Apreensão dos aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais.
-Identificar os sucessores legítimos e necessários e a forma como herdam
-Identificar as concorrências sucessórias e suas hipóteses de incidência
- Aplicar as teorias em situações hipotéticas e reais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

Da sucessão em geral: Da herança e sua administração. Do princípio da *saisine.* Da aceitação e renúncia da herança. Da cessão de direitos. Da capacidade para suceder. Dos excluídos da sucessão. Da herança Jacente e Vacante. Dos herdeiros necessários. Do direito de representação Da sucessão legítima: Da sucessão dos descendentes. Da sucessão dos ascendentes. Da sucessão dos colaterais.

UNIDADE II

Da sucessão legítima: sucessão dos cônjuges. Concorrência do cônjuge com descendentes e ascendentes. Da sucessão dos companheiros.

Da Sucessão Testamentária: Do testamento em geral. Da capacidade para testar. Das formas ordinárias do testamento: público, cerrado, particular. Dos codicilos. Dos testamentos especiais. Das disposições testamentárias. Dos legados. Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Da redução das disposições testamentárias. Das substituições. Da deserdação. Do rompimento do testamento.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada, leituras e discussões de textos, trabalhos individuais e em grupo, seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão, análises de situações concretas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Medida de Eficiência ME, obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas e Prova, culminando em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das sucessões**. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 584p. v. 7.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões.** 31. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2017. v. 6.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito das sucessões.** 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. v. 6 (Coleção Direito Civil).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Maria Berenice. **Manual das sucessões.** 4. ed., rev., atual. e ampl. 4. tirag. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. 702 p.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito civil: sucessões**. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 296 p.

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. **Curso**

de direito civil: direito das sucessões. 38. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2012. v. 6. 373p.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v.6: direito das sucessões.** 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.

WALD, Arnold. **Direito Civil: Sucessões.** 16. ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva. 2015. V.6.368p.

ACESSO VIRTUAL

CARVALHO, Luiz Paulo Vieira de. **Direito das Sucessões**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

FARIA, Mario Roberto Carvalho de. **Direito das Sucessões - Teoria e Prática**, 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

GOMES, Orlando. **Sucessões**. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, v. 7: direito das sucessões**. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil, v. 6: direito das sucessões.** 39. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil, v. 6: direito das sucessões.** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Processual Penal II		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119927	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Da Prova: teoria geral da prova e provas em espécie. Sujeitos processuais. Da prisão: teoria geral da prisão provisória e prisões provisórias em espécie. Da liberdade provisória. Do processo comum: ordinário e sumário. Do processo e julgamento dos crimes da competência do Tribunal do Júri.

OBJETIVO

Conhecer e compreender todos os temas propostos na ementa, correlacionando-os e contextualizando-os sob os pontos de vista doutrinário, legal e jurisprudencial.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

-Ter compreensão dos principais aspectos legais, da Prova.

-Desenvolvimento do pensamento crítico, analítico sobre os temas propostos na disciplina.

-Capacidade para aplicar o aprendizado na resolução de casos práticos.

-Ter habilidade para acompanhar a evolução doutrinária, legal e jurisprudencial do Direito Processual Penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Da Prova: teoria geral da prova e provas em espécie. Sujeitos processuais.

Da prisão: teoria geral da prisão provisória e prisões provisórias em espécie.

UNIDADE II:

Da liberdade provisória.

Do processo comum: ordinário e sumário.

Do processo e julgamento dos crimes da competência do Tribunal do Júri.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada com utilização de recursos tecnológicos, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e será desenvolvida através de Medida de Eficiência ME e Prova, cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal.** 21. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1104p.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal.** 24. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1157p.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. **Processo Penal 2 .** 35. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. Vol. 2. 954p.

_____. **Processo Penal 3 .** 35. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. Vol. 3. 659p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto. **Processo penal esquematizado.** 7. ed. rev. e atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2015. 1445p.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 24. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2017. 886p.

GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 431p.

LOPES JR, Aury. **Direito processual penal.** 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1148p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 12. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Forense, 2015. 1042 p.

ACESSO VIRTUAL

ARRUDA, Rejane Alves de. **Manual de direito processual penal**. 1. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

AVENA, Norberto. **Processo penal.** 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 24. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal,** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MESSA, Ana. **Curso de direito processual penal.** 2. ed. Saraiva, 2013. VitalBook file. Minha Biblioteca.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito processual penal.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal.** 25. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Direito processual penal esquematizado.** 6. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Filosofia Jurídica		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H117223	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Introdução à filosofia jurídica. Delimitação e tarefas da filosofia do direito. Desenvolvimento histórico da filosofia do direito. Panorama cultural da filosofia do direito no Brasil e no mundo. Questões contemporâneas da filosofia do direito.

OBJETIVO

Capacitar o estudante de Ciências Jurídicas e Sociais do instrumental filosófico básico para a compreensão de uma Filosofia do Direito. A Filosofia do Direito como compreensão coerente da natureza do direito.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender que o direito se apoia na filosofia para a sua legitimação e desenvolvimento.
- Diferenciar a filosofia jurídica de outros campos de saber
- Identificar as questões jurídicas atuais tematizadas pela filosofia jurídica e suas implicações na realização do direito.
- Reconhecer as principais teorias e filósofos do campo jurídico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Cartografia e compreensão da filosofia do direito

Introdução à filosofia jurídica.

Estudo de conceitos essenciais para a compreensão e interpretação.

Delimitação: filosofia do direito, teoria do direito, dogmática jurídica.

Desenvolvimento histórico da filosofia do direito.

Panorama cultural da filosofia do direito no Brasil e no mundo.

UNIDADE II: Questões contemporâneas da filosofia do direito

Direito e Ética

Direito e Justiça

O direito como sistema

Argumentação e decisão jurídica

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisas bibliográficas, fichamentos, resenhas, apresentação de relatórios de pesquisa e contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), obtidas nas atividades de trabalhos: individual e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminando em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPI (Projeto Pedagógico Institucional), considerando as habilidades e competências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADEODATO, João Maurício Leitão. **Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência: (em contraposição à ontologia de Nicolai Hartmann)**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2013. 358p.

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito.** 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 864p.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, a sociologia jurídica**. 25. ed. 3. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 615p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia.** 4. ed., rev. 3. reimp. São Paulo, SP: Moderna, 2014. 479 p

CICCO, Cláudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito.** 6. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2012. 345p.

MAURER, Béatrice; SEEOMAN, Kurt; KLOEPFER, Michael; HÄBERLE, Peter; KRISTE, Stephan; NADER, Paulo. **Filosofia do direito.** 23. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2015. 318p.

NEUMANN, Ulfried. **Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional.** 2. ed., rev., atual., ampl., 2. tirag. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2013. 240p.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito.** 20. ed., 14. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 708 p.

ACESSO VIRTUAL

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito.** 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016.

CATÃO, Adrualdo de Lima. **Filosofia do Direito para concursos.** Rio de Janeiro, RJ: Método, 2014.

FONTES, Paulo Gustavo Guedes. **Filosofia do direito.** Rio de Janeiro, RJ: Método, 2014.

INGRAM, David. **Filosofia do direito: conceitos chave em filosofia.** Porto Alegre, RS: ArtMed, 2015.

MAGRI, Wallace Ricardo. **Filosofia do direito.** São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito.** 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

NUNES, RIZZATTO. **Manual de Filosofia do Direito.** 6. ed. Saraiva, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Prática Jurídica I		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119935	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Organização Judiciária. Prática de Processo Civil. Prática em Arbitragem, Mediação e Conciliação. Pesquisa de Jurisprudência e visitação a entidades do Poder Judiciário, Procuradorias, OAB e Ministério Público. Redação de Peças Processuais. Orientação Prática.

OBJETIVO

Adquirir um amplo conhecimento da organização judiciária brasileira tanto na teoria como na prática, através das visitas técnicas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Vivenciar aspectos da área jurídica;
- Desenvolver o pensamento crítico, analítico e criativo.
- Aplicar a Legislação em vigor em casos práticos.
- Capacitar-se para acompanhar a evolução doutrinária e jurisprudencial.
- Compreender e aprofundar-se nos Meios Alternativos de Resolução de Conflitos - Conciliação, Mediação e Arbitragem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: A organização Judiciária.

Disposição da Constituição Federal, da Constituição Estadual e do Código de organização. Judiciária/. Orientação prática para o destinatário da petição.

Procuração ad juditia; ad juditia et extra. Substabelecimento, revogação; renúncia e extinção do mandato.

Redação de Peças: procuração, substabelecimento, etc.

Carta de Preposto para o processo.

Petição Inicial: particularidades, requisitos, exigências, estrutura.

Petição Inicial Cível

Modificação/alteração, desistência da ação.

Orientação prática para redação de petições. Casos simulados.

Particularidades, requisitos, exigências, estrutura, modificações e alterações, desistência da ação proposta.

Itens para a Avaliação: Elaboração de Petição Inicial

UNIDADE II:

Resposta do Réu

Redação de peças processuais.

Generalidades, preliminares e mérito. Contestação.

Redação de peça processual: contestação.

Intervenção de terceiros e oposição.

Arbitragem: Atos de Notificação; Compromisso Arbitral; Confecção de Peças e Audiência.

Mediação: confecção de peças.

Itens para a Avaliação: Elaboração de Resposta do Réu

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas práticas com análise e acompanhamento de casos, elaboração de peças, análises de casos e discussões. Visitas técnicas a órgãos da esfera judiciária.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Elaboração de peças processuais tendo como referência os problemas visualizados no Núcleo de Práticas Jurídicas e frequência integral às aulas no Núcleo de Práticas. Devido ao seu caráter eminentemente prático, a disciplina não é avaliada através de provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTOLO, José Gilmar. **Prática processual civil anotada.** 8. ed. São Paulo, SP: JH Mizuno, 2017. 1663p.

COLOMBO, Juliano; SILVA, Jaqueline Mielke. **Manual de prática civil: teoria e prática.** 6. ed. Porto Alegre, RS: Verbo Jurídico, [2014]. 429p.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurelio. **Manual de prática civil.** 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2016. 648p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil: cabimento/ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos.** 21. ed. rev. E atual. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 816p.

BARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Jiliana Francisca. **Prática jurídica civil.** 6.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014.

CARVALHO, João Paulo Oliveira Dias de. **Manual de prática forense penal**. Leme, SP: JH Mizuno, 2014. 348 p.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro 1 teoria geral do direito civil**. 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v. 1. 640p.

MELO, Nehemias Domingos de. **Manual de prática jurídica civil: para graduação e exame da OAB.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 292 p.

ACESSO VIRTUAL

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro 4: responsabilidade civil.** 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. v.4.

MELO, Nehemias Domingos de. **Manual de prática jurídica civil: para graduação e exame da OAB.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

TARTUCE, Fernanda. **Manual de prática civil.** 13. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Processual Civil IV		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119900	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença. Processo de execução: execução em geral; espécies de execução; embargos à execução; suspensão e extinção do processo de execução.

OBJETIVO

Levar o aluno a analisar os procedimentos de liquidação e cumprimento de sentença, bem como a compreender os diversos tipos de procedimentos executórios e sua importância para a efetivação de direitos, bem como ensinar e orientar o aluno acerca da aplicabilidade de normas específicas para cada tipo de procedimento, promovendo a reflexão quanto à relação teoria/prática, sempre visando à formação de profissionais críticos, com sólida base teórica e com raciocínio capaz de adequar situações fáticas às normas legais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreender a necessidade da liquidação de sentença para proceder ao seu cumprimento;

Conhecer o procedimento de cumprimento dos diversos tipos de sentença (provisório e definitivo);

Identificar os casos que demandam processo autônomo de execução;

Compreender o procedimento a ser seguido em um processo de execução, desde os requisitos necessários para realizar qualquer execução aos procedimentos específicos das diversas espécies de execução.

Aptidão para relacionar teoria e prática, utilizando os instrumentos adequados para cada espécie de execução diante de situações fáticas concretas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Processo de Execução

Disposições gerais sobre o processo de execução: partes, competência, requisitos necessários para realizar qualquer execução;
Espécies de execução: execução para entrega de coisa; execução das obrigações de fazer ou de não fazer; execução por quantia certa; execução contra a Fazenda Pública; execução de alimentos;
Embargos à execução;
Suspensão e extinção do processo de execução;
Liquidação de sentença;

UNIDADE II: Liquidação e Cumprimento de Sentença
Cumprimento de sentença: disposições gerais;
Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa;
Cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa;
Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos;
Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública;
Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou de entregar coisa.
Execução nos Juizados Especiais: peculiaridades.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas; seminários temáticos; leitura de textos; trabalhos práticos a serem apresentados pelos alunos; estudos de caso em grupo; leitura e reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é continuada e será desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), podendo ser utilizados seminários, trabalhos diversos e debates em sala, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil.** 20. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1460 p.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sérgio Cruz. **Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum.** 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. v 2

_____. **Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados**. 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. v. 3.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil.** 9. ed. rev.atual. São Paulo, SP: JUSPODIVM, 2017. 1807p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSIS, Araken de. **Manual da execução.** 18. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. 1826p

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC lei n.13.105, de - 04/02/2016.** 2. ed. 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 780p.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios / (Coord.),Pedro Lenza. **Direito Processual Civil Esquematizado** – 7. ed. 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 936p.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil.** 12. ed. reform. atual. 2. tirag. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1146p.

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria geral do processo: em conformidade com o Novo CPC.** 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016. 337 p.

ACESSO VIRTUAL

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil.** 20. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José F., BONDIOLI, Luis A. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**, 48. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

PINHO, Humberto Dalla de. **Direito Processual Civil Contemporâneo vol. 2 - Processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais,** 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil, v. 2**. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil, v. 3**. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

8º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Empresarial		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H118939	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA: O Código Civil, Lei 10.406/2002, Direito de Empresa. Empresário; Sociedades; Nome Empresarial; Estabelecimento Empresarial; Direito de Propriedade Industrial; Franquias; Títulos de Crédito.

OBJETIVOS

- Interpretar e aplicar as normas e princípios fundamentais relativos ao Direito Empresarial
- Identificar os principais aspectos da atividade empresarial, das obrigações e prerrogativas dos que a exercem.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Capacitar o discente diante das transformações globais sobre a interferência do Direito na atividade empresarial.
- Prover condições metodológicas para que o aluno relacione a empresa sob o prisma jurídico, nas suas mais diversas manifestações de uma forma essencial e prática.
- Ter desenvolvimento sob uma percepção rigorosa das múltiplas questões que se coloca na sua formação, organização e atividade.
- Capacidade para apreciar as multiplicidades das questões colocadas pela ordem jurídica.
- Decidir observando que em cada conduta existe uma regra jurídico-empresarial, devendo ser conhecida e analisada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Parte Geral do Direito Empresarial; Sociedades.

Breve histórico do Direito Empresarial

Fontes do Direito Empresarial

Autonomia do Direito Empresarial

A Empresa

O Empresário Individual

Sociedades

Natureza jurídica do ato constitutivo

Classificação das sociedades

Desconsideração da personalidade jurídica

Órgãos sociais

Nome Empresarial

Micro e Pequenas Empresas – Critérios de classificação

Estabelecimento Empresarial

Direitos de Propriedade Industrial

UNIDADE II: **Sociedades Empresárias. Títulos de Crédito**

Sociedade em Comum

Sociedade Limitada (características)

Sociedade Anônima (características)

Dissolução e Liquidação de Sociedades

Títulos de Crédito.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, seminários, debates, pesquisa bibliográfica, estudo de casos, elaboração de resenhas, pesquisas de campo, relatórios e contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, compondo-se de Medida de Eficiência (ME) e Provas Contextualizadas, cujas notas, obtidas nas participações de trabalhos culminam numa nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa.** 28. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. 415 p.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial.** 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 811p.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial.** 40. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017. 523p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial**. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. v. 1

_____. **Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito.** 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. Vol. 3.

NIARADI, George Augusto. **Direito empresarial.** 5. reimpr. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2014. 191p.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado.** 5. ed. rev. atual. amp. São Paulo, SP: Método, 2015. 852p.

SANTOS, Elisabete Teixeira Vido dos. **Curso de direito empresarial.** 4. ed., rev., atualizada e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 486 p.

ACESSO VIRTUAL

CAMPINHO, Sergio. **Curso de direito comercial: direito de empresa.**14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial.** 18. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

GUSMÃO, Mônica. **Lições de Direito Empresarial,** 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro, v. 1: empresa e atuação empresarial.** 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa, v. 2:**, 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial.** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

_____ **Direito empresarial esquematizado.** 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2016.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito empresarial sistematizado.** 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Ética Profissional		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119374	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

O direito e a ética: a deontologia jurídica. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Estatuto da Advocacia e da OAB. Novo Código de Ética e Disciplina da OAB. Legislação Complementar. Dispositivos Constitucionais. Regulamento Geral. Súmulas. Provimentos.

OBJETIVOS

- Compreender a importância da ética nas relações profissionais
- Discutir temas atuais envolvendo as questões éticas em todos os seus aspectos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ter uma visão científica da ética geral e profissional.
- Compreensão dos princípios que regem a carreira jurídica.
- Estabelecer conceitos etimológicos da palavra ética.
- Estabelecer relações entre ética e moral.
- Distinção das normas éticas de normas técnicas.
- Aplicação na realidade as teorias estudadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

1. Definições sobre a Ética, a Moral, o Direito e a Justiça.
2. A ética na advocacia e a legislação da Ordem dos Advogados do Brasil.
3. Da Atividade Privativa da advocacia e suas prerrogativas e direitos.
4. Exercício e atividade da advocacia, licença e cancelamento.
5. Incompatibilidade e Impedimento.
6. Da sociedade de advogados e do advogado empregado.
7. Dos honorários advocatícios. Modalidades e formas de execução. Atividades práticas.

UNIDADE II:

1. Infrações e sanções disciplinares.
2. Código de ética e disciplina da OAB e as regras deontológicas fundamentais.
3. Relações com o cliente. Sigilo profissional.
4. Da Publicidade: meios de comunicação. Publicidade: Advogados na mídia.
5. Do processo disciplinar. Processo e procedimento.
6. Organização da OAB. Finalidade. Eleições. Mandato.
7. Tendências Contemporâneas em Ética. Ética, violência e direitos humanos; A ética dos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana; Bioética e direito; Ética e constituição.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, leitura e discussão de temas pertinentes à disciplina, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), obtidas nas atividades de trabalhos: individual e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminando em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional.** 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 600 p.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB**. 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 386 p.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional.** 12. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 829 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Maria Thereza Pompa (Organizadora). **Ética.** São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil Ltda., 2012. 123 p.

BENNETT, Carole. **Ética profissional.** Rio de Janeiro, RJ: Cengage Learning, 2012. 115p. (Série profissional)

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, politica**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2012. 326 p.

ROBINSON, Dave; GARRATT, Chris. **Entendendo: ética.** São Paulo, SP: Leya, 2013. 176p.

SÁ, A. Lopes de. **Ética profissional.** 9. ed., São Paulo, SP: Atlas, 2017. 312 p.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo,. **Ética.** 35. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização, 2013. 302 p.

ACESSO VIRTUAL

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional.** 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Ética profissional.** Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

JULIÃO, Rodrigo de Farias. **Ética e Estatuto da Advocacia.** 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB**. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SÁ, A. Lopes de. **Ética profissional.** 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

SÁNCHEZ, Alessandro. **Ética profissional e filosofia do direito.** Rio de Janeiro, RJ: Método, 2016.

VALE JUNIOR, Lincoln Biela de Souza. **Ética na OAB: questões resolvidas**, 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

_____ **Ética na OAB.** 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Prática Jurídica II		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H1199978	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Simulação de Inquérito Policial, audiências criminais e relatórios de consultas a processos. Temas Transversais contemplando assuntos atuais de interesse da coletividade e que ultrapassam os conteúdos programáticos pré-estabelecidos como questões de ordem ética, política e pedagógica.

OBJETIVO

Desenvolver atividades básicas de prática real nas áreas do Processo Penal construindo a visão holística do aluno para a competência Técnica, Política e Humana do profissional do direito.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ter conhecimento das principais teorias sociais relacionadas ao Direito.
- Desenvolvimento crítico, analítico e criativo.
- Aplicar da Legislação em vigor a casos práticos.
- Acompanhar a evolução doutrinária e jurisprudencial.
- Ter aptidão para compreender o estágio na área jurídica.
- Aplicar os institutos previstos no Conteúdo Programático.
- Aplicação da teoria e da prática na área jurídica;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Inquérito policial/Ação Penal

Auto de Prisão em Flagrante

Portaria – Notitia Criminis

Representação - Requerimento

Prisão Cautelar.

Denúncia e Queixa

UNIDADE II: Ação Penal/Recursos

Resposta à acusação
Instrução Criminal: Alegações Finais/Memorias
Recurso em Sentido Estrito
Apelação
Habeas Corpus.
Procedimento do Júri. (As alterações implementadas pela nova Lei nº 11.689/08).
Juizados Especiais Criminais

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada e prática, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão, vivência prática. Serão utilizados processos, obtidos a partir de convênios com a Justiça.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Confecção de peças processuais, tendo como referência os problemas e análises de casos reais e frequência integral às aulas. Comparecimento em audiências, nas Varas Criminais, Vara de Execuções Penais, varas de Júri, Juizados Criminais, Câmaras Criminais, Tribunal do Júri, Varas da Justiça Federal e Justiça Militar. Visitas técnicas a delegacias de polícia, Casa de Detenção, Penitenciárias, Casa do Albergado e Conselho Penitenciário, com acompanhamento do professor. Devido ao seu caráter eminentemente prático, a disciplina não é avaliada através de provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, João Paulo Oliveira Dias de. **Manual de prática forense penal.** Leme, SP: JH Mizuno, 2014. 348p.

NUCCI, Guilherme de Souza; NUCCI, Nátalia Cristina Ferreira. **Prática forense penal.** 8. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014. 540p.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal.** 35. ed., 2. tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. 927p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal** 1**: parte geral** . 22. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. v. 1.

CAPEZ. Fernando. 24. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. 886p.
FISCHER, Fernanda Salles; CAPOBIANCO, Rodrigo Júlio. **Prática processual penal: exame de ordem.** 5. ed. São Paulo, SP: Método, 2014. 492p
LOPES JR., Aury. **Direito processual penal.** 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1148p.
MESSA, Ana Flávia. **Prática penal para exame da OAB.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 541p.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal.** 21. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1104p.
RANGEL, Paulo. **Direito processual penal.** 24. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1157 p.

ACESSO VIRTUAL

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal v. 1: parte geral** . 22. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016.
FISCHER, Fernanda Salles. **Prática processual penal: exame de ordem 2ª fase.** 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.
LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal.** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.
MESSA, Ana Flávia. **Prática penal para exame da OAB.** 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016
NOVAES, Felipe. **Manual de Prática Penal.** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2016.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal.** 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.
RANGEL, Paulo. **Direito processual penal.** 25. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direitos Humanos		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119960	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

A disciplina visa analisar os fundamentos gerais dos Direitos Humanos, sua hierarquia e força vinculante. Para isso será discutida a construção histórica desses direitos a partir de uma análise crítica da proteção dos direitos humanos na atual cena internacional.

OBJETIVO

- Oportunizar um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que fundamentam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos, de forma a facilitar a compreensão da realidade contemporânea mediante o estudo do marco normativo, seja no âmbito internacional ou nacional.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Identificar e caracterizar as principais instituições do sistema (nacional e internacional) de direitos humanos;
- Capacidades de argumentação e de reflexão.
- Interpretar e analisar diferentes tipos de documentos relativos aos temas da disciplina;
- Construir textos fundamentados e coerentes, utilizando técnicas de pesquisa, de tratamento e de apresentação da informação.
- Refletir de modo sistemático e crítico sobre os Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - Direitos Humanos

1. Introdução aos Direitos Humanos: Conceito, Fontes e antecedentes
2. Desenvolvimento Histórico dos Direitos Humanos
3. Universalismo e Relativismo Cultural

4. Direito Internacional dos Direitos Humanos

4.1 A Carta Internacional de Direitos Humanos

4.2 A Declaração Universal de Direitos Humanos

4.3 Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966

4.4 Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966

5. Temas especiais de Direitos Humanos

UNIDADE II – Sistemas e Mecanismos de Proteção de Direitos Humanos

1. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos

2. Sistemas Regionais

2.1 Sistema Europeu

2.2 Sistemas Africano

2.3 Sistema Interamericano de Direitos Humanos

3. Direitos Humanos no Brasil

3.1 Os Tratados de Direitos Humanos e a Constituição Federal

3.2 Órgãos de Proteção aos Direitos Humanos

3.3A Constituição Brasileira de 1988 e a Concepção contemporânea de Direitos Humanos

4. Políticas Públicas e Direitos Humanos

5. Direitos Humanos e Sociedade Civil

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia é desenvolvida através de exposição oral dialogada, seminários, debates, pesquisa bibliográfica e de campo, elaboração de resenhas e fichamentos, estudos dirigidos, pesquisas e apresentação de relatórios de pesquisa e sua contextualização para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e desenvolvido através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), obtidos nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminando em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPI (Projeto Pedagógico Institucional), considerando as habilidades e competências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 600 p.

PIOVESAN, Flávia Cristina. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 16. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 735 p.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed., 2. tiragem. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2012. 192 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial.** 3. reimp. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2014. 132 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania.** 2. ed. reform. 24. impr. São Paulo, SP: Moderna, 2016. 112 p. (Coleção Polêmica).

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 317 p.

GABARDO, Emerson; SALGADO, Eneida Desiree. **Direito, felicidade e justiça.** Belo Horizonte, MG: Fórum, 2014. 278 p.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral comentários aos Arts 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil doutrina e jurisprudência.** 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 432p. (Coleção Temas Jurídicos).

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado: incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário.** 9. ed., rev. ampl. atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. 1136p.

ACESSO VIRTUAL

BRANDÃO, Cláudio. **Direitos Humanos e Fundamentais em Perspectiva**. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

CASTILHO, RICARDO. **Direitos Humanos**, 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos:** curso elementar. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

MALHEIRO. Emerson. **Direito internacional e direitos humanos – questões comentadas**, 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2016.

PIOVESAN, Flávia Cristina. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 17. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

RAYO, José Tuvilla. **Educação em Direitos Humanos: Rumo a uma Perspectiva Global,** 2. ed. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2013.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Processual Penal III		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119951	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Procedimentos especiais. Das Nulidades: Teoria Geral das Nulidades e Nulidades em Espécie. Dos Recursos: Teoria Geral dos Recursos e Recurso em Espécie. Dos Recursos para os Tribunais Superiores. Ações Autônomas Impugnativas.

OBJETIVO

Conhecer e compreender todos os temas propostos na ementa, correlacionando-os e contextualizando-os sob os pontos de vista doutrinário, legal e jurisprudencial.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Desenvolver visão científica do Direito Processual Penal.
- Capacidade analítica diante de temas da atualidade, relacionados com o Direito Processual Penal.
- Compreensão da importância do Processo Penal para a futura prática profissional, contextualizando a partir de casos concretos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Procedimentos Especiais. JECRIM. Decisões e Coisa julgada. Teoria geral das nulidades. Nulidades em espécie.

UNIDADE II:

Teoria geral dos Recursos. Recurso em sentido estrito, apelação, embargos infringentes e de nulidades, embargos de declaração, carta testemunhável, Recursos para os Tribunais Superiores. *Habeas corpus* e revisão criminal.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, análise de casos, relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua, desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal.** 21. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1104p.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal.** 24. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1157p.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. **Processo Penal.** 35. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. Vol. 3. 659 p.

_____. **Processo Penal.** 35. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. Vol. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto. **Processo penal esquematizado.** 7. ed., rev. e atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2015. 1445p.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 24. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2017. 886p.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal.** 12. ed., rev., amp. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. 1840p

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal.** 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1148p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 13. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Forense, 2016. 1053p.

ACESSO VIRTUAL

AVENA, Norberto. **Processo penal.** 9. Ed. Rio de Janeiro. Método,2017.

CAPEZ, Fernando. **Processo penal simplificado**, 20. Ed. Saraiva, 2013.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

_____ **Investigação preliminar no processo penal.** 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 14. ed., rev., atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal.** 25. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

REIS, Alexandre Cebrian Araujo. **Direito processual penal esquematizado**. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito do Trabalho II		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119943	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Duração do trabalho. Repousos. Férias anuais remuneradas. Alteração do contrato individual de emprego. Suspensão e interrupção do contrato individual de emprego. Extinção do contrato individual de emprego. Aviso prévio. Garantia de emprego. Garantia do tempo de serviço. Fundo de garantia do tempo de serviço. Direito coletivo do trabalho. Liberdade sindical. Sindicalismo no Brasil. Administração e poderes do sindicato. Convenção coletiva de trabalho. Conflitos coletivos de trabalho. Formas de composição de conflitos.

OBJETIVO

Compreender os fundamentos jurídicos e práticos do Direito do Trabalho e suas relações com a atividade empresarial e a sociedade.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer o conteúdo teórico do Direito do Trabalho.
- Estabelecer critérios para o exercício do Direito do Trabalho.
- Compreender os sistemas e processos Trabalhistas.
- Avaliar as influências do contexto social no Direito do Trabalho.
- Compreender a importância dos princípios constitucionais e demais princípios gerais para o Direito do Trabalho.
- Conhecer a teoria trabalhista.
- Desenvolver o senso crítico sobre a dogmática jurídica.
-Valorar os fatos sociais observados pelo sistema jurídico.
- Interpretar as normas jurídicas em conformidade com o Direito do Trabalho.
- Conhecer o conteúdo teórico do Direito do Trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Repousos.

Repouso intrajornada e interjornada.

Repouso semanal remunerado e em dias feriados.

Finalidade e natureza jurídica.

Férias anuais remuneradas.

Alteração do contrato individual de emprego.

Jus Variandi e Jus Resistentiae.

Suspensão e Interrupção do Contrato Individual de Emprego.

Extinção do Contrato Individual de Emprego

Modos, causas e efeitos da extinção do contrato de emprego.

Efeitos da extinção do contrato por prazo determinado.

Efeitos da extinção do contrato por prazo indeterminado.

Justas causas resilitórias do empregado.

Justas causas resilitórias do empregado

Homologação dos pedidos de demissão e dos recibos de quitação.

Aviso Prévio.

Aviso prévio e prescrição.

UNIDADE II: Direito Coletivo do Trabalho.

Garantia de Emprego.

- Classificação da estabilidade.
- Natureza jurídica.
- Formas de estabilidade no Brasil.
- A estabilidade na constituição Federal de 1988.
- Residual e FGTS.

Garantia do Tempo de Serviço.

- Natureza jurídica.
- Disciplina legal.
- Quantificação.
- Formas.

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

- Conceito e Natureza jurídica.
- Regência legal.
- Campo de aplicação.
- Depósitos e seus efeitos na rescisão do contrato de emprego.
- Evolução histórica do fenômeno associativo profissional.

Liberdade sindical.

Sindicato obrigatório.

Sindicalismo revolucionário e reformista.

Sindicalismo no Brasil.

Histórico.

Natureza jurídica.

Os diversos estatutos e a liberdade sindical.

Prerrogativas e deveres no regime anterior à Constituição Federal de 1988.

Associação profissional e sindicato.

Registro e investidura.

Funcionamento.

Administração e Poderes do Sindicato.

Diretoria e outros órgãos.

Proteção à função representativa.

Estatutos e mensalidades.

Direito e filiação e preferência.

Eleições sindicais.

Os chamados poderes do sindicato.

Hierarquia sindical e associações sindicais de grau superior.

Enquadramento sindical.

Contribuições sindicais.

Convenção Coletiva de Trabalho.

Generalidades e importância.

Evolução histórica.

Natureza jurídica.

Eficácia, formação e conteúdo na convenção coletiva.

Celebração e partes.

Terminologia.

Forma e publicidade da convenção coletiva.

Duração e vigência.

Extensão da convenção coletiva.

Conselhos de empresa.

Acordo coletivo.

Conflitos Coletivos de Trabalho.

Evolução histórica da greve.

Justificação do direito de greve.

Natureza jurídica e conceito de greve.

Lock out.

Compatibilidade com a justiça do trabalho.

Titulares do direito de greve.

Efeitos da greve sobre o contrato de trabalho.

Espécies de greve.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada, trabalhos individuais e em grupo, seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos individuais e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARRION, Valentin. CLT: **Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar / jurisprudência.** 40. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. 1822p.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 15. ed. São Paulo, SP: LTR, 2016. 1627p.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho.** 33. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1295 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho.** 9. ed. São Paulo, SP: LTR, 2013. 1104p.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho.** 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Método, 2016. 1349p.

MARTINS, Adalberto. **Manual didático de direito do trabalho.** 5. ed., atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 359p.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculos trabalhistas: contribuição sindical.**2 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 670p.

ACESSO VIRTUAL

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho,** 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

JORGE NETO, Francisco Ferreira.. **Manual de Direito do Trabalho**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**, 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

RESENDE, Ricardo; **Direito do Trabalho Esquematizado**, 6. ed. São Paulo, SP: Método, 2016.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de legislação social: direito do trabalho,** 14. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

9º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Ambiental		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120003	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Conceito de Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Histórico do Direito Ambiental. O Direito Ambiental e as Ciências Afins. Classificação do Meio Ambiente. Meio Ambiente e Ecologia. Poluição e espécies. Legislação Ambiental Brasileira. Direito Processual Ambiental.

OBJETIVOS

- Apresentar e discutir, criticamente e de forma integrada, os principais aspectos do Direito Ambiental e das práticas sociais, políticas e institucionais.
- Instigar o aluno a desenvolver uma atitude dinâmica e atuante na comunidade em que vive, comprometida com o Meio Ambiente, como agente multiplicador dos conhecimentos auferidos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecimento do campo teórico do Direito Ambiental, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e nas normas infraconstitucionais.
- Analise de situações práticas em confronto com a legislação ambiental atual.
- Aplicação dos princípios ambientais no contexto socioeconômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

Conceito de Direito ambiental e meio ambiente

Fontes, princípios e relação do direito Ambiental com outras ciências.

Evolução Histórica.

Classificação do Meio Ambiente.

O Direito Ambiental na Legislação Brasileira.

Direito Ambiental Constitucional.

Competência para legislar sobre meio ambiente.

Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente.
Órgãos governamentais de proteção ambiental.
Licenciamento e Zoneamento Ambiental.

UNIDADE II

Preservação, responsabilidade e dano ambiental.
Lei dos Crimes Ambientais.
Biopirataria.
Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança.
SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
Novo Código Florestal.
Desenvolvimento Sustentável.
Ações Judiciais em matéria ambiental.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, com o auxílio de Multimeios no ambiente AVA, com o roteiro da aula e dados relevantes para o aprendizado do aluno. Apresentação de trabalhos. Pesquisas orientadas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos individuais e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Legislação de direito ambiental. 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 1114 p. (Coleção Saraiva de Legislação).
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 15. ed., 2. tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. 1005p.+ e-book.
MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente.** 10. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 1707 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMADO, Frederico. **Direito ambiental .** 8. ed. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. 975p.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental.** 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 1422p.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 24. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2016. 1407 p.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado.** 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 717 p.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental.** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 1024 p.+ e-book.

ACESSO VIRTUAL

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental.** 19. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado.** 10. ed. São Paulo, SP: Forense, 2016.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Prática Jurídica III		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120011	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Simulação de audiências cíveis. Relatórios de consultas a processos. Preparação de Peças Processuais. Sustentação Oral das Razões. Análise de Casos Reais. Ritos Processuais. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica neste conteúdo, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para a questão ética, política e pedagógica.

OBJETIVO

Desenvolver no aluno a visão prática do direito civil, através da preparação de peças processuais e sustentação oral.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ter conhecimento das principais teorias sociais relacionadas ao Direito.
- Desenvolvimento do pensamento crítico, analítico e criativo do aluno.
- Aplicar a Legislação em vigor a casos práticos.
- Acompanhar a evolução doutrinária e jurisprudencial.

-Abranger sequencialmente uma visão científica do Direito Processual Civil.

-Aplicar o aprendizado teórico em casos práticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Processo Simulado no 1º Grau

Rito Ordinário/Especial/Sumário – Elaboração de Petição Inicial com Tutela de Urgência/Contestação/Manifestação sobre a Contestação – Audiência Simulada

Decisões Interlocutórias - Recursos

Itens para avaliação escrita – Elaboração de peça processual

UNIDADE II: Processo Simulado no 2º Grau

Decisões Terminativas e Extintivas

Recursos

Sustentação Oral das Razões.

Execuções – Cautelares

Itens para avaliação escrita – Elaboração de Peça Recursal

METODOLOGIA DE ENSINO

Elaboração de peças processuais, através de análises de casos reais das varas restritivas, obtidos através dos convênios com órgãos públicos e apoio do Núcleo de Práticas Jurídicas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Confecção de peças processuais, tendo como referência análises de casos reais e frequência integral às aulas. Comparecimento dos discentes em audiências, nas Varas Cíveis, Seções Judiciárias, Juizados Cíveis, Câmaras Cíveis, Tribunal, Varas da Justiça Federal. Também serão realizadas visitas ao Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fóruns e Tribunais, com acompanhamento do professor. Devido ao seu caráter eminentemente prático, a disciplina não é avaliada através de provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTOLO, José Gilmar. **Prática Processual Civil Anotada.** 8. ed. Editora: H. Mizuno, 2017. 1663p.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC lei n.13.256, de 4-2-2016.** 2. ed. 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 780 p.

COLOMBO, Juliano; SILVA, Jaqueline Mielke. **Manual de prática civil: teoria e prática.** 6. ed. Porto Alegre, RS: Verbo Jurídico, [2014]. 429 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil: cabimento/ações diversas, competência , procedimentos, petições, modelos.** 21. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 816p.

BERTOLO, José Gilmar. **Petições forenses anotadas.** 12. ed. Leme, SP: Mizuno, 2017. 1501p.

LUZ, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado - Advocacia Prática - Civil, Trabalhista e Criminal** – 28. Ed. Manole, 2016. 986 p.

MELO, Nehemias Domingos de. **Manual de prática jurídica civil para graduação e exame da OAB.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 292p.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil: volume único.** 9. ed. rev. e atual. Salvador, BA: JusPODIVM, 2017. 1807p.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurélio. **Manual de prática civil.** 12. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Método, 2016. 648 p.

ACESSO VIRTUAL

GONÇALVES, Marcus Vinicius. **Novo Curso de Direito Processual Civil: processo de conhecimento (2ª parte) e procedimentos especiais. 11. Ed. de acordo com o novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 04/02/2016.** São Paulo: Saraiva, 2016.

MACHADO JÚNIOR, Dario Ribeiro & Outros. **Novo Código de Processo Civil: anotado e comparado – Lei nº 13.105, de 04/02/2016.** Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil.** 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

_____ **Novo código de processo civil comentado**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

PINHO, Humberto Dalla de. **Direito Processual Civil Contemporâneo** vol. 2 - **Processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais,** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TARTUCE, Fernanda. **Manual de prática civil.** 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Tributário I		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119994	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

O Estado e o poder de tributar. Direito Tributário. Tributo. Fontes do Direito Tributário. Vigência, interpretação, integração e aplicação da legislação tributária. Obrigação tributária. Sujeito ativo e sujeito passivo. Crédito tributário. Administração tributária.

OBJETIVO

Estimular no aluno a busca pelo conhecimento introdutório da tributação, estudar o sistema tributário constitucional e as normas gerais de Direito Tributário.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer o Sistema Tributário Nacional
- Compreender os princípios constitucionais tributários e as normas gerais de Direito Tributário
- Identificar os institutos do Direito Público e do Direito Privado aplicava ao Direito Tributário.
- Desenvolver o senso crítico sobre a dogmática jurídica tributária.
- Interpretar e aplicar os princípios constitucionais tributários
- Interpretar e aplicar as normas jurídicas tributárias
- Saber argumentar suas ideias na interpretação do Direito Tributário
- Saber fundamentar as decisões jurídicas na aplicação da legislação tributária.
- Elaborar Parecer em matéria de Direito Tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: **O Estado e o Poder de Tributar**

O Estado e o poder de tributar

Atividade financeira do Estado

Conceito e autonomia do Direito Tributário

Relações do direito tributário com outros ramos do direito

Tributo.

Conceito de tributo (artigo 3º do Código Tributário Nacional)

Espécies tributárias na Constituição e no Código Tributário Nacional

Características e classificação das espécies tributárias.

Fontes do direito tributário

Classificação das fontes: primárias e secundárias

A Constituição Federal

Emendas constitucionais

Leis complementares

Leis ordinárias

Tratados e convenções internacionais

Medidas provisórias

Resoluções do Senado

Vigência e aplicação da legislação tributária

Vigência das normas tributária no tempo e no espaço

Recepção e revogação da legislação tributária

Aplicação da lei tributária

Interpretação e integração da norma tributária.

Interpretação do direito tributário

Integração do direito tributário

Direito privado: conceitos utilizados na definição da competência tributária; princípios gerais.

Sistemas e Competências

Sistema tributário nacional

O sistema tributário nacional na Constituição e as normas gerais de direito tributário

Competência legislativa em matéria tributária

Competência tributária

Limites do poder de tributar

Princípios constitucionais tributários

Imunidades tributárias

UNIDADE II – Obrigação Tributária

Conceito e natureza da obrigação tributária

Espécies de obrigação tributária

Fato gerador da obrigação tributária

Hipótese de incidência e fato gerador

Diferenças entre incidência, não-incidência, imunidade e isenção
Elementos do fato gerador
Sujeitos Ativo e passivo
Competência tributária e sujeição ativa
Capacidade tributária
Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória
Contribuinte
Responsável
Sujeição passiva e convenções particulares
Domicílio
Responsabilidade tributária
Denúncia espontânea
Crédito tributário
Constituição do crédito tributário
Modalidades de lançamento
Suspensão da exigibilidade do crédito tributário
Extinção do crédito tributário
Exclusão do crédito tributário
Prescrição e decadência no Direito Tributário
Administração tributária
Fiscalização
Certidão negativa de débito
Sigilo fiscal

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos em equipe e individuais, apresentação de seminários, debates, pesquisas bibliográficas e aplicação da teoria em casos práticos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos individuais e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado.** 9. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Método, 2015. 764p.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário.** 26. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 944 p.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário.** 37. ed., rev. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2016. 562 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário.** 11. ed. rev. atual. Salvador, BA: JusPODIVM, 2017. 862p.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito tributário na constituição e no STF: teoria, jurisprudência.** 17 ed., rev., atual. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2014. 364p.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro.** 21. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. 544p.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro.** 13.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015. 1584p.

CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro.** 5.ed. 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 852p.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de direito financeiro e tributário**. 13. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2014. 600 p.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 678 p.

ACESSO VIRTUAL

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro.** 21. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016.

CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro.** 6 .ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 28. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Tributário.** 19. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.

ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito Tributário**. 19. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

LONGO, Rene. **Direito Tributário: teoria e prática:** 2ª fase do exame da ordem. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. SABBAG, Eduardo de Morais. **Direito Tributário essencial.** 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Processual do Trabalho		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H119986	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Direito Processual do Trabalho. Ação Trabalhista. Dissídio Individual. Recursos no Processo do Trabalho. Liquidação de Sentença. Execução Trabalhista.

OBJETIVOS

- Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos dogmáticos do Direito Processual do Trabalho.
- Desenvolver nos alunos o conhecimento e análise das categorias especiais do Direito Processual do Trabalho.
- Interpretar e aplicar as normas processuais aos procedimentos em espécie.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

-Compreensão dos principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais inerentes à matéria.

-Solucionar casos concretos relacionados aos temas estudados e à legislação em vigor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Organização da Justiça do Trabalho.

Composição dos Órgãos da Justiça do Trabalho.

Tribunal Superior do Trabalho: Composição, Jurisdição e Competência.

Tribunais Regionais do Trabalho: Composição, Jurisdição e Competência.

Varas do Trabalho: Composição, Jurisdição e Competência.

Ministério Público do Trabalho.

Jurisdição. Conceito.

Jurisdição graciosa e contenciosa.

Conflitos da jurisdição.

Competência.

Ratione materiae.

Ratione personae.

Ratione loci.

Competência em função hierárquica.

Enunciados do C. TST.

As partes no processo trabalhista.

Princípios que orientam o Processo do Trabalho:

Do Dispositivo. Do Inquisitório ou Inquisitivo. Da Concentração. Da Oralidade. Da Imediaticidade. Da Celeridade Processual. Da Eventualidade.

Dissídios Individuais:

Procedimentos - Ordinário, Sumaríssimo, Sumário e Especial.

Propositura da ação (Reclamação Trabalhista)

Notificação inicial.

Audiência de Instrução e Julgamento.

Da Defesa do Reclamado (Contestação)

Exceções. Reconvenção. Nulidade. Perda Temporária do Direito de reclamar.

UNIDADE II: Instrução Processual.

Primeira proposta de conciliação.

Ônus probandi.

Interrogatório das partes.

Prova documental.

Prova testemunhal.

Prova pericial.

Inspeção judicial.

Razões finais.

Segunda proposta de conciliação.

Sentença.

Notificação.

Custas.

Assistência judiciária.

Coisa julgada.

Recurso:

Existência do recurso.

Adequação.

Tempestividade.

Depósito do valor da condenação.

Pagamento das custas.

Motivação.

Recurso ordinário.

Recurso de revista.

Recurso extraordinário.

Notificação.

Agravo no Processo Trabalhista.

Execução definitiva.

Mandato executório e penhora.

Embargos.

Execução de acordos não cumpridos.

Juros e correção monetária.

Execução de obrigação de fazer.

Dissídios coletivos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas com uso de metodologias ativas, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, análises de peças processuais.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua, desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos individuais e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho.** 38. ed., atual. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1104p.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sonia Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho.** 29. ed., 3. tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva. 2015. 1040 p.

SARAIVA, Renato; Manfredini, Aryanna. **Curso de direito processual do trabalho: volume único.** 14. ed., rev., atual. e ampl. Salvador, BA: JusPODIVM, 2017. 862 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho.** 11. ed. São Paulo, SP: Método, 2013.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 22. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 584 p.

MARTINS, Sergio Pinto. **Fundamentos de direito processual do trabalho.** 18. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 165 p.

_____ **Direito processual do trabalho.** 36. ed. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 868p.

ACESSO VIRTUAL

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito processual do trabalho.** 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas 2017.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Direito processual do trabalho.** 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 23. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho.** 38. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Curso de direito processual do trabalho.** Rio de Janeiro,RJ: Atlas 2017.

10º PERÍODO

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Prática Jurídica IV		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120062	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Elaboração de peças trabalhistas e simulação de audiência. Pensamento Crítico e Analítico do Aluno. Evolução Doutrinária e Jurisprudencial. Aplicação da Legislação Pertinente. Princípios e Teorias Aplicadas à Prática Trabalhista. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica neste conteúdo, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para as questões éticas, política e pedagógica.

OBJETIVO

Desenvolver no aluno a visão prática do direito trabalhista, através da preparação de peças processuais e sustentação oral.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer as principais teorias sociais relacionadas ao Direito.
- Desenvolver o pensamento crítico, analítico e criativo do aluno.
- Fomentar a aplicação da Legislação em vigor a casos práticos.
- Capacitar o aluno para acompanhar a evolução doutrinária e jurisprudencial.
- Vivenciar através do Estágio na área jurídica os elementos suficientes para entendimento e aplicação dos institutos previstos para a sua formação profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Reclamação Trabalhista e Resposta do réu.

Audiências de Conciliação, Instrução e Julgamento

Petição Inicial – Rito Ordinário.

Petição Inicial – Rito Sumaríssimo.

Noções de Cálculo Trabalhista.

Ação de Consignação em Pagamento.

Contestação.

Itens para a Avaliação – Elaboração de Peça Processual

UNIDADE II: Exceções e Recursos.

Audiências de Conciliação, Instrução e Julgamento - 02 relatórios (uma pelo rito ordinário e outra pelo sumaríssimo).

Consulta a processos – 02 relatórios de processos com sentença de mérito (um pelo rito ordinário e outro pelo rito sumaríssimo).

Exceções no Processo do Trabalho.

Recurso Ordinário.

Recurso de Revista

Agravo de Instrumento.

Embargos à Execução.

Embargos de Declaração

Agravo de Petição.

Mandado de Segurança

Itens para a Avaliação: Elaboração de Peça Recursal

METODOLOGIA DE ENSINO

Análise de casos reais e hipotéticos, prática no campo de atuação profissional, visitas técnicas a órgãos públicos ligados a área trabalhista.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Confecção de peças processuais, tendo como referência análises de casos reais e frequência integral às aulas. Comparecimento dos discentes em audiências. Visitas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fóruns e Tribunais, com acompanhamento do professor. Devido ao seu caráter eminentemente prático a disciplina não é avaliada através de provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Prática trabalhista.** 8. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Método, 2015. 403 p.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Prática jurídica trabalhista.** 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 650 p.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 15. ed. São Paulo, SP: LTR, 2016. 1627 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORTEZ, Julpiano Chaves. **Prática trabalhista: cálculos.** 17. ed. São Paulo, SP: LTR, 2014. 452p.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho.** 38. ed., atual. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 1104p.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, **Curso de direito processual do trabalho.** 29. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. 1040p.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista.** 50. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 971 p.

PEREIRA, Leone. **Prática trabalhista.** 6.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2017. 672 p. (Coleção Prática Forense).

ACESSO VIRTUAL

CHOHFI, Thiago. ; CHOHFI, Marcelo Chaim. **Prática Forense Trabalhista,** 5. ed. Forense, 2013.

CISNEIROS, Gustavo. **Manual de Audiência e Prática Trabalhista.** 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

DONIZETTI, Elpídio. R**edigindo a sentença trabalhista**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de Prática Trabalhista.** 50. ed. Atlas, 2015.

STHUCHI, Victor Hugo Nazário. **Prática Trabalhista.** 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método. 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H1120054	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Formulação do problema de pesquisa. Definição dos objetivos e da metodologia para alcança-los. Redação de texto científico com o acompanhamento do orientador. Organização de dados. Normas Brasileiras sobre documentação científica. Apresentação do Trabalho.

OBJETIVOS

Fornecer ao aluno suporte para a elaboração de artigo científico como Trabalho de Conclusão de Curso.

Definir o tema e o problema de pesquisa

Escolher os métodos e técnicas adequados

Desenvolver a pesquisa

Elaborar artigo científico.

COMPETENCIAS E HABILIDADES

- Pesquisar o tema proposto no artigo, observando a metodologia adequada para o problema escolhidos e objetivos estabelecidos.

- Elaborar o texto final, através do acompanhamento do professor-orientador com uso adequado das normas Técnicas da ABNT.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

UNIDADE I - Elementos Pré, pós textuais, textuais.

Elementos textuais: tema e delimitação do tema, Problematização, Objetivos: Geral e específicos, Justificativa e metodologia; Pesquisa. Técnica de Pesquisa. Artigo científico. Tipos de artigos científicos. Identificação de elementos pré e pos textuais.

UNIDADE II - Artigo

Bibliografia preliminar. Referências bibliográficas.

Elaboração do Artigo

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão desenvolvidas a partir da orientação ao aluno, nas etapas de elaboração do artigo científico, sanando as dúvidas e orientando o desenvolvimento de sua pesquisa e redação.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá através da elaboração e apresentação do texto escrito e, defesa oral do artigo para uma banca examinadora em data previamente estabelecida pela Coordenação do curso em comum acordo com o orientador. Devido ao seu caráter eminentemente prático, a disciplina não é avaliada através de provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito.** 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. 334 p.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 2. ed., reimpr. São Paulo, SP: Avercamp, 2014. 168 p.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC).** 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 322 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, P. A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. 11. reimpr. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2014. 162p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 331 p.

_____; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 288 p.

MEZZAROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 6. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 367p.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014. 383 p.

ACESSO VIRTUAL

HENRIQUES, Antônio. **Metodologia científica da pesquisa jurídica.** 9. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Saraiva, 2016.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação de artigos científicos.** Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

MEZZAROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Tributário II		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120046	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Processo Administrativo Fiscal: impugnações e recursos administrativos. Consultas. Fases e efeitos das decisões administrativas. Processo Judicial Tributário: declaratória de inexistência de relação jurídico-obrigacional tributária; anulatória de crédito tributário; repetição de indébito; mandado de segurança em matéria tributária; consignação em pagamento; execução fiscal; embargos à execução fiscal; exceção de pré- executividade.

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno um conhecimento o mais abrangente possível sobre as questões que envolvem a cobrança do crédito tributário pela Administração Pública, bem como os mecanismos de defesa, administrativos e judiciais, que dispõe o contribuinte contra uma cobrança indevida, seja por força de vício material ou formal, para que o mesmo possa analisar e identificar o fenômeno tributário com a criticidade e competência necessária para um fator de extrema importância dentro do contexto social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Interpretar e aplicar os princípios constitucionais tributários
- Saber argumentar suas ideias na interpretação do Direito Tributário
- Saber fundamentar as decisões jurídicas na aplicação da legislação tributária.
- Elaborar Parecer em matéria de Direito Tributário.
- Compreender a correta aplicação do Direito Tributário Processual

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

Processo Administrativo Tributário: impugnações e recursos administrativos.

Garantias constitucionais dos contribuintes no processo administrativo tributário

Controle de constitucionalidade em matéria tributária: controle concreto, súmula vinculante, suspensão da execução da lei pelo Senado e controle abstrato.

Consultas administrativas.

Execução fiscal: requisitos formais e materiais.

Prescrição intercorrente

Meios indiretos de cobrança do crédito tributário.

II UNIDADE

Processo judicial tributário

Exceção de pré-executividade.

Embargos à execução fiscal.

Ação declaratória de inexistência de obrigação tributária.

Ação anulatória de crédito tributário.

Mandado de Segurança em matéria tributária

Ação de consignação em pagamento.

Ação de repetição de indébito.

METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo será desenvolvido por meio de aulas contextualizadas, discussão sobre problemas atuais referentes a tributação, problematização, pesquisas, seminários e debates sobre os conteúdos da disciplina.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e será desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos individuais e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro.** 21. ed., 4. tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. 544p.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário.** 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 678 p.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário.** 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 1328p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado.** 9. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Método, 2015. 764p.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro.** 13.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015. 1584 p.

CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro.** 5.ed., 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 852p.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário.** 26. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 944 p.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário.** 37. ed., rev. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2016. 562p.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; PASIN, João Bosco Coelho. **Direito financeiro e tributário comparado.** São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 848 p.

ACESSO VIRTUAL

CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro.** 6.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. CASSONE, Vitório. **Direito tributário.** 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário.** 26. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

KFOURI JR, Anis. **Curso de Direito Tributário**, 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito do Consumidor		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120038	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Direito do Consumidor. Evolução histórica. Personalidade jurídica. Ações Coletivas. Discussão de temas atuais, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para as questões éticas, política e pedagógica.

OBJETIVO

Analisar a legislação consumerista e aplicá-la a casos práticos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer o Direito do consumidor;
- Apreender conhecimentos sobre a hipossuficiência na hora da compra;
- Diferenciar as entidades públicas e privadas que atua na defesa do consumidor.
- Compreender a legislação pertinente à defesa do consumidor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Evolução histórica

Fundamento constitucional. Princípios que regem o Código de Defesa do Consumidor. Relação Jurídica de Consumo. Consumidor e Fornecedor. Produto e Serviço.

Qualidade dos produtos e serviços

Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço. A responsabilidade do fabricante e do comerciante.

A responsabilidade dos profissionais liberais. Serviços Públicos e Direito do Consumidor.

Decadência e Prescrição no CDC.

Personalidade Jurídica.

Desconsideração da personalidade jurídica.

Práticas comerciais. A oferta. Publicidade abusiva e enganosa. Contrapropaganda. Cobrança de dívidas. Práticas abusivas. Dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

UNIDADE II: dos Contratos e das Ações

Proteção contratual no CDC. Contratos de consumo. Contratos de adesão. Cláusulas gerais. Cláusulas nulas.

Sanções administrativas.

Comércio Eletrônico e superendividamento

A defesa do consumidor em juízo. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Das Ações Coletivas.

Ações coletivas. Legitimidade para agir. As associações civis. A Lei nº 7.347/85.

Inquérito

Civil público.

Competência para as ações coletivas. Intervenção de terceiros. Liquidação do dano. Execução individual e coletiva. Fundo de direitos difusos.

A coisa julgada nas ações coletivas.

Sistema Nacional de defesa do Consumidor.

Convenção coletiva de consumo.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, análises e discussões de situações reais, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos individuais e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor.** 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. 560 p.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de direito do consumidor.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 446p.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor.** 14. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 915p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de direito do consumidor.** 6. ed. rev. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. 268 p.

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. **Manual de direito do consumidor: à luz da jurisprudência do STJ.** 10. ed. Salvador, BA: Juspodivm, 2015. 551 p. .

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do consumidor: código comentado e jurisprudência.** 11. ed., rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2015. 677p.

SCHWARTZ, Fabio. **Direito do consumidor:** tópicos & controvérsias. Niterói, RJ: Impetus, 2013. 276p

ACESSO VIRTUAL

BOLZAN, Fabrício. **Direito do consumidor esquematizado**, 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor.** 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

NUNES, Luis Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

PINTO, Cristiano Vieira Sobral. **Direito do consumidor para concursos.** 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito do consumidor, vol. único.** 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

OPTATIVAS I

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Criminologia		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120305	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Criminologia como ciência: objeto e método. Criminologia, Direito Penal e Política criminal. A etapa pré-científica da criminologia. A criminologia do ato: biocriminologia, psicologia criminal e sociologia criminal. O exame criminológico. A criminologia da Reação Social. Vitimologia. Formas de prevenção ao delito e política criminal.

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno por meio de diferentes atividades a visualização, compreensão e discussão sobre as implicações decorrentes dos diferentes modelos de política criminal em disputa na atualidade;

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

-Resgatar a matriz de pensamento que dá origem ao Direito Penal na modernidade;

-Fundamentar a partir do aporte criminológico vários dos institutos presentes na teoria do crime e na teoria da pena;

-Desenvolver o pensamento crítico, como forma de recusa aos discursos oficiais acerca do crime e da criminalidade;

-Avaliar a eficácia do Direito Penal como forma de resolução dos conflitos humanos.

-Ter capacidade para os discursos acerca do crime e da pena;

-Compreender acerca do funcionamento do sistema de justiça criminal;

-Exercitar de forma consciente o seu papel social, enquanto "ator" do sistema de justiça criminal;

-Defender as liberdades e garantias fundamentais dos seres humanos tomando por fundamento uma base ética e não necessariamente normativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Criminologia como ciência.

Conceito e definição – métodos e objetos. Vitimologia. Antecedentes remotos e próximos da criminologia – Escola Clássica. Positivismo.

Criminologia e Direito Penal, política criminal, estatística criminal e Direito Penitenciária.

Biocriminologia.

Psicologia criminal.

O Fato Social e a Criminalidade.

Fatores sociais da criminalidade.

Modelos teóricos Sociologicistas: Teorias Multifatoriais.

UNIDADE II – **Estudo sobre a Sociedade.**

Escola de Chicago; Teorias Estrutural-Funcionalistas; Teorias do Conflito e Teorias Subculturais.

Teorias do Processo Social.

Teorias do Etiquetamento; Teorias Socialistas.

Controle Social.

Modelos de Prevenção.

Programas de Prevenção.

Críticas às Teorias Sociológicas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, estudos de casos, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, resenha crítica.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos individuais e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia.** 6. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 349 p.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; FABRETTI, Humberto Barrionuevo. **Introdução ao direito penal:** criminologia, princípios e cidadania.4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 256 p.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia.** 6.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 216 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2014. 126 p.

ESTUDOS de direito penal, processual e criminologia em homenagem ao Prof. Dr. Kurt Madlener. Brasília, DF: Justiça Federal, 2014. 501 p.

O ESTUDO social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. 11. ed. reimp. São Paulo, SP: Cortez, 2015. 182 p.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal.** 4. ed. rev. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 228p.

ACESSO VIRTUAL

BACILA, Carlos Roberto. **Criminologia e estigmas: um estudo sobre os preconceitos.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito de Seguridade Social		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120089	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Introdução. Seguridade Social. Saúde. Previdência Social. Assistência Social. Beneficiários. Prestações. Custeio. Crimes Previdenciários. Textos legais básicos. Constituição Federal de 1988. Leis n.º 8.212/91 e 8.213/91. Legislação complementar.

OBJETIVO

Capacitar o aluno a compreender eficazmente os regramentos dogmáticos do direito previdenciário, dotando-o de conhecimentos para equacionar e solucionar os conflitos a partir do direito positivo, da doutrina e do exercício jurisprudencial.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender o funcionamento e composição do Sistema de Seguridade Social.
- Analisar os objetivos do Sistema de Seguridade Social.
- Conhecer o custeio do sistema sob a ótica constitucional e infraconstitucional.
- Analisar as Leis nº 8.212/91, 8.213/91, 8.080/90, 8.742/93, o Decreto n.º 3.048/99.
- Estudar a evolução histórica da proteção social no mundo e no Brasil.
- Entender o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social - Atualização jurisprudencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Previdência Social.

Concepção Histórica da Proteção Social

Da Ordem Social: Primado do trabalho, bem-estar e justiça sociais.

Sistema de Seguridade Social: Conceito; elementos e objetivos ou princípios.

Saúde

Assistência Social

Conceito e caracterização

Benefícios

Custeio da Seguridade Social: aspectos constitucionais.

Forma de financiamento da Seguridade Social: solidariedade no custeio e contribuições em espécie

Peculiaridades no custeio: destinação específica; regra da contrapartida; imunidades; anterioridade nonagesimal; risco constitucional.

Previdência Social

Aspectos constitucionais

Conceito e caracterização da Previdência Social

Eventos protegidos

Semelhança s e diferenças entre os regimes de Previdência

Regime Geral de Previdência Social

Beneficiários

Segurados

Dependentes

Filiação e Inscrição

Período de Carência

Manutenção e perda da qualidade de segurado

Salário de contribuição, salário de benefício, Renda Mensal Inicial

UNIDADE II: Benefícios e serviços da Previdência Social

Benefícios em espécie

Aposentadoria por invalidez

Auxílio-doença

Auxílio-acidente previdenciário

Aposentadoria por idade

Aposentadoria por tempo de contribuição

Aposentadoria Especial

Salário-maternidade

Salário-família

Auxílio reclusão

Pensão por morte

Competência para julgamento das lides previdenciárias

Serviços

Conceito, caracterização e espécies.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, análises de casos hipotéticos e reais.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos individuais e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC .

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito previdenciário.** 10. ed. São Paulo, SP: Quartier Latin do Brasil, 2014. 802p.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário.** 20. ed., rev. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2015. 942p.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário.** 14. ed., rev. ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2016. 768p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário.** 20. ed, rev., atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017. 1417p.

DIAS, Carlos Eduardo Oliveira. **Teoria e prática da sentença trabalhista.** 5.ed. São Paulo, SP: LTR, 2013. 302p.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Curso de direito previdenciário.** 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. 721p.

ACESSO VIRTUAL

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de direito previdenciário.** Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

DESTE, Aparecida. **Sentença Trabalhista.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Metodo,2016.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito da seguridade social.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017.

SANTOS, Marisa Ferreira. **Direito previdenciário esquematizado**. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Curso de Direito Previdenciário.** 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

SUPERINTENDENCIA ACADEMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Eleitoral		
	CÓDIGO	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
	H120097	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Direito Eleitoral: Conceito. Princípios Constitucionais. Partidos políticos. Sistemas Eleitorais. Fontes do Direito Eleitoral. Legislação Brasileira Específica e o Poder Regulamentar. Propaganda eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Função Consultiva do TSE. Estrutura da Justiça Eleitoral brasileira. Processo do direito eleitoral.

OBJETIVO

Traçar a evolução do Direito Eleitoral, expondo de forma didática a legislação eleitoral no Brasil, para estabelecer um nexo de causalidade entre o Direito Eleitoral e o desenvolvimento da sociedade democrática, evidenciando a função social da Justiça Eleitoral.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender a evolução do Direito Eleitoral no Brasil.
- Estabelecer critérios éticos na Política diante da legislação eleitoral no Brasil.
- Entender a relação entre Direito Eleitoral e sociedade democrática.
- Evidenciar a função social da Justiça Eleitoral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Direito Eleitoral e Sistemas Eleitorais no Brasil.

Direito Eleitoral. Conceito.

A forma de Estado Federada e os Direitos Políticos: exercício da soberania. Cidadania Democracia: Sistemas de Governo e de Representação. Mandato.

Evolução Histórica do D. Político no Brasil.

Constituições: 1891, 1937, 1946, 1967 (1969),

A Constituição de 1988: Princípios Constitucionais. Pluralismo Político; Princípio da Anterioridade.

Sistemas Eleitorais.

Legislação Eleitoral no Brasil: Partidos Políticos.

Lei N.º 9. 504/97 – Eleições.

Código Eleitoral.

UNIDADE II: Da Justiça e do Processo Eleitoral.

Da Justiça Eleitoral.

Composição da Justiça Eleitoral.

Duplo grau de jurisdição. Competências originárias dos Tribunais Superiores. Poder Regulamentar do TSE: Instruções e Resoluções.

Função consultiva do TSE.

Condições de elegibilidade: Constitucional e infraconstitucional (LC 64/90).

Candidaturas: registro, impugnação, recursos.

Propaganda Eleitoral.

Investigação Judicial e processo eleitoral

Reclamação e representação

Ação de Impugnação de Registro de Candidatura

Investigação Judicial Eleitoral.

Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.

Recurso contra diplomação.

Natureza Jurídica da sentença eleitoral: Administrativa e Judicial.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, análises de casos, apresentação de relatórios de pesquisa e sua contextualização reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), as notas obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂNDIDO, Joel José. **Direito eleitoral brasileiro.** 16 ed., rev. e atual. São Paulo, SP: EDIPRO, 2016. 738p.

CERQUEIRA, Thales Tácito; CERQUEIRA, Camila Albuquerque. **Direito eleitoral esquematizado.** 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1054p.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral.** 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 725p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

O Direito eleitoral e o novo código de processo civil / coordenação [de] André Ramos Tavares, Walter de Moura Agra, Luiz Fernando Pereira. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2016. 485 p.

CONEGLIAN, Olivar. **Propaganda eleitoral:** eleições. 12. ed. rev. atual. Curitiba, PR: Juruá, 2014. 435p.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral.** 13. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 914p.

GOMES, José Jairo. **Recursos Eleitorais.** 3. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 315p.

RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral**. 15. ed., Niterói, RJ: Impetus, 2016. 1243 p.

ACESSO VIRTUAL

CERQUEIRA, Thales. **Direito eleitoral esquematizado**. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito eleitoral -** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. (Sinopses jurídicas 29)

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral.** 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Elementos de direito eleitoral.** 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito Financeiro		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120100	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA: Despesa Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Discussão de temas atuais não previstos de forma específica neste conteúdo, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para as questões éticas, política e pedagógica.

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno o conhecimento sobre o Direito Financeiro enquanto ramo da ciência jurídica, os elementos da atividade financeira do Estado e principais institutos do Direito Financeiro.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ter Conhecimento da atividade Financeira do Estado, identificando as normas que dispõem sobre o orçamento e seu processo Legislativo.
- Compreensão das normas que dispõem sobre o orçamento e seu processo legislativo.
- Aptidão para entender a natureza das funções do Tribunal de Contas e do Banco Central.
- Selecionar do ordenamento jurídico as normas substancialmente financeiras.
- Aplicar as normas postas em vigor que normatizam a atividade financeira do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Atividades do Estado.

A atividade financeira do Estado, direito financeiro, despesa pública e receita pública.

Conceito de atividade financeira.

Necessidades públicas.

Serviços públicos.

Critérios políticos para criação de serviços públicos.

Poder de polícia.

Intervenção no domínio econômico.

Ciência das Finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico.

Caracteres predominantes do fenômeno financeiro.

Direito Financeiro.

Conceito.

Autonomia do Direito Financeiro.

Relacionamento com os demais ramos do Direito.

Despesa Pública.

Conceito.

Necessidade das despesas públicas.

Classificação das despesas públicas.

Execução das despesas públicas.

Receita Pública.

Conceito.

Classificação das receitas públicas.

Receitas originárias.

Modalidades de receitas originárias segundo as fontes.

Princípios Constitucionais concernentes a empresas estatais.

Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas.

Receitas derivadas.

Conceito.

Repartições das receitas tributárias.

Regras concernentes à repartição das receitas.

Multa.

Compensação financeira.

Generalidades.

Sua instituição legal.

Sua natureza jurídica.

Orçamento Público, Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conceito.

Natureza jurídica do orçamento.

Processo Legislativo.

Aspectos políticos do orçamento.

Aspectos econômicos do orçamento.

Princípios orçamentários.

Princípio da exclusividade.

Princípio da programação.

Princípio do equilíbrio orçamentário.

Princípio da anualidade.

Princípio da unidade.

Princípio da universalidade.

Princípio da legalidade.

Princípio da transparência orçamentária.

Princípio da publicidade orçamentária.

Outros princípios.

UNIDADE II – Orçamento Público, Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Leis Orçamentárias.

Orçamento Plurianual.

Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Orçamento anual.

Lei complementar. Lei 4320/64.

Instituição de fundos.

Fiscalização e controle dos orçamentos.

Tipos de controle.

Controle interno.

Controle externo.

Controle privado.

Tribunal de Contas da União.

Introdução.

Composição.

Atribuições.

Tribunais de Contas nos Estados e nos Municípios.

O Crédito Público e Disposições Constitucionais Transitórias Pertinentes e Legislação Complementar.

Conceito.

Evolução histórica.

Classificação do crédito público.

Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário.

Dívida pública flutuante e dívida pública fundada.
Empréstimos internos e empréstimos externos.
Créditos compulsórios e créditos voluntários.
Classificação constitucional.
Vinculação da receita de impostos.
Crédito forçado.
Técnicas do crédito involuntário.
Utilização de fundos de estabelecimento.
Papel-moeda.
Inflação sistemática.
Crédito voluntário.
Prêmios de reembolso.
Juros progressivos.
Moeda e empréstimos indexados.
Títulos da dívida pública.
Lotos.
Conversão.
Crédito público na Constituição Federal.
O crédito externo. Considerações gerais.
FMI e BIRD.
Dívida externa brasileira.
Banco Central e finanças públicas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), as notas obtidas nas atividades de trabalhos individual e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças.** 19. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015. 688p.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário.** 26. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 944 p.

PASCOAL, Valdecir. **Direito financeiro e controle externo.** 9. ed. São Paulo, SP: Método, 2016. 349p. (Série Provas & Concursos).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro.** 5.ed., 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 852p.

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 394p.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de direito financeiro e tributário.** 13. ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2014. 600p.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; PASIN, João Bosco Coelho. **Direito financeiro e tributário comparado.** São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 848p.

PISCITELLI, Tathiane. **Direito financeiro esquematizado.** 5. ed. São Paulo, SP: Método, 2015. 271p.

ACESSO VIRTUAL

CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro.** 6.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito tributário.** 19. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. (Sinopses jurídicas 16')

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário.** 26. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de direito financeiro e tributário.** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Morais. **Direito financeiro esquematizado.** 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Medicina Legal		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120119	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Aplicação da prática do Direito Penal em relação a investigação criminal e realização da justiça punitiva. Traumatologia Forense, Tanatologia e Sexologia Forense. Perícias médico-legais das doenças, perturbações mentais e suas consequências em relação à imputabilidade. Exclusão de paternidade. Deontologia Médica.

OBJETIVO

Propiciar ao aluno um estudo sobre a medicina legal e sua relevância para o futuro profissional do Direito.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreender os complexos conhecimentos científicos que unem a Medicina ao Direito, através do estudo da Identidade e conteúdos específicos como: Traumatologia, Tanatologia, Sexologia e Psicopatologia.

Atuar de forma decisiva para a identificação e elucidação dos ilícitos penais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

1. Resumo Histórico.

1.1. Relações com o Direito.

1.2. Peritos.

2. Lesões corporais por instrumentos contundentes.

3. Lesões corporais por instrumentos cortantes.

3.1. Perfuro cortante.

3.2. Perfurante.

3.3. Corto contundente.

4. Lesões corporais por projétil de arma de fogo.

5. Lesões corporais por agentes químicos.

6. Lesões corporais por agentes físicos.

7. Asfixias mecânicas.

8. Tanatologia.

II UNIDADE

9. Identidade.

9.1. Estatura.

9.2. Raça.

9.3. Espécie animal.

10. Identidade.

10.1. Sexo.

10.2. Idade.

11. Identidade.

11.1. Dactiloscopia.

12. Sexologia.

13. Estupro.

14 Parto.

15. Paternidade.

16. Abortamento.

17. Infanticídio.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas e práticas, através de debate de posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, visitas ao IML e setores da área de medicina, propiciando a interdisciplinaridade entre o direito e a medicina.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtida nas atividades de trabalhos individuais ou em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CROCE, Delton; CROCE JUNIOR, Delton. **Manual de medicina legal.** 8. ed. 4. tirag. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2015. 864p.

GALVÃO, Luis Carlos Cavalcante. **Medicina legal.** 2. ed. São Paulo, SP: Santos, 2013. 469p

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal.** 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014. 694p. + e-book.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues de. **Perícia médica judicial.** 2. ed. 5. reimp. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014. 483p.

FRANKLIN, Reginaldo. **Perguntas e respostas comentadas de medicina legal.** 2.ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Rubio, 2014. 416p

HERCULES, Hygino de Carvalho. **Medicina legal: texto e atlas.** 2.ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Atheneu, 2014. 776p.

PASSAGLI, Marcos. **Toxicologia forense: teoria e prática.** Campinas, SP: Millennium, 2013. 515p.

PEREIRA, Gerson Odilon; GUSMÃO, Luiz Carlos Buarque de. **Medicina legal orientada: sinopse de assuntos de medicina legal orientada para os cursos de medicina, direito e concursos da área. Maceió**, AL: Nossa Livraria, 2012. 313p.

ACESSO VIRTUAL

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal.** 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2017.

MARTINS, Celso. **Medicina Legal** . 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2015.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas		
	DISCIPLINA: Magistratura		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120127	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

A questão do juiz sociólogo, do psicólogo, do gestor, do mediador, do comunicador e, ao mesmo tempo, do juiz enquanto agente de poder. O aumento progressivo da demanda judicial, a morosidade processual e a necessidade de capacitação permanente. As novas tecnologias de informação, o excesso de formalismo e o prejudicial distanciamento dos magistrados da realidade social, a primazia do conflito e da solução heterocompositiva, a qualidade da prestação jurídica e o compromisso com a satisfação do jurisdicionado. A ética na atividade judicante. Os princípios do Código de Ética da Magistratura. O confronto com as questões da utilidade social da atividade de magistrado; sua legitimidade frente à população; e o magistrado enquanto agente de poder e prestador de um serviço público essencial.

OBJETIVO

Proporcionar a familiarização com as especificidades, desafios e responsabilidades do ofício de magistrado, instigando o autoconhecimento dos graduandos e estimulando aqueles vocacionados a seguir o caminho da magistratura.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Estudo, informação, compreensão e entendimento da carreira da magistratura nacional e dos deveres e direitos dos magistrados, com destaque à organização e divisão judiciária do Estado de Sergipe.
- Análise do Código de Ética da Magistratura, do Estatuto da Magistratura e do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Sergipe.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Código de Ética da Magistratura Nacional.

1. Estudo de seus dispositivos.

2. Estatuto da Magistratura Nacional.

2.1 Direitos e deveres dos magistrados.

2.2 Responsabilidades administrativa, civil e criminal dos magistrados. Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

UNIDADE II:

Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Sergipe.

3. Dos órgãos do Poder Judiciário de Sergipe.

4. Dos Magistrados. Carreira.

5. Da divisão judiciária.

6. Auxiliares da Justiça.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas contextualizadas, com discussão e reflexão crítica sobre os temas propostos, estimulando a pesquisa bibliográfica, seminários, debates, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão. Práticas simuladas, visitas aos órgãos públicos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), cujas notas, obtidas nas atividades de trabalhos individual e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência.** 7. ed.. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 454 p.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional.** 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 600 p.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional.** 12. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 829p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial : dos crimes contra a administração pública, dos crimes praticados por prefeitos.** 11. ed. rev., atual . São Paulo, SP: Saraiva, 2017.

CARVALHO, João Paulo Oliveira Dias de. **Manual de prática forense penal.** Leme, SP: JH Mizuno, 2014. 348p.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia.** 6. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 349p.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; FABRETTI, Humberto Barrionuevo. **Introdução ao direito penal: criminologia, princípios e cidadania.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 256 p.

ACESSO VIRTUAL

ALVES, Alexandre Henry. **Regime jurídico da magistratura.** 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, v. 5: parte especial: dos crimes contra a administração pública, dos crimes praticados por prefeitos.** 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. **A constitucionalização do processo: o modelo constitucional da justiça brasileira e as relações entre processo e constituição.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

OPTATIVAS II

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	**Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**		
	DISCIPLINA: Direito Agrário		
	CÓDIGO	**CRÉDITOS**	**CARGA HORÁRIA**
	H120313	**04**	**80**
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Direito agrário: conceito, natureza jurídica, conteúdo e fontes. Princípios gerais peculiares do direito agrário. Direito Agrário no Brasil: evolução da legislação e o quadro dos problemas incidentes sobre a realidade do processo agrícola brasileiro. O direito agrário e a Constituição Federal. O direito agrário e a reforma agrária. Organização da propriedade territorial rural – registros públicos, evolução da propriedade territorial rural no Brasil. Zoneamento rural, latifúndio e minifúndio. Desmembramento e loteamentos. Cadastro e tributação rural. Contratos agrários; os contratos agrários no Código Civil e no Estatuto da Terra. Do arrendamento e da parceria. Prelação e extinção dos contratos agrários. Crédito rural dos títulos de crédito. A Reforma Agrária. O Imposto sobre a propriedade territorial rural. Usucapião especial rural. O crédito rural. Os títulos de crédito.

OBJETIVO

Propiciar ao aluno conhecimento sobre o Direito Agrário, especialmente o Estatuto da Terra e legislação complementar, critérios de parcelamento e de tributação do imóvel rural, os contratos agrários e suas peculiaridades, usucapião especial rural, a estrutura do crédito rural e os títulos de créditos rurais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ter conhecimento da Legislação Agrária Brasileira
- Aplicação do Direito Agrário e do Cooperativismo, a partir do conhecimento básico da legislação pertinente.
- Analisar de forma crítica, situações inerentes à Legislação Agrária.
- Compreensão das questões sociais relacionadas à terra (propriedade e uso).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Noções gerais.

Direito Agrário.

Histórico.

Princípios.

Natureza jurídica.

Fontes do Direito Agrário.

Relação com outras ciências.

Estatuto da Terra.

Imóvel Rural.

Classificação do imóvel rural.

Reforma Agrária e Política Agrícola.

Desapropriação para fins de reforma agrária.

Função Social da Propriedade e a Constituição Federal.

UNIDADE II

Terras Indígenas.

Terras Devolutas.

Ação Discriminatória.

Terrenos de Marinha.

Aquisição de imóvel rural: brasileiros e estrangeiro.

Módulo rural x módulo fiscal: indivisibilidade e fração mínima de parcelamento.

Justiça Agrária.

Terras Públicas e Particulares.

Contratos Agrários.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e contínua desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), as notas obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Regina da Silva (Colab.). **Direito agrário brasileiro.** 11. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 260p.

MARQUESI, Roberto Wagner. **Direitos reais agrários e função social.** 2. ed. rev., atual e ampl. 2. reimp. Curitiba, PR: Juruá, 2012. 201p.

OPITZ, Silvia C. B. **Curso completo de direito agrário.** 10. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2016. 488 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, Antonio Moura. **Curso completo de direito agrário.** Campo Grande, MS: Contemplar, [2012]. 1007p.

COUTINHO, Adelaide Ferreira (Organizadora). **Questão agrária, movimentos sociais e educação do campo.** Curitiba, PR: CRV, 2012. 233p.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza.** São Paulo, SP: Cortez, 2012. 317p.

ACESSO VIRTUAL

CASSETARI, Christiano. **Direito Agrário: atualizado com as leis nº 13.001/14, 13.043/14 e EC. 81/14.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2015.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro,** 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2016.

OPTIZ, Silvia. **Curso completo de direito agrário.** 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Falência e Recuperação Judicial		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120321	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Falências e Recuperação da Empresa: Conceitos Gerais e Prévios. Fase pré-falimentar. Fase de informação. Fase de liquidação. Extinção. Recuperação Judicial. Procedimento. Plano de Recuperação. Extinção. Recuperação extrajudicial.

OBJETIVO

- Propiciar ao aluno a compreensão do que vem a ser a falência e a concordata

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer e compreender a interferência do Direito na atividade empresarial.
- Entender o processo de falência sob o prisma jurídico, nas suas mais diversas manifestações de uma forma essencial e prática.
- Ter uma percepção rigorosa das múltiplas questões que se coloca na sua formação, organização e atividade empresarial.
- Capacidade para apreciar as multiplicidades das questões colocadas pela ordem jurídica no tocante ao processo de falência e recuperação judicial.
- Distinguir as diferentes fases da falência
- Compreender como se dá a recuperação extrajudicial

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - FALÊNCIAS

Falência: Caracterização da falência: Impontualidade.

Atos que denotam falência: situações específicas. Autofalência.

Questões processuais: a) legitimação ativa; b) legitimação passiva; c) competência.

Procedimento: a) procedimento de apuração da impontualidade e da insolvência; b) procedimento da autofalência.

Sentença denegatória da falência: Sentença da falência: a) natureza jurídica; b) agravo de instrumento;

Efeitos sobre direito dos credores: a) massa subjetiva e sua natureza jurídica; b) créditos excluídos; c) suspensão de ações e execuções individuais;

Situação processual dos credores: a) faculdades processuais; b) obrigações solidárias e direito de regresso.

Efeitos sobre a pessoa e os bens do falido e Efeitos sobre contratos:

Administrador Judicial;

Arrecadação e guarda de bens, livros e documentos do falido: lnquérito judicial: a) repressão penal no campo falimentar; b) inquérito e persecução penal; c) procedimento.

Fase de liquidação: realização do ativo; Liquidação do passivo; Encerramento do processo; Extinção das obrigações.

UNIDADE II - RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Noções gerais: recuperação judicial, extrajudicial e falência;

Incidência do regime de Recuperação Judicial.

Questões Processuais: natureza do processo; legitimidade ativa para o pedido de recuperação judicial; requisitos para o pedido de recuperação judicial; juízo universal.

Processamento e procedimento da recuperação judicial:

Plano de recuperação e efeitos quanto aos direitos dos credores:

Efeitos da recuperação quanto aos bens, a pessoa do empresário e aos contratos:

Processo de recuperação judicial e a recuperação extrajudicial:

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada, trabalhos individuais e em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, fichamentos, resenhas e apresentação de relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é realizada de forma contínua, através de Prova Contextualizada, Medida de Eficiência (ME), as notas obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro:** falência e recuperação de empresas. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. v. 4 (Coleção Direito empresarial brasileiro v.4).

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa:** recuperação de empresas e falência. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. v. 3.

NIARADI, George Augusto. **Direito empresarial.** 5. reimpr. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2014. 191p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa.** 27. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 433p.+ e-book.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005: comentada artigo por artigo.** 12. ed. rev. atual. ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2017. 492p.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas.** 10. ed., 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 543p.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Lei de falência e recuperação de empresas.** 7. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 472p.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado.** 5. ed. rev. atual. amp. São Paulo, SP: Método, 2015. 852p.

ACESSO VIRTUAL

ABRAÃO, Carlos Henrique. **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência.** 6.ed. São Paulo, SP: Saraiva Educação, 2016.

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro, v. 4: falência e recuperação de empresas.** 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa: recuperação de empresas e falência.** v. 3. 10. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado.** 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2016.

TOMAZETTE. Marlon. **Curso de Direito Empresarial: Falências e Recuperação de Empresas**, (V. 3), 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Direito da Criança e do Adolescente		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120330	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Direito da Criança e do Adolescente. Poder Familiar. Guarda. Tutela e Adoção. Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente. Medidas Aplicáveis aos Pais e responsáveis. Crimes e infrações praticadas contra e pelas Crianças e Adolescentes. Responsabilidade Civil dos pais pelos atos praticados pelos filhos. Conselho Tutelar. Prática de Ato infracional.

OBJETIVO

Adquirir uma base normativa e doutrinária para a compreensão da relevância dos direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, particularmente da Convenção internacional dos Direitos da Criança e do adolescente e seu impacto no ordenamento jurídico brasileiro.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer os direitos fundamentais da pessoa humana, em especial os da Criança e Adolescente, traduzidos nas Convenções e leis Nacionais e internacionais.
- Conhecer o sistema de fontes normativas dos direitos das crianças e sua aplicação em sede jurisdicional.
- Compreender os princípios e normas fundamentais que derivam deste sistema de fontes.
- Compreender as particularidades da criança e do adolescente como sujeito de direitos em desenvolvimento, a partir de uma perspectiva multidisciplinar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

- Direito Internacional dos Direitos Humanos da |Criança e do Adolescente.
- Convenções da Organização Internacional do Trabalho
- Declaração de Genebra – Carta da Liga sobre a Criança de 1924.
- Declaração dos Direitos da Criança de 1959.
- Convenção dos direitos da Criança de 1989.

- Sistema de controle dos direitos humanos da criança e do adolescente.
- Sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente.
- Princípios.
- Direitos fundamentais.
- Direito a convivência da filiara e comUNITária.

Família substituta.

UNIDADE II: Do Procedimento e Da Prevenção Judiciária.

- Guarda e tutela
- Adoção
- Medidas de proteção.
- Ato infracional.
- Direitos individuais.
- Garantias processuais.
- Medidas socioeducativas.
- Medidas pertinentes aos pais e responsáveis.
- Autorização para viajar.
- Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia, Defensoria Pública e Conselho Tutelar.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada, trabalhos individuais e em grupo como: seminários e debates, pesquisa bibliográfica, apresentação de relatórios, resenhas e contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), as notas obtidas nas atividades de trabalhos individuais e em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 16. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 776p.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogerio Sanches. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8.069/1990, comentado artigo por artigo.** 8. ed., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 694p.

SPOSATO, Karyna Batista. **Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista.** 2. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 264p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed., 21. reimp. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015. 196 p.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. a lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, edição acompanhada de leis de diretrizes base da educação nacional, lei nacional da adoção. 21. ed. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 506p. (Coleção Saraiva de Legislação).

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coordenação). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 8. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1191p.

MARTINS, Adalberto. **Manual didático de direito do trabalho**. 5. ed., atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 359 p.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado: incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário.** 7. ed., rev. ampl., atual. Salvador, BA: JusPODIVM, 2015. 1060 p.

ACESSO VIRTUAL

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coordenação). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e do adolescente comentado.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Execução Penal		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H120348	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Execução Penal Contemporânea – Visão Constitucional – As Leis de Execução Penal: Federal e Estadual – A realidade prática da Execução Penal – Parcerias entre o Poder Público e a sociedade – Realce das boas práticas na execução da pena, como forma de promoção da reinserção social do apenado – As ações do CNPCP e do CNJ – Princípios e Diretrizes da CONSEG.

OBJETIVO

Adquirir os conhecimentos legais, doutrinários e jurisprudenciais referentes à legislação, possibilitando a aplicação corrente da Lei ao fato, em caso de conflito.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

-Compreensão sobre os principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais inerentes à Legislação Penal.

-Conhecimento sobre as principais teorias sociais relacionadas ao Direito Penal.

- Pensamento crítico acerca de temas inerentes ao conhecimento específico.

-Conhecimento e compreensão da legislação em vigor.

-Capacidade de análise e desenvolvimento de pareceres e trabalhos técnico-profissionais;

-Aptidão para aplicar os conhecimentos adquiridos em Direito Penal

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

Lei de Execução Penal. Evolução histórica.

Classificação do preso

Direitos do preso

Obrigações do preso

Punição aplicada ao condenado

Punição aplicada ao condenado por falta grave

UNIDADE II:

Órgão de execução da pena

Estabelecimento penal

Institutos de Execução

Incidentes de Execução

Recurso em execução

Recursos na área de execução

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada, trabalhos em grupo como: seminários, debates, pesquisa bibliográfica, análise de situações, relatórios de pesquisa, contextualização das pesquisas para reflexão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), as notas obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno, nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVENA, Norberto. **Execução penal esquematizado.** 3. ed. São Paulo, SP: Método, 2016. 432p

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 13. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Forense, 2016. 1053p.

PRADO, Luiz Regis et al. **Direito de execução penal.** 3.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 301p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIA, Marcelo Uzeda de. **Execução penal: lei nº 7.210/1984.** 4.ed. ver. ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2015. 290p. (Leis especiais para concurso).

NUNES, Adeildo. **Da execução penal.** 3.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2013. 414p.

SILVA, Luiz Cláudio. **Manual de processo e prática penal.** 6. ed., rev., atual,. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2013. 902p.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal.** 21. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 1104p.

ACESSO VIRTUAL

AVENA, Norberto Claudio Pâncaro. **Execução penal.** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2017.

ISHIDA, Válter Kenji. **Prática jurídica de execução penal.** 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal.** 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva Educação, 2016.

_____ **Lei de execução penal anotada.** 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Execução penal: teoria crítica.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Libras		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H113457	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Fundamentos históricos, socioculturais e definições referentes à língua de sinais. Legislação e conceitos sobre língua e linguagem. Conhecimentos necessários para a inclusão dos surdos quanto aos aspectos biológicos, pedagógicos e psicossociais.

OBJETIVO

Proporcionar conhecimentos teóricos, técnicos e instrumentais que possibilitem a comunicação com a linguagem de Libras e informações necessárias sobre o conhecimento cultural e suas diversas abordagens, enfocando a importância, as características e a prática da Língua Brasileira de Sinais - Libras; Entender a gramática da Língua Brasileira de Sinais, os tipos e finalidades no domínio desta língua;

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreender os fundamentos históricos, culturais e psicossociais da Língua de Sinais, nomenclaturas e seus conceitos, auxiliando no processo das ações inclusivas.

Dominar os conhecimentos básicos e necessários para a comunicação com pessoas surdas, facilitando a inclusão social;

Conhecer os aspectos patológicos da surdez, possibilitando uma reflexão sobre o preconceito vivido no contexto destes indivíduos.

Desenvolver noções práticas de verbalização e Sinalização da Língua de Sinais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

1. Fundamentos históricos e sócio - culturais da LIBRAS.

Nomenclaturas e conceitos sobre língua e linguagem;

Fundamentos históricos e culturais da Libras;

Aspectos biológicos e suas definições;

Iniciação a Língua.

2. Estudos linguísticos da LIBRAS.

Léxico, vocabulários icônicos e arbitrários;

Estrutura sublexical e expressões não manuais;

Morfologia e seus estudos internos;

Diferenças Básicas em Libras.

UNIDADE II:

1. Surdez interação e implicações

Aspectos comunicativos corporais e classificadores;

Interação argumentativa com estrutura da surdez e família;

Interação através da língua de sinais;

Surdez, sociedade e seu processo de inclusão.

2. Língua de Sinais: Saberes e fazeres

Aspectos pedagógicos em suas possibilidades no contexto de ensino aprendizagem;

Possibilidades de trabalho;

Conduta e Legislação;

Prática de expressões da Libras.

METODOLOGIA DE ENSINO

Apresentação de vídeo-aula por meio de ambiente virtual de aprendizagem; atividades on-line, chats e fóruns de debates com conteúdo disponíveis nas diversas mídias (DVD, livro impresso, podcast, AVA).

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Será desenvolvida através de prova contextualizada e Medidas de Eficiência (ME), as notas obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por língua brasileira de sinais.** 4. ed. Brasília, DF: Senac Distrito Federal, 2013. 269p.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? - crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** 8. reimpr. São Paulo, SP: Parábola, 2015. 87p

INES: **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais**. [On-line] Disponível na Internet via www.url: http:// acessibilidadebrasil.org.br/libras.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas.** 4. ed. reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica, [2015]. 158p. (Coleção Trajetória).

CAPOVILLA, Fernando César. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras: palavras de função gramatical.** reimp. São Paulo, SP: EDUSP, 2012. v. 8 (Palavras de Função Gramatical).

LUZ, Renato Dente. **Cenas surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo**? São Paulo, SP: Parábola, 2013. 19p.

NOVO DEIT-LIBRAS: **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira: baseado em linguística e neurociências cognitivas.** 3. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Edusp, 2013. 2 v.

PINTO, Daniel Neves. **Língua brasileira de sinais-libras.** Aracaju, SE: UNIT, 2010. 168 p. (Série Bibliográfica UNIT).

ACESSO VIRTUAL

ESTELITA, Mariangela. **ELiS - Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais**. Penso, 01/2015.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem.** ArtMed, 2011.

_____, CRUZ, Carina Rebello. **Língua de Sinais - Instrumento de Avaliação.** ArtMed, 04/2011.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: História e Cultura Afro-brasileira e Indígena		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H118823	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Analisar aspectos da história da África e do Brasil - o processo de colonização e independência. O negro e o índio no Brasil. Identificação e análise dos aspectos culturais relevantes da cultura afro-brasileira e indígena. Analisar as Leis 10.639/03 e 11645/08 e sua implementação. Comunidades negras e indígenas no Brasil.

OBJETIVO

Propiciar o conhecimento da história da África e das nações indígenas brasileiras e a sua contribuição para a formação histórica e cultural do nosso povo.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreender o processo de formação do povo brasileiro e as questões étnicas – raciais.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

I UNIDADE

- Principais aspectos da história da África e do Brasil: quadro geográfico e suas influências; processo de colonização e independência.
- Aspectos culturais do povo africano e do indígena brasileiro
- O negro e o índio no Brasil.

II UNIDADE

Identificação e análise dos aspectos culturais relevantes da cultura afro-brasileira e indígena.

Leis 10639/2003 e 11645/2008 e sua implementação.

Comunidades negras e indígenas no Brasil.

O negro e o índio no livro didático;

Políticas afirmativas

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula contextualizada; estudo dirigido; debate; seminários temáticos; fóruns de discussão, trabalho individual e em grupo.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, desenvolvida através de Prova Contextualizada e Medida de Eficiência (ME), as notas obtidas nas atividades de trabalhos em grupo e efetiva participação do aluno, nas atividades propostas, culminam em uma nota única, observando os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 4. ed., 10. reimpr. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014. 420 p

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012. 665p.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial.** 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2012. 511p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia.** 2. ed. 4. reimp. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, c2013. 386p.

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL: cotidiano e vida privada na América portuguesa. 12. reimp. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012. v. 1

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 27. ed. 3. reimp. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2016. 254p.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira.** São Paulo, SP: Contexto, 2016. 217p.

MELLO, Amílcar D'Avila de. **Primórdios da justiça no Brasil.** Santa Catarina: Tekoá et Orbis, 2014. 652p.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1:** de Varnhagen a FHC. 9. ed., ampl., 8. reimp. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2015. v. 1

SÍNTESE da coleção história geral da África: século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO, 2013. 779 p

ACESSO VIRTUAL

KOTTAK, Conrad P. **Um Espelho para a Humanidade: Uma Introdução à Antropologia Cultural**. AMGH, 2013.

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA DIRETORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
	DISCIPLINA: Relações Étnicos - Raciais		
	CÓDIGO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
	H118815	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.3			

EMENTA

Conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, Diferença. Grupos étnicos "minoritários" e processos de colonização e pós- colonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista. História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença. Cultura e hibridismo culturais. As etnociências na sala de aula. Movimentos Sociais e educação não formal. Pesquisas em educação no campo da educação e relações étnico-raciais.

OBJETIVOS

Geral

Contribuir para mudança do ponto de referência do aluno para pensar o "outro", o diferente, percebendo a complexidade de outras formações e práticas culturais.

Específicos

Apresentar embasamento teórico sobre a historicidade dos grupos étnicos-raciais no Brasil;
Situar o aluno frente às discussões elementares sobre a importância da prática de um processo educacional voltado para a diversidade e a pluralidade cultural da sociedade brasileira.
Possibilitar debate sobre os territórios étnicos no Brasil: Direito, Legalidade, Referências Culturais;
Refletir de modo sistemático e crítico sobre as Políticas Públicas de promoção à igualdade racial.

COMPETÊNCIAS

-Instrumentalização teórico-metodológica sobre a educação e as Relações Étnico-Raciais;
-Compreender as diversas práticas culturais dentro de uma lógica própria.

-Promover ações afirmativas para os afrodescendentes e indígenas;

-Produzir conhecimentos e material acadêmico como suporte para ações de educação afirmativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

-A historicidade dos grupos étnicos-raciais no Brasil

-Processos de colonização e pós- colonização.

-A contribuição da matriz indígena na formação cultural do Brasil**.**

-Importância da prática de um processo educacional voltado para a diversidade e a pluralidade cultural da sociedade brasileira.

-Implicações ideológicas e o respeito às particularidades dos diferentes grupos humanos.

UNIDADE II

-Identidades culturais e relações étnico-raciais no Brasil

-Os movimentos sociais étnicos

-Debates sobre os territórios étnicos no Brasil: Direito, Legalidade, Referências Culturais

-Políticas Públicas de promoção à igualdade racial:

-As ações afirmativas na educação brasileira

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realização de exposição oral dialogada; estudo dirigido; debate; seminários temáticos; fóruns de discussão, trabalho individual e em grupo.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

No processo de avaliação serão utilizadas provas escritas com questões contextualizadas; Seminários; Estudos de Caso e Resenha Crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial:** modos, temas e tempos. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 144 p. (Preconceitos ; v. 6).

HOLANDA, Sérgio **Buarque de. Raízes do Brasil.** 27. ed. 6. reimpr. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017. 254 p.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante dos malês em 1835. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012. 665 p.
WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial.** 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2012. 511 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 2 .
FUNCK, Susana Bornéo (Organizadora). **Linguagens e narrativas:** desafios feministas. Tubarão, SC: Copiart, 2014. v. 1
GIORDANI, Mário Curtis. **História da África:** anterior aos descobrimentos : idade moderna I. Petrópolis, RJ: Vozes, [2013]. 269 p.
MÄDER, Bruno Jardini (Organizador). **Psicologia e relações étnicos-raciais:** diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pela racismo. Curitiba, PR: Conselho Regional de Psicologia, 2016. 74 p. (Coleção Psicologia em Diálogo)
MARCONDES, Mariana Mazzini (Organizadora). **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2013. 160 p.
SANTOS, Jocélio Teles dos (Organizador). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras** (2004-2012). Salvador, BA: CEAO, 2013. 278 p.
SÍNTESE da coleção **história geral da África:** século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO, 2013. 779 p.

ACESSO VIRTUAL

RODRIGUEZ, Rodrigo. **Col. direito, desenvolvimento e justiça: série direito em debate - Dogmática é conflito: uma visão crítica da racionalidade jurídica.** Saraiva, 2012.
SANTOS, CHISTIANO. **Crimes de Preconceito e de Discriminação**. 2. ed. Saraiva, 2010.

12. PLANO DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CURSO

ATIVIDADES DE ENSINO

ATIVIDADE	OBJETIVOS	MÉTODO	INDICADOR DE EFETIVIDADE	RESPONSÁVEIS	RECURSOS
Reflexões semestrais sobre atuação docente	Manutenção da qualidade no ensino	Levantamento de atuações docentes	Pesquisa com discentes através da avaliação institucional	Equipe da Coordenação, NDE, Colegiado e Docentes	Sala de reuniões
Seleção de professores.	Segurança e transparência no processo seletivo. Manutenção do quadro efetivo de docentes	Constituição de bancas por áreas específicas	Verificação do nível do candidato selecionado através de avaliação oral	Coordenação, DG. e DGC	Sala de reuniões
Recepção dos alunos-	Apresentação da Instituição; informações sobre PPC, PPI e outros assuntos relevantes.	Palestra no auditório e visita em salas de aula.	Lista de presença dos alunos	Equipe da Coordenação	Salas de aula e auditórios

Capacitação discente para o ENADE	Conscientização e preparação dos alunos para o ENADE	Reuniões, palestras seminários, provas simuladas	Resultados obtidos no exame	Equipe da Coordenação, DG. e SUPAC	Salas de aula e auditórios
Capacitação dos discentes para exames da Ordem.	Conscientização dos alunos sobre a importância do Exame e preparação para avaliações	Reuniões, palestras seminários, provas simuladas	Resultados obtidos nos exames da OAB	Equipe da Coordenação, DG. e SUPAC.	Salas de aula, auditórios, verba para remuneração dos Professores.
Atualização do Projeto Pedagógico.	Manutenção da atualidade do Projeto Pedagógico e qualidade do ensino.	Reuniões com Colegiado, NDE e Corpo docente.	Avaliação discente e Atendimento aos indicadores do MEC	Equipe da Coordenação, NDE, Colegiado e corpo docente.	Sala de reuniões e internet
Atualização das indicações bibliográficas e planos de ensino.	Oferecer material de consulta atualizado para os discentes e realizar atualização do acervo	Reunião com diretoria da Biblioteca. Pesquisa com docentes/Colegiado/NDE.	Aquisição de novas bibliografias.	Equipe da Coordenação, NDE, Colegiado e Docentes	Internet e sala de reuniões.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO E EVENTOS

ATIVIDADE	OBJETIVO	MÉTODO	INDICADOR DE EFETIVIDADE	RESPONSÁVEIS	RECURSOS
Congresso Nacional de Direito - CONADI	Figurar no rol das grandes Instituições que mantêm a tradição de comemorar o ensino jurídico no Brasil, bem como, interagir com o público externo.	Trazendo palestrantes de renome nacional e internacional.	Participação efetiva do público interno e externo	Equipe da Coordenação/NDE	Despesas com palestrantes -Reserva de espaço -Marketing -Despesas de suporte básico
Seminário de Direito e Linguagem	Oportunizar aos discentes dos primeiros períodos, ampliação de suas competências em redação e elaboração de projetos e sua oralidade.	Palestras, oficinas e apresentações de trabalhos.	Grau de aceitação/participação do público interno e externo	Equipe da Coordenação/docentes e Palestrantes externos	-Materiais Gráficos para divulgação. -Despesas de suporte básico

Mostra de Carreiras Jurídicas	Proporcionar aos discentes a compreensão do universo das profissões jurídicas	Palestras e Seminários com participação de proeminentes profissionais do cenário jurídico aracajuano, coordenadores dos Programas de Internacionaliza-ção e Carreiras UNIT.	Participação dos discentes	Equipe da Coordenação	Honorários dos palestrantes. -Reserva de espaço -Marketing -Despesas de suporte básico
Divulgação dos aprovados no Exame de Ordem	Realizar acompanhamento e reconhecimento das conquistas dos egressos	Confecção de Banner com os nomes dos alunos aprovados nos exames da OAB.	Participação do público interno e externo	Equipe da Coordenação	-Marketing

SEMEX	Cumprir com os objetivos traçados na LDB,PPI e PPC, no que concerne a ensino/pesquisa /extensão	Apresentação dos Projetos de Extensão desenvolvidos no decorrer do semestre.	Efetiva participação de todo o corpo docente e discente do curso	Equipe da Coordenação e Corpo docente	Internet, material de expediente e salas de aula.

ATIVIDADES DE PESQUISA

ATIVIDADE	OBJETIVO	MÉTODO	INDICADOR DE EFETIVIDADE	RESPONSÁVEL	RECURSOS
SEMPESQ	Cumprir com os objetivos traçados na LDB no que concerne a ensino/pesquisa /extensão	Incentivar corpo docente a elaborar e desenvolver projetos de pesquisa	Efetiva elaboração de projetos para apresentação no evento.	Equipe da Coordenação e Corpo docente	Internet e material de escritório.
Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa	Estimular a pesquisa como forma de ampliação de conhecimento	Elaboração de Projetos de Pesquisa nas disciplinas de Práticas	Semana de Mostras de Práticas	Coordenação/Docentes	Sala de aula, material bibliográfico, Internet.

ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO

ATIVIDADE	OBJETIVO	MÉTODO	INDICADOR DE EFETIVIDADE	RESPONSÁVEL	RECURSOS
Divulgação dos cursos de Pós - Graduação aos discentes e egressos	Incentivo aos discentes e egressos, à continuidade da formação nos cursos de Pós-graduação.	Aula Magna com participação de professores dos cursos de mestrado e doutorado.	Participação dos discentes e egressos.	Equipe da Coordenação.	Magister, Auditório.

INFRAESTRUTURA

13. INSTALAÇÕES DO CURSO

13.1 Salas de aula

O Curso disponibiliza, para as aulas didáticas, salas com área de 63 m². O espaço físico é adequado ao tamanho das turmas possibilitando mobilidade, flexibilidade e adequação no seu arranjo organizacional o que facilita o desenvolvimento de atividades em grupo e a aplicação de metodologias ativas por parte dos professores o que diversifica os cenários de aprendizagem.

Na incorporação de avanços tecnológicos os professores buscam situações e alternativas didático-pedagógicas, tais como utilização de recursos audiovisuais e de multimídia em sala de aula, utilização de equipamentos de informática com acesso à Internet de alta velocidade, simulações por meio de softwares específicos às áreas de formação. Também é relevante as possibilidades oferecidas por inovações tecnologias, advindas dos Serviços do *Google For Education*. As salas são bem iluminadas, limpas, com ventiladores de parede, contam com *Datashow* e acesso à internet *(wi-fi)* e possibilidade de colocação de equipamento de som, quando necessário. O Curso de Direito da UNIT utiliza prioritariamente as dependências localizadas no Campus Farolândia da Universidade Tiradentes. Neste campus estão localizadas as salas de aula, a Biblioteca Central, auditórios e setores administrativos do curso, entre outras instalações. Além destas, também é utilizado um anexo no campus Centro, onde se localiza o NPJ.

Tipo	Área m2	Capacidade	Existentes	Bloco	Campus
Sala de aula - 01	63,00	60	01	D Térreo	Farolândia
Sala de aula - 02	63,00	60	01	D Térreo	Farolândia
Sala de aula - 04	63,00	60	01	D Térreo	Farolândia
Sala de aula - 05	63,00	60	01	D Térreo	Farolândia
Sala de aula - 06	63,00	60	01	D Térreo	Farolândia
Sala de aula - 07	63,00	60	01	D Térreo	Farolândia
Sala de aula - 12	63,00	60	01	D Térreo	Farolândia
Sala de aula - 14	63,00	60	01	D Térreo	Farolândia
Sala de aula - 15	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 16	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 17	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 18	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 19	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia

Sala de aula – 19A	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 25	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 26	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula – 26A	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula – 27	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 28	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 29	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 30	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 31	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 32	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 33	63,00	60	01	D 1ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 34	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 35	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 36	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 37	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 38	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 39	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 40	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 41	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 42	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 43	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 45	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 46	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 47	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 48	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 49	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Sala de aula - 57A	63,00	60	01	D 2ºAndar	Farolândia
Total de salas de aula					40

13.2. Instalações Administrativas –

O Curso de Direito utiliza as seguintes instalações para as suas atividades administrativas, no Campus Farolândia, a saber:

Tipo	Área (m²)	Quantidade	Sala/Bloco
Secretaria do Curso	73	1	Sala 22 -D
Sala Coordenador	63	1	Sala 24 – D
Sala Coord. Adjunta/Pedagógico do curso	45	1	Sala 23 – D
Departamento Acadêmico (DAA)	180	1	Reitoria

Secretaria - Conta com uma assistentes administrativa, uma assessora pedagógica e um assessor acadêmico e destina-se a prestar esclarecimentos aos alunos do curso que não necessitem obrigatoriamente da intervenção da coordenação e também apoio aos docentes, setor pedagógico e coordenação. A sala é climatizada e possui três estações de trabalho providas de computadores com aceso à Internet, além de bancos para os alunos.

Sala da Coordenação Adjunta, Assessoria Pedagógica e Assessoria de Monografias e TCC - Possui três estações de trabalho com computadores ligados à internet, para atendimento a alunos e professores. A sala possui climatização, excelente iluminação e armários para acomodação dos materiais de trabalho.

Sala da Coordenação - O Coordenador Geral do curso de Direito conta com uma (01) sala, localizada no 1º andar do bloco D, do Campus Farolândia e as instalações disponibilizam as condições necessárias ao desenvolvimento das funções do Coordenador do Curso. A sala do coordenador possui espaço de uso restrito, para atendimento individual ou para reuniões com grupos de estudantes e/ou professores pelo Coordenador, bem como para planejamento e execução das ações pertinentes à sua função e reuniões do NDE.

As dependências são arejadas e apresentam excelente iluminação natural e artificial com adequado sistema de ar refrigerado, computadores com acesso à internet e intranet. A manutenção é realizada de forma sistemática, proporcionando o ambiente limpo e os equipamentos em perfeitas condições de uso atendendo de forma excelente aos seus usuários.

Esses espaços disponibilizam as condições necessárias ao desenvolvimento das funções administrativas e pedagógicas do Curso, bem como ao atendimento dos alunos e professores. As dependências são arejadas e apresentam ótima iluminação natural e artificial com adequado sistema de climatização. O local possui ainda, dois banheiros privativos para os docentes e o corpo administrativo-pedagógico do curso.

13.3. Instalações para docentes – Salas de Professores, Salas de Reuniões e Gabinetes de Trabalho

O curso de Direito utiliza as seguintes instalações para os docentes, no Campus Farolândia:

Tipo	Área (m²)	Quantidade	Bloco
Sala de Professores/Reunião	73	1	D
Sala do NDE	63	1	D
Sala de Professor tempo integral	63	1	D

As instalações para os docentes do Curso de Direito são divididas em duas salas: a sala dos professores/ reuniões – que possui uma bancada com três computadores ligados à internet, armários para guarda de materiais pessoais dos professores, dois jogos de sofás e mesa oval grande com cadeiras para reuniões e sala NDE - com onze computadores conectados à internet e bancadas para trabalhos.

Ambas atendem os docentes do Curso nas diversas atividades por eles realizadas e apresentam boa iluminação natural e artificial com ótimo sistema de ventilação além de possuírem 02 banheiros privativos. A manutenção é realizada frequentemente, mantendo excelentes condições de limpeza e um ambiente agradável.

A sala dos professores possui 73 m², onde atende de maneira excelente os docentes do Curso nas diversas atividades por eles realizadas. Apresenta boa iluminação natural e artificial com adequado sistema de refrigeração, conforto que possibilita o descanso e lazer, espaço para café e convívio, arquivos, acessibilidade, acesso à internet e intranet, computadores à disposição dos docentes, mesa para reuniões e banheiro privativo. A manutenção desta área é realizada frequentemente, mantendo condições adequadas de limpeza. Os docentes podem contar com o apoio dos Assessores e Assistente Acadêmicos, além dos técnicos de laboratórios e da Coordenação do curso.

13.3.1 Instalações para docentes em Tempo Integral – TI.

O curso além de possuir gabinete de trabalho para o coordenador e sala para os professores possui também sala equipada para docentes com tempo integral, com computadores conectados à internet, mesa de trabalho para reuniões e ou atendimento individualizado (orientações) a estudantes. O acesso às salas não apresentam barreiras arquitetônicas, as salas são climatizadas e dotadas de excelente iluminação, limpeza, acústica e conservação o que viabiliza o desenvolvimento das atividades docentes.

13.3.2 Espaço de trabalho para coordenador

O curso conta com uma 01 (uma) sala, medindo 63m², localizada no Campus Aracaju-Farolândia e as instalações disponibilizam as condições necessárias ao desenvolvimento das funções do Coordenador do Curso. Esta conta com Assistentes Acadêmicos que auxilia no desenvolvimento das atividades acadêmicas, bem como ao atendimento aos alunos e professores. O coordenador dispõe ainda de espaço para atendimento individualizado ou para reuniões com grupos de estudantes; estes espaços possuem infraestrutura tecnológica adequada às necessidades. As dependências são arejadas e apresentam excelente iluminação natural e artificial com adequado sistema de ar refrigerado, computadores com acesso à internet e intranet o que possibilita formas distintas de trabalho. A manutenção é realizada de forma sistemática, proporcionando o ambiente limpo e os equipamentos em perfeitas condições de uso atendendo de forma excelente aos seus usuários.

13.3.3 Sala coletiva de professores.

A sala coletiva de professores possui 94,5 m², onde atende de maneira excelente os docentes do Curso nas diversas atividades por eles realizadas. Apresenta boa iluminação natural e artificial com adequado sistema de refrigeração. O espaço possibilita conforto e descanso, espaço para café e convívio, arquivos para guarda de materiais, acessibilidade, acesso à internet e intranet, computadores à disposição dos docentes, mesa para reuniões e banheiro privativo. A manutenção desta área é realizada frequentemente, mantendo condições adequadas de limpeza. Os docentes podem contar com o apoio de Assistente Acadêmico e técnicos de laboratórios, além da coordenação do curso**.**

13.4 Auditório/Sala de Conferência

O Curso de Direito utiliza os diversos auditórios, localizados nos vários campi da UNIT. Os referidos ambientes apresentam boa iluminação natural e artificial com perfeito sistema de ar refrigerado. Possuem recursos audiovisuais adequados para as atividades desenvolvidas e sua manutenção é feita de forma sistemática, proporcionando aos seus usuários conforto e bem-estar.

O quadro abaixo demonstra o quantitativo de auditórios disponibilizados para as atividades do curso.

Ambiente	Área m²	Quant.	Localização Campus	Bloco	Capac.
Teatro Tiradentes	630,50	01	Aracaju Centro	-	510
Auditório Nestor Braz	126,00	01	Aracaju Centro	D	90
Auditório Padre Arnóbio	251, 50	01	Aracaju Farolândia	D	250
Auditório Padre Melo	251,50	01	Aracaju Farolândia	D	250
Auditório Bloco C	127,15	01	Aracaju Farolândia	C	150
Auditório da Reitoria	159,5	01	Aracaju Farolândia	Reitoria	180
Auditórios do Bloco G	286,33	02	Aracaju-Farolândia	G	255
Auditório da Biblioteca Central	78,46	1º mini	Aracaju Farolândia	Biblioteca Central	58
	82,22	2º mini			63
	95,48	3º mini			75

13.5 Instalações sanitárias – adequação e limpeza

O Campus Aracaju-Farolândia da Universidade Tiradentes disponibiliza para os alunos do Curso de Direito, instalações sanitárias adequadas às necessidades dos mesmos, inclusive para as pessoas portadoras de necessidades especiais, próximas às salas utilizadas pelo referido Curso. Estas instalações estão localizadas conforme discriminação na tabela abaixo:

Tipo	Quantidade	Bloco	Pavimento
Sanitário Feminino	1	D	térreo
Sanitário Masculino	1	D	térreo
Sanitário Feminino	1	D	primeiro
Sanitário Masculino	1	D	primeiro
Sanitário Feminino	1	D	segundo
Sanitário Masculino	1	D	segundo
Sanitário Feminino	1	D	terceiro
Sanitário Masculino	1	D	terceiro

As instalações são mantidas sistematicamente limpas, com excelente nível de higienização e conservação.

13.6 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

Atendendo aos pré-requisitos do Decreto 5.296/2004, a UNIT viabiliza as condições de acesso a todos os usuários das instalações gerais da Universidade, inclusive, aos portadores de necessidades especiais. São disponibilizados elevadores, rampas de acesso, banheiros com barras de fixação, possibilitando o deslocamento dos que possuem dificuldade motora ou visual.

Investindo na inclusão e na garantia do acesso real às atividades acadêmicas, a UNIT adquiriu em 2007, o Jaws – software sintetizador de voz para atender aos alunos deficientes visuais. O Jaws permite que as informações exibidas no monitor sejam repassadas ao deficiente visual através da placa e caixas de som do computador, enviadas para as linhas Braille, o que facilita o processo de inclusão e interação no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

É relevante destacar que a UNIT investiu na adequação de todos os prédios (banheiros, rampas, elevadores, vagas de estacionamento etc.). Essas ações denotam o compromisso da Instituição para garantir o acesso e a permanência do portador de necessidades especiais, seja aluno ou colaborador, no sentido de promover a inclusão de forma qualitativa que a inserção pode possibilitar aos portadores de necessidades especiais, no tempo em que estiver na universidade.

13.7 Infraestrutura de segurança

O setor de Segurança do Trabalho tem por objetivo desenvolver ações de prevenção, com vistas a uma melhor condição de trabalho, evitando acidentes e protegendo o trabalhador em seu local de trabalho, tanto no que se refere a segurança quanto a higiene.

ATIVIDADE	DESENVOLVIMENTO	SETORES ENVOLVIDOS
EPI –Equipamento de Proteção Individual	O empregado que irá executar atividades em áreas de risco, quando contratado, passa por um treinamento em que o mesmo é informado quanto aos riscos a que estará exposto e os equipamentos de proteção a serem usados. Será fornecidos ao empregado recém-admitido todos os EPI's para realização de suas atividades, onde o mesmo deverá assinar uma ficha de	**SESMT – Serviço Especializa em Segurança e Medicina do Trabalho**

ATIVIDADE	DESENVOLVIMENTO	SETORES ENVOLVIDOS
	recebimento e responsabilidade. Deverá o empregado deslocar-se ao Setor de Segurança do Trabalho para troca dos EPI's ou dúvidas referente aos mesmos. "No ato da entrega dos EPI's os empregados recebem orientações específicas para cada equipamento quanto ao uso e manutenção". Quanto à solicitação de EPI's deverá ser feita por escrito (e-mail) pelo Coordenador, Gerente ou responsável do setor, ao Setor de Segurança do Trabalho, para ser avaliado e em seguida encaminhado ao setor de compras com suas respectivas referências. Estão autorizados a solicitar Equipamento de Proteção Individual – EPI ao setor de compras, os Técnicos de Segurança do Trabalho, devido ao conhecimento e especificações técnicas.	**DIM - Departamento de Infraestrutura de Manutenção** **DGC – Diretoria de Gente e Carreira** **Coordenação** **Colaboradores**
Equipamento de Combate a Incêndio	Os extintores e hidrantes em toda a Instituição foram dimensionados para as diversas áreas e setores, sendo feita um redimensionamento quando a mudança de layout ou construção de novas instalações. Os extintores obedecem a um cronograma de recarga dentro das datas de vencimentos e testes hidrostáticos. São realizados treinamentos específicos (teoria e prática) de princípio e combate a incêndio, utilizando os extintores vencidos que estão indo para recarga. Os extintores são identificados por número de ordem e posto. Os hidrantes são testados semestralmente quanto ao estado de conservação	**SESMT** **DIM** **Empresa responsável pela manutenção** **DGC**

ATIVIDADE	DESENVOLVIMENTO	SETORES ENVOLVIDOS
	das mangueiras, bicos, bomba de incêndio e a vazão da água se atende à necessidade.	
Equipamento de Medição Ambiental	O setor de Segurança do Trabalho dispõe de equipamentos de medição, facilitando os trabalhos de avaliação de ruído, temperatura e luminosidade para adicionais de insalubridade e aposentadoria especial. Dos equipamentos temos: Decibelimetro, Luximetro e um Termômetro de Globo (IBUTG). Os equipamentos são usados também na confecção do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, no PPA – Programa de Proteção Auditiva.	**SESMT** **DGC** **DIM**
Treinamento	Os treinamentos seguem um cronograma, em que são divididos por área, dando prioridade às atividades de maior risco de acidente. Os treinamentos são ministrados no setor de trabalho, na sala de treinamento do DRH, nos auditórios, etc. São utilizados nos treinamentos efeitos visuais como retroprojetor, data show, slides, etc. O SESMT, convidado pelos coordenadores da área da saúde, realiza treinamento sobre Biossegurança em laboratórios para os alunos dos cursos de: Fisioterapia, Farmácia, Biomedicina e enfermagem, orientando sobre como se proteger dos riscos biológicos e acerca da necessidade de adotar uma conduta profissional segura nos diversos laboratórios, evitando acidentes e doenças do trabalho.	**SESMT** **DGC**

ATIVIDADE	DESENVOLVIMENTO	SETORES ENVOLVIDOS
	Nos treinamentos de combate a princípio de incêndio a parte prática está sendo realizada em uma área aberta, onde são realizadas as simulações com os tambores cheios de combustível em chamas.	
Sinalização	As sinalizações da Instituição dividem-se em: Horizontais – São sinalizados pisos com diferença de níveis, pisos escorregadios (fitas antiderrapante), sinalização das áreas de limitação de hidrantes e extintores, demarcações em volta das máquinas que oferecem risco de acidente, etc. Verticais - São vistas em toda área externa do Campus como placas de indicação de estacionamento, quebra mola, faixa de pedestre, placas de velocidade, etc. Placas e Cartazes Indicativos e Educativos – São placas que indicam condição de risco, de perigo, de higiene, de material contaminante etc.	**SESMT** **DIM** **GRÁFICA**
Serviços Terceirizados	Toda contratação de prestadores de serviços (empreiteiros) que envolvam em construção, manutenção, reparos e mudanças no ambiente físico e equipamentos da Instituição, deverá ser comunicado ao SESMT antes que estas iniciem suas atividades. O SESMT solicitara a empresa contratada, documentações necessárias, equipamento de proteção individual e outros dispositivos que as tornem aptas para realização de suas atividades dentro dos padrões de Segurança normatizados pelo SESMT e preceitos exigidos pelo Ministério do Trabalho.	**SESMT** **DIM** **DGC**

ATIVIDADE	DESENVOLVIMENTO	SETORES ENVOLVIDOS
Dos Programas de Segurança do Trabalho	A Instituição dispõe de programas de segurança que possibilitam a realização de suas atividades, evitando riscos de acidentes. Onde temos: PPRA – Programa de Prevenção a Riscos Ambientais; PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional; PGRSS – Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço e Saúde; Programa Qualidade de vida no Trabalho – Programa de reeducação postural e ginástica laboral; SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre a necessidade de se proteger, abordando temas de interesses gerais com a participação dos colaboradores.	**SESMT** **DGC** **DIM** **Coordenação** **CIPA** **Colaboradores**
Acidente do Trabalho	Todos os colaboradores que sofram acidentes de trabalho ocorridos, seja ele típico ou de trajeto, devem comparecer ao setor Médico para atendimento dos primeiros socorros e em seguida ao setor de Segurança do trabalho para prestar informações necessárias para investigação do acidente. A emissão da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, será preenchida a parte medica no ato do atendimento e em seguida complementará a outra parte, onde pode ser preenchida no próprio setor médico ou encaminhada ao setor de Segurança do Trabalho.	**SESMT** **DGC** **Colaboradores**

ATIVIDADE	DESENVOLVIMENTO	SETORES ENVOLVIDOS
Inspeções	Regularmente e obedecendo a cronograma de visitas, serão realizadas inspeções de Segurança nos diversos setores da Instituição a fim de anteciparem-se aos acontecimentos inesperados pela consequência da exposição aos agentes / riscos contidos nos setores. As inspeções periódicas de Segurança serão realizadas nos horários relativos a execução das atividades desenvolvidas pelos setores para avaliar a eficiência das ações aplicadas pelo SESMT. Poderão ser solicitadas inspeções ou visitas em caráter de urgência pelos coordenadores por escrito (e-mail) informando a necessidade da visita. Esta será avaliada e priorizada.	**SESMT** **DGC** **Coordenação** **DIM**

Em anexo, Normas de Segurança e Infraestrutura de Segurança da IES.

14. BIBLIOTECA

As Bibliotecas da Universidade Tiradentes, vinculadas ao Sistema Integrado de Bibliotecas, através da sua Mantenedora Sociedade Educacional Tiradentes, tem por objetivo a prestação de serviços e produtos de informação voltados ao universo acadêmico.

Em todas as Bibliotecas, o acervo encontra-se organizado em estantes próprias, instalado em local com iluminação natural e artificial adequadas, acessibilidade e as condições para armazenagem, preservação e disponibilização atendem aos padrões exigidos.

Biblioteca Sede

Situada no Campus Aracaju Farolândia, conta com uma área de 7.391,00 m², em três pavimentos, com ambientes de estudo em grupo, estudo individual, 2 auditórios, pinacoteca, sala de Multimeios, Setor de periódicos, biblioteca inclusiva equipada com

equipamentos para ampliação de textos, software de leitura do texto e livros sonoros. A Biblioteca oferece aos professores espaço com recursos de filmes, TV e últimos lançamentos dos livros.

Biblioteca Centro

Atende ao complexo acadêmico do campus Centro, tem suas instalações em uma área de 1.136,98 m², com os seguintes ambientes: sala de estudo individual, sala de estudo em grupo, sala de multimeios, sala dos professores e setor de Periódicos.

Biblioteca Estância

Atende ao complexo acadêmico do campus Estância, tem suas instalações em uma área de 578,4 m², com o laboratório de multimeios, sala de estudo em grupo e individual.

Biblioteca Propriá

Atende ao complexo acadêmico do campus Propriá e tem suas instalações em uma área de 89,51m², com sala de estudo em grupo e individual, laboratório e Multimeios.

Biblioteca do Campus Itabaiana

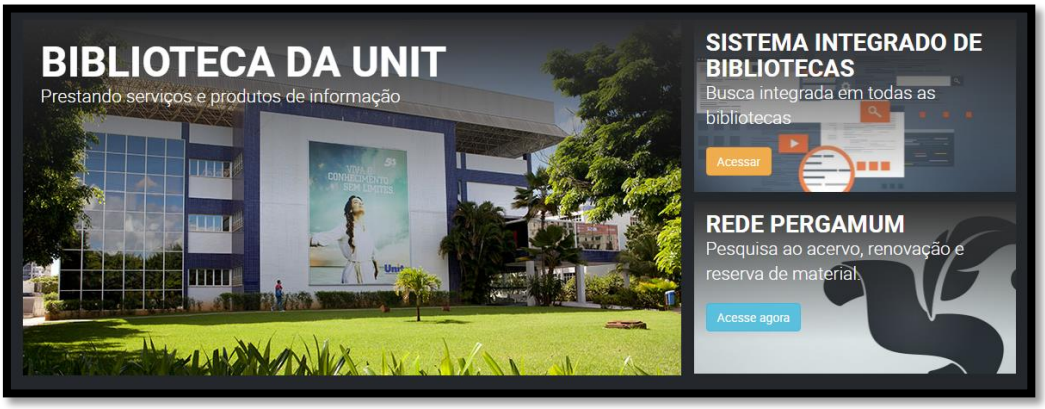
Atende ao complexo acadêmico do campus e tem suas instalações em uma área de 104,50 m², com salas de estudo em grupo e individual, laboratório e multimeios com computadores com acesso às bases de dados.

Biblioteca Setorial de Medicina

A Biblioteca Setorial de Medicina, localizada no Bloco F do Campus Farolândia, tem uma estrutura ampla para estudo individual e em grupo, e área para o acervo, devido à metodologia PBL do curso, que requer muita pesquisa. Conta com estação de trabalho com computadores e bases de dados disponíveis para consulta.

Bibliotecas Polos EAD

As Bibliotecas dos polos de apoio presencial estão subordinadas ao Sistema Integrado de Bibliotecas. O Bibliotecário e Gestor do Polo respondem pelo controle e andamento das atividades das Bibliotecas dos Polos. O Sistema de Bibliotecas disponibiliza aos alunos de EAD bibliotecas nos polos com acervos impressos e virtuais, área de estudos individuais e em grupo, em atendimento ao Projeto Pedagógico dos cursos. A Portaria nº 24 do Gabinete da Reitoria e Normativo SIB 01, norteiam a política de atendimento aos usuários e o sistema operacional dos serviços das Bibliotecas nos Polos. Cada Bibliotecário da Instituição é responsável pelas Bibliotecas dos Polos próximo a sua Unidade.



Fonte: https://portal.unit.br/biblioteca.

14.1 Estrutura física

A distribuição da área física construída da Biblioteca Central e das Bibliotecas Setoriais I, III, IV e V estão descritos nos quadros a seguir:

Distribuição da área física construída da Biblioteca Central

Especificação	Área (m^2)
Jornais	80,00
Referência	129,51
Monografias	140,30
Reprografia	12,00
Sala de Aula (Sala 01)	78,46
Sala de Aula (Sala 02)	82,22
Mini - auditório (Sala 03)	95,48
Sala de jogos	68,75
Área de Acervo	1.179,00
Gerência administrativa	40,50

Especificação	Área (m^2)
Área de Processamento Técnico	75,00
Pesquisa Internet	156,01
Área para periódicos	298,80
Recepção	83,11
Galeria de Arte	104,80
Área de Leitura	2.761,37
Circulação	1.130,38
Restauração	53,35
Aquisição	49,00
Empréstimo de CD-Rom	25,46
Foyer	233,21
Área de banheiros	162,03
Lanchonetes	146,01
Cabines Individuais de Leitura	31,22
Cabines de Vídeo em Grupo	52,41
Cabines Individuais de Vídeo	15,61
Sala de Pesquisa dos Professores	107,01
Total	**7.391,00**

Fonte: UNIT/Biblioteca

Distribuição da área física construída da Biblioteca Setorial I.

Especificação	Área (m2)
Recepção	19,07
Referência	32,62
Acervo	219,92
Área de Leitura	75,84
Periódicos	25,50
Reprografia	12,65
Monografias	16,85
Setor de Informática (pesquisa)	25,40
Cabines de Vídeo Individuais	8,00
Cabines de Vídeo em Grupo	20,40
Acervo de Imagens	19,80
Sanitários	20,60
Circulação	155,75
Área de Ampliação (construída)	484,58
Total	1.136,98

Fonte: Unit/DIM

Distribuição da área física construída da Biblioteca Setorial II.

Especificação	Área (m^2)
Recepção	46,35
Acervo	218,15
Área de Leitura	125,50
Periódicos	23,75
Monografias	14,40

Setor de Informática/Vídeos	64,25
Depósito	2,00
Sala de Leitura	53,00
Sanitários	31,00
Total	**578,4**

Fonte: Unit/DIM

Distribuição da área física construída da biblioteca Setorial III.

Especificação	**Área (m^2)**
Acervo	39,19
Coletivo	43,31
Individual	22,00
Total	**104,50**

Fonte: Unit/DIM

Distribuição da área física construída da biblioteca Setorial IV.

Especificação	**Área (m^2)**
Acervo	66,06
Coletivo	---------
Individual	23,45
Total	89,51

Fonte: Unit/DIM

Distribuição da área física construída de cada pólo.

Especificação	**Área (m^2)**
Acervo	10,00
Coletivo	25,65
Individual	4,85
Total	**40,50**

Fonte: Unit/DIM

- Instalações e mobílias para estudos individuais e/ou grupos.

A Universidade Tiradentes disponibiliza nas bibliotecas de seus campi espaços com mobiliários e equipamentos adequados aos estudos individuais e em grupo. O quadro abaixo informa o tipo e quantidade.

Cabines e Mobílias	**Biblioteca**					
	Central	**Centro**	**Estância**	**Itabaiana**	**Propriá**	**TOTAL**
Mesas	92	38	15	08	02	155
Cadeiras	426	200	92	42	8	768
Cabines individuais para Estudo	36	23	06	04	---	69

Cabines individuais para TV – Vídeo	12	01	05	04	04	26
Cabines em grupo	04	02	02	--	--	08

Fonte: Unit/Biblioteca

14.2 Informatização da Biblioteca

Todas as Bibliotecas estão integradas e utilizam Tecnologia de Informações e Comunicação através do Sistema Pergamum, que gerencia todos os serviços das bibliotecas da rede. O Pergamum maximiza o atendimento aos usuários e contempla as principais funções de uma biblioteca, funcionando de forma integrada da aquisição ao empréstimo. Assina ferramenta EDS da Ebsco para busca Integrada, facilita o acesso e a recuperação da informação nas diversas fontes assinadas e disponíveis para as Bibliotecas do Grupo Tiradentes. Pretende-se com esta prática facilitar o acesso online principalmente como forma de incentivo a pesquisa dentro e fora da Universidade.

- **Acessibilidade Informacional – Biblioteca Inclusiva**

Acessibilidade informacional através da Biblioteca Inclusiva e disponibilizam espaço, software, equipamentos e acervo para deficientes visuais, que em parceria com o Núcleo de Apoio Psicossocial, presta os seguintes serviços:

- Orientação aos usuários no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos;
- Acervo Braille, digital acessível e falado;
- Disponibiliza computadores, com softwares específicos para os usuários;
- Espaços de estudo;
- Impressão (texto em fonte maior para baixa visão, etc.) e cópias ampliadas.

Para acesso a estes serviços foram instalados, os seguintes softwares e equipamentos:

- Lupa; Jaws (sintetizador de voz);
- Open Book (converte materiais impressos em imagens digitais cujo conteúdo textual é reconhecido e convertido em texto para ser falado por um sintetizador de voz.);
- Ampliador de tela ZoomText; Sintetizador de voz para o leitor de tela NVDA;

Conta com o acervo da biblioteca virtual Dorinateca, que disponibiliza livros para download nos formatos Braille, Falado e Digital Acessível DAISY para as pessoas com

deficiência visual. É possível ter o livro acessível onde estiver, e usufruir deste benefício tecnológico que permite o acesso ao mundo da informação, cultura e educação com muito mais facilidade. www.dorinateca.org.br

14.3 Acervo Total da Biblioteca

O quadro abaixo mostra o quantitativo de livros e multimeios (vídeos e CD ROM), classificados por área do conhecimento, disponível nas Bibliotecas da Universidade Tiradentes.

SIB - SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS					
BIBLIOTECA CENTRAL					
ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO	**Livros**		**Periódicos**		**Bases de Dados**
	Títulos	Exemplares	Nacionais	Estrangeiros	
Existentes em 2017					
1 - Ciências Exatas e da Terra	4567	18549	167	52	1
2 - Ciências Biológicas	590	3479	17	5	2
3 - Engenharias	1813	8544	89	14	2
4 - Ciências da Saúde	2727	12610	249	38	3
5 - Ciências Agrárias	593	1493	39	1	0
6 - Ciências Sociais Aplicadas	27078	81046	1301	65	2
7 - Ciências Humanas	8120	21241	330	32	1
8 - Lingüística, Letras e Artes	3619	14379	97	16	1
9 - Outros	514	1786	180	4	2
Total	**49621**	**163127**	**2469**	**227**	**15**
Adquirido no 1º semestre de 2018					
1 - Ciências Exatas e da Terra	2	4			
2 - Ciências Biológicas	0	1			
3 - Engenharias	0	1			
4 - Ciências da Saúde	9	14			

5 - Ciências Agrárias	1	2			
6 - Ciências Sociais Aplicadas	11	31			
7 - Ciências Humanas	5	25			
8 - Lingüística, Letras e Artes	1	1			
9 - Outros	1	3			
Total	**30**	**82**			
TOTAL:	**49651**	**163209**	**2469**	**227**	**15**
Fonte: Pergamum MARÇO/2018					

UNIT-SE-BIBLIOTECA CENTRO

ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO	**Livros**		**Periódicos**		**Bases de Dados**
	Títulos	Exemplares	Título	Estrangeiros	
Existentes em 2017					
1 - Ciências Exatas e da Terra	497	2086	11	1	1
2 - Ciências Biológicas	23	127			
3 - Engenharias	13	65	3	0	
4 - Ciências da Saúde	909	3206	119	45	
5 - Ciências Agrárias	1	2	3	0	
6 - Ciências Sociais Aplicadas	4144	13297	266	10	2
7 - Ciências Humanas	4318	13012	290	14	1
8 - Lingüística, Letras e Artes	5907	14108	66	22	1
9 - Outros	155	785	69	1	2
Total	**15967**	**46688**	**827**	**93**	**15**
Adquirido no 1º semestre de 2018					
1 - Ciências Exatas e da Terra					
2 - Ciências Biológicas					
3 - Engenharias					
4 - Ciências da Saúde	3	8			
5 - Ciências Agrárias					
6 - Ciências Sociais Aplicadas	7	34			
7 - Ciências Humanas	4	12			
8 - Lingüística, Letras e Artes	0	2			

9 - Outros					
Total	**14**	**56**			
TOTAL GERAL	**15981**	**46744**	**827**	**93**	15
Fonte: Pergamum MARÇO/2018					

UNIT SE - Biblioteca ESTÂNCIA

ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO	**Livros**		**Periódicos**		**Bases de Dados**
	Títulos	Exemplares	Título	Estrangeiros	
Existentes em 2017					
1 - Ciências Exatas e da Terra	325	1179	10	0	1
2 - Ciências Biológicas	48	345			2
3 - Engenharias	6	36	4	0	2
4 - Ciências da Saúde	187	973	5	1	3
5 - Ciências Agrárias	7	17	2	0	0
6 - Ciências Sociais Aplicadas	6589	17668	423	17	2
7 - Ciências Humanas	3735	9061	146	8	1
8 - Lingüística, Letras e Artes	1004	2584	20	8	1
9 - Outros	182	685	43	1	2
Total	**12083**	**32548**	**653**	**35**	**15**
Adquirido no 1º semestre de 2018					
4 - Ciências da Saúde	1	4			
6 - Ciências Sociais Aplicadas	9	34			
7 - Ciências Humanas	4	11			
8 - Lingüística, Letras e Artes	0	2			
9 - Outros	0	2			
Total	**14**	**53**			
TOTAL GERAL	**12097**	**32601**	**653**	**35**	**15**
Fonte: Pergamum Março/2018					

UNIT-SE -BIBLIOTECA ITABAIANA

ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO	**Livros**		**Periódicos**		**Bases de Dados**
	Títulos	Exemplares	Título	Estrangeiros	
Existentes em 2017					

1 - Ciências Exatas e da Terra	181	621	3	0	1
2 - Ciências Biológicas	32	142			2
3 - Engenharias	4	57	3	0	2
4 - Ciências da Saúde	103	441	1	0	3
5 - Ciências Agrárias	2	5	2	0	
6 - Ciências Sociais Aplicadas	2754	8809	208	6	2
7 - Ciências Humanas	940	2967	63	1	1
8 - Lingüística, Letras e Artes	752	1875	15	5	1
9 - Outros	89	445	32	1	2
Total	**4857**	**15362**	**327**	**13**	**15**
Adquirido no 1º semestre de 2018					
4 - Ciências da Saúde	1	4			
6 - Ciências Sociais Aplicadas	9	9			
7 - Ciências Humanas	5	12			
8 - Lingüística, Letras e Artes	0	3			
Total	**15**	**58**			
TOTAL GERAL	**4872**	**15420**	**327**	**13**	**15**
Fonte: Pergamum MARÇO/2018					

UNIT-SE -BIBLIOTECA PROPRIÁ

ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO	**Livros**		**Periódicos**		**Bases de Dados**
	Títulos	Exemplares	Título	Estrangeiros	
Existentes em 2017					
1 - Ciências Exatas e da Terra	491	1516	8	1	1
2 - Ciências Biológicas	8	49			2
3 - Engenharias	6	35	1	0	2
4 - Ciências da Saúde	14	72	2	0	3
5 - Ciências Agrárias	2	4	2	0	
6 - Ciências Sociais Aplicadas	2299	9004	132	4	2
7 - Ciências Humanas	972	3119	34	0	1
8 - Lingüística, Letras e Artes	563	1678	11	1	1
9 - Outros	87	429	30	1	2
Total	**4442**	**15906**	**220**	**7**	**15**

Adquirido no 1º semestre de 2018					
4 - Ciências da Saúde	1				
6 - Ciências Sociais Aplicadas	5	39			
7 - Ciências Humanas	4	12			
Total	**10**	**60**			
Total	**4452**	**15966**	**220**	**7**	**15**
Fonte: Pergamum MARÇO/2018					

UNIT-SE -BIBLIOTECA MEDICINA					
ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO	**Livros**		**Periódicos**		**Bases de Dados**
	Títulos	Exemplares	Título	Estrangeiros	
Existentes em 2017					
1 - Ciências Exatas e da Terra	11	33	6	0	1
2 - Ciências Biológicas	41	133	0	2	2
3 - Engenharias	1	0	1	1	2
4 - Ciências da Saúde	901	2350	64	3	3
5 - Ciências Agrárias					
6 - Ciências Sociais Aplicadas	30	92	7	0	2
7 - Ciências Humanas	26	65	9	1	1
8 - Lingüística, Letras e Artes	9	30			1
9 - Outros	16	70	12	0	2
Total	**1035**	**2773**	**99**	**7**	**15**
Adquirido no 1º semestre de 2018					
3 - Engenharias	0	19			
4 - Ciências da Saúde					
Total	**0**	**19**			
TOTAL GERAL	**1035**	**2792**	**99**	**7**	**15**
Fonte: Pergamum MARÇO/2018					

UNIT-SE -BIBLIOTECA SCRICTO SENSU					
ACERVO POR ÁREA DO CONHECIMENTO	**Livros**		**Periódicos**		**Bases de Dados**
	Títulos	Exemplares	Título	Estrangeiros	

Existentes em 2017					
1 - Ciências Exatas e da Terra	146	281			1
2 - Ciências Biológicas	8	12			2
3 - Engenharias	315	445			2
4 - Ciências da Saúde	38	154			3
5 - Ciências Agrárias	2	2			
6 - Ciências Sociais Aplicadas	847	2763	34	0	2
7 - Ciências Humanas	709	2411	29	0	1
8 - Lingüística, Letras e Artes	49	169			1
9 - Outros	28	114	10	0	2
Total	**2142**	**6351**	**73**	**0**	**15**
Adquirido no 1º semestre de 2018					
6 - Ciências Sociais Aplicadas	1	8			
7 - Ciências Humanas	1	4			
Total					
TOTAL GERAL	**2102**	**6190**	**73**	**1**	**15**
Fonte: Pergamum MARÇO/2018					

14.4 Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo

- **Acervo com Total de Títulos, Exemplares e Periódicos Previstos.**

A Direção do Sistema Integrado de Bibliotecas da Sociedade Educacional Tiradentes - SIB é responsável pela manutenção, atualização do acervo e controle do Orçamento, seleção das bases de dados e suporte nos serviços e produtos para as Bibliotecas do Grupo. O trabalho desenvolvido pelas bibliotecas está intimamente ligado às áreas acadêmicas, uma vez que acervos e serviços prestados são dirigidos essencialmente a essa comunidade. Na indicação de títulos para compor o acervo dos cursos ressalta-se a atuação do Núcleo Docente Estruturante de cada curso que semestralmente através da Campanha para Atualização do Acervo, juntamente com os professores específicos das disciplinas, indicam novas aquisições e após análise do coordenador e seus órgão colegiados, a indicação para aquisição é encaminhada através do Pergamum, ferramente na qual a coordenação pode acompanhar o status da solicitação. Toda a comunidade acadêmica tem acesso ao sistema on-line de sugestões de

compra, que é avaliado pela Direção do SIB e adquirido quando autorizado pelos órgãos competentes.

As bibliotecas do SIB estão subordinadas à Direção da Unidade em que estão instaladas e a Direção do SIB. Dessa forma, as bibliotecas interagem com sua comunidade no que se refere à identificação de necessidades de uso e à produção da informação especializada para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, em todas as suas vertentes.

- **A Expansão e Consulta ao Acervo**

O acervo é distribuído entre as bibliotecas da IES: Bibliotecas Universidade Tiradentes – UNIT (Biblioteca Central da Universidade Tiradentes – Campus Farolândia, Biblioteca Centro – Campus Centro Aracaju, Biblioteca Estância, Biblioteca Itabaiana, Biblioteca Propriá, Bibliotecas Setoriais e Bibliotecas dos Polos de Ensino a Distância);

Essas unidades colocam a disposição dos usuários um acervo de cerca de mais 581.243 mil itens, compreendendo livros, obras de referência, periódicos, monografias, mapas, filmes, documentários e outros materiais. Todas as bibliotecas estão informatizadas, permitindo consultas nos terminais de computadores da Biblioteca e acesso através do portal da Instituição de Ensino. Também oferta serviços, tais como a renovação de empréstimos, a alteração da senha e sugestão de material para aquisição. Através da Biblioteca virtual acessam as bases assinadas de periódicos, livros, normas e produção acadêmica em formato eletrônico.

- **Política de Atualização e Desenvolvimento de Acervo**

A política de expansão e atualização do acervo das bibliotecas do SIB, está alicerçada na verificação semestral da bibliografia constante dos planos de ensino e na avaliação da demanda de estudantes pelo Sistema de Integrado de Biblioteca, docentes, coordenadores de cursos e seus órgão colegiados, principalmente o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Objetiva-se atender satisfatoriamente a proposta pedagógica prevista nos projetos pedagógicos de cada curso bem como da instituição, em relação ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Em sua política de expansão do acervo, a Unit trabalha com a filosofia do orçamento participativo, alocando antecipadamente recursos para investimentos na ampliação e atualização do acervo, em consonância com a oferta de cursos de graduação, pós-graduação,

projetos de pesquisa, projetos de extensão, bem como demais atividades desenvolvidas na área acadêmica.

Semestralmente através da Campanha para Atualização do Acervo os professores indicam novas aquisições e após análise do coordenador de cursos e seus órgão colegiados, a indicação para aquisição é encaminhada através do Pergamum, ferramente na qual a coordenação pode acompanhar o status da solicitação. Toda a comunidade acadêmica tem acesso ao sistema on-line de sugestões de compra, que é avaliado pela Direção do SIB e adquirido quando autorizado pelos órgãos competentes.

14.5 Serviços

Horário de funcionamento

O horário de funcionamento das Bibliotecas Central e Setoriais está descriminado na tabela abaixo:

Campi	Biblioteca	Horário de funcionamento
Aracaju – Farolândia	Biblioteca Central	De 2ª a 6ª das 7 às 22h; aos sábados, das 8 às 16h.
Aracaju – Centro	Biblioteca do Centro	De 2ª a 6ª das 7 às 22h; aos sábados, das 8 às 13h.
Estância	Biblioteca de Estância	De 2ª a 6ª das 9 às 22h; aos sábados das 9 às 13h.
Itabaiana	Biblioteca de Itabaiana	De 2ª a 6ª das 13 às 22h; aos sábados das 9 às 13h.
Propriá	Biblioteca de Propriá	De 2ª a 6ª das 13 às 22h; aos sábados das 9 às 13h.

Pessoal técnico e administrativo

As bibliotecas dispõem de uma equipe capacitada para desenvolver as atividades de suporte a apoio à comunidade acadêmica auxiliando nos serviços de pesquisa, organização, conservação e guarda de livros, revistas e jornais na biblioteca. O corpo técnico semestralmente

é capacitado com o apoio do setor de recursos com cursos, seminários, objetivando treinamento ou reciclagem de conhecimentos para melhoria da qualidade no atendimento e nos serviços. A equipe conta com 55 colaboradores, sendo 9 bibliotecários, 8 Assistentes de Bibliotecas e 34 auxiliares e 8 menores aprendizes, distribuídos nas Bibliotecas da UNIT-SE.

- **Direção do SIB:** 1 diretor, 3 bibliotecários, 3 assistentes de bibliotecas, 3 auxiliares administrativos.
- **Biblioteca Sede:** 2 bibliotecários, 3 assistentes de biblioteca, 19 auxiliares administrativos e 7 menores aprendizes.
- **Biblioteca Centro:** 1 bibliotecário, 2 assistentes, 5 auxiliares administrativas e 1 menor aprendiz.
- **Biblioteca Estância:** 1 bibliotecário e 2 auxiliares.
- **Biblioteca Itabaiana:** 1 bibliotecário 2 auxiliares.
- **Biblioteca Propriá:** 1 bibliotecário 1 auxiliar e 1 estagiário.
- **Biblioteca de Medicina:** 1 auxiliar administrativo.

Identificação	**Qualificação Acadêmica**
Direção do Sistema de Bibliotecas Maria Eveli P. Barros Freire	Pós-graduada em Administração – Faculdade São Judas Graduada em Biblioteconomia – CRB-8/4214

Identificação	**Qualificação Acadêmica**
Bibliotecário do SIB Delvânia Rodrigues dos Santos Macedo	Graduação em Biblioteconomia – CRB-5/1425
Bibliotecário do SIB Eliane Maria Passos Gomes Mendes	Graduação em Biblioteconomia – CRB-5/1037
Bibliotecário do SIB Pedro Santos Vasconcelos	Graduação em Biblioteconomia – CRB-5/1603

Identificação	Qualificação Acadêmica
Gislene Maria da Silva Dias	Graduação em Biblioteconomia – CRB-5/1410
Rosangela Soares de Jesus	Pós-Graduada em Gerenciamento participativo com ênfase em Educação Profissional. Graduação em Biblioteconomia – CRB-5/1701
Equipe técnica da BIBLIOTECA FAROLÂNDIA	

Identificação	Qualificação Acadêmica
Crisales de Almeida Meneses	Pós-graduada em Gestão da Informação Universidade Federal de Sergipe – UFS Graduada em Biblioteconomia – CRB-5/1211
Equipe técnica da BIBLIOTECA CENTRO	

Identificação	Qualificação Acadêmica
Francisco Santana Neto	Graduado em Biblioteconomia – CRB-5/1780
Equipe técnica da BIBLIOTECA ESTÂNCIA	

Identificação	Qualificação Acadêmica
Karolinne de Santana Boto	Graduado em Biblioteconomia – CRB/51/5-P
Equipe técnica da BIBLIOTECA ITABAIANA	

Identificação	Qualificação Acadêmica
Maria Julia dos Santos Lima	Graduado em Biblioteconomia – CRB-5/1087
Equipe técnica da BIBLIOTECA PROPRIÁ	

Fonte: UNIT/Biblioteca

14.6 Serviço de Acesso ao Acervo

O acesso aos serviços das bibliotecas é imprescindível que o usuário esteja de posse da sua carteira institucional (estudantil ou funcional) e com senha, a qual é de uso pessoal e intransferível.

A Instituição conta com uma norma de utilização desses recursos, com o objetivo de controlar e facilitar o acesso aos alunos, bem como zelar pelos equipamentos.

Quanto aos serviços prestados, têm-se:

Base de Dado EBSCO

A Biblioteca assina as seguintes bases de Dados de periódicos da empresa da EBSCO (Eletronic Book Services Corporation):

- Academic Search Elite

Oferece texto completo para mais de 2.000 títulos, incluindo mais de 1.500 títulos semelhante-revisados. Este banco de dados multi-disciplinar cobre virtualmente toda área de estudo acadêmico. Mais de 100 diários recuperam imagens de PDF desde 1985. Este banco de dados é atualizado diariamente por servidor EBSCO. Área: **Ciências Sociais, Humanas, Biológicas, Aplicadas, Educação, Informática, Engenharia, Física, Química, Letras, Artes e Literatura, Ciências Médicas, entre outras.**

- MEDLINE com textos completos

É a fonte mais exclusiva do mundo em textos na íntegra para diários médicos, provendo texto completo para quase 1.200 diários indexados na MEDLINE. Desses, mais que 1.000 têm cobertura indexada em MEDLINE. Com mais de 1.400.000 artigos de texto completo datando desde 1965. MEDLINE é a ferramenta de pesquisa definitiva para literatura médica.

- Newspaper Source

Fornece textos completos selecionados de 30 jornais dos Estados Unidos e de outros países. O banco de dados também contém o texto completo de transcrições de notícias de televisão e rádio, e o texto completo selecionado de mais de 200 jornais regionais (EUA). Esta base de dados é atualizada diariamente através do EBSCO*host*.

Com estas Bases de Dados, as bibliotecas oferecem acesso aos periódicos das seguintes áreas: Ciências Biológicas; Ciências Sociais; Ciências Humanas; Ciências Aplicadas; Educação; Engenharia; Idiomas e Lingüísticas; Arte e Literatura; Computação; Referência Geral; Saúde/Medicina. São quase quatro mil títulos, sendo mais de dois mil em texto completo e cerca de mil publicações com imagens.

O acesso a ESBCO é on-line remoto, simultâneo, ilimitado e gratuito, sendo possível realizar pesquisas através do Portal Magister da Universidade Tiradentes.

- American Chemical Society – ACS

O Sistema de Bibliotecas disponibiliza, através de assinatura junto à Coordenação do Portal de Periódicos da CAPES, o acesso à base de dados da American Chemical Society – ACS contendo a coleção atualizada e retrospectiva de 36 títulos de publicações científicas editadas pela renomada Instituição.

A ACS oferece acesso às mais importantes e citadas publicações periódicas na área de química e ciências afins. Adicionalmente, provê acesso a mais de 130 anos de pesquisas em química e 750.000 artigos de publicações periódicas desde o primeiro número do "Journal of the American Chemical Society", publicado em 1879.

As publicações abordam uma ampla gama de disciplinas científicas, dentre elas encontramos: agricultura, biotecnologia, química analítica, química aplicada, bioquímica, biologia molecular, "chemical biology", engenharia química, ciência da computação, cristalografia, energia e combustíveis, nutrição, ciência dos alimentos, ciências ambientais, química inorgânica, química nuclear, ciência dos materiais, química médica, química orgânica, farmacologia, físico-química, ciências botânicas, ciência dos polímeros e toxicologia.

Base de dados, Memes – Portal Jurídico

Área de direito com bases de dados como apoio à graduação Presencial em Direito, base de dados exame da ordem contendo 15 manuais da ordem.

Outras Bases

- Base de dados - acesso aos periódicos gratuitos
- Periódicos Capes
- www.periodicos.capes.gov.br

14.7 Serviços Oferecidos

Todas as bibliotecas da rede também prestam os seguintes serviços:

- **Apoio em trabalhos acadêmicos**

Padronização e normalização, segundo as normas da ABNT, dos trabalhos científicos realizados pelos alunos da Universidade.

Os Alunos de EAD devem solicitar aos Bibliotecários responsáveis pelas Bibliotecas dos Pólos, de acordo com a Normativa SIB 01.

- **Base de dados por assinatura**

A Biblioteca assina e disponibiliza bases de dados nas diversas áreas do conhecimento.

- **Bibliotecas digitais**

O Sistema Integrado de Bibliotecas disponibiliza aos usuários através do site de pesquisa acervos digitais.

- **Consulta ao catálogo on-line**

O acervo da Biblioteca pode ser consultado através do site: www.unit.br/biblioteca

- **Consulta local aberta a comunidade em geral**

As Bibliotecas disponibilizam seus acervos para consulta local à comunidade em geral.

- **Empréstimo domiciliar**

Empréstimo domiciliar restrito aos alunos, professores, funcionários, de todos os itens do acervo, segundo políticas estabelecidas pela Biblioteca Central, relativas a cada tipo de usuário.

- **Recepção aos calouros**

No início letivo, as bibliotecas recebem os alunos calouros, promovendo a integração, apresentando seus serviços e normas através do vídeo institucional; visita monitorada e treinamentos específicos.

- **Renovação e reserva on-line**

Os usuários do Sistema de Bibliotecas contam com a facilidade da renovação on-line de materiais.

- **Serviço de informação e documentação**

Proporciona aos usuários a extensão do nosso acervo através de intercâmbios mantidos com outras instituições:

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) junto a BIREME e ao IBICT: Programa de Comutação Bibliográfica, permitindo a toda comunidade acadêmica e de pesquisa o acesso a documentos em todas as áreas do conhecimento, através de cópias de artigos de revistas técnico-científicas, teses e anais de congresso. Acesso através do site www.ibict.br

- SCAD (Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos): Serviço de comutação bibliográfica, integrado às fontes de informação da BVS, coordenado pela BIREME e operado em cooperação com as bibliotecas cooperantes das Redes Nacionais de Informação em Ciências da Saúde dos países da América Latina e Caribe. Tem como principal objetivo prover o acesso a documentos da área de ciências da saúde através do envio da cópia de documentos científicos e técnicos (artigos de revistas, capítulos de monografias, documentos não convencionais, etc) para usuários previamente registrados no SCAD.

- **Empréstimos entre bibliotecas**

O EEB (Empréstimo Entre Bibliotecas) entre o Sistema de Bibliotecas tem a finalidade facilitar e estimular a pesquisa do usuário, que podem consultar materiais disponíveis nos outros campi.

14.8 Indexação

A Biblioteca Jacinto Uchôa através da catalogação, objetiva padronizar as normas para descrição do material bibliográfico e não bibliográfico a ser incluído no acervo. A catalogação aplica-se aos livros, monografias, CD-ROM, gravação de som e gravação de vídeo. É utilizado o AACR2 – Código de Catalogação Anglo-Americano, o qual fixa normas para descrição de todos os elementos que identificam uma obra, visando sua posterior recuperação. O principal procedimento da catalogação consiste na análise da fonte principal de informação dos materiais para identificação de todos os elementos essenciais da obra. É importante ressaltar que é através da catalogação que se determinam as entradas, tais como: autor, título e assunto, além de outros dados descritivos da obra.

Quanto à classificação do acervo, é utilizada a tabela CDU – Classificação Decimal Universal, a qual consiste numa tabela hierárquica para determinação dos conteúdos dos documentos e a tabela Cutter para designação de autoria. A CDU objetiva representar através de um sistema de classificação alfanumérico (números, palavras e sinais) os conteúdos dos documentos que compõem o acervo; essa por sua vez é aplicada a todo material bibliográfico e não bibliográfico a ser classificado. A classificação visa a determinação dos assuntos de que trata o documento através dos números autorizados pela CDU e o principal procedimento consiste em fazer uma leitura técnica do material a ser classificado, para determinação do assunto principal.

O MARC – Registro de Catalogação Legível por Máquina – objetiva servir de formato padrão para intercâmbio de registros bibliográficos e catalográficos, possibilitando agilização dos processos técnicos, melhoria no atendimento ao usuário, recuperação da informação através de qualquer dado identificável do registro, entre outros.

- **Empréstimos**

O empréstimo domiciliar está disponível a todos os alunos, professores e funcionários da Universidade Tiradentes.

- **Alunos de graduação e funcionários, permitido o empréstimo de até:**

  - 06 (seis) livros normais por 10 (dez) dias consecutivos;
  - 02 (duas) fitas de vídeo por 02 (dois) dias consecutivos;
  - 03 (três) CD-ROM por 03 (tês) dias consecutivos;
  - 02 (dois) DVD por 02 (dois) dias consecutivos;
  - 03 (três) periódicos por empréstimo especial.

- **Alunos de pós- graduação, permitido o empréstimo de até:**

  - 10 (dez) livros normais por 15 (quinze) dias consecutivos;
  - 02 (duas) fitas por 02 (dois) dias consecutivos;
  - 03 (três) CD-ROM por 03 (três) dias consecutivos;
  - 02 (dois) DVD por 02 (dois) dias consecutivos.
  - 03 (três) periódicos por empréstimo especial.

- **Professores, Alunos de Mestrado e Doutorado, permitido o empréstimo de até:**

  - 10 (dez) livros normais por 20 (vinte) dias consecutivos;
  - 03 (três) CD-ROM por 03 (três) dias consecutivos**;**
  - 02 (duas) fitas de vídeo por 02 (dois) dias consecutivos;
  - 02 (dois) DVD por 02 (dois) dias consecutivos.
  - 03 (três) periódicos por empréstimo especial.

Não é permitido ao aluno (a) fazer uso da carteira institucional de terceiros, bem como os usuários não poderá o retirar, por empréstimo, dois exemplares da mesma obra.

- **Renovações**

O livro só poderá ser renovado se o mesmo não estiver reservado para outro usuário. As renovações poderão ser realizadas nas Bibliotecas pelos terminais de atendimento e consulta ou pela Internet na *home page* da Biblioteca.

- **Pesquisa Orientada**

A Biblioteca Jacinto Uchôa oferece aos usuários microcomputadores de consulta, os quais possibilitam verificar a existência do material bibliográfico através do título, autor ou assunto. Existe ainda a pesquisa orientada através do bibliotecário de referência, o qual é responsável pelo auxílio aos usuários quanto à localização do material bibliográfico no acervo. Além dessa possibilidade, o usuário pode localizar a obra por área de interesse, acessando as estantes identificadas por codificação internacional.

- **Pesquisa via Internet:**

Através do Setor de Multimeios é permitido aos usuários da Biblioteca o acesso laboratórios de informática equipados com computadores modernos, através dos quais os usuários podem acessar os serviços do Sistema de Bibliotecas (utilizando seus dados de cadastro e senha), realizar pesquisas acadêmicas, digitar trabalhos etc.

A pesquisa via Internet, é realizada mediante apresentação da identidade institucional e cada usuário dispõe de 01 (uma) hora, exceto os alunos do EAD que dispõem de 1h40 (uma hora e quarenta minutos), visto que é um setor bastante solicitado, favorecendo aos usuários a facilidade de acesso às pesquisas. Existem funcionários e estagiários lotados no setor para orientar os alunos em relação ao acesso e utilização do referido serviço.

O acesso a Home Page da Biblioteca permite ao usuário realizar consultas, renovações, reservas, receber informações referentes às novas aquisições, data de devoluções de materiais emprestados, liberação de material reservado, etc.

- **Boletim Bibliográfico**

É um serviço oferecido pela Biblioteca de publicação bimestral, que objetiva manter informados os Coordenadores, Professores e a comunidade acadêmica sobre o material bibliográfico recentemente adquirido pela Biblioteca e que foram incorporados ao acervo.

- **Levantamento Bibliográfico**

Consiste na verificação do material bibliográfico existente na Biblioteca, objetivando informar aos Coordenadores de Curso a quantidade de títulos e exemplares que compõem o acervo da Biblioteca.

- **Sumários Correntes**

Consiste no envio de sumários correntes para Coordenadores de Cursos, objetivando informá-los sobre os mais recentes artigos de cada revista, estes, selecionados de acordo com os cursos existentes na Universidade.

- **Treinamento de Usuários**

Treinamento direcionado aos alunos de 1º período, de todos os cursos de graduação com a finalidade de orientar o usuário quanto à utilização dos recursos informacionais e serviços disponibilizados pelas Bibliotecas, como: empréstimos, reservas, renovações, utilização das bases de dados do COMUT, BIREME e EBSCO, dentre outros.

14.9 Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A Universidade Tiradentes dispõe de manuais elaborados com o objetivo de orientar a organização dos trabalhos acadêmicos:

- **Manual de Estágio:** manual desenvolvido por um grupo de professores da Unit, os quais contém informações referentes à elaboração de relatórios de estágio, visando orientar o leitor quanto à estrutura dos trabalhos tanto em relação ao tamanho da folha, fonte, citações e rodapé, tabelas, quanto à apresentação dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.
- **Manual de Monografia:** manual desenvolvido por um grupo de professores da UNIT, que visa organizar e padronizar a elaboração de monografias dos alunos desta instituição. Esses manuais encontram-se disponíveis nas Bibliotecas da Universidade, e servem de bibliografia básica para as disciplinas de estágio dos cursos, através dos quais os professores podem orientar os alunos quanto à elaboração de trabalhos acadêmicos de uma forma padronizada para todos os cursos.

Os Bibliotecários de Referência também prestam serviços de orientação aos usuários especialmente quanto à elaboração de referências bibliográficas e fichas catalográficas. Além dos referidos instrumentos, mencionados acima para normatização, as bibliotecas da Universidade dispõem de um conjunto de normas atualizadas da ABNT que servem de subsídios para elaboração dos trabalhos acadêmicos.

15. LABORATÓRIOS ESPECIFICOS

O curso de Direito do campus Farolândia conta com laboratórios excelentemente estruturados. Os Laboratórios são dotados de modernos recursos áudios - visuais e informatizados.com todos os equipamentos necessários para as práticas de simulação jurídica e audiências, previstas nas disciplinas do curso. No campus Farolândia temos o Laboratório de Práticas I, estruturado como sala para Audiências Cíveis, Trabalhistas e Criminais (juízo monocrático) com capacidade para 80 pessoas, onde são realizadas audiência simuladas, o Laboratório de Práticas II, estruturado para sessões do Tribunal do Júri e de Órgãos Colegiados dos Tribunais e Câmaras/Turmas, com capacidade para 100 pessoas e o Laboratório de Práticas III, estruturado para atividades práticas simuladas dos Estágios com capacidade para 60 alunos e dotado de chromebooks, adquiridos através de parceria UNIT/GOOGLE e equipamentos de som e imagem. O Curso de Direito da UNIT, possui também, o Núcleo de Práticas Jurídicas, com capacidade para prática de 60 alunos por turno, localizado no Anexo do Campus Centro.

15.1 Núcleo de Práticas Jurídicas

Espaço físico

O NPJ está localizado no Campus Centro desta IES, à Rua Lagarto – 263, Centro, com a seguinte distribuição de dependências e equipamentos:

DEPENDÊNCIAS E EQUIPAMENTOS DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS		
DEPT.	**EQUIPAMENTO**	**QUANTIDADE**
Sala da Coordenação	Mesa para computador	01
	Mesa para impressora	01
	Computador, teclado e mouse	01
	Monitor	01
	Impressora	01
	Estabilizador	01
	Mesa de madeira	01
	Armários	02
	Cadeiras	03

DEPENDÊNCIAS E EQUIPAMENTOS DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS		
DEPT.	**EQUIPAMENTO**	**QUANTIDADE**
	Ar condicionado	01
Recepção/triagem	Mesa em U	01
	Longarinas	02
	Cadeiras	02
	Tv	01
	Impressora	01
	Telefone	01
	Computador, teclado e mouse	02
	Ar condicionado	01
	Bebedouro	01
	Monitores	02
Sala dos Advogados e Estagiários	Computador, teclado e mouse	06
	Monitores	06
	Impressora	01
	Ar condicionado	01
	Mesas	04
	Cadeiras	10
	Armários	02
	Estante/livros para consulta	01
	Telefone	01
Sala de Reunião	Mesa	01
	Cadeiras	09
	Computador, teclado e mouse	01
	Monitor	01
	Ar condicionado	01
	Ramal telefone	01
	Tv	01
Área de espera/triagem	Ar condicionado	01
	Longarinas com 04 lugares	04

DEPENDÊNCIAS E EQUIPAMENTOS DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS		
DEPT.	**EQUIPAMENTO**	**QUANTIDADE**
Serviço Social e Mediação	Tv	01
	WC Feminino (01 adaptado)	02
	WC Masculino (01 adaptado)	02
Sala de atendimento Serviço Social	Mesas	04
	Computador, teclado e mouse	04
	Monitores	04
	Cadeiras	10
	Armário	03
	Mesa redonda	01
	Ar condicionado	01
Área de Circulação	Bebedouro	01
	WC Feminino	01
	WC masculino	01
Sala de Mediação 01	Mesa redonda	01
	Mesa em L	01
	Computador, teclado e mouse	01
	Ramal telefone	01
	Ar condicionado	01
	Monitor	01
	Cadeiras	05
Sala de Mediação 02	Mesa redonda	01
	Computador, teclado e mouse	01
	Mesa em L	01
	Ramal telefone	01
	Monitor	01
	Ar condicionado	01
	Cadeiras	05
Sala do Nucleo de Apoio Fiscal/Contábil	Mesa redonda	01
	Mesa em L	01

DEPENDÊNCIAS E EQUIPAMENTOS DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS		
DEPT.	**EQUIPAMENTO**	**QUANTIDADE**
	Computador, teclado e mouse	01
	Ramal telefone	01
	Ar condicionado	01
	Monitor	01
	Mesa/ docente	02
	Cadeiras	11
	Armários	02
Sala de Estágio 01	Quadro branco	01
	Ar condicionado	01
	Cadeiras	41
	Mesa/ docente	01
	Projetor	01
	Armários	02
	Mesas p/ atendimento	10
	Monitores	11
	Computador, teclado e mouse	11
Sala de Estágio 02	Quadro branco	01
	Ar condicionado	01
	Cadeiras	41
	Mesa/ docente	01
	Projetor	01
	Armários	02
	Mesas p/ atendimento	10
	Monitores	11
	Computador, teclado e mouse	11
Sala de Estágio 03	Quadro branco	01
	Ar condicionado	01
	Cadeiras	41
	Mesa/ docente	01

DEPENDÊNCIAS E EQUIPAMENTOS DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS		
DEPT.	**EQUIPAMENTO**	**QUANTIDADE**
	Projetor	01
	Armários	02
	Mesas p/ atendimento	10
	Monitores	11
	Computador, teclado e mouse	11
Espaço Kids/Amamentação	Cadeira amamentação	01
	Tv	01
	Dvd	01
	Mesinhas infantis	02
	Cadeiras infantis	08
	Porta brinquedos	02
	Ar condicionado	01
	Prateleiras parede	02
	Armário	01
	Trocador fraldas	01
Sala do Arquivo Vivo	Armários porta arquivo	11
Almoxarifado /Arquivo morto	Estantes de aço	10
Copa	Geladeira	01
	Microondas	01
	Armário	01
	Mesa	01
	Cadeiras	03

15.2 Laboratórios de Informática

O Curso de Direito da Universidade Tiradentes dispõe de 14 laboratórios de informática, localizados no Campus Aracaju Farolândia, bloco A e na Biblioteca, com capacidade para atender até 30 alunos. A maioria possui, além dos computadores, birô, quadros brancos (um para projeção e o outro para escrever) e data show. Além dos laboratórios de

informática os discentes podem contar com diversos terminais disponíveis para consultas no mini shopping, com acesso wi-fi, que possibilitam total acessibilidade aos meios digitais de comunicação.

Cada laboratório conta com as seguintes quantidades de microcomputadores:

Descrição	Quantidade
Laboratório I – Bloco A sala 03	21
Laboratório II – Bloco A sala 04	21
Laboratório III – Bloco A sala 29	16
Laboratório IV – Bloco A sala 31	21
Laboratório V – Bloco A sala 32	21
Laboratório VI – Bloco A sala 33	16
Laboratório VII – Bloco A sala 34	16
Laboratório VIII – Bloco A sala 35	21
Laboratório IX – Bloco A sala 39	21
Laboratório X – Bloco A sala 40	21
Laboratório XI – Bloco A sala 48	16
Laboratório XII – Bloco A sala 49	15
Laboratório XIII – Bloco A sala 52	21
Laboratório XIV – Biblioteca Multimeios	41
TOTAL GERAL	**288**

16. CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A conservação, limpeza, reparo e segurança de todas as instalações físicas da Universidade Tiradentes é realizada pelo Departamento de Infraestrutura e Manutenção (DIM), em consonância com outros departamentos e setores tecnológicos da UNIT. No entanto, considerando a demanda de serviços a IES contratou empresa especializada para manter a qualidade nos serviços oferecidos.

16.1. Manutenção e Conservação dos Equipamentos

A Política de Expansão da Universidade rege compra de equipamentos. Os novos laboratórios são implementados de acordo com a demanda dos diferentes cursos e a manutenção dos equipamentos se realiza por meio de licitação de preços dos serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial e a distância**. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2015.

BRASIL**. Diretrizes e Bases para o curso de Direito:** Resolução CNE/CES N° 9, de 29 de Setembro De 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2015 - Resultados gerais da amostra**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_dou.shtm

MENDONÇA, Jouberto Uchôa de (Org.) UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Caminhos da Capital:** 150 motivos para viver as ruas de Aracaju. Aracaju, SE: UNIT, 2007. 265 p.

UNIVERSIDADE TIRADENTES; MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Sergipe panorâmico: geográfico, político, histórico, econômico, cultural e social**. Aracaju, SE: UNIT, 2009. 639 p.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Projeto Pedagógico Institucional: declaração de uma identidade:** Universidade Tiradentes. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 27 p.

OBSERVATÓRIO SERGIPE – **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Disponível em: http://www.observatorio.se.gov.br/images/PIB_Estadual/Relatorio_PIB_Sergipe_2014_vf.pdf